



THIANE DE NAZARÉ MONTEIRO NEVES BARROS

NEGUINHAS QUE ARMAM A QUIZUMBA:
debates sobre ações políticas e
apropriações das tecnologias
pelas herdeiras de
Ananse da Amazônia Paraense

Salvador (BA)
Julho/2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEAS
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO

THIANE DE NAZARÉ MONTEIRO NEVES BARROS

NEGUINHAS QUE ARMAM A QUIZUMBA: debates sobre ações políticas e
apropriações das tecnologias pelas herdeiras de Ananse da Amazônia Paraense

Salvador (BA)
Julho/2024

THIANE DE NAZARÉ MONTEIRO NEVES BARROS

NEGUINHAS QUE ARMAM A QUIZUMBA: debates sobre ações políticas e apropriações das tecnologias pelas herdeiras de Ananse da Amazônia Paraense

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, da Faculdade de Comunicação, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas.

Linha de Pesquisa: Comunicação e Cultura Digital

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Leonor Graciela Natansohn

Salvador (BA)
Julho/2024

Dados internacionais de catalogação-na-publicação
(SIBI/UFBA/Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa)

Neves-Barros, Thiane de Nazaré Monteiro.

Neguinhas que armam a quizumba: debates sobre ações políticas e apropriações das tecnologias pelas herdeiras de Ananse da Amazônia Paraense / Thiane de Nazaré Monteiro Neves-Barros. - 2024. 211 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Leonor Graciela Natansohn.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2024.

1. Comunicações digitais - Amazônia. 2. Comunicações digitais - Aspectos sociais - Amazônia. 3. Negras - Amazônia. 4. Negras - Amazônia - Inovações tecnológicas. 5. Tecnologia apropriada - Amazônia. 6. Conteúdo gerado pelo usuário. I. Natansohn, Leonor Graciela. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. III. Título.

CDD - 303.483309811

CDU - 316.77(811)

THIANE DE NAZARÉ MONTEIRO NEVES BARROS

**NEGUINHAS QUE ARMAM A QUIZUMBA: DEBATES SOBRE AÇÕES
POLÍTICAS E APROPRIAÇÕES DAS TECNOLOGIAS PELAS HERDEIRAS DE
ANANSE DA AMAZÔNIA PARAENSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Comunicação e Cultura Contemporâneas, da Faculdade
de Comunicação, da Universidade Federal da Bahia,
como requisito para a obtenção do título de Doutora em
Comunicação e Cultura Contemporâneas.

Linha de Pesquisa: Comunicação e Cultura Digital

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Leonor Graciela Natansohn

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Leonor Graciela Natansohn
Presidente/Orientadora/PósCom-UFBA

Prof.^a Dr.^a Ivânia dos Santos Neves
Examinadora Externa / ILC - UFPA

Prof.^a Dr.^a Fernanda Ariane Silva Carrera
Examinadora Externa / ECO - UFRJ

Prof.^a Dr.^a Lorena Lucas Regattieri
Examinadora Externa / ECO - UFRJ

Prof.^a Dr.^a Michelly Santos de Carvalho
Examinadora Externa / CCSST - UFMA Imperatriz



Universidade Federal da Bahia
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA
CONTEMPORÂNEA (POSCOM)**

ATA Nº 1

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA (POSCOM), realizada em 12/08/2024 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEAS no. 1, área de concentração Comunicação e Cultura Contemporâneas, da candidata THIANE DE NAZARÉ MONTEIRO NEVES BARROS, de matrícula 218121642, intitulada NEGUINHAS QUE ARMAM A QUIZUMBA: debates sobre ações políticas e apropriações das tecnologias pelas herdeiras de Ananse da Amazônia Paraense. Às 09:00 do citado dia, por vídeo-conferência, foi aberta a sessão pela presidente da banca examinadora Prof^ª. Dra. LEONOR GRACIELA NATANSOHN que apresentou os outros membros da banca: Prof^ª. Dra. LORENA LUCAS REGATTIERI, Prof^ª. Dra. MICHELLY SANTOS DE CARVALHO, Prof^ª. Dra. IVÂNIA DOS SANTOS NEVES e Prof^ª. Dra. FERNANDA ARIANE SILVA CARRERA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pela presidente que passou a palavra à examinada para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pela candidata, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pela presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Documento assinado digitalmente
 LORENA LUCAS REGATTIERI
Data: 12/08/2024 17:33:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. LORENA LUCAS REGATTIERI, UFRJ

Examinadora Externa à Instituição

Documento assinado digitalmente
 MICHELLY SANTOS DE CARVALHO
Data: 12/08/2024 17:46:48 0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. MICHELLY SANTOS DE CARVALHO, UFMA

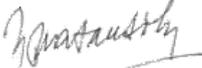
Examinadora Externa à Instituição

Documento assinado digitalmente
Dra. IVÂNIA DOS SANTOS NEVES, UFPA  IVÂNIA DOS SANTOS NEVES
Data: 12/08/2024 23:35:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinadora Externa à Instituição

Documento assinado digitalmente
Dra. FERNANDA ARIANE SILVA CARRERA, UFRJ  FERNANDA ARIANE SILVA CARRERA
Data: 12/08/2024 09:53:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinadora Externa à Instituição


Dra. LEONOR GRACIELA NATANSOHN, UFBA

Presidente

THIANE DE NAZARÉ MONTEIRO NEVES BARROS

Doutorando(a)

Documento assinado digitalmente
 THIANE DE NAZARÉ MONTEIRO NEVES BARROS
Data: 14/08/2024 10:19:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dedico este trabalho a todas as mulheres negras que se movimentam em busca do seu próprio lugar no mundo.

AGRADECIMENTOS

Inspirada em uma querida pessoa, reescrevo as palavras de sua tese: este trabalho é resultado de uma família que acredita e que investiu na minha educação, minha mãe Jane, meu avô José e minhas tias Jayne e Jaires, são as pessoas a quem eu agradeço todas as possibilidades de conquistas que tenho tido ao longo desta vida.

Minha mãe e minha tia Jayne são professoras. Meu avô é minha referência de começo, era um griot que tentou me ensinar o jogo da paciência com o que a gente não tem controle. Minha tia Jaires, além de tudo que fez por minha criação coletiva, foi estudar a graduação aos 47 anos de idade. Tudo isso me fez seguir. Às vésperas de minha viagem para Salvador, tivemos uma perda inesperada na família, um jovem negro foi tombado pela violência e quando eu dei um passo atrás para não viajar mais, minha mãe disse: “Vá sim, o que você pode fazer por essa família é trazer esse doutorado”. E é isso.

Além dessas quatro pessoas, meus primos amados Marcinho, Juju e Theuso sempre me empurrando para cima, sempre de mãos dadas comigo. Bem como meu tio Márcio que, junto com seu Zé Neves, cuidou que eu pudesse viver uma paternidade escolhida. Agradeço demais ao namorado e companheiro Mário que se mostra quase incansável em todas as nossas demandas de casal e de nossas vidas individuais, por todas as palavras amorosas, pelo apoio, pela presença!

Daqui por diante corro o risco de ser injusta, pois são muitos os nomes aos quais eu devo enorme agradecimento. Há as irmãs da vida, que estão comigo desde a infância. Há as irmãs para a vida, que chegaram já na vida adulta e com as quais eu aprendo diariamente a ser mais paciente, a acreditar mais em mim mesma e nos meus processos. Há as irmãs de militância com as quais aprendi sobre uma certa ética de cuidado, uma ética própria dos movimentos de mulheres negras. Todas elas são irmãs cujas generosidades carrego na minha respiração.

Ao longo do doutorado chegou muita gente. E com essa gente, mais generosidade e fé em mim, fé no que posso contribuir com nossos movimentos, com palavras, convites, inspirações e incentivos que eu sei contabilizar para além dos cinco dedos de uma das mãos. Gente com quem trabalhei e ficou para a vida (né, Thiaga?), gente com quem fiz evento e ficou para a vida, gente que conheci primeiro pelas telas e depois presencialmente. Cada abraço de vocês é imprescindível. Amo vocês.

Em Salvador, há um núcleo muito especial dessas pessoas a quem devo muitos agradecimentos: desde dona Lúcia, mãe querida que me deu comida, família e quase me deu

moradia, Zelinda Barros que me foi inspiração tantas vezes e todas as irmãs com quem morei junto e construí uma casa com amor, com quem estudei junto, com quem muitas vezes passei horas apenas contemplando a vida. Muitas irmãs foram feitas nos meus cinco anos de SSA, com elas falo ou não diariamente, mas o carinho segue inabalável, irmãs com as quais superamos uma pandemia. Que saudades de todas! São muitos amores dessas tantas coisas vividas juntas em SalvAmor. Vieram delas os amores da minha vida, minhas felinas: Tereza, Bebeta e Obi.

Quero registrar meu agradecimento à Graciela que, além da orientação generosa e construída no diálogo, me acolheu em sua casa em momentos críticos, sem nem saber muita coisa a meu respeito. Apenas confiou e me recebeu. Meu enorme agradecimento a todes e Giguetes por tudo que foi possível construir presencialmente no Grupo de Pesquisa em Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura, nosso Gig@, por todas as tardes, noites, redes, bares e praias discutindo teses, dissertações, leituras e estudos. Muitas lembranças bonitas naquela casa na Rua do Passo. E, dessa vivência tão intensa, sou feliz por quem segue comigo no afeto e na partilha.

Quero agradecer ao GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico por existir e por acreditar no afeto como prática científica, especialmente à Márcia Guena, professora querida e coordenadora exemplar. Que nós vivamos dezenas de Intercom juntas e juntos, fazendo o que mais gostamos: comunicação, ciência e mesa de bar. Que venham muitos registros de cantorias felizes e de mãos dadas também em momentos menos alegres, mas juntas.

Agradeço às confianças do CEDENPA e do Grupo de Estudos Nós Mulheres que me formam política e academicamente e me desafiam a ir além do que eu posso, sempre dizendo que posso mais do que vejo. Ao CPA e ao C-Partes também pela confiança e pelo carinho. À vida que foi vivida com as Blogueiras Negras, à confiança da amada dupla que coordena a Academia Preta Decolonial que tantas vezes me concedeu espaço para experimentar essa tese e cujas leituras foram cruciais no projeto de qualificação.

À vida que é vivida no agora com a Rede Transfeminista de Cuidados Digitais com quem espero exercitar muitas monstruosidades e metodologias de afeto.

Ao meu Ilê Yabá Omi onde acabei de renascer em minha mãe Oxum e meu pai Xangô que me confiaram como Ajoie de Oxum. Minha Yalorixá Nalva de Oxum, minha mãe pequena Ewejimi e meu pai pequeno Baba Femi, minha mais velha em santo Idanlewi e minhas abians mais lindas que existem: Tamara e Suzzy.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, do professor que debochou desse trabalho em uma tentativa de desqualificá-lo enquanto uma pesquisa escrita de dentro aos colegas muitos generosos com minhas inseguranças. Obrigada à CAPES pela oportunidade de uma bolsa de pesquisa.

E o que dizer às herdeiras de Ananse, então? Se esse trabalho existe, é porque vocês confiaram nele e em mim. É um trabalho feito em coautoria com o movimento de mulheres negras de Santarém e, apesar dos protocolos acadêmicos só permitirem meu nome na autoria deste trabalho, ele deveria ser assinado por todas nós, porque é um conhecimento de campo construído coletivamente na prosa, na troca, na contação de história. Obrigada Zinquê e Bruno pelas presenças nesse processo!

Por favor, não se magoem por eu não ter dito todos os nomes, pois eu sei, e vocês também, que estiveram por aqui que me ajudaram com dinheiro, comida, casa, livros, apoio emocional, ombro, com investimentos diversos, eu sei cada nome, eu sei cada energia de fé que pavimentou essa caminhada. Conseguimos! Adupé, por tanto e por tudo!

Exu fala na filosofia versada por Mestre Pastinha, no voo encantado de Besouro Mangangá, na sapiência corporal do jogo de vadição, nas palavras dobradas por seu Aniceto, no encanto soprado por Mano Elói, na semântica dos rosários cantada pelos pretos velhos, nas rezas de cura de Vovó Maria Joana, no riscar das palavras e mandingas de Beth Cheirosinha e dona Coló, na prosa ritmada nas esquinas, nos paralelepípedos banhados a marafo, nos padês virados na hora grande, nos prazeres, seduções, enigmas e segredos inesgotáveis do mundo. Todas essas experiências de alimento da vida cotidiana se riscam como atos contrários à lógica do terror. A tarefa agora é lançá-las no cruzo de tantas outras formas, é na encruzilhada que se praticam as transformações. Exu é o poema que enigmatiza a vida, o caos necessário a toda e qualquer invenção. Espreitemos o cair da tarde.

(Rufino, 2019, Posição 218, *E-book Kindle*)

RESUMO

Tudo começou com Ananse. Depois chegaram Zélia, Lélia, Jane. E elas continuam. Nós chegamos e nos juntamos a elas. Continuamos (quase) todas aqui. Desde Ananse produzimos tecnologias e as usamos criticamente, pois uma teia de prata inquebrantável não há de ser qualquer coisa, é sem dúvida um fenômeno comunicativo e, inquestionavelmente, uma tecnologia. Uma tecnologia de cuidado, de enredamento e de resistência. É disso que parte esta tese. Por ela navegamos em águas amazônicas discutindo infraestruturas, acessos, usos, políticas e ações afirmativas que possibilitem trazer para o centro uma amazonidade negra e paraense que fica no Baixo Tapajós: o município de Santarém. O objetivo é compreender as múltiplas relações das herdeiras de Ananse com as tecnologias digitais, seus enredamentos, usos e as especificidades de seus processos de apropriações. O que lhes demandam essas redes, como resolvem essas demandas e quais as consequências (ou o legado) de suas ações nessas redes digitais. Para isso, parto de uma metodologia transfeminista da prática da Rede Transfeminista de Cuidados Digitais: as Infraestruturas de Afeto, pela qual realizei rodas de conversa, debates, oficina e entrevistas com roteiros semiestruturados para minhas conversações com as interlocutoras deste trabalho. Compreendendo apropriação tecnológica como um fenômeno comunicacional de múltiplas camadas (Sodré, 2014), fica negrito que a chegada a estes lugares acontece a partir de categorias que são caras a estas mulheres: 1) Território, 2) Coletividade, 3) Linguagem, 4) Vigilâncias e violências e 5) Autonomia e levam com que os movimentos assumam a responsabilidade pela ocupação e protagonismo de mesas excludentes sem nenhum pudor de armar quizumbas (Gonzalez, 1984).

Palavras chaves: Amazônia; Comunicação; Internet; Feminismo Negro; Quizumba.

ABSTRACT

It all started with Ananse. Then came Zélia, Lélia, Jane. And they continue. We arrived and joined them. We continue (almost) all here. Since Ananse, we have produced technologies and used them critically, for an unbreakable silver web cannot be just anything; it is undoubtedly a communicative phenomenon and unquestionably a technology. A technology of care, entanglement, and resistance. This is where this thesis starts. Through it, we navigate Amazonian waters discussing infrastructures, access, uses, policies, and affirmative actions that enable bringing to the forefront a black and Paraense Amazonian identity centered in the Lower Tapajós: the municipality of Santarém. The objective is to debate, understand, and analyze how the heirs of Ananse, that is, the black women with whom I write this thesis, have appropriated digital technologies. For this, I start from a transfeminist methodology of practice from the Transfeminist Network of Digital Care: the Infrastructures of Affection, through which I conducted discussion circles, debates, workshops, and semi-structured interviews with the co-authors of this work. Understanding technological appropriation as a communicational phenomenon of multiple layers (Sodré, 2014), it is emphasized that arriving at these places happens through categories that are dear to these women: 1) Territory, 2) Collectivity, 3) Language, 4) Surveillance and violence, and 5) Autonomy, leading the movements to assume responsibility for occupying and leading in exclusionary settings without any hesitation to create disturbances (Gonzalez, 1984).

Keywords: Amazônia; Communication; Internet; Black Feminism; Quizumba.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Pará com destaque para a Região do Baixo Amazonas/Oeste do Pará.....	30
Figura 2 - Mapa de Santarém.....	33
Figura 3 - Diagrama das Infraestruturas de Afeto.....	48
Figura 4 - <i>Card</i> de divulgação sobre a roda de conversa.....	58
Figura 5 - Cópia parcial da tela de apresentação para a aula na Ação Educativa.....	62
Figura 6 - Fotografia do Primeiro Encontro: Apresentação.....	67
Figura 7 - Fotografias do Primeiro Encontro: Detalhes dos materiais para a atividade...	68
Figura 8 - Fotografias do Primeiro Encontro: Detalhes dos materiais para a atividade...	68
Figura 9 - Fotografia do Primeiro Encontro: Debate e oficina.....	69
Figura 10 - Fotografia do Segundo Encontro - Primeira parte: Primeiras tecnologias....	70
Figura 11 - Fotografia do Segundo Encontro - Segunda parte: O mapa dos nossos movimentos.....	71
Figura 12 - Fotografia do Segundo Encontro - Terceira parte: Potências e vulnerabilidades do território.....	72
Figura 13 - Meme “O que queremos”?	85
Figura 14 - Pessoas da Amazônia por inteligência artificial.....	101
Figura 15 - Mapa dos cabos submarinos no Mundo.....	102
Figura 16 - Mapa da Rede de Dados Eletronet.....	104
Figura 17 - Mapa de Conectividade nas Escolas.....	106
Figura 18 - Mapa de Infovias do Projeto Norte Conectado.....	110
Figura 19 - Mapa dos Territórios da Internet.....	113
Figura 20 - Mapeamento de Redes de Transporte.....	122
Figura 21 - Fibra óptica no Pará e Santarém.....	123
Figura 22 - Cobertura de Telefonia Móvel no Pará.....	124
Figura 23 - Índice Brasileiro de Conectividade (IBC).....	126

Figura 24 - Tabela de IBC por Unidade Federativa.....	126
Figura 25 - Mapa mental ACOT2.....	168

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Infovias do Norte Conectado.....	111
Tabela 2 - Domicílios sem acesso à Internet, por principal motivo para a falta de Internet.....	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Redes Comunitárias por tipo de comunidade em que estão presentes.....	128
Gráfico 2 - Valor pago pela principal conexão em domicílios do Brasil.....	131

LISTA DE SIGLAS

ACOT	Apple Classrooms of Tomorrow
ADEPARÁ	Agência de Defesa Agropecuário do Estado do Pará
Afroliq	Grupo de Pesquisa em Literatura, História e Cultura Africana, Afro-Brasileira, Afro-Amazônica e Quilombola
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
C-PARTES	Coletivo de Pesquisa e Ativismo de Rondônia sobre Tecnologia, Estado e Sociedade
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
CETIC.br	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CGI.br	Comitê Gestor da Internet
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CMN	Comando Militar do Norte
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COP 30	30ª Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
CPA	Centro Popular de Comunicação e Audiovisual
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
EAD	Educação a Distância
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FADESP	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
FIB	Fórum de Internet do Brasil
FUST	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
GAFAM	Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft
GESAC	Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão
GI	Governança da Internet

GPS	Global Positioning System
GT RCom	Grupo de Trabalho sobre Redes Comunitárias
IBC	Índice Brasileiro de Conectividade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IFNOPAP	O Imaginário nas Formas Narrativas Oraís da Amazônia Paraense
IFs	Institutos Federais
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IRIS BH	Instituto de Referência em Internet e Sociedade
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, demais orientações sexuais, identidades e expressões de gênero
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
MNU	Movimento Negro Unificado
NIC.br	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
ONG	Organização Não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
Prodap	Centro de Gestão da Tecnologia da Informação do Amapá
Prodepa	Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Pará
RTCD	Rede Transfeminista de Cuidados Digitais
SECTET	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica
SMS	Short Message Service
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFs	Universidades Federais
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

SANKOFA: HERDEIRAS DE ANANSE, HERDEIRAS DE ZÉLIA

1. INTRODUÇÃO: QUAL SEU LUGAR NO MUNDO?.....	26
1.1 - E O QUE É SANTARÉM?.....	31
1.2 – METODOLOGIAS.....	34
1.3 - A BOCA QUE TUDO COME: POR UMA COMUNICAÇÃO EXUÍSTICA EM METODOLOGIAS DE PESQUISA.....	36
2. NOS CURSOS DOS RIOS, METODOLOGIAS DE CRUZOS.....	43
2.1 - INFRAESTRUTURAS DE AFETO: UMA METODOLOGIA TRANSFEMINISTA QUE TEM A ÉTICA DO CUIDADO COMO PRATO DO DIA...	44
2.2 - RIO TAPAJÓS E RIO AMAZONAS: O ENCONTRO E O CORTEJO EM PAR APESAR DAS DIFERENÇAS.....	52
2.2.1 - Perfil das mulheres que participaram da pesquisa de campo.....	54
2.3 - AS VIAGENS A SANTARÉM.....	56
2.3.1 - O primeiro encontro: As herdeiras de Ananse e seu legado científico-tecnológico.....	57
2.3.2 - O segundo encontro: Infraestruturas de Afeto.....	60
2.3.3 - O terceiro encontro: Redes atadas com nós seguros.....	73
3. POLÍTICAS DIGITAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE FRENTE ÀS TECNOLOGIAS PREDATÓRIAS DESDE UM TAL DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	81
3.1 - TECNOLOGIAS PREDATÓRIAS DE UM TAL DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA PARAENSE.....	82
3.1.1 - Salvar a Amazônia do isolamento seria um meme?.....	85
3.1.2 - Sustentabilidade sem uso crítico não é transformação social, é publicidade!..	88
3.1.3 Um ecossistema existente, diverso e reclamante: Amazônidas, presentes!	93
3.2 - INFRAESTRUTURAS DIGITAIS, ACESSOS E USOS: CONTEXTO GEO-TECNO-POLÍTICO DA INTERNET.....	102
3.2.1 - Norte Conectado.....	108
3.2.2 - Mapa de Territórios da Internet.....	111

3.3 - POLÍTICAS E MODELOS DE INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO DO PARÁ.....	117
3.3.1 – Navegapará.....	118
3.3.2 - A Internet na Amazônia Santarena: Qual é o tamanho do problema?.....	120
3.4 - “CUMÉ QUE A GENTE FICA?” RELATOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS HERDEIRAS DE ANANSE DE SANTARÉM NAS POLÍTICAS DIGITAIS DE SEU TERRITÓRIO.....	132
4. REFLEXÕES A PARTIR DE GÊNERO, RAÇA E TERRITÓRIO.....	139
4.1 - A AMÉFRICA LADINA COMO TERRITÓRIO NEGRO.....	143
4.2 - IMAGENS DE CONTROLE SOBRE GÊNERO, RAÇA E TERRITÓRIO.....	146
4.3 - SUBIR NA ÁRVORE NÃO É UMA METÁFORA: RELATOS DAS HERDEIRAS DE ANANSE DE SANTARÉM SOBRE O ACESSO À INTERNET EM SEUS TERRITÓRIOS.....	158
5. TÁ ARMADA A QUIZUMBA: APROPRIAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS E AÇÃO AFIRMATIVA.....	163
5.1 - DESDE OS DEBATES SOBRE APROPRIAÇÕES DE TECNOLOGIAS DIGITAIS.....	166
5.2 - CATEGORIAS QUE MOVIMENTAM AS APROPRIAÇÕES DAS HERDEIRAS DE ANANSE.....	173
5.3 - A QUIZUMBA COMO UM FIO-AÇÃO DAS HERDEIRAS DE ANANSE: DO DEBOCHE À APROPRIAÇÃO.....	189
5.4 - AÇÕES AFIRMATIVAS E POLÍTICAS DIGITAIS: RECOMENDAÇÕES A PARTIR DO TERRITÓRIO.....	192
6. CONCLUSÃO.....	193
REFERÊNCIAS.....	196

SANKOFA¹:

HERDEIROS DE ANANSE, HERDEIRAS DE ZÉLIA

Houve um tempo em que, na Terra, não havia histórias para se contar, pois todas pertenciam a Nyame, o Deus do Céu. Kwaku Ananse, o Homem Aranha, queria comprar as histórias de Nyame para contar ao povo de sua aldeia. Então, por isso, um dia, ele teceu uma imensa teia de prata que ia do céu até o chão e por ela subiu até a morada do Deus para saber o preço de suas histórias.

- O preço de minhas histórias, Ananse, é que você me traga Osebo, o leopardo de dentes terríveis, Mmboro, os marimbondos que picam como fogo, e Moatia, a fada que nenhum homem viu. Ele, o Deus do céu, pensava que com isso faria Ananse desistir da ideia, mas não conseguiu, Ananse respondeu: Tudo bem!

Ele apenas respondeu:

- Ora, Ananse, como pode um velho fraco como você, tão pequeno, tão pequeno, tão pequeno, pagar o meu preço? Mas Ananse nada respondeu, apenas desceu por sua teia de prata que ia do Céu até o chão para pegar as coisas solicitadas pelo Deus do céu. - O que tiver de ser será, disse Ananse.

De volta à Terra, Ananse cuidou de realizar as tarefas necessárias para conseguir trazer as histórias para a Terra. Foi em busca do leopardo.

- Vamos brincar do jogo de amarrar? O leopardo que adorava jogos, logo se interessou. Como se joga este jogo? Com cipós, eu amarro você pelo pé com o cipó, depois desamarro, aí, é a sua vez de me amarrar. Ganha quem amarrar e desamarrear mais depressa. Então, amarrou o leopardo Osebo pelo pé, pelo pé, pelo pé e pelo pé e, quando ele estava bem preso, pendurou-o amarrado a uma árvore dizendo: - Agora, Osebo, você está pronto para encontrar Nyame, o Deus do Céu.

Aí, Ananse cortou uma folha de bananeira, encheu uma cabaça com água e atravessou o mato alto até a casa de Mmboro, os marimbondos. Lá chegando, colocou a folha de bananeira sobre sua cabeça, derramou um pouco de água sobre si, e o resto sobre a casa de Mmboro

¹ Sankofa é um adinkra, um conjunto de mais de cem símbolos cujos significados comunicam sobre a memória do Povo Akã, um povo que viveu na Costa Atlântica da África, onde hoje ficam os países Gana, Costa do Marfim, Togo e Benin. A representação gráfica de Sankofa tem três simbologias. A mais “popular” no Brasil enquanto pensamento filosófico é a Sankofa em formato de pássaro. Uma é um pássaro que desempenha múltiplos papéis: a busca pelo que veio antes, a preocupação com o futuro, mas com os pés fincados no presente. O pássaro aparentemente está parado, mas na verdade seus movimentos são rápidos, sutis e refinados, seja na fotografia, no desenho ou na ilustração, ele está com a cabeça voltada para trás e com o bico ele pega um ovo, os pés estão para frente. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/acoos/pesquisa/adinkra/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

dizendo:

- Está chovendo, chovendo, chovendo, vocês não gostariam de entrar na minha cabaça para que a chuva não estrague suas asas? - Muito obrigado! Muito obrigado! – zumbiram os marimbondos entrando para dentro da cabaça que Ananse tampou rapidamente.

O Homem Aranha, então, pendurou a cabaça na árvore junto a Osebo dizendo:

- Agora, Mmboro, você está pronto para encontrar Nyame, o Deus do Céu.

Depois, Ananse esculpiu uma boneca de madeira, cobriu-a de cola da cabeça aos pés e colocou-a aos pés de um flamboyant onde as fadas costumam dançar. À sua frente, colocou uma tigela de inhame assado, amarrou a ponta de um cipó em sua cabeça, foi se esconder atrás de um arbusto próximo e, segurando a outra ponta do cipó, esperou. Minutos depois, chegou Moatia, a fada que nenhum homem viu. Ela veio dançando, dançando, dançando, como só as fadas africanas sabem dançar, até aos pés do flamboyant. Lá, ela avistou a boneca e a tigela de inhame.

- Bebê de borracha – disse a fada – estou com tanta fome, poderia dar-me um pouco de seu inhame? Ananse puxou a sua ponta do cipó para que parecesse que a boneca dizia sim com a cabeça. A fada, então, comeu tudo, depois agradeceu: - Muito obrigada, bebê de borracha. Mas a boneca nada respondeu. A fada, então, ameaçou: - Bebê de borracha, se você não me responde, eu vou te bater. E como a boneca continuasse parada, deu-lhe um tapa ficando com sua mão presa na sua bochecha cheia de cola. Mais irritada, ainda, a fada ameaçou de novo: - Bebê de borracha, se você não me responde, eu vou lhe dar outro tapa. E como a boneca continuasse parada, deu-lhe o tapa ficando agora, com as duas mãos presas. No auge da irritação, a fada tentou livrar-se com os pés, mas eles também ficaram presos. Ananse, então, saiu de trás do arbusto, carregou a fada até a árvore onde estavam Osebo e Mmboro, dizendo: - Agora, Mmoatia, você está pronta para encontrar Nyame, o Deus do Céu.

Aí, ele foi à casa de Ianysia sua velha mãe, sexta filha de sua avó e disse: - Ianysia, venha comigo vou dá-la a Nyame em troca de suas histórias. Depois, ele teceu uma imensa teia de prata em volta do leopardo, dos marimbondos e da fada, e uma outra que ia do chão até o Céu e por ela subiu carregando seus tesouros até os pés do trono de Nyame.

- Ave, Nyame! – disse ele – Aqui está o preço que você pede por suas histórias: - Osebo, o leopardo de dentes terríveis, Mmboro, os marimbondos que picam como fogo e Moatia a fada que nenhum homem viu. Ainda lhe trouxe Ianysia, minha velha mãe, sexta filha de minha avó.

Nyame ficou maravilhado e chamou todos de sua corte dizendo: - O pequeno Ananse trouxe o preço que peço por minhas histórias.

- De hoje em diante, e para sempre, elas pertencem a Ananse e serão chamadas de histórias do Homem Aranha! Cantem em seu louvor!

Ananse maravilhado desceu por sua teia de prata levando consigo o baú das histórias até o povo de sua aldeia e, quando ele abriu o baú, as histórias se espalharam pelos quatro cantos do mundo vindo chegar até aqui.”

Zélia Amador de Deus, 2008.

E por que Herdeiras de Zélia?

O Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará é uma entidade protagonista na luta pelas ações afirmativas no Brasil. Ele está em Belém, é um organismo vivo da Amazônia, de uma Amazônia que pulsa, de um ecossistema falante. Reconhecer o CEDENPA como um lugar de começo é o meu movimento Sankofa. Não podemos deixar o Brasil se esquecer disso, não podemos deixar que continuem a falar de Amazônia sem amazônidas. Então, esse é um primeiro incômodo. Essa tese versa sobre esse incômodo de falar de um lugar de mulheres negras amazônidas.

Quando eu li a tese da Zélia, pensei: “Achei o meu ovo, achei a minha memória, e é a partir disso que eu quero agora construir essa tese, construir esse pensamento”. Porque ali eu me identifiquei. A tese da Zélia fala da construção das ações afirmativas pelo movimento negro no Brasil, que são os herdeiros de Ananse.

Ela traz inúmeras questões que são muito caras ao debate, são os movimentos de negritude que pavimentam nossos caminhos, não é a branquidade. Zélia não usa o conceito de branquitude, Zélia usa o conceito de branquidade, porque para ela são partidas e intenções diferentes e que interferem nesse sufixo.

A tese dela é escrita na estrutura de um Auto. Então, tem o protagonista e o antagonista. O protagonista são os Herdeiros de Ananse e o antagonista é o racismo, que usa várias máscaras, incorpora várias personas, sempre com o objetivo de atrapalhar a vida dos Herdeiros de Ananse.

Trazendo para dentro do campo dos estudos de Internet e tecnologias digitais, para mim é exatamente isso: nós, enquanto herdeiros de Ananse, continuamos lutando. E agora, com mais uma máscara que é a máscara do racismo algorítmico, que é a máscara da vigilância digital, que é a máscara dos discursos de ódio e de todas as violências que vêm

com isso.

E aí, trazendo para gente, para mulheres negras da Amazônia, onde nós estamos em todo esse enredamento? Porque nós temos as próprias violências que são caras ao território, que são próprias do território, e essas violências não são amplamente debatidas. Então, se tu tens uma ação cometida pela polícia militar no Rio de Janeiro, isso é uma proporção nacional, que a gente aqui também se enreda no combate a essa violência. Nós também somamos no combate a essa violência. Mas quando acontece da polícia militar, por exemplo, do Pará, assassinar trabalhadores rurais, nós não conseguimos fazer um movimento inverso. O Brasil não se enreda nesse combate. O Brasil mal sabe o que realmente acontece na luta dos trabalhadores rurais.

E como a comunicação no Brasil é centralizada numa região, muitas vezes as pessoas daqui também não sabem sobre o próprio território, sabem muito mais do Rio de Janeiro do que do Pará.

Então, é como a gente some. A Amazônia existe, mas nós não existimos. Tem aí um bocado de coisa sobre a Amazônia na Internet. Mas e nós que estamos aqui? Nós que estamos construindo, os trabalhadores que estão aí há 50 anos na luta pela terra, dentro desses lugares, né? E a intelectualidade da nossa gente? Falando especificamente do Pará, eu sempre gosto de dizer que eu falo a partir do estado do Pará, que é impossível falar, é pretensioso e arrogante falar pela Amazônia como um todo. Existem algumas características de similaridade, mas existem muitas diferenças entre os territórios também.

Então, o trabalho da Zélia me ajudou a modelar todos esses incômodos, porque Zélia é a sabedoria anansística, ela é memória e luta pela coletividade.

O movimento Sankofa é quem guia muitos anseios.

Foi por meio de Zélia que conheci Ananse.

Foi por meio de Ananse que conheci o movimento de mulheres negras de Santarém.

Foi pelo movimento de mulheres negras de Santarém que cheguei às tecnologias ancestrais na Amazônia.

E juntas, temos uma tese de doutorado.

Thiane Neves Barros, 2023.

1. INTRODUÇÃO: QUAL O SEU LUGAR NO MUNDO?

Um rio é feito de muitos furos, estreitos e margens. Deixamos pegadas, rastros das embarcações, cada uma com uma história própria e muitas memórias coletivas de vidas, mortes, encantarias e transformações. O rio existe, é acessível, se movimenta e nos permite conhecê-lo aonde ele chega. Com isso, ao longo dos séculos, os seres humanos entenderam que, para navegá-lo, precisamos de infraestruturas múltiplas, de políticas de cuidado, de manutenção das vidas que o coabitam.

Essas decisões, inclusive, possibilitam que comunidades ribeirinhas se comuniquem com os demais mundos, de perto e de longe, acessem outros direitos que incidam nas políticas feitas pelos Governos. Se pensarmos que as oportunidades a partir dos rios podem transformar vidas, como seriam as discussões sobre direitos digitais se elas passassem pelas decisões de comunidades que vivem nos rios e dos rios? Quantos mundos mais dialogariam e criariam juntos?

Como amazônida, aprendi que meus rios formam encruzilhadas e nelas circulam muitas entidades amazônidas que andarilham por aqui há muito mais tempo do que podemos imaginar. Entre elas, está Ananse, o seu realismo fantástico que traz consigo as energias negras de Lebara e aqui encontram Matinta e Curupira, e todos me afetam e me levam em um quê de onisciência quando me vejo na fluidez da compreensão sobre essa multiplicidade amazônica, de floresta, cerrado, serra, mar, rio, igarapé, cachoeira, de gente que parece que anda sobre as águas e que, de certa forma, realmente anda, de gente que inclusive tem medo dessas mesmas águas, ou até de gente que não se sente parte disso, faz outras escolhas, percorre outros caminhos.

Eu fecho os olhos para a parede branca neste quarto de hotel em Santarém e os reabro nas memórias de tudo que aprendo sobre a dimensão comunicativa da Amazônia: um rio, nunca é só um rio. É também um fenômeno comunicativo e possibilita conexões, interações e conversações, nem sempre garantidas pelas infraestruturas dos meios de comunicação digitais.

E essa é uma condição que, para este trabalho, que vem contar sobre experiências de apropriação tecnológica por mulheres negras destas Amazônias, me permite jogar com os sentidos e conceitos de apropriação tecnológica ao estilo de Muniz Sodré (2014): “quem se apropria de quem?” e eu ironizo apenas para inverter lógicas: será que precisamos das configurações comunicativas do digital, quando se tem a dimensão dos rios e o domínio das

tecnologias de navegação por eles? Quem se perde onde? / entre rabetas e GPS de celulares, quem há de se perder? Entre as tecnologias de cá e de lá, quem há de se perder?

Mas para seguirmos, talvez, na mesma página, eu me sinto inclinada a perguntar: o que tu sabes sobre *a Amazônia*? O que os mapas mostram sobre esse lugar tão cheio de encantarias, com histórias de migrações, memórias de interrupções, dos territórios acusados de improdutividade ou de um imaginário superlativo onde tudo é demais, menos as humanidades daqui? Quantas negligências cabem nesses mapas artificiais?

Busque sobre a Amazônia. Qual seu ponto de partida? O *Duck Duck Go*, o *Google*, a *Wikipedia*? Os livros? A imprensa brasileira? Por onde começa sua noção de Amazônia? De minha parte que sou daqui, meu ponto de partida e o meu movimento, para sair da minha zona de conforto, começa assim:

Moradora do Bengui, um bairro de periferia que fica distante do centro de Belém, comecei no movimento negro fora da minha comunidade. Atravessei a cidade e fui parar em outra baixada, a Terra Firme. Foi dali que escrevi pela primeira vez sobre uma negritude de mulheres desse lado do Brasil: do coletivo Casa Preta à coletividade das Blogueiras Negras, minha blogagem passou a ser coletiva.

Por ser amazônida, pesquisar e escrever sobre a Amazônia, o professor Rogerio Almeida me alertou em uma conversa de mensagens no dia 6 de dezembro de 2022: “A gente tem muita responsabilidade com o que a gente narra ... A cobrança é maior”. Observar e participar dos processos (Amador de Deus, 2008) e ser parte da matéria estudada (Nascimento, 2016) demanda uma enorme responsabilidade para não recair em dispositivos coloniais (Neves, 2015, 2020, 2022; Lisbôa, 2019, 2022), mas sim de reforçar os múltiplos singulares e distintos processos (Almeida, 2021) pelos quais somos enredados. Então, em 2013, a comunidade das Blogueiras Negras passou a ser meu território digital para trazer minha territorialidade amazônida para o centro e atravessar os limites geográficos dos mapas.

Ainda que saibamos que o próprio nome Amazônia já é resultado dessa intervenção colonial, eu escrevo de dentro e busco compreender a dimensão desse “estar dentro” a partir das múltiplas lentes de nossas cosmopercepções e, ao navegar pelos territórios de dentro, me percebo em aprendizado para romper cada vez mais com os resquícios de reproduzir uma Amazônia única, reduzida em um vício colonial de mundo único: “o mundo amazônico”. Isto é uma ficção que deleita apenas quem se satisfaz com coisas unilaterais, monosaber, monofonia, em miúdos: quem tem o afã de colonizar e amordaçar.

Parti para o doutorado com a mesma inquietação que eu cheguei às Blogueiras Negras: falar das negritudes amazônidas de mulheres que estão resistindo politicamente, mas, devido

às fronteiras geopolíticas, são desconhecidas, invisíveis mesmo dentro de movimentos radicais, muitas vezes exotificadas nos mesmos moldes do imaginário colonial. Então, chegamos aqui neste movimento: como mulheres negras da Amazônia paraense estão se apropriando das tecnologias digitais diante de tamanha precariedade de infraestrutura e (des)qualidade de acesso? Quais são nossas especificidades? Vamos ao debate.

A partir da hipótese de que, tal qual Ananse, suas herdeiras enfrentam grandes desafios para contar suas histórias, já que atendem demandas, negociam e, possivelmente, desobedecem a algumas regras e formatos impostos pelos poderosos das tecnologias digitais (as *big techs*) que insistem em deixá-las à margem das centenas de possibilidades deste campo e ditam as regras do como, quando e o quanto as pessoas que estão sentadas à margem da mesa podem se apropriar das tecnologias digitais. Além disso, em seus territórios, imperam as cruzadas coloniais dos extrativismos predatórios (minerais, culturais, de dados etc), por meio de suas próprias categorias, as herdeiras de Ananse se apropriam da Internet e das tecnologias digitais e criam possibilidades para estar, ou seja, seguem o legado da Deusa Aranã:

Ananse dominava um saber científico-tecnológico precioso: tecer fios de prata tão fortes que suas teias aguentavam o peso de um leopardo, de uma fada e de marimbondos que picam como fogo. Além de sua mãe Ianysiá.

Este saber, dominado por Ananse, é o fio-ação mais poderoso à disposição de suas herdeiras para o combate aos mitos criados pelas colonizações sobre a Amazônia. As herdeiras de Ananse se enlaçam em teias fortes, como fios de prata, e se apropriam desse legado que nos dá acesso às histórias do mundo, onde quer que elas estejam concentradas. É a apropriação intuitiva de uma tecnologia ancestral.

Nos rastros de Ananse estão militantes pelas artes e pelas culturas, pela educação, pelo meio ambiente, pela comunicação e cultura digitais, pela autonomia e soberania dos povos Amazônidas. Exemplo disso é o domínio de crianças, mulheres e de pessoas idosas sobre as melhores formas de diálogo com os rios que constroem suas estradas fluviais, por meio de pequenas e familiares embarcações como rabetas, canoas e lanchas.

(Neves Barros, 2020, p. 121-122)

As herdeiras de Ananse não escamoteiam suas histórias no deslumbramento das novas tecnologias (Martín-Barbero, 2004). Inclusive, durante o campo, fizemos questão de assinalar as memórias das tecnologias criadas e/ou mantidas em suas comunidades que antecedem o *frisson* das tecnologias digitais. Seja a brasa acesa usada para coar café, na ausência de um filtro de pano ou de papel, como fazia o pai da interlocutora Jan: “*Não tinha coador. Aí que que o papai fez? O papai pegou aquela brasa de fogo e colocou dentro do café, eu fiquei meio assim né? Eu não queria tomar, mas ele disse assim: - Toma, minha filha, pode tomar que, a brasa tá acesa, colocando dentro do café a borra abaixo*”; o pilão usado pela família da interlocutora A para transformar a castanha de caju em paçoca: “*Eu lembro bem dessa*

situação, das crianças na roda com pilão e o pilão era grande mesmo”; a cuieira na casa da avó da interlocutora S e o processo de criar uma cuia; e falamos do processo de extrair tucupi e a farinha; da extração de óleo de coco babaçu e, no final das contas, como muito bem disse a interlocutora B: “*Se a gente for pensar na tecnologia de comida amazônica, vixe, a gente fica a noite inteira aqui*”. Uma pequena cartografia de tecnologias comunitárias, tecnologias de cuidado, tecnologias para a sustentação da vida criadas nas variadas localidades amazônicas.

Olhar as tecnologias a partir desse outro lugar, formar encruzilhadas, enredamentos. Lembrar dessas criações é uma proposta nossa para a resistência da boa memória que temos das nossas histórias a fim de que mantenhamos vivas as nossas criatividades.

Mas os usos e as formas de apropriação das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) vêm sendo observadas há algum tempo, nestes nossos territórios. Diogo Miranda (2014) realizou uma etnografia em Afuá/Marajó na qual acompanhou a chegada da primeira operadora de telefonia móvel e as mudanças culturais junto com isso; Heitor Paulo Pinheiro e Tatiana Schor (2015) estudaram sobre o acesso à Internet em duas cidades do Amazonas: Parintins e Itacoatiara, dois municípios ribeirinhos e urbanos ao mesmo tempo; Janine Bargas (2018) conta, em sua pesquisa, que, apesar da conexão precária, muitas áreas quilombolas começaram a navegar na Internet pelo *Facebook* e pelo *WhatsApp*: O *Facebook* porque permite o acesso a conteúdos multimídias, a constituição de grupos ou comunidades, a integração com outros aplicativos, jogos *on-line* e o *WhatsApp* porque permite a troca de mensagens instantâneas, ligações de voz e vídeo, envio e recebimento de mensagens de voz, vídeos e fotografias, criação de grupos, entre outros recursos de comunicação.

Durante a pandemia de COVID-19, apresentamos um *paper* sobre as estratégias ciberativistas para a redução de danos no processo de distanciamento compulsório (Neves; Mesquita, 2020) e um artigo sobre como os algoritmos somem com as humanidades e urbanidades da Amazônia e alimentam um imaginário fetichizante da região (Neves; Santos, 2020). Mais recentemente, Flávia Ribeiro (2023) defendeu sua pesquisa de mestrado sobre a Marcha Virtual de Mulheres Negras Amazônicas, que aconteceu em 2020, um marco histórico para nós, como forma de registrar essa ocupação do espaço digital.

E, antes de tudo isso, tivemos uma ciponet, que era como alguns blogueiros daqui chamavam a qualidade da conexão: tinha a velocidade de um cipó, às vezes rápida, outras vezes mais demorada.

As tecnologias digitais também são usadas para as resistências dessas memórias comunitárias, como, certa vez, soube do uso do *WhatsApp* para o aprendizado de uma língua indígena: no grupo que essa comunidade tem/tinha no mensageiro, era proibido falar em

português. Idem para uma “tecnologia do recado” identificada em territórios indígenas como a principal responsável pela comunicação entre comunidades distantes entre si e sem acesso aos serviços da Internet.

Ao compreender que as teias de prata que Ananse tece são o fio-ação das memórias e das resistências que geram ações políticas nos movimentos de negritude (Amador de Deus, 2008), passei a compreender que tipitis, peconhas, matapis, entre outras centenas e quem sabe, milhares, são tecnologias criadas pelos povos originários por toda a Pan-Amazônia.

Com isso, o objetivo desta tese é compreender as múltiplas relações das herdeiras de Ananse com as tecnologias digitais, seus enredamentos, usos e as especificidades de seus processos de apropriações. O que lhes demandam essas redes, como resolvem essas demandas e quais as consequências (ou o legado) de suas ações nessas redes digitais.

Neste lugar específico, convoco ao debate sobre apropriações tecnológicas outras mulheres negras da Amazônia paraense, bem dali do Oeste do Pará, conhecido também como Baixo Amazonas (Figura 1), região que engloba 13 municípios (Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Mojuí dos Campos, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa), além de ilhas, quilombos, reservas indígenas, Flona, registros arqueológicos em cerâmicas e inscrições rupestres, e demais territórios de resistência. A região ocupa uma área de 315,86 mil km² (25% da área do Estado do Pará).

Figura 1 - Mapa do Pará com destaque para a Região do Baixo Amazonas/Oeste do Pará



Fonte: *Site Expedição Pará*

1.1 - E O QUE É SANTARÉM?

Casa. Porto seguro. Meu lugar no mundo. Assim, Santarém é definida pelas interlocutoras S e Mar:

É aqui eu pertença aqui é o único lugar, aí meu Deus eu vou chorar, meu lugar no mundo é Santarém, é o único lugar que eu me sinto em casa, eu não tenho medo de nada aqui, nada, eu passei anos com síndrome do pânico, com ansiedade, com depressão, porque a cidade que eu morava era muito violenta, eu tinha medo de ir pra faculdade andando. Não tenho medo de nada. De nada. Eu estou em casa. Qualquer coisa que acontecer comigo eu tenho quinze pessoas que vão me abraçar. Lá eu não tinha. Tudo que acontecia comigo eu ficava sozinha dentro de um apartamento chorando. não tinha pra onde correr, não tinha o que fazer. Aqui eu estou em casa.
(Interlocutora S, Entrevista, 09 de dezembro de 2022)

Eu também, eu sinto isso, eu sinto que é o meu lugar, porto seguro assim, sabe? Onde a gente tá e não só pela família, mas pela própria cidade. Sabe, quando eu estava assim, também meio com problema, eu pegava eu ia lá pra orla sempre. Seis, sete horas. Aí você estava lá naquele quando ficava olhando pro rio. Aquele rio, eu acho que o rio ainda tem, ele tem o poder de cura muito forte. Coisa mais linda o pôr do sol, eu vou ali pra aquela nossa orla só pra me sentar e olhar aquele pôr do sol acho que não tem lugar nenhum o pôr do sol mais bonito que daqui de Santarém. Olha a coisa mais linda do mundo e salva! Eu fui salva por muitas vezes. Então é uma coisa assim que eu não consigo me imaginar morando num outro lugar ou fazendo outra coisa ... a minha terapeuta perguntava tu tem que achar o teu lugar no mundo aí um dia eu respondi pra ela que meu lugar no mundo é aqui porque eu não consigo me ver morando em outro lugar. Entendeu? E eu quero é que a nossa empresa vá em todos os lugares aqui em Santarém ... eu me sinto muito honrada de poder conhecer mulheres tão incríveis lá na Kitanda, cada uma delas tem uma história né?
(Interlocutora Mar, Entrevista, 09 de dezembro de 2022)

O relato de ambas vem ao encontro do meu próprio relato em relação não só a Belém, mas sobre Marabá, de onde vem minha família, ao estado do Pará e a estas Amazônias sobre as quais eu tanto falo e há tanto tempo. Um exemplo disso é que depois de ler meu projeto de qualificação, minha orientadora me enviou uma mensagem dizendo: “Você mergulhou no território e rapidamente se apropriou da sua tese” (Graciela, 7 de junho de 2021, via *Telegram*). Ah, esse território-identidade, não é, professor Milton Santos?

Santarém tem aproximadamente 331.942 pessoas habitantes e uma área de 17.898,389 km², é banhado por seis bacias hidrográficas. O marco fundador de Santarém é o ano de 1661, a cidade recebe esse nome em alusão a Santarém que fica em Portugal, já que a colonização portuguesa no Pará foi bastante intensa. O Bruno, que é o esposo de uma das interlocutoras deste trabalho, desenhou a cidade num formato de peixe e, nos mapas

² Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/panorama>. Acesso em: 19 jul. 2024.

brasileiros, o formato da cidade me lembrou os nossos pulmões (Figura 2). Imagens de sentido, afinal. Peixe ou pulmão, gosto dos significados.

Trago também as palavras de Alessandra Caripuna sobre Santarém:

A cidade de Santarém, carinhosamente conhecida como Pérola do Tapajós, localizada no oeste do Pará, enfrenta o fenômeno fluvial dos rios Amazonas e Tapajós.

Ocupa posto de destaque nesta região denominada Baixo Amazonas. Para além das belezas ímpares e naturezas exuberantes, Santarém abriga vidas e com estas, suas peculiaridades que são influenciadas economicamente.

Trata-se de um lugar que traz com si valores culturais e anseios, por vezes conflitantes e desiguais. Marcada por políticas e ciclos econômicos violentos por ataques e apagamento da cultura indígena nativa e pela exploração escravista colonial de onde originam territórios quilombolas e população negra urbana.

Marcada por diversos ciclos econômicos, entre juta, borracha, garimpo, minérios e, recentemente, a soja. Traduz reflexos claros da política ambiental adotada, ainda que como uma política de Estado no Brasil pós-abolição.

Tal conjuntura expõe concepções racistas de lugar, de negação e de desigualdades étnico-racial, em desfavorecimento indígena do negro e da mulher, distribuídos em setores do ordenamento urbano, direito à cidade, geração de renda, política de acesso a crédito e fortalecimento da autoestima.

Percebida em relatos, rodas de conversas e informações étnico-raciais realizadas aqui em Santarém, pelo nosso grupo, traz à tona a ausência de políticas públicas de boas práticas capazes de reverter tal cenário de desigualdades, objetivando combater o racismo estrutural e o racismo ambiental.

Nós estamos vivendo num conflito muito forte com relação ao racismo ambiental e a nossa luta aqui é diária. Então, se você percebe, nós vivemos de ciclos políticos em Santarém. Então essa Amazônia que as pessoas de fora compram, de achar que aqui não tem vida, não tem vida humana, baseada nesse racismo ambiental, é de fundamental importância que a gente comece a identificar esse tipo de pensamento.

(Alessandra Caripuna, aula para a Ação Educativa, 26/09/2022)

A primeira vez que eu estive em Santarém foi aos 13 anos de idade, passei as férias de junho com minha madrinha e meu padrinho. Naquela época, o fuso horário ainda diferenciava e acredito que foi a primeira vez que eu vivi a experiência do “horário diferente”, pois eu saí de Belém às 11h e cheguei em Santarém às 11h. Depois, estive novamente na cidade em uma viagem a trabalho, mas foi uma rápida parada feita pelo III Encontro Internacional do IFNOPAP (1999), que acontecia a bordo do Catamarã³ e, em 2015, eu sonhei que mudava para a cidade, todos esses caminhos de idas e vindas se encontram em 2022.

³ Mais sobre o evento pode ser lido aqui <https://ifnopap.blogspot.com/p/cronologia.html> e aqui <https://pt.wikipedia.org/wiki/IFNOPAP>.

Figura 2 - Mapa de Santarém



Fonte: Site do IBGE, 2023

Eu não sou de Santarém, mas de alguma forma me tornei. Fui encantada pelas sabenças dessas mulheres e pelas águas escuras desse imenso Rio Tapajós por onde circulam infinitudes de memórias sobre saberes tecnológicos que se misturam às cosmopercepções que encontrei. Eu sou de Belém, na região noroeste do estado do Pará, eu sou “lá do parázinho”, como debocham os Santarenos e desci ao Oeste do Pará com o propósito de aprender mais sobre as Amazônias.

Tenho um incômodo enorme sobre algumas formas como as Amazônias são faladas (Neves; Santos, 2020; Azevedo; Silva; Barros, 2023), a forma como os “apagamentos” e “invisibilidades” nos atravessam - e não estou considerando como visibilidade a perspectiva liberal de “empowerment”, “influencer”, de engajamentos individuais -, as formas como o Brasil não conseguiu superar suas leituras coloniais sobre a região e em como isso dificulta nossa autonomia e soberania nos diversos campos estruturais e sociais, porque de fato a Amazônia não tem sido priorizada, bem como nenhuma periferia, mas existem diferenças significativas entre ser periferia nos centros urbanos e ser periferia longe das lentes, memórias e prioridades.

Como todo trabalho de pesquisa reflete uma realidade, um contexto, uma localização no mundo, este é o meu lugar neste mundo de uma pesquisa de doutoramento. Junto com Maras,

Alessandras, Sabrinhas, Marilenas, Saras, Beatrizes, Luanes, Brunas que, juntas às 8 milhões de pessoas do estado do Pará, carregam memórias a respeito dos movimentos de suas amazonidades, dos saberes de suas famílias em ciências e tecnologias, e cujas apropriações das tecnologias digitais também partem de especificidades.

1.2 - METODOLOGIAS

“Negro tem que ter nome e sobrenome, ou o racismo dá o nome que quiser”
(Lélia Gonzalez)

É muito difícil não dar o nome às mulheres que escrevem este trabalho comigo, pois o anonimato é uma exigência dos ritos acadêmicos. Mesmo sendo uma trabalhadora dos cuidados digitais e com toda consciência da importância da privacidade e da segurança, em um trabalho acadêmico, como este, seria fundamental trazer seus nomes para serem referenciadas com a devida justiça. Mas, por conta do compromisso ético-acadêmico e pelo compromisso de que esta pesquisa não é escrita apenas por mim, a estratégia adotada é identificar cada uma delas como Interlocutora + a inicial do nome ou de parte do nome. Exemplos: Interlocutora M e Interlocutora Mar.

A pandemia de COVID-19 não só atravessou essa tese pela minha saúde mental, meu retorno a Belém e a necessidade de pagar as contas, como atravessa de forma drástica os relatos das mulheres que a escrevem comigo. Fomos afetadas conjuntamente pelas violências estruturais evidenciadas durante a pandemia, como também pelas perdas pessoais, pois partiram mães, pais, avós/avôs, irmãos, amigos e muitas outras pessoas importantes em nossas vidas.

Metodologicamente também importa informar que este trabalho não dialoga com conceitos e/ou expressões como “excluídos digitais”, “analfabetismo digital”, “isolamento digital” e congêneres, da mesma forma como não uso “floresta” em condição alguma para definir a Amazônia.

Nas trilhas de Martín-Barbero, os caminhos metodológicos desta pesquisa são de ir, vir, sair, rever, reformular, repensar, ler e reler. E de uma pesquisadora que também é militante e assume a interdisciplinaridade como uma metodologia de cruzos. O que trago nesta primeira exposição dos fundamentos teóricos que sustentam o caminho que escolhi traçar para esta pesquisa, contam muito das minhas próprias descobertas nas leituras feitas. Nenhum dos referenciais chega a este trabalho por uma determinação do acaso: dos estudos amazônicos ao feminismo negro, o exercício de um pensamento sem amarras coloniais são as infraestruturas

que me dão acesso ao debate sobre apropriações tecnológicas na Amazônia e as ações políticas de mulheres negras na luta em defesa dos direitos das mulheres, do território e pelo bem viver.

Neste cruzo, adoto a Infraestrutura de Afetos como nossa metodologia principal, uma metodologia transfeminista construída junto à Rede Transfeminista de Cuidados Digitais (RTCD). A pesquisa começou com uma Etnografia digital em busca de coletivos de mulheres negras amazônidas ativas em redes sociais e com ações políticas em ambientes *online*. Naquele começo, fiz uma busca ativa especificamente por coletivos feministas e/ou trabalhos que trouxessem esta temática, sempre focados na Amazônia, tanto em buscadores abertos (*DuckDuckGo*, *Google*), plataformas de trabalhos acadêmicos (Plataforma Sucupira da CAPES, Diretórios de Grupos de Pesquisa do CNPQ, Anais da Intercom, Anais da Compós e *Scholar Google*), criei alertas na Plataforma do *Google* com as palavras “Amazônia e Feminismos” e “Amazônia e Privacidade”.

No intuito de também elaborar uma narrativa cartográfica social e crítica, empresto de Martín-Barbero (2004) e de Almeida (2013) as possibilidades de construir uma cartografia do conhecimento que propõe que tracemos nossos próprios mapas do que encontramos nos territórios por onde caminhamos pois, assim, quem cartografa conta também dos seus próprios caminhos. Martín-Barbero busca cartografar o pensamento comunicacional a partir de sua própria jornada e na empreitada de debater práticas de comunicação e movimentos sociais indaga a dominação, a produção e o trabalho a partir das brechas e a isto chama de mapa noturno, um mapa para mudar o lugar das perguntas e trazer as margens para o centro.

Por isso, existia também um desejo de mapear o máximo de coletivos apenas como registro de suas existências, consegui alcançar alguns poucos, mas de forma significativa, com a maioria fiz interações e continuo acompanhando seus trabalhos e ações *online*. No afunilamento dos coletivos, cheguei a três grupos importantes no Pará, localizados em três regiões diferentes do estado (Santarém é a Oeste; Altamira é na região do Xingu e Belém ao Nordeste), com trabalhos também diferentes, mas com valores muito parecidos na luta contra violências racistas, LGBTQIA+fóbicas e, sobretudo, atuando em um esforço de contribuir com as narrativas amazônicas livres dos estigmas e estereótipos pregados pelas lentes colonialistas.

Entre os três coletivos, a comunicação com o movimento Mulheres Negras de Santarém foi a que firmou e fluiu em um encontro *online* com algumas integrantes do grupo e três viagens a Santarém, ao longo do segundo semestre de 2022, com a realização de duas rodas

de conversa, duas oficinas e três entrevistas em grupo nas quais provoqueei o debate sobre Internet, Amazônia e também sobre os movimentos feitos por elas em seus territórios.

Além disso, fui inspirada por Ceres Santos (2000) para assumir que este trabalho é uma pesquisa ativista, a partir da qual, nós pesquisadoras envolvidas, rompemos com categorias eurocêntricas como a imparcialidade e a neutralidade. No meu trabalho de campo, eu fui além de observar ou acompanhar partes de suas rotinas, suas casas, famílias, empreendimentos e os projetos dos quais fazem parte: eu fiz laços e desejo que estes sejam tão resistentes quanto a teia de prata de Ananse.

Os mapas inventados sobre a Amazônia nos colocam à margem de quaisquer construções positivas, são mapas que estabelecem uma fronteira e um limite que não são reais, reconstruir um olhar que repense esse mapa a partir das experiências de coletivos de mulheres negras é o movimento dos ingredientes cartográficos trazidos para o trabalho.

Tratar a vida comum como ponto de partida para discutir o digital é, na perspectiva desta narradora-pesquisadora, parte primordial para as disputas de narrativas nesse campo de investigação. Não se faz nada sem água, sequer a Internet é construída ou mantida sem água, que digam as hidrelétricas construídas no Pará e os linhões de transmissão elétrica. Mas estas mesmas águas são tratadas como problemas e dificuldades quando oportuno:

Se o Brasil tem a maior extensão de linhas de transmissão de energia elétrica do mundo, ao ponto de ligar as hidrelétricas da bacia do Rio Amazonas à Região Sudeste do país, por que os rios da região são empecilho para a expansão das infraestruturas de Internet?

(Azevedo; Silva; Barros, 2023, p. 149)

Até os usos das águas amazônidas são uma escolha política. É por isso que a primeira decisão metodológica é que este trabalho de pesquisa, por ser coletivamente amazônida, é pensado em coautorias, escrito hora na primeira pessoa do singular – quando falo por mim – e hora na primeira pessoa do plural quando a escrita reflete a coletividade. Eu, nós. Falo por mim, escrevo sobre as nossas falas, mas não falo, sequer escrevo, por ninguém, bem como não represento nenhuma categoria que queiram chamar de homogênea ou universal.

1.3 - A BOCA QUE TUDO COME: POR UMA COMUNICAÇÃO EXUÍSTICA EM METODOLOGIAS DE PESQUISA

Começo pela apresentação de uma perspectiva Exuística dos fenômenos comunicativos relacionados às apropriações tecnológicas, como uma forma de olhar para pesquisas no campo

da Comunicação, das confluências entre os modos de ver a partir de Exu e os modos de olhar para métodos de pesquisa que não busquem a simplicidade dos binarismos que condicionam resultados a modelos pré-estabelecidos por meio de teorias que nem sempre consideram especificidades. Existem métodos para se comunicar com Exu, mas que também considera os múltiplos, as dicotomias e as possibilidades.

Para tudo que fazemos no Candomblé, Exu vem na frente. E para cada processo: métodos. Primeiro a consulta aos Búzios, busca-se orientação diante do contexto em questão. Feito o jogo, questão-problema posta, tudo anotado no caderno, é hora de aplicar os procedimentos do que o jogo indicou: Um Obi? Um Bori? Um Bori de Água? Assentar Exu? Uma comida para Exu? Por ser o primeiro, o princípio, o meio e a possibilidade, é ele quem saudamos antes de qualquer outro Orixá. Exu é quem come primeiro. Tudo tem um motivo, um objetivo, os ingredientes da comida de Exu têm função e as formas de fazer são rigorosas.

Exu está na criação, na fertilidade. É sério, leva tudo a sério, tão sério que vem jogar conosco para avaliar se realmente sabemos o que buscamos nessa comunicação. Se pedimos, se o chamamos, ele atende. E tal qual a um processo de pesquisa: é preciso saber o que se busca, é preciso responsabilidade para não chamar Exu à toa. Da mesma forma que nas pesquisas acadêmicas só chamamos por uma metodologia se ela faz sentido ao nosso conjunto de questões.

Exu abre este trabalho como se despacha a porta nas casas de Candomblé para que as mensagens cheguem aos destinos pretendidos, como afirma a Yá Kekerê (Yalorixá Ayrá Kaiobi) do Ilê Yabá Omi em Belém: "despachar a porta é colocar Exu na rua, na frente, na porta, para afastar energias ruins e proteger a casa". Portanto, feitas as devidas ponderações sobre qual linha metodológica seguir e quais procedimentos adotar, despacho a porta deste trabalho para que ele siga nos melhores caminhos:

Laroyê, Exu!
Aqui eu chamo pela tua astúcia
Que ela me guie na transformação do que vivi
vivemos
em palavras justas e que façam sentido
para quem me deu o direito de dizê-las
Mo jubá!

Dessa forma, o título desta seção é uma analogia para dizer que este trabalho comeu o quanto foi ofertado pelo movimento de mulheres negras de Santarém: cada palavra, gargalhada, choro, cachaça, samba, ilustração, sabonete, turbante, colar, tecido, abraço,

perfume, chateação, indignação, sabedoria, ação política e comida, muita comida. E tudo foi devorado enquanto fenômeno comunicativo e todos os sentidos de apropriações comunicativas do digital que foi possível identificar: da compreensão de que os modelos impostos em redes sociais nos furtam autonomias, até o sonho de construir uma plataforma digital para chamar de nossa.

A Yalorixá Mãe Nalva de Oxum ensina que Exu é senhor da palavra, a quem recorreremos para uma comunicação bem-sucedida e afortunada: “Que eu use as palavras certas para me comunicar”, afirma a mãe de santo no cotidiano de ensinamentos no Ilê Yabá Omi. E o que Exu tem a ver com a tecnologia? Ela responde: “Exu está em tudo, desde a eletricidade”. Exu é o Orixá conhecido pelas encruzilhadas, que nas culturas Nagô-Bantu-Yorubá são possibilidades e oportunidades de escolher os melhores caminhos.

Encruzilhada tem sido uma categoria e um conceito acionado por muitas pesquisadoras negras no Brasil, afirmam Winnie Bueno e José Carlos dos Anjos (2022) que, a partir do contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), identificam que pesquisadoras negras acionam esta categoria-conceito como forma de vencer o mal-estar e a obrigatoriedade de trabalhar com epistemologias que ignoram, marginalizam e subalternizam os saberes que trazem consigo ao longo de suas trajetórias de leitura e estudo. Outra motivação apontada por Bueno e Anjos é que as pesquisadoras trazem um conceito de encruzilhada de saberes também para escapar de recorrentes acusações de essencialismos (como se a Academia não fosse essencialista).

Na governança metodológica, a busca por métodos que nos possibilitem reflexões afortunadas é constante. É buscar sentidos nos cruzos dos métodos que se apresentam para nós a partir dos diálogos no campo, de olhos e ouvidos em alerta e abertos ao sentir, em estado de quase transe. “Exu é o princípio da existência diferenciada” (Sodré, 2017, p. 175), por isso, no processo desta pesquisa, incansáveis vezes eu perguntei: essa decisão faz sentido?

E foi na feira, no mercado e no encontro das águas que as negociações e trocas aconteceram, que as possibilidades foram ajustadas, sempre mirando múltiplos olhares e intencionalmente evitando inventar verdades absolutas que dessem asas aos dispositivos coloniais sobre como estas mulheres se apropriam de tecnologias digitais.

Eu sonhei com Exu dez anos atrás. Tão nítido que lembro cada detalhe do sonho até hoje, ele trajava branco, ao redor a louça era branca também, uma cor incomum para associar a ele, mas trabalhava e me olhava nos olhos com um sorriso no rosto. Partir de minha relação com Exu foi primordial para avançar e escolher os caminhos desse trajeto. Voltei às encruzilhadas para escolher um novo caminho sempre que senti necessidade de fazê-lo na

insistente busca por sentidos, são as rasuras do ir e vir, voltar e retomar, olhando para o método como ele realmente é: movimento, jogo e fluidez. É na reivindicação por uma autonomia metodológica, uma busca emancipatória (Sodré, 2017) que permita mergulhos profundos, para além da beirada (Rufino, 2019) que podemos construir pesquisas desapegadas das lógicas coloniais, para além do discurso teórico.

Para saudar Exu, cortamos, cozinhamos, oferecemos, em cada ação comunicativa, sentidos próprios para uma entidade que caminha nas ruas e traz consigo as dicotomias humanas, é uma filiação humana e divina (Sodré, 2017). Existe esse Q de transgressão associado a Exu porque, mesmo na dimensão da vida, pensamos os nossos métodos de forma cartesiana, linear, olhando para as bifurcações como problemas de escolhas, descartamos o errado e buscamos incansavelmente o certo e a verdade. Em vão. Porque somos dualidade.

Então, se até Exu é múltiplo, por que nossos métodos de pesquisa deveriam cumprir rituais únicos apenas pela força da adequação? Foi ele quem passou na frente e, por meio dos seus rastros e das suas pegadas, traçou a caminhada desta pesquisa em uma visada metodológica que me permitisse alcançar a transculturalidade da comunicação e de pensar as tecnologias da comunicação, bem como as múltiplas possibilidades para sua apropriação, sem sobreposições de saberes. Exu é o fundamento da comunicação, é o dinamizador do mundo, inclusive das negociações políticas, porque ele é o primeiro, o princípio, relaciona-se com tudo que existe (Sodré, 2017).

“Exu acertou um pássaro ontem, com a pedra que atirou hoje” é um ditado Nagô-Yourubá bastante familiar nos contextos das tradições de matriz africana no Brasil. Eu o aciono aqui neste trabalho para lembrar que para rompermos com as lógicas coloniais (Bispo, 2015) e com as colonialidades do ser-saber-poder (Maldonado-Torres, 2019) é preciso repensar nossas cosmogonias e cosmologias, ou seja, nossas possibilidades de ser-existir e de nossas composições.

Em diversos outros trabalhos sobre Exu, também é muito comum o uso do conceito “Ebó de descarrego colonial” (Silva, 2015; Rufino, 2019; Gonzaga, 2022). Neste aqui, quero assumir a Quizumba (aquela quizumba da neguinha atrevida) como um paralelo a essa perspectiva para o campo da Comunicação, pois, afinal, a convocatória traduzida por Lélia Gonzalez (1984) parte da reivindicação pelo direito de falar em primeira pessoa, considero como se fosse um primeiro fio puxado relativo a outra frase muito usada pelos movimentos negros: “Nada sobre nós, sem nós”, estamos na disputa de narrativas: “Em Exu, são essenciais as funções da boca tanto nas ações de introjeção e restituição (daí as representações

do dedo chupado, do cachimbo fumado, da flauta soprada etc) quanto nas ações de comunicação” (Sodré, 2017, p. 176). Por isso, falamos muito nessa pesquisa de campo.

Exu é o álibi metodológico aplicado nesta pesquisa, cuja pesquisadora é incomodada com os normativos olhares a respeito das possibilidades humanas. É neste trânsito que eu cortejo Exu com Ananse, donos das escolhas metodológicas deste trabalho. Ananse despertou a noção de legado científico-tecnológico por meio de suas inquebrantáveis teias de prata e, a partir das artimanhas de ambos, dos movimentos feitos para desarmar verdades absolutas e coloniais, o possível se concretiza: apresento meu tabuleiro e jogo com os sentidos de construção de metodologias de pesquisa em Comunicação, incluindo o afeto também como uma ação político-metodológica.

Então, para além dos objetivos acadêmicos-científicos, este trabalho é uma conversa entre mulheres negras se conhecendo, tendo como desculpa uma análise sobre as apropriações das tecnologias. Bem-vindas/es/os aos meus rios, desejo que sua navegação por aqui desperte curiosidades e muitas perguntas. Nem eu, nem você, estamos sozinhos neste percurso de leitura/escrita/conversa. Tudo o que escrevi aqui traz junto a sabedoria de muitas outras pessoas, de coisas que eu ouvi em conversas informais, aprendizados com pares, algumas que inclusive serei incapaz de nomear porque nem sempre me dei conta que um mínimo bate-papo, já era dado para registro. Mas faço questão de que sua leitura tenha consciência de que eu não falo sozinha, que eu não falo pelo todo.

É um jogo arriscado. Exu - método - afeto - Ananse. Ingredientes de uma brincadeira séria, uma feitiçaria para enredar quem começa a nos ler por aqui. No capítulo 2, apresento a Infraestruturas de Afeto, uma metodologia transfeminista que trago do ativismo da Rede Transfeminista de Cuidados Digitais para esta pesquisa-ativista (Ceres, 2020), como temos construído esse percurso e quais seus fundamentos e protocolos. É um capítulo mais afetuoso, afinal conto sobre minhas viagens a Santarém, os encontros com as herdeiras de Ananse, sobre o cuidado coletivo, das portas abertas, dos abraços emocionados e sonhos que sonhamos juntas, tal qual sugerimos na metodologia transfeminista: formamos redes.

O capítulo 3 está um pouco mais arisco, indignado, foi a escrita mais demorada, mais longa, mais cheia de ir e vir, de apagar e desistir, de reescrever e recolocar para também mostrar nossas presenças. É nele que falamos sobre as políticas digitais, sobre como o capitalismo de vigilância me soa como *déjà vu* já que a mineração pavimentou um modelo de tecnologia tão predatória que ele é replicado para o digital. Vemos como toda infraestrutura se sustenta e mantém funcionando o dispositivo colonial.

No capítulo 4, trago minhas reflexões sobre gênero, raça e território a partir das lentes

feministas negras, discuto como feministas negras têm problematizado as imagens que circulam a nosso respeito e como a nossa territorialidade também é atravessada por esse dispositivo colonial.

No capítulo 5, a quizumba! Não sem antes entendermos um pouco sobre os debates referentes à apropriação de tecnologias até chegarmos às categorias que importam para as interlocutoras anasísticas deste trabalho. Chegamos a 5 categorias relativas às suas experiências de apropriação digital que são 1) Território e Territorialidade; 2) Linguagem; 3) Enredamentos. Coletividades e Comunidades; 4) Vigilâncias e Violências; e 5) Autonomia e apropriação. A quizumba surge em forma de malcriação em respostas debochadas às imagens de controle, vem em forma de sonho por um espaço digital próprio que é um *site* que traga tanto visibilidade quanto autonomia comunicativa para seus trabalhos.

Por fim, assim como Zélia Amador de Deus, este trabalho contribui com a memória da resistência e o papel estratégico de armar quizumbas, ação própria dos movimentos de mulheres negras, agindo também como um fio-ação para a apropriação tecnológica. É um processo construído intencionalmente. Existem etapas para chegarmos lá, mas veja, trato apropriação como uma compreensão política e de usos críticos das ferramentas, o que não significa dominar os botões, nem mesmo a gramática.

Concluo o trabalho ainda com essa reflexão sobre a quizumba, compondo inclusive um certo protocolo de identificação de como ela acontece nas ações de herdeiras e herdeiros de Ananse. O debate continua aberto para ser apropriado e que outras referências contribuam com as apropriações tecnológicas de mulheres negras da Amazônia paraense e das outras tantas Amazônias.

Esperançar!

Fiquem juntas!

Nenhuma de nós

Nenhuma

Vai Aguentar Sozinha

Fiquem juntas!

É preciso

Procurar

As outras

É preciso ser procurada

Pelas outras

Fiquem juntas!

Uma chora

A outra enxuga

Outra cai

A uma levanta

Fiquem juntas!

Nenhuma de nós

Nenhuma

Vai aguentar sozinha

Precisamos mais do que nunca

Ter sempre uma mulher por perto.

Cidinha Oliveira

2. NOS CURSOS DOS RIOS, METODOLOGIAS DE CRUZOS

Nascente, Afluente, Subafluente, Confluência, Meandro, Estreito, Margem, Leito e Foz. Esta é a estrutura de um curso de correnteza. Cada parte traz um papel próprio que integra o todo do fluxo e possibilita compreender as complexidades de rios e mares. Arrisco dizer que os processos de pesquisa acadêmica se assemelham aos fluxos dos rios amazônicos com estruturas complexas, volumosas, compridas, largas, cujos caminhos contam tantas histórias quanto sejam possíveis.

Entre a nascente e a foz, narrativas compõem os fenômenos comunicativos que são provocados por quem se relaciona com essas águas: pessoas ribeirinhas, quilombolas, indígenas, trabalhadores das águas, transeuntes ocasionais, navegadores profissionais, os centros urbanos, as transações comerciais, a flora, a fauna, navegações e culturas alimentares, tecnologias comunitárias e ancestrais, tecnologias sociais e digitais, os corpos que são tombados na luta pela terra, encruzilhadas e os baús de histórias de herdeiras de Ananse. Então, começo contando sobre os caminhos feitos nos cursos desta pesquisa, cada parte com importâncias específicas para o todo.

Adoto como pilar um pensamento transfeminista dentro do que Ochy Curiel (2019) chama de feminismos críticos que questionam categorias e conceitos do Norte Global aplicados às multidimensões latino-americanas, muitas vezes transformadas em “objeto de estudo” até mesmo por estudiosas dos feminismos que partem de contextos e de vieses colonizatórios que sustentam as lentes colonialistas de saber, ser e poder, que bancam “conceitos e epistemes que surgem das práticas políticas que mulheres sem privilégios de raça, classe, sexualidade e geopolítica produzem em suas comunidades e coletivos” (Curiel, 2019, p. 37).

Então, nas pegadas de Gonzalez (1984), Lugones (2008), Curiel (2008), também das discussões políticas sobre infraestruturas autônomas feministas (Oliveira, 2019; Oliveira; Araújo; Kanashiro, 2020), entre outras estudiosas, explico sobre uma metodologia de trabalho da prática transfeminista no ativismo digital que trago para a prática feminista na academia e que, no cruzo com as outras metodologias, constroem esta pesquisa: as Infraestruturas de Afeto, cujo propósito é combater as infraestruturas de violências capitalistas, racistas, trasmisóginas e de subvalorização de territorialidades.

Toda a estrutura do trabalho de campo em Santarém está explicada neste capítulo. Para as rodas de conversa realizadas nos encontros e também para as entrevistas, adotei roteiros semiestruturados com questões centrais, mas flexíveis, inclusive deixando-as sempre à

vontade para mudar de assunto, para encerrar determinada prosa, para contar sobre conflitos que estavam incomodando, para registrar o que fosse importante para seus movimentos. Nem tudo está registrado no trabalho justamente pelo combinado primeiro com Exu e, em segundo, pela responsabilidade entre nós: o segredo é também uma estratégia para a autonomia.

Por fim, o que eu quero dizer é que a metodologia foi ampliada para que eu pudesse dar conta de enxergar os detalhes. Ela é múltipla, aberta tanto quanto possível, sem pretensões de verdades acabadas e absolutas. Nem sempre uma decisão planejada foi de fato aplicada, a maior preocupação era de não invadir os espaços e os tempos ou não forçar que as mulheres se adequassem ao tempo da pesquisa, isto é, não agir de forma predatória ou de cultivo de violência, mas sim fazer com que a pesquisa as acompanhasse e respeitasse seus movimentos, tanto quanto os rios precisam ter seus cursos respeitados das margens aos estreitos.

2.1 - INFRAESTRUTURAS DE AFETO: UMA METODOLOGIA TRANSFEMINISTA QUE TEM A ÉTICA DO CUIDADO COMO PRATO DO DIA⁴

Nem todas as mulheres entrevistadas em Santarém se afirmam como feministas. Algumas delas, inclusive, refutam o lugar em razão de violências raciais praticadas dentro desses movimentos e nos quais também não tiveram acolhimentos em momentos de dor. Mas uma outra parte são mulheres que se afirmam feministas, estão engajadas nos movimentos da cidade e interessadas nos movimentos ciberativistas e ciberfeministas.

Abro o tópico com esta pequena explicação por dois motivos: 1) Porque este é um trabalho de uma mulher negra engajada nos movimentos feministas e que também traz para esta pesquisa metodologias feministas; e 2) Porque apesar dessa diferença de pensamento político, não atuo com a separação “elas - eu” ou sob a perspectiva de “outras”, nós somos pares. Todo o trabalho junto às mulheres que me acompanharam nos encontros em Santarém teve como princípio a ética do cuidado que, pelas lentes de Patricia Hill Collins (2019), se baseiam na expressividade pessoal, nas emoções e na empatia como eixos centrais nos processos de validação de conhecimentos.

Sobre a metodologia explicada nesta seção, assumir a escolha por um processo tão aberto e com tantas influências não foi fácil, sobretudo trazer como espinha dorsal, um

⁴ Para a construção desta seção, foram consultadas tanto as memórias da Rede Transfeminista de Cuidados Digitais (que tem o hábito de registrar todos os seus processos), também conta com a leitura, discussão, contribuição coletiva e anuência das integrantes da RTCD que fizeram parte da Gincana Monstra, pois minhas companheiras de coletivo são monstruosamente presentes neste trabalho inteiro. **Prato do dia** é o *site* da Rede Transfeminista que "ensina" sobre cuidados digitais por meio do cuidado alimentar. Para consultar: <https://pratododia.org/pt/>

modelo metodológico não acadêmico, mas construído pelo trabalho da Rede Transfeminista de Cuidados Digitais (RTCD), um coletivo transfeminista que desde 2018 tem se debruçado a pensar processos de aprendizagem e metodologias feministas que tenham o cuidado e o afeto como infraestruturas, entre outras monstruosidades.

Sim: monstruosidades. A narrativa racista e cisheteropatriarcal sempre tratou mulheres como não humanas, sobretudo mulheres que rompem com as normatividades e que ainda são tratadas como corpos monstros, não adequados, cujas memórias ancestrais são inapropriadas e inteligências para resistências ainda são subalternizadas, já que rompem com percepções binárias que furtam conhecimentos, cosmologias e cosmovisões de territórios invadidos pelas colonizações. A categoria humana sendo moldada pela cisheterobranquidade classificou como monstruosidade tudo aquilo que escolheu marginalizar.

Então, assumimos nossas monstruosidades em uma Gincana Monstra. Somos não normativas e somos margem, um pouco ciborgues, um pouco Matintas⁵. A Gincana Monstra foi uma ação realizada *online* pela Rede Transfeminista de Cuidados Digitais ainda dentro de um contexto severo da pandemia de COVID-19, ao longo do ano de 2021, quando as mulheres ainda lidavam de forma muito grave com os adoecimentos físicos, mentais e ambientais de suas famílias e comunidades e, ao mesmo tempo, reagia às atrocidades cometidas pela então presidência do Brasil.

Eram relatos de exaustão física, desesperança e isolamentos (pela cisgeneridade, pela territorialidade ou as múltiplas camadas de sensações de isolamento). Identificamos, naquele momento, que a pandemia também trazia uma espécie de “gentrificação dos afetos”, pessoas específicas foram segregadas do direito ao afeto.

Então, nós perguntamos: como seria o afeto como plataforma do cuidado? Foi o que nos motivou para avançar na concepção deste método. A Gincana Monstra tinha como principal compromisso político-afetivo construir um espaço de redução de danos para a ideia de isolamento, para nos inspirarmos juntas, criar, esperar:

Inicialmente a Gincana foi pensada para ser desenvolvida de forma presencial. Contudo, com o agravamento da pandemia a estrutura precisou ser modificada para que as atividades acontecessem de forma online. Desde o início foi pensado um processo acessível e colaborativo que permitisse a participação de pessoas com pouca conexão - e pouco pacote de dados - e que pudesse ser acompanhado no tempo de cada uma.

Ainda assim, a concepção original de gincana foi utilizada para dar uma ideia de ser um momento lúdico e divertido, mas todo tempo houve uma preocupação em se afastar da ideia de concorrência entre as equipes, valorizando os princípios da

⁵Matinta Pereira é uma entidade amazônica cuja identidade é de uma mulher muito velha e assombrosa que amaldiçoa pessoas, é associada a uma espécie de bruxa.

colaboração, ao passo que era pensado um processo fácil, leve e divertido. Isto é, foi desenvolvida como um espaço de cura e não de maior adoecimento para as mulheres que já estão sobrecarregadas das demandas da vida, as quais pioraram durante a pandemia.

Baseada em uma metodologia denominada Infraestrutura do Afeto, a Gincana foi desenvolvida para ferir as estruturas impostas e todas as etapas foram idealizadas de forma a romper com o tecnicismo, construindo espaços seguros onde todas se percebessem como produtoras de tecnologia. O afeto e autocuidado foram pensados como uma infraestrutura do saber coletivo, partindo do pressuposto que todas as pessoas já possuem um conhecimento em relação à tecnologia ancestral e tradicional. Assim, tudo foi pensado no intuito de acolher as mulheres presentes, com uma comunicação cuidadosa e tudo muito explícito.

(Gincana Mostra, p. 01, 2021a)

A gincana é um jogo muito comum nas escolas brasileiras e estimula crianças e adolescentes a cumprirem tarefas e provas disputadas em etapas, competindo por determinados prêmios. Desta forma, pensamos numa ideia de gincana, também com etapas a serem vividas, com conteúdos e aprendizados disponibilizados em fluxo contínuo, sem competição, respeitando a autonomia, com aláfia⁶ e uma premiação de infraestrutura, de justiça e reparação que atendessem as necessidades de cada coletivo participante, ou seja, todas sairiam como ganhadoras e:

Baseada na criação de uma rede de solidariedade entre nós, em 8 semanas de intercâmbio e aprendizado sobre tecnologias digitais e ancestrais, estratégias e segurança, territorialidade, transculturalidade e conhecimento intergeracional – sempre com base em nossas próprias experiências, cosmo percepções e sentimentos.

(Gincana Mostra, p. 01, 2021a)

Assim, Infraestruturas de Afeto (Figura 3) é a metodologia de trabalho que vem sendo consolidada pela RTCD em todas as ações, uma decisão política, tanto quanto qualquer outra infraestrutura, mas aqui pensada para centralizar a margem, para disputar o não conforme, em uma metodologia que desqualifica o exótico⁷, que assume o lugar de que, por meio de saberes múltiplos, produzimos tecnologias e plataformas no passado, no presente e em direção ao futuro, com respeito às territorialidades e cosmovisões, converge todos os nossos lugares, transculturalidades, entre outras questões filosóficas.

É um sistema estruturado no afeto. Não nasceu pronto, é resultado das nossas próprias complexidades e variadas inconformações, diferenças geracionais, territoriais, raciais, sexuais e de gênero, de leituras e dos lugares que cada corpo nosso ocupa:

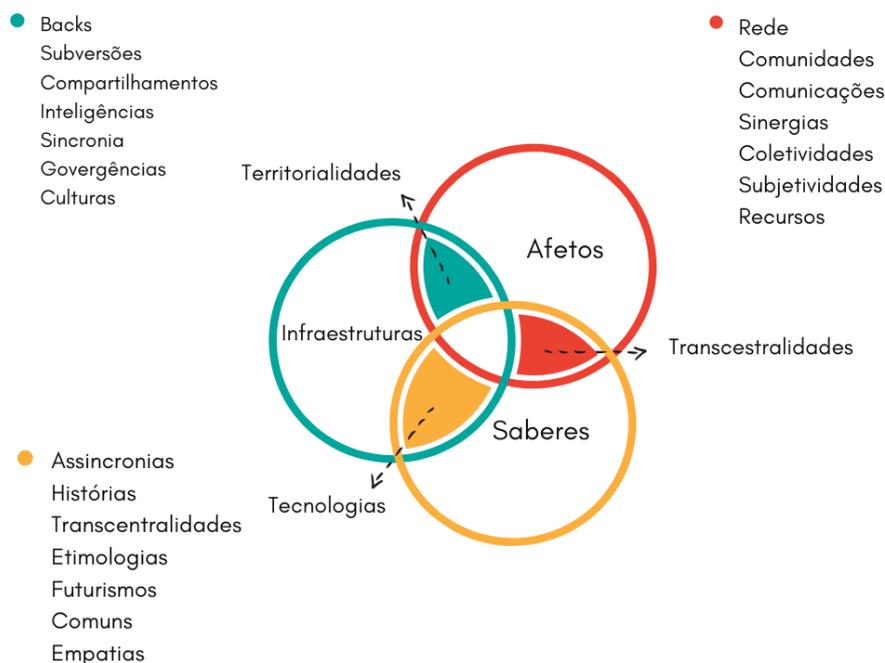
⁶Aláfia - Foram os desafios, a comemoração do percurso percorrido na jornada da Gincana Mostra. O percurso foi visto como motivo de felicidade e reconhecimento de que os caminhos estão abertos. Aláfia é uma expressão da linguagem bantu (Alafiar é quando um desafio foi cumprido com sucesso) - ALÁFIA!! Comemoração, "grito de conquista", deu certo!

⁷ No dicionário brasileiro, o verbete Exótico é definido como aquilo que não é comum, que é extravagante, excêntrico, estrambólico ou não natural.

- A coisa da língua que já tem esse lugar tão acessível e comum e não refletimos sobre isso, a colonização na língua e pensei na tecnologia, e pensei nesse contexto que vamos convidar as manas para esse evento e não queremos a centralidade como tecnologia, e tem um lugar uma perspectiva e atenção para isso, e pelo contexto do Covid, vamos usar o digital para fazer acontecer. E com todos os desafios que sabemos. Como propor algo para nós que nessa imagem consiga romper um pouco isso, e por onde partir e por qual lugar começar? Gosto da imagem da encruzilhada como possibilidades de caminhos. E me vi num lugar parada. Opa! preciso voltar ainda um passo para entender qual dessas primeiras camadas precisa ser rompida para fazer um convite, dentro desse contexto desafiador.
 - Quantas camadas de colonização existem...difícil pensar por qual começar a tentar romper
 - Uma imagem que me vem nesse momento seria da cobra! E a coisa da descamação da cobra e da língua bifurcada!!!
 - Essa imagem para mim tem paralelos com o uso de tecnologias, no sentido que às vezes é o veneno, às vezes é força, é cultuada, é temida, a coisa de trocar a pele o que deixa, o que vai, essa coisa do rastejar e esconder, e aparecer, fora que tem várias simbologias em volta e se camufla.
 - Palavras como mineração das criptomoedas, mas é um dos lugares mais extrativistas, a coisa da binariedade da tecnologia, e voltando à questão do afeto e da tecnologia, e pensei nesse contexto que vivemos do Covid e de alguma forma a Internet tem sido o lugar de ter a presença e como vai ser
 - Pesquisas das transhackfeministas e dessa rede e desse coletivo e dessas pessoas que estão trabalhando nesse sentido na América do Sul.
 - Fiquei muito com a comunicação na cabeça, línguas que são dizimadas, a partir das palavras da colonialidade. Pajubá que é uma coisa muito específica de comunicação na marginalidade.
 - Uma vez que o monstruoso/desumano também incide em diferenças raciais, físicas, mentais e territoriais, quanto mais interseccional, menos humano, mas essa busca pela equidade através de alcançar o alto padrão, ao invés de equalizar os padrões étnicos, raciais, neuromotordiverso acaba também por excluir de guetos pessoas que incidem em outros espectros de complexidade / marcadores de diferença.
- (Rede Transfeminista de Cuidados Digitais, ata de reunião, 2022)

Este trecho é parte de uma conversa entre as integrantes da Rede Transfeminista para a construção da Gincana Monstra: a intenção é mostrar como aproveitamos a riqueza de nossas diferenças e confluências. As infraestruturas de afeto são, então, um processo metodológico construído no debate, aprendizado, diálogo entre nossas diferenças para que juntas caminhássemos rumo a uma ação política. Caracteriza-se por ser uma metodologia horizontal, circular e colaborativa, que considera as experiências, possibilidades e os ambientes de nossas monstras (Gincana Monstra, 2021b).

Figura 3 - Diagrama das Infraestruturas de Afeto



Fonte: Acervo da Rede Transfeminista de Cuidados Digitais

Consiste em pensar-nos como produtoras de tecnologias, incluindo as tecnologias ancestrais como um todo e voltadas para o cuidado de si e da sua rede de apoio, preparar materiais afetuosos, de forma alguma hierarquizar conhecimentos e saberes, não permitir que uma fala e uma dúvida por parte das mulheres seja algo pequeno ou diminuir seus passos, suas lutas. Se considerarmos que toda infraestrutura é política, a Infraestrutura de Afeto é uma decisão político-metodológica cujos principais pilares são a troca e o conhecimento livre.

É uma metodologia para trabalhos que buscam vínculos afetivos. A escuta é interessada e a fala é soberana. Traz consigo as filosofias do movimento de *Software Livre*, do Hackativismo e também a perspectiva de Tecnologias Feministas: “uma visão crítica, não universalizante e não binária sobre as potencialidades das tecnologias”, alicerçada no debate sobre “infraestruturas digitais e redes autônomas como caminhos para romper com o legado colonial e androcêntrico” (Oliveira; Araújo; Kanashiro, 2020, p. 3-4).

Tanto para o trabalho do cuidado digital, quanto para o trabalho de elaborar uma tese de doutorado ou uma dissertação de mestrado, a escolha pelo Tempo é fundamental. É primeiro compreender que precisamos cuidar do que está por vir e aqui, antes do porvir chegar, decidir que as palavras, as plataformas, cartilhas e manuais, ou seja, as infraestruturas, não podem jamais desconsiderar as humanidades monstras.

Afeto e cuidado têm sido, historicamente, coisas de mulheres. São parte de um trabalho não remunerado. Um trabalho explorado pelo cisheteropatriarcado racista e capacitista como forma de "organizar" funções sociais. Entretanto, as responsáveis diretas pelo afeto e pelo cuidado, de forma compulsória, não têm autorização para falar publicamente sobre suas contribuições para a ciência do cuidado, nem para falar de afeto em uma perspectiva política. Mas são instrumentos para pesquisas sociais, antropológicas e médicas e servem a estas ciências como objetos de análise biológica e comportamental. Para avançar no aprofundamento de ambas as dimensões, foi preciso o mergulho de mulheres que observam e participam dos movimentos de outras mulheres para, então, falar de dentro.

Assim fez Patricia Hill Collins (2019) quando se dedicou aos ecossistemas da ética do cuidado (*ethic of caring*) a partir do “falar com o coração” como “outra dimensão de uma alternativa epistemológica” que refuta o “falar da boca para fora” típico de pregadores brancos. Integram esses ecossistemas: 1) Expressividade pessoal ou Singularidade individual, isto é, “cada indivíduo é visto como uma expressão única de um espírito comum, poder ou energia inerente a toda vida” (p. 156), as diferenças enriquecem a construção de conhecimento. São as cosmovisões politeístas que Antônio Bispo (2015) aponta nas ações de contra colonizadores, são as possibilidades de convivência a partir das multidimensões do mundo; 2) Emoções, como um lugar de respeito nos diálogos, as emoções validam o conhecimento na certeza de que seus argumentos são legítimos, não há separação entre emoção e intelectualidade, é outro binarismo não aceito nas cosmologias da ética do cuidado. As emoções são os afluentes que contribuem para o curso do conhecimento, pregar o contrário é cometer o terror da cosmofobia (Bispo, 2015) e do epistemicídio; 3) Empatia, que considero equilibrada com a noção de solidariedade entre feministas, é a sensibilidade ou a capacidade de nos sensibilizarmos diante de uma condição de dor e sofrimento e que pode gerar uma ação de transformação, se possível. Muitas vezes, o cuidado é viabilizado a partir da confiança na empatia, quero dizer com isso que a pessoa que precisa de cuidado em determinadas situações só consegue abrir seus sentimentos ao sentir confiança de que a escuta será sensível e empática.

Aos elementos levantados por Collins, gostaria de, modestamente, acrescentar outros dois, a partir de um viés amazônico próprio das observações feitas para além desta pesquisa, mas que culminam neste trabalho: 4) Força territorial, que pode ser inserida na ética do cuidado a partir da compreensão de que o pertencimento ao território cria múltiplos repertórios que validam o conhecimento de quem fala a partir desse lugar de identificação. E 5) Não Isolamento, enquanto perspectiva que cuida também do sentimento de não falar

sozinhas/os e que, mesmo em territórios diferentes dentro da Amazônia, formam redes e driblam as distâncias físicas que compõem suas cosmologias.

Diante disso, podemos afirmar que as infraestruturas de afeto estão fundamentadas na ética do cuidado, visto que seguem os pilares explicados por Collins (2019), com os acréscimos feitos sob o viés amazônico. É pelo afeto que nos debruçamos a observar, elaborar e sistematizar estes conhecimentos. O afeto mobiliza e gera interesse também em pesquisas acadêmicas.

Martín-Barbero (2004) cita o pensamento gramsciano de que só pesquisamos ou investigamos de verdade aquilo (ou isso) que nos afeta e esse afetar vem do afeto. Afetar aqui é o que provoca e estimula, que incomoda, indigna e nos leva ao jogo, ao movimento. É dessa mistura de sentimentos e de observações que surge esta pesquisa. Olhar a Amazônia de maneira crítica é uma caminhada que parece interminável por tantos caminhos possíveis e as tecnologias digitais de comunicação associadas ao acesso à Internet são as trilhas desta afetada pesquisa. Esse é o movimento.

Algumas ferramentas metodológicas que podemos chamar de próprias das Infraestruturas de Afeto também são encontradas em métodos consolidados na Academia, todavia as Infraestruturas de Afeto são uma ação metodológica transfeminista que vem sendo elaborada, desenvolvida, testada e escrita pela Rede Transfeminista de Cuidados Digitais que, em um processo de formação política a respeito do cuidado digital, trouxe a Infraestrutura do Afeto como perspectiva metodológica que consistiu em pensar-nos como produtoras de tecnologias voltadas para o cuidado de si e da sua rede de apoio.

Na prática, como é uma metodologia elaborada para processos de aprendizagem, os temas abordados, as sessões e atividades propostas, são organizadas a partir dos recursos que tivermos à nossa disposição para realização das facilitações “sejam eles o tempo, a disponibilidade das participantes e também os recursos financeiros com os quais podemos contar” e com os quais possamos criar uma linha condutora que também nos leve a um fio narrativo que efetive os aprendizados sobre estratégias de segurança e cuidados (Gincana Mostra, 2022c) e, como em todos os processos desenvolvidos pela RTCD, há a intenção de que as participantes também se formem facilitadoras e multiplicadoras, todo o material e metodologias utilizadas em atividades ficam disponíveis para que elas se apropriem, remixem, se for preciso, e multipliquem para suas redes e comunidades.

As etapas estão organizadas em quatro procedimentos:

1. Atividades de Preparação - Orientações e sugestões sobre como dar os primeiros passos para construir e planejar uma Gincana Monstra; Trabalha a importância da cosmovisão, como fazer as primeiras abordagens, informações prévias sobre participantes e como manter o engajamento antes e durante o percurso.
2. Caminhos da Aprendizagem - Aborda a construção de uma trilha central por onde os macrotemas e conteúdos a serem abordados vão se conectando e construindo um percurso narrativo de aprendizagem.
3. Atividades de Aprendizagem - Trata dos formatos das atividades síncronas e assíncronas, atividades de aprofundamento ou de práticas para explorar conceitos e ferramentas ligadas aos cuidados, construindo pontes entre cuidados feministas e segurança digital. Também sugere roteiros para condução das atividades⁸.
4. Pós-produção - Traz sugestões para as facilitadoras sobre como manter a rede ativa.

Em 2022, houve uma segunda edição da Gincana Monstra com mulheres de países que integram os Suis do Globo (Vergès, 2020) e, para esta edição, adotamos o nome de Abrindo o Código da Gincana Monstra, ou apenas Abrindo o Código, pois o objetivo era abrir o código, os protocolos, o passo a passo da Gincana, em três línguas: português, espanhol e inglês. Essa foi, inclusive, uma oportunidade para que dentro da própria RTCD pudessemos melhorar nossa compreensão da metodologia, testá-la novamente e sentir como funcionaria quando o público tivesse características tão diferentes das nossas, como a língua, a cultura e os fusos horários.

Em Santarém, pude presenciar algo muito caro nos movimentos feministas e muito presente na infraestrutura do afeto: a solidariedade, ou o que, nos movimentos de mulheres negras, entende-se como comunidade, que é a presença coletiva, a ajuda mútua, os nós atados, os fios fortes das teias de Ananse.

⁸ Fizeram parte do pacote de infraestruturas de cuidados os seguintes sistemas: Mensageiros instantâneos: Mattermost (MasterMonstra) - permite organizar conversas em diferentes canais (públicos e privados) e em conversas com 1 ou mais pessoas. Pode ser acessada pelo navegador (celular ou computador), mas também pode instalar tanto no celular quanto no computador; Plataformas de armazenamento e compartilhamento de arquivos: Nextcloud (DocuMonstra); Ferramentas de videoconferência: Angela - espaço para os encontros síncronos, é próprio para videoconferências, tem as mesmas funcionalidades dos serviços Big Blue Button (BBB), com câmera, microfone, *chat*, aba para notas compartilhadas, permite gravação (feita para uso assíncrono), é hospedada em uma servidora feminista chamada Vedetas; Ferramentas de edição colaborativa de documentos: Antonieta. Porém, para além das ferramentas, os protocolos adotados também compõem a infraestrutura afetiva do código da Gincana Monstra: Cosmovisão, Fio narrativo, Roteiros e recursos, Sessões Principais + Material de Apoio + Sessões de Aprofundamento ou práticas + Plantões + Aláfias + Atividades de Cuidados Coletivos e autocuidado.

Linguagem, autonomia e segurança são os pilares das tecnologias feministas (Oliveira; Araújo; Kanashiro, 2020, p. 3-4) e, na metodologia empregada neste trabalho, estes também são os valores que sustentam nosso compromisso com as mulheres e pessoas trans e não binárias com as quais construímos nossas redes de solidariedade de afeto.

E foi também nestas bases que busquei construir a relação e os encontros com o movimento de mulheres negras de Santarém, sobretudo para que, além de fazer sentido para elas, fosse também um lugar de segurança, solidariedade e de troca de conhecimento.

Pela Infraestrutura de Afeto, a pesquisa caminha compreendendo que o tempo das mulheres não é o tempo da urgência da pesquisa. Temos prazos, mas não era possível forçar e violentar as mulheres para que meus prazos e meus anseios fossem atendidos. Não poderia desconsiderar que é justamente o Tempo minha principal ferramenta metodológica. É o tempo para semear, regar, florescer, frutificar, dar sombra e afetar. É ciclo de vida, não é urgência de comércio na perspectiva capitalista, apesar do mercado fazer parte dos caminhos escolhidos por Exu.

A próxima seção vem contar sobre os encontros com o movimento de mulheres negras de Santarém, os protocolos adotados, cada escolha ou adequação nos cruzos, acolhendo e sendo acolhida, lendo as cosmovisões destas mulheres a quem convencionei, inclusive, chamar de interlocutoras deste trabalho, já que, por questões de ética acadêmica, não posso utilizar seus nomes, ainda que para mulheres negras o nome e o sobrenome sejam mecanismos de luta contra o racismo (Gonzalez, 1984).

2.2 - RIO TAPAJÓS E RIO AMAZONAS: O ENCONTRO E O CORTEJO EM PAR APESAR DAS DIFERENÇAS

Belém é uma cidade banhada por afluentes do rio Amazonas, cuja principal característica é o tom barrento, turvo e cheio de sedimentos das margens. Santarém tem como principal rio o Tapajós, que nasce do encontro de outros dois rios - Juruena e Teles Pires, cujas águas variam entre azuladas, cristalinas e transparentes, mas a cidade também é banhada pelo Amazonas, inclusive com ambos caminhando lado a lado em cortejo pela orla da cidade, sem se misturar, possibilitando uma riqueza de fauna apesar de suas diferenças. O encontro dos rios Tapajós e Amazonas estabelece um fenômeno comunicativo sobre a região que são as multidimensões amazônicas, um fenômeno que dá o tom da beleza do lugar.

E assim me vejo chegando a Santarém: boa parte do caminho é feito pelas águas barrentas do Amazonas e seus afluentes, um rio com o qual tenho mais intimidade, mais

tempo de convívio e muito respeito pelas memórias ali sedimentadas, mas o Tapajós chega e soma, acrescenta, então o encontro das águas passa a fazer parte da nossa narrativa de cruzos sobre as águas amazônicas que me fizeram crescer, que fazem este trabalho avolumar nas diferenças e mais uma vez falam sobre a inexistência de um mundo amazônico na perspectiva colonialista da universalização.

Quando comecei a me aproximar do movimento de mulheres negras de Santarém, eu tinha uma intenção metodológica que cumpria os rituais clássicos de pesquisa, havia feito uma escolha que me parecia satisfatória, mas os caminhos da pesquisa de campo me trouxeram aos cruzos aqui apresentados, sobretudo pela preocupação de que elas vissem sentido e identificação na abordagem sobre apropriação tecnológica em realidades amazônicas.

Conversas sobre tecnologias digitais não podem perpassar apenas pelas ferramentas técnicas, é preciso centralizar os sentidos, os sentimentos, as humanidades, é preciso ir além das lógicas das tecnocracias conservadoras e economicistas, inclusive compreendo que: “características tecnológicas dos artefatos líticos encontrados na região do alto Tapajós, reforçam que a região possivelmente foi ocupada ainda no Pleistoceno tardio” (Almeida, 2021, p. 129), por isso as discussões sobre tecnologias e apropriações tecnológicas precisam considerar as territorialidades. Então, baseada nas infraestruturas de afeto, busquei a aproximação a partir justamente das territorialidades do movimento mulheres negras de Santarém.

Nosso primeiro contato foi via *Instagram*, em 07 de novembro de 2021, depois de um tempo de observação de suas atividades naquela rede social. Cheguei nelas em uma busca intencional de coletivos na Amazônia Paraense, acompanhei suas postagens no próprio *Instagram*, sem interagir. Ainda sob a perspectiva de manter distanciamento das minhas interlocutoras. Foi uma seleção intencional de atravessar o Pará para ir até o Oeste do Estado conhecer para além de uma Belém que, muitas vezes, se concentra em si mesma. Naquele contato inicial, eu me apresentei, falei do interesse em debater com elas sobre tecnologias digitais com ativistas do estado e, então, recebi suas confianças como ponto de partida.

Depois, por *e-mail*, mandei alguns *slides* para que elas conhecessem o trabalho e fomos negociando uma data para o primeiro encontro que foi *online*. E, em seguida, começamos a nos comunicar por aplicativo de mensagens. Entre o primeiro contato e o encontro *online* foram quatro meses.

Dia 15 de março de 2022, foi quando nos apresentamos, contei um pouco da minha própria história, as motivações da pesquisa, a analogia com o trabalho de Zélia Amador de

Deus e todos os elementos da pesquisa e pude ouvir se aquilo faria sentido para elas, se aceitariam entrar nessa caminhada. E, para minha sorte, toparam. E começamos ali a construir essa relação, que eu prefiro dizer que foi pautada pelo afeto de uma pesquisa em primeira pessoa. Para cada momento, encontro, chegada, roda e mesa, foi pensada uma infraestrutura para que nos sentíssemos seguras, plantando, semeando e colhendo, inclusive para manter esta rede ativa mesmo após o trabalho de pesquisa.

Em abril de 2022, começamos a planejar minha primeira ida a Santarém e nesse processo, decidimos que, para além do movimento Mulheres Negras de Santarém, as integrantes do coletivo Kitanda Preta, do Coletivo de Estudantes Alessandra Caripuna e o Movimento Negro Unificado também estariam nestes encontros. Desde lá, combinamos também uma formação em cuidados digitais e oficinas sobre comunicação digital e Internet com o intuito de multiplicar a aprendizagem recebida na RTCD.

Revisitando nossas conversas, a frase “no tempo de vocês” foi um dos protocolos de cuidado adotado para não as pressionar. Durante todo esse período, também acompanhei situações de racismo vividas por mulheres do grupo, descobrimos amizades em comum no trânsito Belém-Santarém-Belém, adoecimento de filhos, sugestões de editais e projetos conjuntos para o futuro. Ananse não dá teia sem nó.

2.2.1 - Perfil das mulheres que participaram da pesquisa de campo:

Os grupos que compuseram o primeiro encontro fazem parte do Coletivo Kitanda Preta, Coletivo Negro Alessandra Caripuna, Movimento Negro Unificado e Mulheres Negras Santarém.

A Kitanda Preta foi criada em 2017 a partir de uma provocação/convocatória de Willivane Melo para que as pessoas negras com empreendimento próprio realizassem uma feira preta em Santarém e depois disso o debate passou a ser no uso do “empreendedorismo negro como ferramenta de emancipação”. Kitanda é uma palavra de origem da língua Quimbundo falada pelos povos Bantu que habitavam a Costa Africana onde estão Angola, Moçambique e Congo (Nascimento, C.; Barros; Caripuna, 2022). A primeira edição da Kitanda Preta durou três dias, reuniu 18 empreendimentos e teve um público rotativo de aproximadamente 400 pessoas:

Nesta perspectiva nasceu o evento Kitanda Preta, com o propósito de ser um espaço para a exposição e a venda dos mais variados produtos (roupas, sapatos, acessórios, objetos de decoração, artesanatos, comidas e outros), bem como a oferta de serviços,

atrações musicais, sarau, oficinas e debates sobre as culturas afro-brasileira e africana.

(Nascimento, C.; Barros; Caripuna, 2022, p. 53)

Ainda segundo as autoras, a Kitanda Preta passou a ser mais do que um espaço de vendas de produtos e serviços, é um coletivo que se define como “um espaço de afeto, de troca, de construção coletiva, formação política e luta social e racial”, é composto por pessoas negras que têm algum tipo de empreendimento: Negrices Caripuna, Mundo dos Sabonetes, Kapulane Moda Afro, Dan Artts, Mãe Trançadeira, DS AfroArts e Brownskin Brechó. São em maioria mulheres negras jovens, há homens no coletivo, mas em nossa roda participaram apenas as mulheres.

A Kitanda Preta tem perfis no *Instagram* e no *Facebook*. Em 2023, lançaram a Plataforma Negritar:

Com o propósito de divulgação de produtos e serviços, como forma de inserir os afroempreendedores no mundo da tecnologia, para que estes a transformem em um instrumento de visibilidade virtual, geração de renda e circulação de recursos para o povo negro na Amazônia. As vendas serão feitas através do site, porém direcionadas para WhatsApp de cada empreendedor. A Plataforma servirá como uma vitrine de divulgação dentro de um espaço coletivo. Para além da loja, teremos outros espaços como afro notícias, nossa história, eventos etc.

(Interlocutora A, por mensagem de WhatsApp, em 3 de fevereiro de 2023)

Elas realizaram um evento de pré-lançamento da Plataforma Negritar⁹ no dia 21 de abril de 2023 e publicaram um pequeno vídeo em formato de *Reels* no *Instagram*¹⁰, com os relatos e depoimentos. Em outros momentos retomaremos sobre a Plataforma porque ela surge em algumas entrevistas, inclusive, como território. Na última visita que fiz ao perfil da Kitanda, antes de entregar este trabalho, elas estavam realizando o Tacacá de Negócios, dia 23 de junho de 2024.

O Coletivo de Estudantes Alessandra Caripuna foi criado dentro da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), *campus* de Santarém, por estudantes de graduação. O coletivo se define como um “grupo de fortalecimento dos alunos e alunas negrxs e de combate ao racismo dentro e fora da UFOPA, e se mistura com a Kitanda Preta em vários momentos.

⁹ A Plataforma Negritar estava localizada no site: <https://kitandapreta.com.br/>. No último acesso feito por mim, vi que o site não está mais no ar. Em conversa com Alessandra Caripuna, por *WhatsApp*, fui informada que o sonho para a Plataforma não acabou, ele segue vivo e voltará ao ar tão logo consigam financiamento.

¹⁰Pré-lançamento da Plataforma Negritar. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CrTdGICtdQt/?igsh=dnl1b2V3cDNwYnQ1>. Acesso em: 24 jun. 2024.

O Movimento Negro Unificado (MNU) de Santarém tem o mesmo escopo do MNU Nacional. É organizado para os enfrentamentos contra o racismo e todas as formas de opressão, é um movimento menos ativo na Internet e mais focado no presencial. Uma integrante do MNU participou dos encontros e o fundador me deu a honra de algumas conversas sobre o cenário de combate ao racismo em Santarém, cujos registros virão em outros trabalhos a serem publicados.

Como informado, cheguei a Santarém pelo perfil do *Instagram* do Mulheres Negras Santarém que, durante a pandemia de COVID-19, reuniu mulheres negras da cidade com a realização de eventos *online*, já que o país estava em *lockdown* naquele período. A primeira ação foi em alusão ao 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, mas também por ser um ano de Eleições Municipais, elas abordaram como temática os acessos às políticas por parte de mulheres negras. Em 2020 e 2021, foram realizadas *lives*, aulas, bate-papos, rodas de conversa *online*. Mas, tão logo foi possível, passaram a realizar encontros presenciais, debates para eleição da reitoria na UFOPA e participação em atos contra a gestão de extrema direita de Jair Bolsonaro. Em 2022, promoveram o lançamento do livro “Vozes Afroamazônidas: entre rios, terras e afetos” com artigos escritos por elas. Todavia, depois, a sobrecarga de trabalho desmobilizou o grupo que ficou mais restrito a um grupo de *WhatsApp*. Ainda assim, foi por esse grupo que começou nosso diálogo e algumas delas vieram aos encontros a partir disso.

Quanto ao grupo, como um todo, elas têm faixa etária entre 28 e 54 anos, todas autodeclaradas negras, de formações e atuações profissionais diversas.

2.3 - AS VIAGENS A SANTARÉM

Fui a Santarém três vezes. Na primeira viagem, fui imbuída de enredar alianças pelo método Ananse de contar histórias sobre redes e saberes; na segunda, a cartografia crítica e a roda de conversa foram o método usado no encontro sobre as tecnologias e os movimentos em territórios; na terceira, fui pelos movimentos e tempos das águas e então foram realizadas conversas com roteiros semiestruturados. Todos os encontros foram à base de comida, café, cerveja, peixe, boteco, samba, farofa, tucupi, jambu e muita cumplicidade em lágrimas, desabafos, gargalhadas e confidências.

O movimento de Mulheres Negras de Santarém é uma das mais estrondosas pororocas que eu já pude presenciar, me enredei nos afetos tecidos por aquelas mulheres, tive acesso ao seu baú de história e nele vi seus conflitos, discordâncias, divergências políticas e muito

exercício de autonomia. Gostaria de nomeá-las para não cumplicizar com o racismo, pois nas trilhas de Lélia Gonzalez, também defendo que toda pessoa negra precisa ser identificada por seu nome e sobrenome, para que o racismo não a nomeie como bem entender. Por outro lado, é também cuidadoso manter esse anonimato para questões de segurança e impedir geolocalizações sem seus consentimentos. Elas são nomeadas apenas nos movimentos públicos como a aula que demos juntas para a Ação Educativa. Mas, na maioria dos momentos, aderi ao uso de “interlocutora” para identificá-las porque elas de fato escrevem esta pesquisa junto comigo.

Ao longo do trabalho, e sempre que oportuno, trago trechos das falas dessas mulheres em meio aos nossos debates. Como resultados, organizei os principais aspectos desses processos de apropriação das tecnologias digitais. A essa organização dei o nome de “Categorias que importam”, pois, em nossa perspectiva, vão além das políticas digitais de infraestrutura e promoção da conectividade. Isso porque entendemos que a infraestrutura sozinha não gera apropriação, nem o fornecimento de sinal de conexão, mas elementos como o senso de coletividade e ação comunitária somadas aos aspectos técnicos é que possibilitam o aprendizado - a itinerância e a inovação do uso, no contexto da pesquisa.

2.3.1 - O primeiro encontro: As herdeiras de Ananse e seu legado científico-tecnológico

Cheguei em Santarém dia 22 de julho de 2022 para ficar uma semana. Naquela primeira viagem, ainda tinha o intuito de circular entre Altamira e Belém para fazer as entrevistas com os demais coletivos, mas minhas primeiras horas em Santarém me mostraram que o processo seria muito mais rico se ampliasse meu olhar para aprofundar o campo ali mesmo. E eu queria muita coisa, mas ao mesmo tempo que eu tinha uma pré-intenção de agenda para a semana, me permiti ouvir e sentir o movimento a ser feito.

A primeira roda de conversa começou a ser organizada com a interlocutora A, em junho de 2022, em conversas por aplicativo de mensagens. Eu já estava me preparando para ir a campo quando ela sugeriu que eu desse uma oficina no Julho das Pretas¹¹ (Figura 4) que ficou conformada em uma roda de conversa junto com uma oficina.

¹¹“O Julho das Pretas é uma ação de incidência política e agenda conjunta e propositiva com organizações e movimento de mulheres negras do Brasil, voltada para o fortalecimento da ação política coletiva e autônoma das mulheres negras nas diversas esferas da sociedade. A ação foi criada em 2013, pelo Odara – Instituto da Mulher Negra, e celebra o 25 de Julho, Dia Internacional da Mulher Negra Afro Latina Americana e Caribenha.” Disponível em: <https://institutoodara.org.br/julho-das-pretas/>. Acesso em: 15 jun 2023. O movimento cresceu e passou a acontecer em várias cidades brasileiras, sendo Santarém uma dessas cidades.

Até aquele momento, eu ainda não havia aderido à Infraestrutura de Afeto de forma consciente, algum tempo depois é que percebi que estava trazendo a metodologia da RTCD para a pesquisa, apesar de aplicar alguns procedimentos de forma deliberada desde as primeiras trocas de mensagens, com os protocolos de cuidado que são parte das políticas de atuação da Rede, tanto que os instrumentos como a contação de história, a roda de conversa e o mapeamento de ideias vieram em razão da busca pela suavidade, como uma semente. Então, a nossa primeira roda de conversa foi também uma oficina sobre Internet.

Figura 4 - Card de divulgação sobre a roda de conversa



Fonte: Acervo pessoal

O *card* e o texto para divulgação foi feito por mim e pela Interlocutora A, juntas pensamos no nome do encontro, elas mobilizaram o local, as participantes e os logos das organizações envolvidas no evento. A divulgação foi feita no perfil do *Instagram* do movimento Mulheres Negras de Santarém e nos grupos feitos em aplicativos de mensagem, com o seguinte convite:

Os herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na universidade" é o título da tese e do livro da professora Zélia Amador de Deus, da UFPA-Belém, em sua pesquisa ela borda a teia de Ananse em nossa história enquanto movimento organizado que luta, combate e resiste às artimanhas do racismo que se reconfigura conforme as

ocasiões, ou seja, ele muda suas máscaras para tentar nos enganar, mas nós somos herdeiros de Ananse e tecemos juntos os fios dessa memória.

Ananse é uma divindade fanti-ashanti que se metamorfoseia em aranha e com sua experiência e seu conhecimento científico-tecnológico conquista o baú de histórias que estava no poder de Nyame, o deus do céu, para que todo o seu povoado também tenha acesso a essas histórias.

Inspirada no gigante e sensível trabalho da professora Zélia, a militante feminista e pesquisadora Thiane Neves também usa o termo em sua pesquisa de doutorado e convoca que nós mulheres negras da Amazônia paraense, como herdeiras de Ananse que somos, façamos juntas o debate sobre como tem sido nossos acessos, usos e como nos apropriamos da Internet e das tecnologias digitais. O objetivo da pesquisa, segundo Thiane, é que nós falemos por nós mesmas a partir de nossos territórios e de nossos saberes, sobre esse assunto justamente porque ele ainda está em poder de alguns "deuses".

O Movimento Mulheres Negras de Santarém convida suas companheiras para que venham participar desse debate e juntas possamos registrar nossas próprias percepções sobre o tema. Mulheres negras amazônidas têm que estar nas mesas de debate sobre que Internet queremos.

Nosso encontro será dia 25 de julho, às 15h, em local a definir.

Da mesma forma que fazemos na metodologia da Rede Transfeminista, organizei nosso encontro seguindo o protocolo de infraestruturas de afeto e, com um roteiro semiestruturado, fizemos a seguinte organização da dinâmica:

1. Abertura da atividade feita pela Interlocutora A
2. Apresentações pessoais
3. Contação de história: O baú de histórias de Ananse (transcrito na Sankofa deste trabalho) pela perspectiva do trabalho de Zélia Amador de Deus¹². Para este momento, como parte das atividades de preparação e caminho da aprendizagem, a fim de materializar o ambiente de Ananse, imprimi ilustrações dos personagens da narrativa, improvisei um baú de histórias e pedi que elas escrevessem bilhetinhos e depositassem dentro dele, levei um carretel de fio de prata para a construção de uma longa teia atada pelo fio, seguindo a narrativa de Ananse que tecia longas teias a cada vez que ela ia e voltava entre a terra e o céu.
4. Em um grande quadro de papel estendido no chão, havia quatro perguntas: 1) O que é a Internet e como opera nos nossos territórios? 2) Que coisas fazem pela Internet? 3) Que coisas já fizeram? 4) Que coisas gostariam de fazer?

¹²A contação está gravada e disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oJmEX6rNDIQ>.

5. Explicação da dinâmica sobre Internet: divididas em grupos, cada grupo faria o debate entre si sobre as quatro questões e tentariam condensar isso em uma anotação para colocar no quadro de papel.
6. Em meio aos debates, acrescentei outras perguntas como violências sofridas na Internet, dificuldades de conexão, se alguém participou de algum projeto sobre tecnologia ou Internet.
7. Sorteio de dez exemplares do livro “Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos”, organizado por Tarcízio Silva (2020).

Foram três horas de encontro com pausa para o lanche. Algumas falas desse encontro estão espalhadas ao longo dos capítulos e, no capítulo cinco, algumas delas estão organizadas dentro das categorias que foram elaboradas como resultado dos três encontros. Ao final da roda de conversa, dada a profundidade daquelas falas, agradei a presença, a gentileza e a confiança de cada uma, bem como anunciei que aquela tarde foi importante para que eu compreendesse que o campo de pesquisa deveria ser centrado em Santarém.

Durante toda a semana aproveitei para conhecer um pouco mais das histórias e dos movimentos das mulheres que estiveram na roda. Elas tinham vindo, inclusive, de outros municípios das proximidades de Santarém, como a interlocutora L que é de Monte Alegre.

2.3.2 - O segundo encontro: Infraestruturas de Afeto

Cheguei em Santarém no dia 24 de setembro de 2022, era um sábado ensolarado na Pérola do Tapajós. No mesmo dia, o coletivo Kitanda Preta estava reunido em uma atividade de formação interna com a realização de duas oficinas: fotografia para redes sociais e marketing digital, que faziam parte do Projeto Negritar, financiado por um edital para projetos de empreendedorismo, com o objetivo de melhorar a atuação das kitandeiras para valorizar seus empreendimentos nas redes sociais.

As oficinas aconteceram em uma sala de aula na UFOPA e, quando cheguei na sala onde aconteciam as atividades, vi que, ao centro da sala, em cima de uma capulana (nome dado em Moçambique a pedaços de panos recortados em formatos retangulares de diferentes tamanhos e que no Brasil é bastante usada como afirmação de pertencimento racial), estavam dispostos objetos que me remetem diretamente a tecnologias não digitais, mas que chamo de tecnologias ancestrais, que são o tambor, o berimbau, papéis e canetas. Considerem o hipertexto abaixo:

[Podemos entender tecnologias ancestrais as tecnologias cujas inovações e aplicações são seculares e trazem consigo conceitos hoje aplicados nos vários campos das ciências legitimadas como tais, são exemplos: 1. O desvio de água que é feito por cisternas; 2. O aproveitamento de alimentos feito pelo tipiti e 3. Tecnologias de conservação do solo, biodiversidade e florestas desenvolvidos por povos indígenas e ribeirinhos.

Tecnologias como essas somadas a tecnologias sociais e digitais, podem resolver muitas necessidades de populações por todo o mundo. O próprio Ebó de Exu é considerado por Gonzaga (2022) como uma tecnologia ancestral e Souto (2021) considera que a ação de aquilombar também é uma tecnologia ancestral.]

Fiquei a maior parte do tempo como ouvinte, observando a facilitação e as reações delas às orientações ministradas, muitas vezes inseguras sobre o “saber fazer” dessa linguagem. Em determinado momento me manifestei e falei que enquanto empresas de cosméticos por catálogo enriquecem às custas das riquezas amazônicas e produzem lindas fotos, elas/nós precisamos também inverter esses sentidos e usar os materiais dessas empresas como modelo para que nós também façamos lindas imagens daquilo que é nosso/delas.

Nesta segunda viagem, novamente fiquei uma semana em Santarém, com um agravante: era a última semana das Eleições de 2022, quase todo o movimento estava envolvido direta ou indiretamente com as campanhas eleitorais daquele pleito, isso impactou a disponibilidade de reunirmos com grande número de mulheres, da mesma forma que o fizemos em julho, na ocasião do primeiro encontro. Ainda assim, vieram novas oportunidades e foi possível caminhar por muitos outros caminhos da pesquisa:

- 1) Aula coletiva no curso Internet e Desigualdade, sobre o tema Desigualdades Interseccionais - Feminismos e Internet, oferecido pela Ação Educativa (Figura 5).

O convite me foi feito pelo amigo e parceiro de trabalho, o pesquisador Tarcízio Silva do Instituto Desvelar. Como eu estava em Santarém, pedi que a aula pudesse ser coletiva e tanto ele quanto a Ação Educativa acolheram o pedido com muito carinho e paciência. A aula foi realizada no dia 26 de setembro de 2022 e a compuseram junto comigo: Alessandra Caripuna (Administradora da Negrices Caripuna), Bia Moura (Antropóloga), Danielle Andrade (Engenheira e Artivista), Luane Fróis (Professora, Pesquisadora e Empreendedora) e Norah Costa (Cientista, Artivista e Comunicadora Popular).

Figura 5 - Cópia parcial da tela de apresentação para a aula na Ação Educativa

Padlet

thianeb + 2 + 6M

Feminismos e aquilombamentos de mulheres negras em redes amazônicas

1. Quem somos nós - por que uma aula coletiva?

2. Amazônia e conexões

2.1) A infraestrutura é política

Cenário Brasil

42.8mi	2268.2mi	14.9mi	27.9mi
28.1	184.9	7.0	13.1

Cenário Pará

681k	27.9mi	381.6k	362.1k
7.8	87.6	3.5	4.1

Tecnologia 4G

2.2) Para qual Amazônia os algoritmos estão direcionando as pessoas?

Dinâmica: Teste do peixe e teste do algoritmo: onde estão as pessoas negras ao seu redor e nas suas redes?

2.3) Das desigualdades interseccionais às encruzilhadas de potências: Internet para e das mulheres negras na Amazônia

Como estar visível diante de cenários tão submetidos à precariedade?

Desigualdades interseccionais: interação entre diferentes formas de opressão. (LIMA, 2017)

A narrativa criada pelos algoritmos de qualquer plataforma da internet torna difícil o entendimento de que na Amazônia existem 25 milhões de pessoas, que a dinâmica das cidades, das florestas e dos rios não podem enquadradas em um modelo de desenvolvimento colonial. Que não nos atende, só nos atinge.

Dificulta entender e conhecer as narrativas das próprias populações e fica difícil por exemplo entender ou perceber como é que tem sido os movimentos de mulheres negras, especificamente, nossas reivindicações e produções intelectuais.

Falar de nós mesmas na internet então fica ainda mais complicado. Que as nossas narrativas alcancem o maior número de pessoas fora do território. Por quê? Porque na hora que a gente vai perceber de que teus algoritmos estão atuando eh em defesa ou em propagação de mulheres a gente percebe que as mulheres amazônicas elas não existem então como é que os feminismos eh a partir disso a gente pode perceber que o feminismo não são iguais que o acesso à internet pra construir um ou um feminismo como queiram não é visível pra todas as pra todas as mulheres negras.

3. Para além da precariedade: as potências Exuísticas

Encruzilhada: conceito que nos mostra a força da insubmissão epistêmica. (MOURA, 2021, p. 82)

EU SOU RESISTÊNCIA

Instagram: @resistenciam

VOZES

PDF: @book_vozes-amazonas

NEGRICES

Instagram: @negrices

AFROTECA

Instagram: @afroteca

AFROTECA WILLIVANE MELLO

Instagram: @afroteca

Fonte: Acervo pessoal

A aula coletiva foi uma forma de descentralizar a fala e chamar para as multidimensões amazônicas. Na ocasião, foi oportuno apresentar as tecnologias com as quais as mulheres do movimento estão envolvidas, as produções a partir dos territórios e as lentes amazônicas com as quais cada uma lê seus contextos políticos.

2) Afroteca Willivane Melo

Quando estive em julho, a Afroteca Willivane Melo estava na fase final de organização, mas ainda não estava aberta ao público, ela foi inaugurada no mês de agosto de 2022. É a primeira de uma rede de afrotecas que foram implementadas durante 2022 em escolas públicas municipais e centros municipais de educação infantil a partir da parceria entre o Projeto Kiriku, do Grupo de Pesquisa em Literatura, História e Cultura Africana, Afro-Brasileira, Afro-Amazônica e Quilombola da UFOPA (Afroliq/UFOPA)¹³ e a Prefeitura de Santarém.

As Afrotecas “são espaços de acolher crianças, de brincar, de educar, de cuidar, e de ler em perspectiva afrocentrada e antirracista”, explica o Prof. Dr. Luiz França (2022), coordenador do projeto em entrevista para o canal de Jeso Carneiro no *YouTube*¹⁴. Ele reforça que as Afrotecas são instrumentos desenvolvidos a partir de livros, jogos, instrumentos musicais, brinquedos para a promoção de uma educação antirracista, para construir posturas e pensamentos e sentimentos igualitários de respeito desde a infância. “Ter o espaço da Afroteca não é suficiente, a gente precisa transformar ele num instrumento pedagógico para que as Afrotecas não existam apenas como um espaço, mas como um fazer educativo” (França, 2022).

A professora Willivane é uma liderança importante em Santarém e, mesmo depois de seu falecimento, todo o seu trabalho rende frutos muito bonitos nos movimentos da cidade. Ela nasceu em Imperatriz (MA), morava em Santarém desde 2006, era mestra e graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), esteve à frente da Coordenação de Educação e Diversidade Etnicorracial da Secretaria Municipal de Educação de Santarém e, durante sua atuação na coordenação do setor, teve a inédita iniciativa de proporcionar o diálogo entre poder público e o movimento negro rural, realizou também ações para o fortalecimento e ampliação da aplicação da Lei 10.639/03, implementou o Censo Escolar da

¹³ **Projeto Kiriku: educação para as relações raciais e literatura infantil antirracista nos CEMEIs do município de Santarém-PA.** Desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Literatura, História e Cultura Africana, Afro-brasileira, Afro-amazônica e Quilombola (AFROLIQ) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) é uma continuidade de ações formativas na Educação Básica. Os dados coletados, além de oferecerem um importante diagnóstico educacional e étnico-racial sobre as unidades, foram essenciais para a intervenção didático-pedagógica. Trata-se da oferta de formação continuada para a educação das relações raciais, para o combate ao racismo na infância e para a construção de estratégias, planos de ensino e materiais didáticos que tomem a literatura infantil (afro-brasileira, negra, africana ou a de temática afro-brasileira e africana) como arte e linguagem literária irradiadora de práticas pedagógicas antirracistas e como um potente instrumento de promoção da igualdade racial na infância. Informação disponível no currículo lattes do Prof. Dr. Luiz Fernando França: <http://lattes.cnpq.br/5983359627858457> Acesso em: 23 mai. 2023.

¹⁴ A entrevista está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qFaaU2IJ_Jk&t=12s Acesso em: 23 mai. 2023.

Educação Básica e o I Encontro de Professores de História da Rede Municipal de Santarém - o que foi um marco na orientação dos professores (Nascimento; Barros; Caripuna, 2022).

Eu não conheci Willivane Mello presencialmente, mas a conheci pelos diversos relatos de amor e afeto que ouvi sobre ela, parece unânime que ela mobilizava o afeto como principal infraestrutura para chamar as ações políticas no município e para reunir em torno de si boa parte das construções dos movimentos de mulheres em Santarém. Outra realização atribuída a Willivane é o chamado para o empreendedorismo negro como ferramenta de emancipação quando junto ao movimento de Mulheres Negras de Santarém, criou a Kitanda Preta em 2017, “visando a valorização e o desenvolvimento do empreendedorismo negro na Amazônia” (Nascimento, C.; Barros; Caripuna, 2022, p. 52-53).

Interlocutora And: o Racismo é uma tecnologia de dominação
Interlocutora A: A Afroteca é uma tecnologia de combate ao racismo
 (Interlocutoras A e And, Bate-papo informal em Belém, janeiro/2024)

Além da Afroteca Willivane Melo, no Ministério Público, existem também a Afroteca Amoras, no Cemei Paulo Freire; Afroteca Sankofa, no Cemei Antônia Corrêa; a Afroteca Lelê, no Cemei Maria Raimunda P. Sousa¹⁵. E eu estive na inauguração de duas delas, nos meses de novembro e dezembro.

É imprescindível entendermos as Afrotecas como tecnologias sociais. Essa foi a imediata leitura que fiz quando conheci a Afroteca Willivane Mello. O que ficou ainda mais evidente na visita escolar que eu pude acompanhar no dia 4 de dezembro de 2022. A forma de explicar todos aqueles conteúdos, os estímulos às crianças, a contação de história. As Afrotecas, por si, podem ser lidas como espaços de inovação científico-tecnológica.

3) Roda de conversa e oficina

Nesta segunda roda, realizada na tarde do dia 29 de setembro de 2022, também segui o protocolo de Infraestruturas de Afeto da Rede Transfeminista. Estiveram presentes 10 mulheres daquelas vinte que estavam no encontro de julho. Como era a última semana de campanha das Eleições Estaduais e Federais, muitas delas estavam envolvidas com as mobilizações para evitar que o presidente de extrema-direita fosse reeleito.

Com um roteiro semiestruturado, abordamos sobre: a) nossos contatos com as primeiras tecnologias, não precisava ser digital, mas tecnologias usadas por nossas famílias e

¹⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/afroliq.ufopa/>. Acesso em: 23 mai. 2023.

comunidades; b) Fizemos uma oficina abordando os movimentos feitos por elas nos territórios por onde caminham (nem todas nasceram em Santarém, assim como a maioria delas saiu de Santarém temporariamente para estudar/trabalhar em outra cidade) e construímos um mapa desses movimentos; c) as potencialidades e as fragilidades de seus territórios (neste caso, pedi para centralizar Santarém). Abaixo o detalhamento das etapas do encontro.

a) Primeiras tecnologias

Sentadas em uma canga no chão, em círculo, eu pedi que cada uma apresentasse um objeto seu, falasse de si e de sua relação com o objeto, e depois chamasse outra mulher para falar. Os objetos colocados na roda foram desde o pente garfo por ser uma ferramenta de orgulho do cabelo crespo, pincéis de pintura artística, uma boneca preta, uma vasilha de barro, até uma caveira mexicana e um tambor.

Em seguida, eu pedi que identificassem, na memória, quais as primeiras tecnologias lembravam ter tido acesso e provoquei com a seguinte contextualização e pergunta: *“Tecnologia, deixa eu dizer pra vocês, é tudo aquilo que é pensado de maneira sistemática para satisfazer uma necessidade, para resolver um problema, para atender uma demanda. Vou avançar um pouco na pergunta: O que tem de tecnologia no nosso ancestral ou o que tem de ancestral nessas tecnologias?”*

Durante as apresentações pude destacar contatos que elas tiveram com tecnologias de fortalecimento como a fabricação de sabonetes como um símbolo de recomeço, as maracas como símbolo de conectividade e tecnologias racistas, como os alisamentos e o “não-lugar”. Uma dinâmica muito interessante nesta rodada é que para demandas semelhantes, elas identificavam resoluções diferentes nos seus territórios.

b) Oficina sobre os mapas de movimentos

Em um quadro branco feito de cartolina, escrevi Santarém ao centro e pedi que elas desenhassem seus movimentos ao redor da cidade, pois são movimentos que não estão nos mapas tradicionais. Sair do lugar do pequenininho, inverter o mapa e se ver grandes, centrais. A ideia do mapa é mostrar os nossos movimentos, de que maneira, por onde passamos, como Santarém atravessa os nossos movimentos, as nossas histórias, além de ser onde a gente se encontra. Cada uma deveria indicar no mapa três movimentos assim organizados:

1. As pessoas que nasceram em Santarém e (ainda) não saíram da cidade. Marcariam o mapa com um coração dourado.

2. As pessoas que nasceram em Santarém, saíram e voltaram para a cidade. Com a cor de caneta preta, marcaram o mapa com uma seta saindo de Santarém em direção ao lugar/lugares onde viveu, sempre escrevendo os nomes dos lugares por onde transitaram e os localizando ao redor de Santarém.

3. Quem veio de outro lugar, identificou na folha, com as cores vermelho e marrom, para qual direção fica seu território em relação a Santarém, escreveu o nome da localidade e sinalizou com uma seta o movimento de lá para cá. Exemplo: quem veio de Belém, indicou onde fica Belém em relação a Santarém e fez a seta Belém -> Santarém.

Se as tecnologias com as quais nos relacionamos ao longo da vida tem a ver com nossos movimentos de vida e sendo Santarém um lugar central nas vidas dessas mulheres, além de se enxergarem nesse mapa, é possível também considerar as formas como se relacionam e se apropriam das tecnologias às quais têm acesso. Eram dez mulheres reunidas neste segundo encontro, quatro delas migraram de forma significativa, foram e voltaram algumas vezes para Santarém. Por que migramos tanto?

Esta rodada do dia 29 de setembro de 2022, me deu a certeza de que o campo ainda me chamava muito mais vezes. Eu não tive condições de atender ao chamado para um longo período de residência, não seria viável para minha realidade ficar em Santarém por seis meses, mas voltei para um terceiro encontro e consegui permanecer um mês na cidade.

c) Oficina sobre potencialidades e as fragilidades dos territórios

Na sequência da atividade do mapa, pedi que elas fizessem grupos baseados nas afinidades dos movimentos pelos territórios e então pensassem nas potencialidades e vulnerabilidades de Santarém e do Oeste do Pará, caso quisessem ampliar a análise do território e que podiam inserir tudo que achassem que é potência e que é vulnerabilidade. Em três grupos espalhados pela casa onde estávamos realizando a atividade (e onde eu estava hospedada), localizada na orla da cidade, elas debateram entre si, expuseram no papel uma lista para cada uma das duas categorias. O encontro durou cerca de quatro horas, entre a chegada das primeiras até a saída de todas.

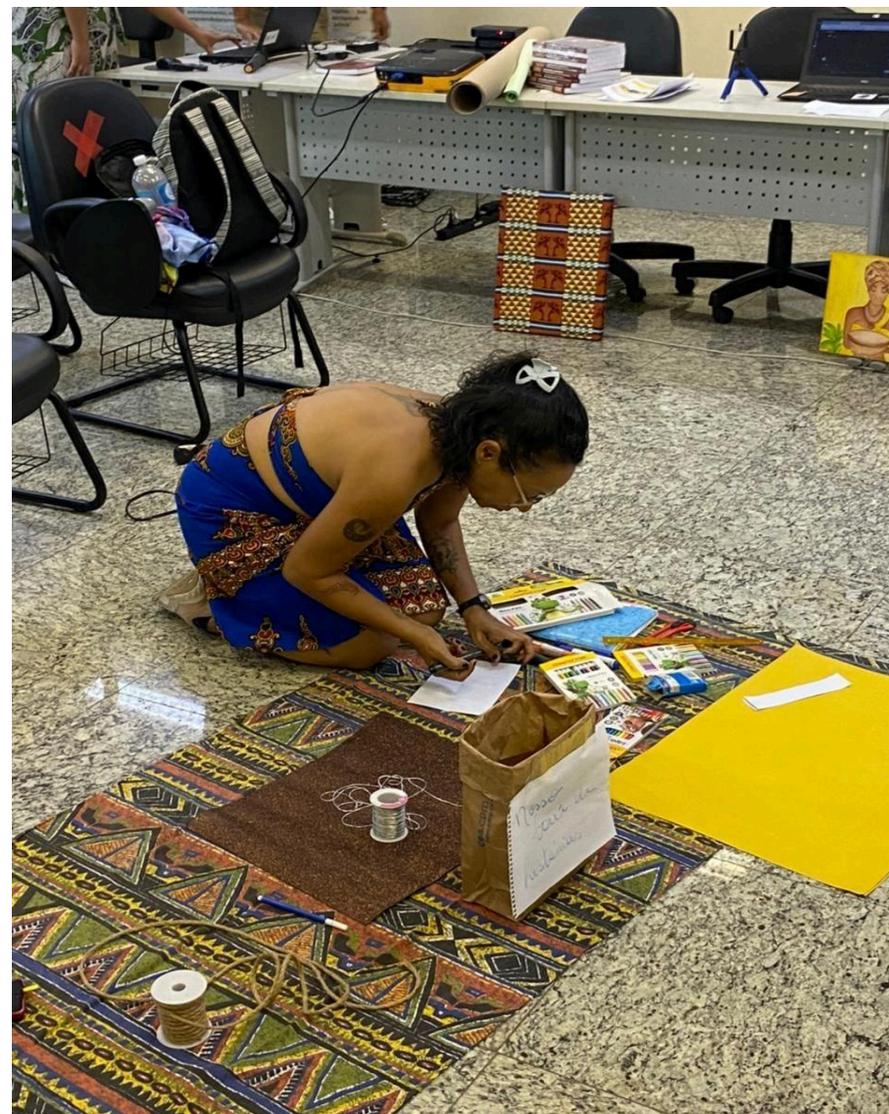
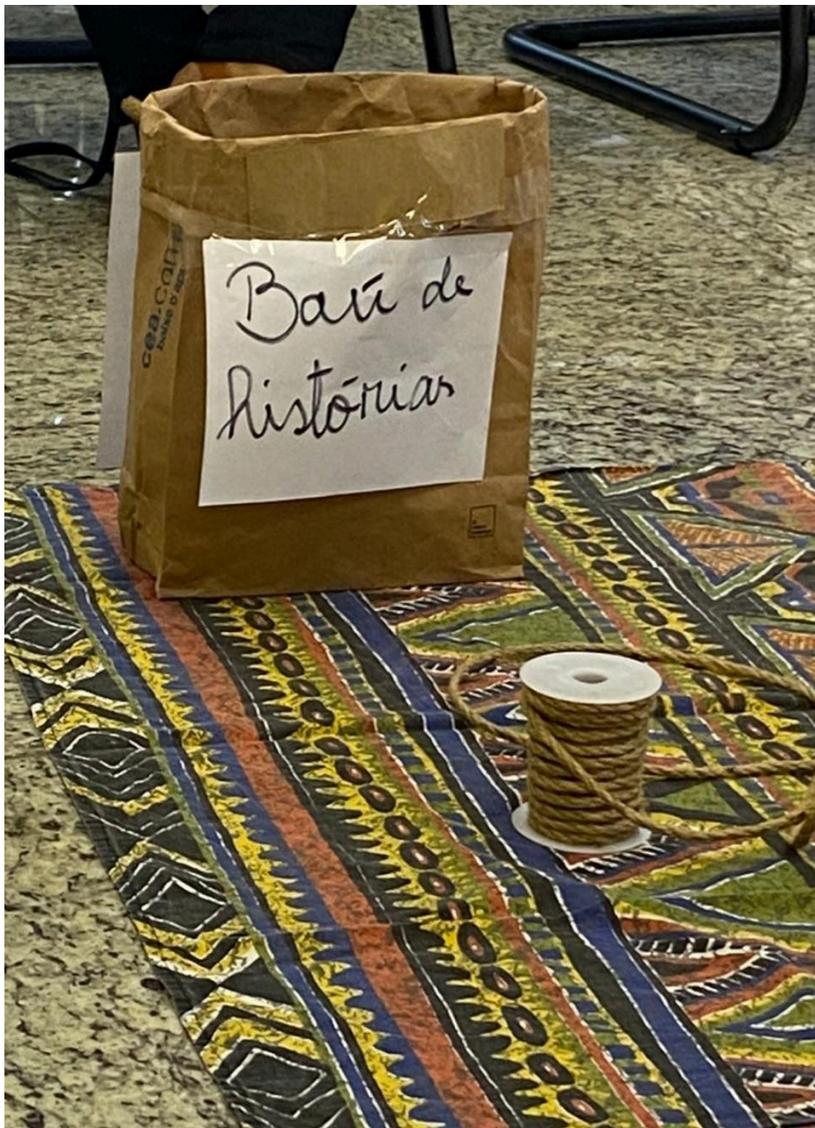
Durante todo o encontro, compartilhamos relatos íntimos de dores, memórias familiares, reflexões a respeito dos seus movimentos e dos territórios, e mais uma vez a coletividade ficou acentuada como um dos caminhos possíveis e como categoria para que nenhuma fique para trás sozinha, em nenhum aspecto, inclusive para compreender o jogo das tecnologias digitais.

Figura 6 - Fotografia do Primeiro Encontro: Apresentação



Fonte: Acervo pessoal. Data: 25/07/2022

Figuras 7 e 8 - Fotografias do Primeiro Encontro: Detalhes dos materiais para a atividade



Fonte: Acervo pessoal. Data: 25/07/2022

Figura 9 - Fotografia do Primeiro Encontro: Oficina e Debate



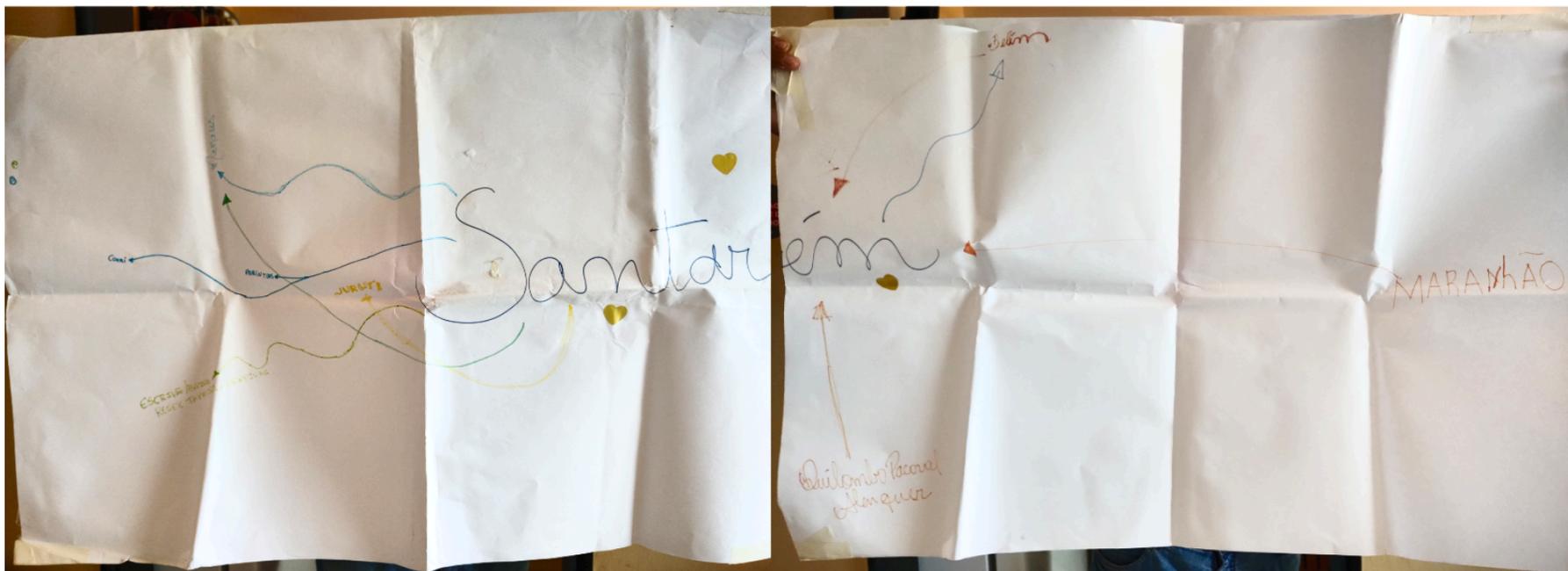
Fonte: Acervo pessoal. Data: 25/07/2022

Figura 10 - Fotografia do Segundo Encontro - Primeira parte: Primeiras tecnologias



Fonte: Acervo pessoal. Data: 29/09/2022

Figura 11 - Fotografia do Segundo Encontro - Segunda parte: O mapa dos nossos movimentos



Fonte: Acervo pessoal. Data: 29/09/2022

Figura 12 - Fotografia do Segundo Encontro - Terceira parte: Potências e vulnerabilidades do território



Fonte: Acervo Pessoal. Data: 29/09/2022

2.3.3 - O terceiro encontro: redes atadas com nós seguros

Rios Amazônicos, 17 a 19 de novembro de 2022

Breve relato de viagem

Estamos n'algum lugar da área sul do Marajó. A paisagem é dinâmica, move junto com a gente. Ilhas, ilhotas, florestas conectadas pelas águas barrentas dos afluentes do Amazonas (rio que surpreende quem tem costume apenas com oceanos)

tô agora no convés do navio, são 8h25, tem um sol gostoso e um vento de dar inveja nas tardes quentes da minha casa (vou lembrar desse frescor quando estiver suando lá dentro)

pelas águas, gente que vai e que vem, rabetas, barcos, canoas, lanchas que encostam no navio para o comércio, balsas com centenas de toras de madeira, lentas, carregadas com as mais importantes árvores desse chão (e depois somem na imensidão do rio)

“Oito horas de viagem dentro do Estreito de Breves”, disse-me o comandante em prosa no restaurante do navio, fiquei impressionada o Estreito é tão estreito que quase me sinto tocando nas casas (mas é enorme na dimensão) no Estreito existe uma certa tradição das embarcações dispararem doações dentro de sacos plásticos que flutuam nas águas e crianças que andam sobre as águas, buscam os donativos no meio do rio quando os navios passam

são horas e horas vendo o infinito do rio, meu delírio é passar essas horas todas vendo as águas mudarem (sinto por quem associa isso ao tédio)

Nossa primeira parada foi no município de Breves, lá comprei minha quentinha pelo delivery ribeirinho - uma vara de cerca de 5 metros que

alcançava o segundo andar do navio, sem nenhum temor de cair na água (um exemplar vivo das tecnologias do possível)

Aqui no Catamarã Rondônia, também uma espécie de vila e moradia dos funcionários, cabem 800 pessoas, “estamos em cerca de 400”, disse-me a dona enfermeira, funcionária e residente no navio - mora no camarote ao lado do comandante

gato, arara, laranja, cebola, carro, caminhão e van

tudo a bordo camarotes, redes, conversas sobre o Tempo eu, de preceito, podia nem álcool, nem paixões líquidas mas cabe tudo nos quatro andares do Catamarã

às margens, muitas antenas que tentam se camuflar entre as árvores mas nenhuma Internet nesse trecho, a comunicação é analógica, boca a boca, feita do interesse da prosa, cada pessoa com quem conversei contou um rosário de histórias águas que passaram, águas debaixo da ponte, águas de março

Próximas paradas: Gurupá, Almeirim, Prainha (donde atolamos no rio defronte da cidade)

chegamos em Monte Alegre no começo da noite no porto, luzes de led de um bar refletiam nas águas e imitavam uma batalha de poraquês - cidades ribeirinhas são meio hi tech e bastante cyberpunks, sabiam?

nossas tecnologias se movem junto com as águas e com as vidas que a habitam

por fim, chegamos, Santarém, 19 de novembro, 5h20.

Na minha terceira viagem para Santarém, em 2022, fui de Catamarã. Embarquei dia 16 de novembro às 13h para garantir um bom lugar no redário do navio, o horário para sair estava marcado para 18h, mas saímos de Belém às 23h - um atraso de 5 horas, porque tinha muito embarque de carga. Em um navio com capacidade para 800 pessoas, habitado por aproximadamente 400 passageiros naquela viagem (segundo informações da própria tripulação).

Ao longo dos dias, cruzamos com botos, rabetas, antenas, *ferry boats* carregados de combustível, balsas lotadas de toras de madeiras, muitas madeiras em beira de rio, palafitas, idas e vindas de feirantes e mercadores dos rios que atracavam no Catamarã para comercializar seus produtos, como também as condições de comunicação via telefonia móvel ao longo das cidades e comunidades ribeirinhas pelas quais passamos.

Nas redes atadas dentro do navio, eu ouvi mundos de histórias de quem estava atravessando o país, de trabalhadores que vivem no Catamarã, de quem faz esse trajeto com frequência e até de viajantes de primeira experiência. Deu tempo também de fofocar sobre outros passageiros, afinal, foram mais de 50 horas vivendo no Catamarã.

Cheguei em Santarém dia 19 de novembro de 2022, véspera do Dia da Consciência Negra, para ficar um mês na cidade. Naquele dia, acontecia a inauguração da Afroteca Amoras no Cemei Paulo Freire, para onde fui assim que desembarquei (10h20).

Tentamos elaborar uma atividade da pesquisa para o próprio dia 20, mas novembro é um mês exaustivo para os movimentos negros, então abrimos mão do trabalho. Por ter ficado um mês, vivi de forma mais intensa a agenda do movimento: jogos indígenas, copa mundial de futebol masculino, lançamento de outras afrotecas, palestras, homenagens, cívico de Santarém, visitas a companheiras adoentadas, jantar em casa de amigos, até mesmo um domingo que me tiraram de casa às 10h e fui devolvida às 22h, com almoço na praia e passagem por três sambas. Era tempo suficiente para diluir a ansiedade da pesquisa em andanças e prosas de canto.

Para essa mini residência em Santarém, o objetivo principal do roteiro de pesquisa era aproveitar o máximo possível o tempo e as oportunidades, nada além disso. Assim, realizamos entrevistas em profundidade, acompanhei eventos, comi Santarém o quanto pude, de tudo. Cozinhei para algumas delas, dei uma aula para a graduação de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFOPA sobre “Amazônia, redes digitais e as tomadas de decisões” a convite do professor Rogerio Almeida, coordenador do curso, estive nas inaugurações das Afrotecas Amoras e Sankofa e, uma anotação não tão acadêmica: tanta

fartura quanto Exu gosta, todas as vezes que eu saí para uma atividade de campo, voltei para casa precisada de redução de danos alcoólicos.

Foram três entrevistas semiestruturadas e/ou em profundidade com pequenos grupos/duplas, feitas na leveza das rodas de conversa. Em todas as três, segui um roteiro semelhante, mas com adaptações para cada situação, organizados da seguinte forma: a) No primeiro grupo, participaram duas pessoas, foi feito no dia 9 de dezembro de 2022, o encontro foi na residência delas; b) No segundo grupo, foram três pessoas e foi realizado no dia 10 de dezembro de 2022, no local onde eu estava hospedada (uma casa na orla da cidade); c) No terceiro grupo, foram também duas pessoas, em um bar em Santarém, no dia 13 de dezembro de 2022.

Entrevistas em profundidade são uma técnica metodológica consolidada nas pesquisas qualitativas nas ciências sociais e humanas, Marialva Barbosa (2020, p. 125) elabora o que considero o sentido aplicado neste trabalho de que as entrevistas são “de maneira contundente, a noção de diálogo na produção de escrita”, pois o que ouvi, o que ganhei enquanto relato e palavra, o que me foi revelado impacta substancialmente a minha escrita. Todas aquelas vozes ecoam no que transcrevo neste trabalho, mesmo que eu não as explicito ou não as revele de maneira proposital.

Ainda que minha relação com estas mulheres tivesse começado há alguns meses, eu senti que elas confiavam no propósito do trabalho ser coletivo, no qual mulheres negras de territórios amazônicos seriam centrais no debate sobre tecnologias digitais, ainda que elas nem sempre se considerassem como especialistas ou entendedoras do tema. Nesse sentido, Barbosa (2020) também impulsiona a ação metodológica quando diz que a pessoa que concede a entrevista se constrói gradativamente nessa conversa com quem entrevista.

Assim, em nenhum momento eu me distanciei de minhas parceiras desta escrita, em todas as nossas conversas, eu também me expus, me revelei, me coloquei, apontei minhas próprias inseguranças e indignações, mas, ao mesmo tempo, não opinei, nem emiti qualquer tipo de julgamento de valor sobre seus olhares e perspectivas, quando eu sentia que existia certo constrangimento em declarar alguma opinião divergente, afirmei a liberdades entre nós, sem que isso viesse a ser usado de forma negativa, “não estamos em uma avaliação, não existe certo e errado”, eu disse sempre que necessário. Mas chorei junto, sinalizei suas forças sempre que preciso, em uma troca comunicacional intensa, como descreve Marialva Barbosa (2020), ouvi seus desabaços sempre que os confiaram a mim, o que também trouxe pitadas de histórias de vida como um método que surgiu no campo, não fora escolhido de forma deliberada, ele se impôs e eu acatei.

Em todas estas aplicações metodológicas, o elemento ou a categoria que não ficou de fora foram as amazonidades, ou seja, o território.

a) Primeiro grupo

Perfil do grupo: composto por um trio que aqui vou nomear de Interlocutora Bn (34 anos, professora de inglês), Interlocutora D (29 anos, ativista e engenheira sanitária) e Interlocutora And (29 anos, Antropóloga). São três mulheres jovens, negras, ativas nos movimentos políticos da cidade, integrantes do movimento Mulheres Negras de Santarém, da Kitanda Preta, do Coletivo Alessandra Caripuna e Movimento Negro Unificado de Santarém.

No roteiro semiestruturado, as perguntas foram:

1. Quem são, o que contam sobre si.
2. Como se identificam enquanto territorialidade? São paraenses, santarenas, amazônidas? Como se sentem à vontade nessa afirmação de identidade?
3. Quais as histórias dos coletivos de que fazem parte e qual a importância de estar em coletivo? Como definem as redes que estão articuladas?
4. Identificam se existe algum tipo de conflito entre os nossos territórios?
5. Os coletivos de vocês estão visibilizados na Internet e nas mídias dos movimentos sociais?
6. Quem somos nós, mulheres negras - artistas, militantes, educadoras ... na Internet?
7. Quais conflitos são próprios da Internet, do digital?
8. Quais as reproduções do mundo “offline” na Internet?
9. Sentem-se afetadas pela vigilância digital, pelas violências digitais e pelo controle no mundo digital?
10. Quais são as vantagens e os problemas de estar na Internet? Como são as relações com os algoritmos?
11. Algum coletivo que vocês integram esteve em algum lugar de decisão sobre Internet? Sobre o uso, como funciona, onde instalar?
12. Vocês decidem sobre a Internet nas casas de vocês? É satisfatória? É cara? Quais as prestadoras?
13. Usam Internet para que? Acessam por qual tipo de equipamento? Navegam por quanto tempo diariamente?
14. O que aparece de conteúdo sobre o território e como esse conteúdo fala do território? É feito por pessoas do território?
15. O que poderia ser diferente nos conteúdos sobre Amazônia na Internet?

Perguntas que não estavam no roteiro, mas que surgiram por demanda das conversas:

16. Nas lutas políticas de vocês, sobretudo na dimensão dessa mulheridade negra e Amazônida, vocês se consideram feministas? Vocês têm alguma denominação desse tipo?
17. Têm acesso a editais, a financiamentos, editais de fomento, editais de convocatória, fundos de emergência?
18. Passaram por algum tipo de violência na Internet especificamente por serem mulheres negras?
19. Têm algum tipo de diálogo com a Rede de Ciberativistas Negras do Pará?

b) Segundo grupo

Perfil do grupo: composto por duas mulheres de gerações diferentes, mas que trabalham juntas construindo o Mundo dos Sabonetes, uma pequena empresa de duas pessoas que produz sabonetes fitoterápicos e fitoenergéticos. São a Interlocutora Mar (54 anos, casada, mãe, estudante e empreendedora) e a Interlocutora S (29 anos, fisioterapeuta, fotógrafa, empreendedora). A Interlocutora Mar estuda Psicopedagogia (talvez já tenha concluído na ocasião da apresentação deste trabalho) e Interlocutora S é fisioterapeuta, ambas negras e santarenas que fizeram os movimentos de sair de Santarém e voltar para o território.

O roteiro pré-elaborado tinha as seguintes perguntas:

1. Quem são, o que contam sobre si, como se encontraram?
2. Qual a identidade racial de vocês (negras, indígenas, outras)?
3. Como se identificam enquanto territorialidade? São paraenses, santarenas, amazônidas? Como se sentem à vontade nessa afirmação de identidade?
4. Quais as histórias dos coletivos de que fazem parte e qual a importância de estar em coletivo? Como definem as redes que estão articuladas?
5. O que é o Mundo dos Sabonetes?
6. Estabelecem diálogos com outros territórios?
7. Como é a circulação do trabalho de vocês pela Internet? Vocês estão visibilizadas na Internet? De onde vêm as interações com a página?
8. Quais são as vantagens e os problemas de estar na Internet? Como são as relações com os algoritmos?
9. Vocês decidem sobre a Internet nas casas de vocês? É satisfatória? É cara? Quais as prestadoras?
10. Usam Internet para que? Acessam por qual tipo de equipamento? Navegam por quanto tempo diariamente?
11. O que poderia ser diferente nos conteúdos sobre Amazônia na Internet?
12. O que há de tecnologia na produção de sabonetes fitoterápicos e fitoenergéticos?

c) Terceiro grupo

Perfil do grupo: Formado por duas mulheres também de gerações diferentes, mas ambas com trabalhos artísticos - e na educação, além de serem militantes - que são amplamente divulgados nas redes sociais. A interlocutora N (26 anos) e a interlocutora PC (33 anos, professora, cantora, produtora cultural) toparam conversar comigo em um bar, no dia 13 de dezembro de 2022.

N é também cientista e comunicadora popular, trabalha com mobilização de comunidades, abandonou um doutorado no Instituto Butantã por uma sobrecarga de racismo contra a Amazônia que, em algum momento, ficou insustentável e ela desistiu daquele ambiente para priorizar seu cuidado no próprio território. Depois disso, voltou para Santarém e, no primeiro ano da pandemia de COVID-19, fundou o cursinho *on-line* ResistEnem.

PC é mãe de uma menina, é casada, também é militante de um partido de Esquerda, tem descoberto o trabalho de criadora de conteúdo, criou um projeto chamado Sementes Musicais, com a iniciação de crianças na música, já fez algumas publicidades em seu perfil no *Instagram*.

Na entrevista com elas, foi usado o seguinte roteiro:

1. Quem são, o que contam sobre si, quais suas histórias? Me contem aquilo que quiserem, que for confortável contar.
2. Qual a identidade racial de vocês (negras, indígenas, outra)?
3. Como se identificam enquanto territorialidade? São paraenses, santarenas, amazônidas? Como se sentem à vontade nessa afirmação de identidade?
4. Quais as vantagens e as problemáticas de estar na Internet? Onde vocês transitam?
5. Como é a circulação do trabalho de vocês pela Internet? Vocês estão visibilizadas na Internet? De onde vêm as interações com a página?
6. O lugar de onde vocês falam, este território aqui, faz diferença na Internet na hora de engajar o trabalho de vocês?
7. Quais são as vantagens e os problemas de estar na Internet? Como são as relações com os algoritmos?
8. Vocês decidem sobre a Internet nas casas de vocês? É satisfatória? É cara? Quais as prestadoras?
9. Usam Internet para que? Acessam por qual tipo de equipamento? Navegam por quanto tempo diariamente?
10. O que poderia ser diferente nos conteúdos sobre Amazônia na Internet?
11. Como se relacionam com as redes sociais? Há diferenças nos conteúdos que vocês publicam entre as redes?
12. Como foi o trabalho no projeto Norte Conectado? (Para a Interlocutora N)
13. Como é teu trabalho de blogueira/influenciadora/criação de conteúdo? (Para a Interlocutora PC)

Nesta entrevista, algumas perguntas foram direcionadas individualmente pelas características de ambas as atuações, inclusive foram as únicas entrevistas em que o foco não foi nos coletivos, mas nos trabalhos de cada uma e suas relações com o digital, já que em ambas se encontram na importância de estarem visibilizadas também por uma questão de sobrevivência financeira, além das questões políticas. Acompanhei-as em uma palestra que ministraram juntas, no dia 21 de novembro de 2022, consegui gravar alguns trechos em áudio e, se oportuno, trarei as falas desse momento ao longo do trabalho.

Em todas as entrevistas, expliquei que o roteiro tinha algumas perguntas pré-formuladas, mas que, durante a conversa, caso outras dúvidas surgissem, e se fosse preciso, eu mudaria algumas questões, acrescentaria ou excluiria. Todas elas autorizaram o uso de seus nomes, mas expliquei que precisaríamos manter o anonimato por questões de ética e segurança. O equipamento usado para gravação de voz foi um gravador digital da marca Sony e o aplicativo de gravação de voz foi um celular Motorola G(60). As transcrições foram feitas na plataforma Escriba, com revisões e ajustes feitos por mim mesma.

Para além destas entrevistas, nas observações de campo, cuja importância é explicada por Barbosa (2020, p. 133) como “fundamental para a compreensão dos fenômenos comunicacionais”, são configuradas pelas múltiplas possibilidades de imersão no objeto da pesquisa, por isso estive com elas o máximo de tempo que me permitiram.

Encerro o capítulo destacando que metodologias de cruzos são as possibilidades de cultivo de autonomias metodológicas na pesquisa em Comunicação. Precisamos jogar, movimentar, confluir com afeto, considerar os múltiplos e fazer o descarrego de métodos binaristas. Cruzar é criar e fertilizar o campo, sem jamais perder de vista porque chamamos e acionamos determinados métodos.

UTENSÍLIOS DA PESCA INDÍGENA

A sobrevivência na aldeia
Desde os tempos ancestrais
Vem da água e da terra
Dos peixes, aves e animais.

Os instrumentos que são usados
Sempre foram confeccionados
Com cuidado, criatividade e estratégia
Para atrair os animais que serão capturados.

A flecha é feita com cuidado
Na confecção usam cipó
As penas dão um ar de beleza
Mas precisa concentração, silêncio e leveza.

O cesto usado para carregar macaxeira
É feito de tala de taquara e arumã
Nele carregam carne, peixe e a cunhatã
Na confecção está presente a cultura
Que ensinam aos pequenos para terem amanhã.

Hoje se usa a tarrafa, a malhadeira e o anzol
Mas ainda é preciso aprender a hora certa de pescar
Quem foi acometido da panema
Tem que ir ao pajé para dela se curar.

Dança e canta, balança o maracá
Benze com vassourinha, pede proteção a Naiá
Fuma rapé, bate o tambor que a panema vai passar
Cuidado com teu bembeké, não deixa ele ver mulher.

Assim vão caminhando os povos
Remando para mostrar,
Que no deslizar da canoa
A cultura não deixa de se renovar.

Mudam-se os instrumentos e técnicas
Mas não mudam os segredos que a aldeia nos dá
O curumim já nasce conhecendo seu lugar
E diz: Essa é minha cultura, que carrego no meu aturá!

Márcia Wayna Kambeba
Livro Saberes da Floresta, 2020.

3. POLÍTICAS DIGITAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE FRENTE ÀS TECNOLOGIAS PREDATÓRIAS DESDE UM TAL DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A poesia de Márcia Wayna Kambeba que puxa o fio para este capítulo traz dois aspectos que considero exemplos da confrontação aos esquemas predatórios do desenvolvimento sustentável clássico: 1) A falsa dicotomia entre “desenvolvimento” e “atraso” presentes nas narrativas sobre a Amazônia em trabalhos que ignoram a participação ativa das sociedades não brancas e não urbanas. 2) O manejo das tecnologias de cuidado que não destroem esses ecossistemas e que, no uso comunitário, contribuem, de forma radical, com a manutenção da vida ao longo dos tempos.

Sobre o primeiro aspecto, ainda que não estejam explicitamente mencionados na poesia, é uma dicotomia ancorada também pelo estranho conceito de “sustentabilidade para a Amazônia” vinda de grandes projetos do Estado brasileiro, de mineradoras, do agronegócio, da grilagem, de carvoarias, *big techs* e de uma crescente quantidade de Institutos e Organizações da Sociedade Civil brasileiras e gringas que não têm nenhum tipo de responsabilidade com esses ecossistemas, muitas vezes sequer estão presencialmente nas localidades, mas que são muito bem remuneradas para a manutenção de seus negócios predatórios e, que, em sua maioria, remunera com valores abusivos quem trabalha e/ou presta serviços aos seus projetos, falam de justiça climática ou de democratização da Internet violentando o trabalho das populações locais.

É a isto que Ivânia Neves (2022) e Flávia Lisbôa (2019) chamam de dispositivo colonial: o controle, o método, o modelo colonial que perdura em ações predatórias contra as existências indígenas, negras, entre as demais subjugadas e dizimadas com crueldade e que é reproduzida também no âmbito digital, ainda que estas populações tenham desenvolvido técnicas e tecnologias muito requintadas, são saberes desqualificados, porque para o método colonial é inaceitável que estes corpos não sirvam apenas para a escravidão.

Entre os confrontos a estas narrativas, que não respondem às perguntas fundamentais e relevantes das próprias comunidades da Região, está a construção de um campo de Estudos Amazônicos, com leituras e compreensões interdisciplinares e críticas sobre a Pan-Amazônia envolvendo, especialmente, o debate sobre planejamento regional, políticas públicas e desenvolvimento (Mathis; Albuquerque; Silva, 2023).

Este campo de estudos é resultado de um trabalho iniciado muito antes por toda a América Pan-Amazônia, em busca por sanar o desconhecimento e a cultura de

desinformação implementada desde a colonização sobre “um modo de viver amazônico”, “um mundo amazônico” que perversamente encaixa a Região na categoria de margem e de outro, assim como as máscaras do racismo vão mudando de acordo com os contextos (Amador de Deus, 2008), a cosmofobia (Bispo, 2015) empurra amazônidas para uma impossibilidade de falar criticamente por si, tratados de forma infantilizada (Gonzalez, 1984), atropelados em seus saberes e uma Região que, de acordo com suas narrativas, é sem memória, Era após Era.

3.1 - TECNOLOGIAS PREDATÓRIAS DE UM TAL DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA PARAENSE

Pela imensa Améfrica Pan-Amazônica circulam águas que alimentam o gigante Rio Amazonas, cuja foz é bem ali no Peru. O conceito de Pan-Amazônia “nasce da junção de todos os espaços pertencentes à drenagem da bacia amazônica, e que tem florestas densas e úmidas” (Souza, 2014) e “são regiões fornecedoras de matéria-prima, centros de pesquisa, centros industriais, mercado consumidor, etc., com capacidade de articulação interna e apoio mútuo” (Souza Lima, 2023).

Entretanto, as rotas predatórias também imperam e são de todo tipo: mineradoras, hidrelétricas, monocultivos, madeireiras, pastos, barragens, linhões de energia elétrica, bioprodutos para enriquecer os catálogos de empresas de cosméticos, terras, águas, rotas para tráfico de animais e plantas, rotas de milícias, rotas de exploração do trabalho infantil, da exploração sexual infantojuvenil e rotas por onde os colonizadores escoam os saberes seculares de comunidades que lidam com esses territórios e nele semeiam histórias de vida e de progressos sem destruição. Observe como a interlocutora N situa essas rotas em Santarém:

A gente tá de frente pra Cargill, né? Que é uma das sojeiras daqui. E a UFOPA fica ao lado da Cargill, né? Quando a gente vai pra a UFOPA, a gente precisa passar pela Cuiabá, mas a Cuiabá geograficamente ela é justamente esse encontro entre o rio, que é onde a soja é escoada, e a terra onde a soja é plantada

(...)

todas as vezes que eu piso na Cuiabá, eu vejo vários caminhões de soja, eu queria ver um pôr do sol né? No rio, eu me deparo com a Cargill atrapalhando

(...)

E vários farelos de soja saem, eles voam, né? E isso impacta a vida das pessoas que moram ao redor. Então, as pessoas que moram ao redor da Cargill dentro da cidade, elas estão adoecidas por conta dos farelos da soja que vai entrar no navio e vai, por exemplo, pra China.

(...)

a gente tá igual a Tuíre aqui, a gente tá tentando e resistindo pra ser ouvida, né? Pra ser ouvida e pra ser vista.

(Norah Costa, aula para Ação Educativa, 26 de setembro de 2022)

Na história recente do Brasil, a extrema direita tem avançado com seus ideais destrutivos e negacionistas. A representação dessas ideologias na pessoa do ex-presidente Jair Bolsonaro agravou vários cenários no Brasil e a Amazônia esteve neste rol de negligências e autorizações de morte para quem dedica a vida na luta por territórios vulnerabilizados para o garimpo, a mineração, o agronegócio e demais monopólios, incluindo a comunicação digital.

Antes, durante e depois da pandemia de COVID-19, o pacote de desinformação sobre a Amazônia agravou diante das atitudes daquela gestão, seja pelo deserto de notícias (Botelho, 2024), pela desinformação digital (Geraque, 2023a) ou pela mídia tradicional (Torres, 2023). Foram frequentes frases como “A amazônia não pega fogo”, “os índios vivem em liberdade e cada vez mais desejam utilizar suas terras para a agricultura e outras atividades”, “84% da floresta está intacta”, o ex-presidente responsabilizou as ONGs pelo aumento do desmatamento nos anos de 2019 e 2020 (Mori, 2021) sem nenhum dado que comprovasse a acusação (Quintino; Botelho, 2022), risco de invasão estrangeira na floresta amazônica (Lazzeri, 2022) foi outra tentativa de causar pânico na população. Em prol do garimpo, não demarcou um centímetro de terras indígenas (CIMI, 2019), negou a crise do oxigênio em Manaus, entre outras dezenas/centenas de violências contra indígenas, quilombolas e a população pobre e trabalhadora das grandes cidades.

O site *Mentira tem Preço*, do portal InfoAmazônia, apresenta estas e mais algumas de outras dezenas de exemplos da desinformação e mentiras das redes da extrema-direita no governo de Jair Bolsonaro (Geraque, 2023b). A produção de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) sobre a Amazônia ficou extremamente prejudicada com as políticas destrutivas do governo. Para o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), as ações movidas por Jair Bolsonaro, quando presidente do Brasil, foram as mais letais desde o processo de colonização (Barbosa, C., 2020).

Entretanto, ainda que tenham sido quatro anos de uma gestão que simbolizou o profundo agravamento do cenário sobre a Região, as rotas citadas são históricas, esquemas predatórios com usos de tecnologias extremamente incivilizadas que, bem como os clássicos espelhos entregues pelos portugueses aos povos originários, refletem falsas novidades com a justificativa falaciosa de promover desenvolvimento sustentável, um desenvolvimento que até hoje não garantiu bem viver a quem vive originalmente nestes países, muito pelo contrário, o que se vê é a dizimação dos milhares de indígenas que vivem em Abya Yala desde sempre.

Há um discurso sobre a questão econômica da Amazônia que atravessa todas as atuações político-partidárias seja à esquerda ou à direita, pois, de fato, todas as gestões Federais fracassaram com políticas de bem viver desatreladas do capitalismo e do neoliberalismo tanto para as florestas e as comunidades que vivem nelas, quanto para as cidades. Desconfio que se algum Presidente do Brasil tivesse dedicado recursos em pesquisas que envolvessem tecnologias de cuidado, o país seria hoje uma referência e não precisaria discutir desenvolvimento sustentável.

Para o professor Francisco de Assis Costa (2022), o conceito de desenvolvimento sustentável é a noção que, para a qualificação de um processo de evolução social, articula os atributos de eficiência produtiva com os de equidade intra e intergerações, professando o anseio ético de que, com o resultado do esforço produtivo de todos, corrijam-se as desigualdades entre os membros das gerações presentes e garanta-se a igualdade entre estas e as próximas gerações, só possível com a manutenção das condições operantes da base natural. Para ele, a requalificação contemporânea do planejamento como gestão pública do território, orientada ao desenvolvimento sustentável da Amazônia, exige que se reconheçam as estruturas territoriais diversas e os princípios de distinção, para que se possa avaliar o valor das diferenças na construção do futuro objetivado.

Para muita gente amazônica, o modelo de desenvolvimento aplicado até aqui é palavra jogada ao vento e tem gerado experiências como o relato de seu Raimundo Gomes:

Desenvolvimento não existe. Eu não con... não sei se é porque a minha linguagem é diferente, porque eu nunca estudei, e eu não sei o que é desenvolvimento. Mas pra mim desenvolvimento é aquilo que faz o bem pra alguém. Traz algum benefício. Né?
(Raimundo Braga Gomes em entrevista para Giovana Girardi no episódio 6 do *podcast* Tempo Quente, 2022)¹⁶.

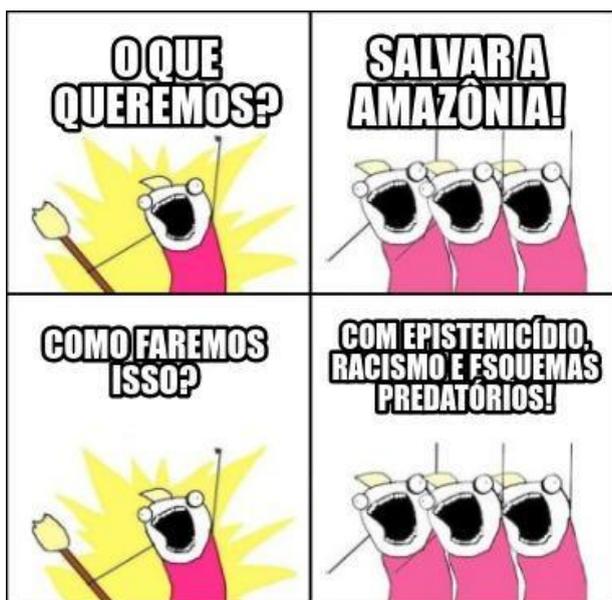
Para Ravena e Acevedo Marín (2021), desenvolvimento e sustentabilidade são conceitos originados no interior das relações de produção capitalistas e têm sido utilizados intencionalmente e de formas variadas nas ações governamentais-mercadológicas que geraram também o conceito de atraso para países de Terceiro Mundo, eternos fornecedores de matéria-prima para as economias do Norte Global. Ação e compreensão mantidas até este

¹⁶ Seu Raimundo Braga Gomes é um cidadão ribeirinho morador da cidade de Altamira e foi remanejado pela Norte Energia durante a construção de Belo Monte. Ele concedeu entrevista no episódio 6 (Nó em fio d'água) no Tempo Quente, um *podcast* da Rádio Novelo, apresentado por Giovana Girardi que foi ao ar dia 12 de julho de 2022. Os trechos destacados acima foram tirados da transcrição do episódio que está disponível no *site* do programa: <https://radionovelo.com.br/originais/tempoque/tempoquente/no-em-fio-dagua/>. O título do episódio é uma referência ao modelo da Usina de Belo Monte: “fio d'água”, o que significa que a capacidade do reservatório é menor que de outras UHEs e fica à mercê da vazão de água do próprio rio, como explica Girardi.

começo de Século XXI. Desenvolvimento sustentável não sustenta a si próprio nem no conceito, nem na prática.

3.1.1 - Salvar a Amazônia do isolamento, seria um meme?

Figura 13 - Meme “O que queremos?”



Fonte: Meme autoral elaborado especificamente para este trabalho em 14/junho/2024. Seu uso e (re)apropriação é livre.

O pacote de epistemicídio, racismo e esquemas predatórios de desenvolvimento sustentável são pilares da cultura colonialista que não foram superados até hoje. E, no caso da região amazônica, essa ação colonizadora engloba filmes, novelas, matérias jornalísticas, propagandas, literatura científica, romances, algoritmos e inteligência artificial como tipos de “agregações do capital” (Ravena; Acevedo Marín, 2021), tão impregnados de uma leitura desinformada sobre a Amazônia que, mesmo no ano de 2023, a Universidade de São Paulo (USP) criou um Centro de Estudos da Amazônia Sustentável para “acelerar o desenvolvimento da Região” por meio da ciência e com “a preservação da biodiversidade e da cultura dos povos originários” (Portal Amazônia, 2023, *on-line*) quando, na Região Norte, existem 11 UFs, 7 IFs, o segundo museu científico mais antigo do Brasil está em Belém, além de dezenas de instituições federais e estaduais cujos trabalhos são inovadores e de suma contribuição ao Brasil, mas que não recebem os mesmos aportes financeiros para continuar pesquisas que são sólidas, inclusive em formatos de cooperação regional e internacional.

Na mesma linha de “salvar a Amazônia”, em abril de 2023, a empresa *Google* realizou, em Belém, um evento chamado “Sustentabilidade com Google”, um projeto de

sustentabilidade para a preservação da Amazônia com um futuro mais sustentável (Coelho, 2023), com a criação de aplicativos para rastrear e combater o desmatamento na Amazônia. É a mesma empresa cuja manutenção dos gigantes *data centers*¹⁷ desperdiçaram a quantidade de 16 bilhões de litros de água em 2021 (Possa, 2023) e, em 2023, dedicou recursos para boicotar o Projeto de Lei (PL) 2630/20¹⁸, cujo objetivo é a criação da Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, disseminando desinformação com anúncios em sua página inicial com inverdades sobre o PL (Amato; Carmago; Rodrigues, 2023).

Tal qual Shoshana Zuboff (2021) equipara o modelo de negócio da *Google* ao modelo da Ford Motor Company, eu faço a equivalência entre *Google* e Vale. Um projeto de “Sustentabilidade com Google” equivale ao projeto de “responsabilidade social” da Vale e demais mineradoras. As lógicas predatórias são exatamente as mesmas, com novas roupagens de tecnologia, vigilância e garimpagem munidas de um discurso que convence e seduz, pois todas as notícias que circularam a respeito do evento da *Google* foram em tom de conquista e de elogios à ação da empresa (Fellip; Canali, 2023). As *big techs* são as mineradoras digitais, como a Vale e suas co-irmãs são as *big techs* da mineração.

Para contextualizar melhor, Zuboff diz que - respeitadas as lógicas e os modelos econômicos - a *Google* está para o capitalismo de vigilância, como a Ford e a General Motors estiveram para o capitalismo industrial e a produção em massa: na nossa Era, o *Google* tornou-se o pioneiro, descobridor, desenvolvedor, experimentador, principal praticante, exemplo e centro de difusão do capitalismo de vigilância, entre as definições que aplica para o conceito de capitalismo de vigilância, a autora descreve como sendo “uma nova ordem econômica que reivindica, de forma unilateral, a experiência humana como matéria prima gratuita para práticas comerciais dissimuladas, de extração, previsão e vendas” (2021, p. 13 e 22), ou seja, ganham dinheiro com nossos comportamentos na Internet (*likes, dislikes, testes, quiz, tempo de navegação, interações, vídeos, músicas etc*).

Ela afirma que o capitalismo de vigilância não tem precedentes, porém, sempre que me debruço em Estudos Amazônicos, tenho a forte sensação de *déjà vu*, já que a prática de vigilância e retenção de dados pela mineração é estratégia antiga como forma de controle social, especialmente em territórios quilombolas e indígenas. Lógico que o que a teoria traz é em uma dimensão muito maior e, como ela mesma diz, a *Google* é sigilosa, a falta de regulação impacta na ausência de transparência e “oferecem acordos de termos de serviços

¹⁷É oportuno lembrar que a missão da *Google* é “organizar as informações do mundo para que sejam universalmente acessíveis e úteis para todos” e que para isso são necessárias imensas quantidades de servidores.

¹⁸ Disponível em <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2256735>. Acesso em: 18 dez. 2023.

cinicamente obscuros e incompreensíveis”, é uma ação colonialista muito bem-sucedida, já que eles se enquadram em uma “era de conquista” (p. 274), são como “novos desbravadores”. Mas o controle dos dados, o ser humano como matéria prima no capitalismo de vigilância tem causado problemas sociais tão graves quanto os problemas causados em territórios amazônicos pelos grandes projetos de salvamento. São muitas similaridades, com palavras-chave interligadas: desenvolvimento, modernidade, sustentabilidade, responsabilidade.

A já comentada sojeira Cargill que é instalada em Santarém tem como compromisso “ajudar o mundo a prosperar” com “uma agricultura mais sustentável no Brasil”, porém, todas as menções à empresa são de denúncias ao modelo de negócio que estamos apontando aqui:

Em uma conversa que eu tive com a Thiane quando ela veio da última vez, eu falei: “Thiane eu acho que Santarém está no olho do furacão”. Santarém é um retrato desse lugar que tem muito a oferecer dentro dessa lógica exploratória. Tiram muito, exploram muito, levam muito e pra nós fica muito pouco. Pra nós fica exploração, né? Pra nós fica território devastado, pra nós fica a política pública fraca, pra nós fica a economia prejudicada, né? (...) A Cargill, eu acho que talvez seja até um dos casos mais dramáticos que a gente vive no território. A Cargill é um empreendimento que se instala num Sítio Arqueológico aqui em Santarém, vocês já devem ter ouvido falar que Santa Rita é uma das cidades mais antigas do Brasil em termos de ocupação humana arqueológica, a cidade mais populosa, inclusive, no início do processo de invasão colonial. Santarém tem uma cultura arqueológica importantíssima pros estudos pré-coloniais, e o porto da Cargill se instala impactando profundamente esse Sítio Arqueológico, que até então era um Sítio Arqueológico pouquíssimo estudado. Então ela impacta o Sítio Arqueológico e só vai apresentar um relatório de impacto ambiental dez anos depois da sua instalação.

(Beatriz Moura, aula para Ação Educativa, 26 de setembro de 2022)

Então, se existe uma legislação que exige o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) no Brasil, mas ainda assim essa lei é burlada ao ponto de uma empresa como a Cargill atuar por dez anos sem apresentar o EIA, a regulação das plataformas digitais, como o conglomerado GAFAM (*Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft*), pode não ser suficiente, já que poderá ser burlada tal qual.

Em 2020, Vale e Microsoft lançaram uma ferramenta de inteligência artificial (IA) para prevenção e monitoramento de riscos de desmatamento nos estados amazônicos¹⁹, a PrevisIA. Anunciada como uma realização do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

¹⁹ Disponível em:

<https://vale.com/pt/w/intelig%C3%Aancia-artificial-na-prote%C3%A7%C3%A3o-da-amaz%C3%B4nia>.

Acesso em: 14 jun. 2024.

(IMAZON), a plataforma promete atualização constante dos dados de previsão de risco e apresenta mapas com as identificações das áreas de alto e baixo risco, incluindo um ranking de quilombos em ameaça de desmatamento.

A Microsoft é uma das *big techs* com maior expertise de IA Generativa, cujo treinamento não é transparente e não se tem certeza sobre qual é a base de dados usada pela empresa, o que provocou uma petição elaborada pela *Mozilla* para cobrar essa transparência. No seu Mapeamento de Danos Algorítmicos disponível no *site* Desvelar.org, o pesquisador Tarcizio Silva inclui outra situação com a Microsoft: sua *chatbot Tay*, implementada em 2016, no *Twitter*, rapidamente aprendeu e reproduziu racismo, misoginia e xenofobia no mesmo dia em que começou a interagir, o pesquisador inclusive ironiza em seu livro perguntando se este seria “um caso de eficácia?” e mesmo depois de ajustada, as violências escalonaram para graus mais severos (Silva, 2022, p. 82-83).

É possível ver a repetição do modelo de negócio das empresas que exploram a Amazônia de forma predatória que anunciam projetos socioambientais e/ou de responsabilidade social/cultural, expulsando comunidades de seus territórios, vigiando seus movimentos, ameaçando suas vidas: entre os anos de 2011 e 2020, a Comissão Pastoral da Terra (CPT)²⁰ registrou 77 tentativas e 37 assassinatos de mulheres, camponesas, sem terras, quilombolas e indígenas, envolvidas em conflitos fundiários e socioambientais no Brasil, sendo que na Região Norte foram registrados 24 assassinatos e 40 tentativas. Em 2021, foram 28 pessoas na Amazônia Brasileira, atestando que esta violência é um elemento estruturante na Região.

Em livro de mais de 700 páginas, Rogerio Almeida e Elias Sacramento trazem a memória de trabalhadores e lideranças rurais no Pará que estão sem resolução desde 1982. São 60 casos de morte pela terra na Amazônia registrados por estes dois autores e a maioria, até o lançamento do livro, em 2022, segue sem resolução. São estas também, as memórias dos modelos de negócio predatórios na Amazônia, cujas infraestruturas violentam e destroem.

3.1.2 - Sustentabilidade sem uso crítico não é transformação social, é publicidade!

Peço licença à memória de Chico Mendes e de seu legado para fazer, no título desta seção, uma leve adaptação à sua manifestação sobre “Ecologia sem luta de classes é

²⁰ Disponível em:

<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/5717-o-estado-do-para-lidera-o-ranking-de-ocorrencias-de-conflitos-de-terra-no-brasil-em-2020>. Acesso em: 20 jul. 2024.

jardinagem” e abordar, neste tópico, algumas questões publicitárias em torno do negócio da sustentabilidade.

A Amazônia continua sendo retratada por uma publicidade governamental que promete um produto - a própria Amazônia - com muitos significados - reais e simbólicos -, muitas promessas de solução para o mundo e é a partir de sua sociobiodiversidade e dos dados geográficos que o seu potencial e real público consumidor é encantado e fidelizado para os usos dos produtos da floresta, seja em forma de hidrelétrica, satélites ou de cosméticos extraídos das sementes cuja tecnologia é (ou era) dominada pela população que descobriu a ciência por trás dessas possibilidades de manejo (Amaral Filho, 2016).

"Evento publicitário" é como Paes Loureiro (2016) nomeia o uso retórico do mito Amazônia para a fidelização de um mercado global interessado no consumo da Marca Amazônia (Amaral Filho, 2016) cujos fregueses [neste caso, os consumidores de Amazônia] confundem interesse real e interesse simbólico por conta de uma imagem que foi construída como de que “a Amazônia é igual a produtos da floresta” (Amaral Filho, 2016, p. 20) e isso chega a ser engraçado.

Com algum deboche e ironia, Paes Loureiro aciona "o argumento abstrato do alegórico" muito comum nas disputas de mercado. Porém, ele alerta que a insistência neste uso alegórico e "das narrativas fabulosas feitas por viajantes que nunca foram ao lugar que narram" e que falam de uma Amazônia imaginária, silenciam "situações concretas e conflitos da Amazônia hoje" como a poluição gerada pelos garimpos, as hidrelétricas, a desertificação de cabeceiras de rios, os usos predatórios e não controlados de agrotóxicos, a exploração transgressiva de madeira e todas as demais formas de concentração do grande capital que destroem vidas humanas e empobrecem as sociedades periféricas (Paes Loureiro, 2016, p. 13-15).

É o que vemos também em narrativas contemporâneas de Sebastião Salgado com seus lindos álbuns fotográficos de suas expedições por “uma Amazônia desconhecida que surpreende com a cultura e a engenhosidade de seus povos, seus mistérios, sua força e sua incomparável beleza”²¹, quando os povos originários estão pedindo socorro há muito tempo. Essa concepção de Amazônia como um paraíso não vem de dentro, ela é santuário e/ou paraíso para quem?

Um bom exemplo da forma como o governo brasileiro e o governo do Pará continuam uma propaganda de um “produto Amazônia” são os discursos feitos em torno das agendas

²¹Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/nas-imagens-de-sebastiao-salgado-a-esperanca-de-salvar-a-amazonia/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

climáticas. Ao longo de 2023, a função e a utilidade das riquezas da Amazônia parecem ter sido redescobertas por governos estaduais da Região e pelo próprio Presidente do Brasil. Em um episódio do programa A Voz do Brasil, do dia 10.04.2023, o presidente disse:

São 28 milhões de pessoas que querem comer, que querem beber, que querem ter carro, que querem passear, querem ter acesso a bens materiais e permitir que eles tenham isso. **Nós precisamos explorar cientificamente com a participação do mundo inteiro a grandiosidade da nossa biodiversidade.**²² (grifo meu)

Em outras ocasiões, o presidente usou o discurso sobre a Amazônia não ser santuário ecológico e sobre o que ele tem chamado de uma nova perspectiva de desenvolvimento sustentável:

A floresta tropical não pode ser vista apenas como um santuário ecológico. O mundo precisa se preocupar com o direito a viver bem dos habitantes da Amazônia, afinal o desenvolvimento sustentável possui três dimensões inseparáveis: a economia, a social e a ambiental.²³

E

Proteger a Amazônia é uma obrigação. Vamos eliminar seu desmatamento até 2030. Mas a floresta tropical não pode ser vista apenas como um santuário ecológico. O desenvolvimento sustentável possui três dimensões inseparáveis: a econômica, a social e a ambiental. O mundo precisa se preocupar com o direito de viver bem dos habitantes da Amazônia".²⁴

Em Santarém, na inauguração da Infovia 01 do Programa Norte Conectado, dia 07 de agosto:

[...] nós conquistamos o direito de fazer o encontro do clima, em Belém, em 2025. Aqui estará o mundo. O mundo inteiro vai vir pra cá. Eu não sei dizer quantas pessoas. Mas serão muitas pessoas e muito chefe de Estado. E quando eu convidava eles, eu dizia: "é preciso a gente fazer na Amazônia pra vocês perceberem que a Amazônia não é só a copa das árvores, não é só os rios. Vocês sabem que lá moram milhões de amazônidas que querem viver bem, que querem trabalhar, que querem comer, que querem ter aquilo que ele produz; além de querer preservar a Amazônia. **Não como um santuário, mas preservar como fonte de aprendizado da ciência do mundo inteiro**, para que a gente possa encontrar um jeito de preservar ganhando dinheiro para que o povo que aqui mora e que mora na Amazônia, também, nos outros países possam viver dignamente".

(Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na inauguração da Infovia 01 do programa Norte Conectado, Santarém/PA, 2023)²⁵

²²Disponível em: <https://redenacionalderadio.ebc.com.br/programas/a-voz-do-brasil-download/62979180/view>. Acesso em: 18 dez. 2023.

²³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/07/amazonia-nao-pode-ser-vista-apenas-como-santuario-ecologico-diz-lula-que-volta-a-criticar-paises-ricos.shtml>. Acesso em: 18 dez. 2023.

²⁴ Disponível em: <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/governo/253321-amazonia-nao-pode-ser-vista-apenas-como-santuario-ecologico-diz-lula>. Acesso em: 18 dez. 2023.

²⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do->

Em Belém, durante a Cúpula da Amazônia²⁶ que reuniu lideranças de todos os países da Bacia Hidrográfica da Amazônia:

[...] eu não quero transformar a Amazônia **num santuário da humanidade**. Amazônia não é só a copa das árvores, não é só os rios. Vocês sabem que lá moram milhões de amazônidas que querem viver bem, que querem trabalhar, que querem comer, que querem ter aquilo que ele produz; além de querer preservar a Amazônia. Não como um santuário, mas preservar como fonte de aprendizado da ciência do mundo inteiro, para que a gente possa encontrar um jeito de preservar ganhando dinheiro para que o povo que aqui mora e que mora na Amazônia, também, nos outros países possam viver dignamente".²⁷ (Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cúpula da Amazônia, Belém/PA, 2023)

Coincidentemente, ou não, em uma notícia de 12 de maio de 2023, no *site* do jornal Folha de São Paulo, o vice-presidente da Vale diz que a Amazônia não pode ser um santuário:

Não é uma escolha entre ser santuário ou não ser santuário. Para que se preserve a Amazônia, nós precisamos do desenvolvimento sustentável na Amazônia, porque é esse desenvolvimento que preserva, desde que o desenvolvimento seja um que valorize a floresta em pé. Então a maneira de se preservar é com desenvolvimento. (Alexandre D'Ambrosio, Folha de S. Paulo de 15 de maio de 2023)²⁸

Todos esses recortes são de 2023 porque foi o ano em que o governo brasileiro fez bastante *lobby* para que a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima fosse realizada na Amazônia brasileira e, em parceria com o governador do Pará, Belém foi confirmada como sede da COP 30, que acontecerá em novembro de 2025. E é importante lembrar que, desde a campanha para as Eleições de 2022, a Amazônia já constava como tecnologia de convencimento para que Lula voltasse à presidência, inclusive como forma de combate às práticas genocidas da extrema direita que estava na presidência do país.

Entretanto, os discursos da presidência sobre sustentabilidade e desenvolvimento não são nenhuma novidade na história do Estado Brasileiro em relação à Amazônia, seja com presidente de esquerda ou de direita. O que significa a importância de confirmar tantas vezes

[presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-inauguracao-da-infovia-01-do-programa-norte-conectado](#). Acesso em: 18 dez. 2023.

²⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/assuntos/cupula-da-amazonia/cupula>. Acesso em: 18 dez. 2023.

²⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-inauguracao-da-infovia-01-do-programa-norte-conectado>. Acesso em: 18 dez. 2023.

²⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/nao-podemos-tornar-a-amazonia-um-santuario-diz-vice-presidente-da-vale.shtml#comentarios>. Acesso em: 18 dez. 2023.

que a Amazônia não pode ser vista como um santuário e que ela precisa ser explorada de “forma sustentável”? Não existe nenhum registro histórico de que um dia a Amazônia foi vista como santuário, muito menos existe uma reivindicação popular nesse sentido, mas desde quando chegaram aqui os primeiros cientistas, ela serve ciência e tecnologia ao mundo, entre outras coisas já mencionadas.

Quanto à fala do vice-presidente da Vale, as escolhas tecnológicas da empresa são denunciadas há décadas pelas degradações causadas aos ecossistemas no Brasil. Coelho e Cota (1984) afirmam que a exploração dos recursos naturais poderia passar por uma decisão popular de quais tecnologias seriam menos danosas em que contextos, mas que não foram essas as escolhas da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) - atual Vale - quando procurava uma maneira de viabilizar seu projeto de ferro localizado na Serra dos Carajás, município de Marabá (PA), entre os anos de 1977 e 1979. Nunca houve um projeto de santuário e a perspectiva mercantil de sustentabilidade coloca a Amazônia à mercê de projetos que a pensam como fonte de riqueza para exploração e exportação:

Pesquisas posteriores à descoberta do ferro de Carajás, em 1967, revelaram a existência de uma verdadeira província mineral nos dez mil hectares pesquisados. Foram encontrados, além do ferro (18 bilhões ton.), manganês (60 milhões ton.), cobre (1,2 bilhões ton.), níquel, bauxita, ouro, estanho e tungstênio. A Região é ainda rica em madeira, terra agricultável, potencial hídrico, rios navegáveis. Enquanto pesquisavam os minérios da Região, os técnicos da CVRD **recolhiam todos esses dados, para apresentá-los ao Governo Federal**, sob a forma de um projeto preliminar, em janeiro de 1980. A CVRD chamou esse projeto de Metal Amazon, porém ficou mais conhecido como Carajazão. (Coelho; Cota, 1984, p. 10, grifo meu)

Recolher dados para comercializá-los é uma prática desde a colonização da Amazônia. Os exploradores de dados que navegaram e seguem navegando pela Amazônia “levaram nossos dados, escreveram, expuseram, contaram histórias e criaram verdades, ganharam dinheiro” (Azevedo; Barros; Santos, 2023, p. 167), prática que reverbera até hoje na matéria dos colonialismos de dados (Faustino; Lippold, 2023), por isso meu debate junto à Soshana Zuboff (2021).

Coelho e Cota (1984) recuperam que o primeiro documento da CVRD era tão ambicioso que previa uma “mobilização industrial em escala planetária”, algo que me soa muito semelhante ao projeto *Google*, outra gigante ambiciosa, cuja missão “é organizar as

informações do mundo para que sejam universalmente acessíveis e úteis para todos”²⁹. O preço disso é o assoreamento de rios e igarapés em territórios quilombolas no Pará³⁰.

O Brasil e outros países do mundo ensaiam uma preocupação com a Amazônia a partir apenas do que ela pode oferecer enquanto sobreviver. A Região está frequentemente arcando com os pesos de ter que salvar a humanidade e, ironicamente, atraindo também salvadores que chegam aqui com seus projetos e só enxergam o próprio modelo predatório de vida (enquanto isso, em 2022, o estado do Acre registrou os piores índices de qualidade do ar, em 2020, tivemos o apagão em Macapá, em 2023, a seca avassaladora que afetou os ecossistemas nos estados do Amazonas e do Pará, queimadas com grandes ondas de fumaça, no Amazonas, o povo Yanomami em total abandono).

3.1.3 Um ecossistema existente, diverso e reclamante: Amazônidas, presentes!

É um acesso à Internet profundamente bancado por essa desigualdade. A gente está falando de uma região que é pouquíssimo conhecida através das nossas próprias narrativas, dos nossos próprios olhares, do que a gente pode contar sobre a região, do que a gente fala, sobre esse retrato do algoritmo que a Thiane provocou a gente a fazer, acho que ajuda a gente a pensar, né?

Quem são as pessoas que estão sendo retratadas quando a gente busca a Amazônia, né? Não somos nós, pessoas da Amazônia. E tão pouco é a realidade dos nossos territórios, né? Porque é claro que a gente tem inúmeras belezas, Alter do Chão apareceu aqui no meu, na minha busca do algoritmo, foi considerada a praia de água doce mais bonita do Brasil e é aqui em Santarém, né?

É claro que a gente tem tudo isso, mas a gente tem também o território que é atravessado por essas escoriações todas, mas as nossas narrativas, o que a gente vai contar, chega muito pouco pra além de nós, né? Quer dizer, a gente acessa, a gente sabe quem somos nós, o que que a gente tá vivenciando, mas fora daqui as pessoas nos acessam muito pouco, e justamente por essa distribuição geopolítica muito desigual.

(Beatriz Moura, aula para Ação Educativa, 26 de setembro de 2022)

A reivindicação pela fala situada, centralizada e ativa é o que move uma certa neguinha narrada por Lélia Gonzalez e abro esta seção com essa fala da professora Beatriz Moura na aula que demos juntas para a Ação Educativa, em 2022, para materializar que nós estamos tal qual aquela neguinha, reclamamos, tomamos o microfone e desorganizamos as mesas brancas.

²⁹ Disponível em:

https://about.google/?utm_source=google-BR&utm_medium=referral&utm_campaign=hp-footer&fg=1. Acesso em: 18 dez. 2023.

³⁰ Disponível em:

<http://novacartografiasocial.com.br/justica-federal-condena-mineradora-vale-por-assoreamento-de-rio-no-para/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

A poesia de Márcia Kambeba também vem ao encontro dessa reivindicação pelas presenças amazônidas e na contramão das tentativas de manutenção de uma ordem colonialista, a repercussão de escritas como essa é mais uma forma de enfrentamento à manipulação de que a Amazônia é uma Região de povos atrasados que precisam de ajuda externa para o desenvolvimento:

*Mudam-se os instrumentos e técnicas
Mas não mudam os segredos que a aldeia nos dá*

O texto apresenta algumas tecnologias próprias de culturas indígenas que têm sido manejadas para o cuidado com seus territórios e, como ela escreve, os instrumentos e técnicas até mudam, porque as culturas são dinâmicas, mas os segredos seguem vivos como processos comunicativos que seguem ativos entre as gerações. E, entre os segredos estão os movimentos de coletividades amazônidas fortalecidos pelo fio de prata de Ananse.

Sobre falar de dentro, em 2011, aconteceu, em Belém e em Santarém, o *Networked Hacklab* com o intuito de reler a Amazônia a partir de grupos que contribuíssem com o pensamento crítico sobre a região, por meio de mapeamentos e processos cartográficos que evidenciassem processos em rede e “assuntos convergentes sobre um território político historicamente complexo”, escreve Giseli Vasconcelos, organizadora do dossiê “Por uma cartografia crítica da Amazônia” (2012) que movimenta um debate sobre arte, política e tecnologias possíveis e tem como impulso o evento de 2011. Vasconcelos descreve as condições de Internet na Região Norte, naquela época:

Entre as regiões brasileiras, a mais afetada pela falta de disponibilidade de infraestrutura de TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação) é a região Norte. A região apresenta a pior média de velocidade de download (758kbps e 219kbps de upload) e o pior tempo de latência média: 616ms (quase 10 vezes mais lenta que a região Sul); apresentando as médias mais baixas, onde 37% das velocidades situam-se até 256kbps e 47% entre 256kbps a 1Mbps. E ainda assim, pagando a banda larga três vezes mais que a região Centro-Sul. No Pará, só 7,7% das casas têm acesso. (...) Para se ter uma ideia da discrepância, no Distrito Federal a taxa de acesso é de 51%. (Vasconcelos, 2012, p. 10)

Para além das questões infraestruturais, a pesquisadora questiona a linguagem da Internet e da cultura digital como um todo e se põe a estranhar essa linguagem por entender que ela favorece uma colonização arbitrária em uma região com uma conectividade tão baixa. Provavelmente, poucos usuários estariam familiarizados com esse glossário (Vasconcelos, 2012). Outra crítica é sobre o modelo de eventos de arte e tecnologia que mais imitam o modo

de fazer do hemisfério norte “que pouco ou nada correspondem às vivências da audiência” (p. 11) e com isso correndo o risco de silenciar o senso crítico e manter a ideia falaciosa de que desenvolvimento só acontece quando se seguem as normas de forma quase canônica e irrefutável, um “paradigma unilateral” que deixa em vantagem nesse jogo os “que têm acesso e poder informacional” (p. 12).

Destaco também o estudo de Janine Bargas (2018) que buscou compreender a relação entre as apropriações de mídias digitais, especificamente o papel das interações *online*, no *Facebook* e no *Whatsapp*, por quilombolas do Pará em suas lutas sobre o direito territorial, entendidas como partes das lutas mais amplas por reconhecimento. A pesquisa revela que, naquele momento, eram o *Facebook* e o *Whatsapp* as duas plataformas digitais mais acionadas, principalmente nos seus formatos de aplicativo, visto que o acesso era e continua sendo, prioritariamente ou exclusivamente, por dispositivos móveis. A professora sinalizou, em sua tese, que, como o acesso à Internet ainda é precário e a conexão em Banda Larga uma exceção, tanto por questões econômicas, quanto infraestruturais, os quilombolas utilizam-se das redes *Wi-Fi* públicas, como o Navegapará, o 3G, a conexão via satélite ou via rádio.

A realidade mapeada na pesquisa de Bargas dialoga perfeitamente com a pesquisa feita pelo pesquisador Hemanuel Veras (2023), na Comunidade Nossa Senhora do Livramento, no Amazonas. Ao passo que, na pesquisa de Bargas, a Internet gratuita foi mencionada, na pesquisa de Veras, as pessoas entrevistadas afirmam que nunca houve uma proposta de Internet gratuita na comunidade, todo o acesso é fornecido por empresas privadas, seja de Banda Larga ou de 3G/4G e, muitas vezes, ficam à mercê do interesse pelo lucro, então, como as operadoras não têm lucro naquele território, elas não investem em infraestrutura.

Muitas localidades no Pará, como por toda a Amazônia, começaram a navegar na Internet a partir do uso do *Facebook* (Miranda, 2014) porque nos pacotes de dados móveis das operadoras o *site* não é/era taxado e a ideia de gratuidade potencializou o acesso e o uso em grande escala (*zero-rating*).

Em face desse histórico de desigualdades, o Centro Popular de Comunicação e Audiovisual (CPA), uma organização de Manaus/AM, lançou a Carta de Recomendações para Políticas Digitais na Amazônia na qual apresenta, em seis eixos, caminhos, sugestões e propostas para que o ecossistema de governança da Internet no Brasil compreenda melhor como pensar as tecnopolíticas na Região: Eixo 1: Por uma Governança da Internet a partir do território; Eixo 2: Conectividade significativa; Eixo 3: Direito à comunicação e informação; Eixo 4: Agenda interseccional de direitos digitais e justiça climática; Eixo 5: Fortalecimento da sociodiversidade; e Eixo 6: Dados, Digitalização e Sistemas de Automação. O material traz

a redação da jornalista e pesquisadora Jéssica Botelho e Allan Gomes, coordenador do CPA, fazedor de cultura e pesquisador. O objetivo da Carta é “incidir sobre a agenda brasileira de políticas digitais de forma sistemática com foco nos fóruns, nas organizações, nas pesquisas e nas políticas públicas”. Abaixo, algumas das recomendações que destaco para reforçar pontos do debate que estamos propondo neste trabalho:

Participação Comunitária: Incentivar a participação ativa das comunidades afetadas nas decisões relacionadas à infraestrutura de comunicação, considerando as diversas perspectivas e necessidades locais: camponeses, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, baixadas urbanas, movimentos de mulheres, de trabalhadores, movimentos populares e todos os demais historicamente ativos nos territórios da Amazônia brasileira;

Ao discutir a Internet como um direito que possibilita o acesso a outros direitos, destacamos a importância da infraestrutura e como a lógica capitalista de consumo imediato impacta diferentes territórios e comunidades em vários níveis;

Educação Digital: Promover programas de educação digital na região, capacitando a comunidade a discernir fontes confiáveis, identificar desinformação e participar construtivamente do ambiente digital;

Investigar a presença de órgãos internacionais ou coalizões discutindo, no âmbito da ONU, medidas contra grandes empresas de tecnologia e problemas como o lixo eletrônico. É essencial compreender como essas empresas, ao produzirem no Norte Global e descartarem resíduos nas cidades africanas, perpetuam formas contemporâneas de colonização, incluindo a extração de minérios na Amazônia. Urge também analisar a atuação do Brasil nesse contexto. Para proteger a Amazônia tanto digital quanto fisicamente, é crucial desenvolver estratégias coletivas de resistência e defesa diante desses desafios interconectados.

Descentralização na pesquisa e na compreensão das realidades locais, evitando generalizações e considerando as singularidades, fomento à pesquisa de campo, entrevistas qualitativas e coleta de dados primários para obter uma compreensão mais rica e contextualizada das experiências.

Extrativismo de Dados: Combater a exploração descontrolada de dados por grandes empresas de tecnologia estrangeiras, assegurando que o progresso tecnológico seja orientado para atender às necessidades das pessoas e dos territórios impactados. (Botelho; Gomes, 2023)

O documento também chama atenção para a formação da Coalizão Tecnopolíticas Pan-Amazônicas, um “grupo de ativistas, pesquisadores, organizações e movimentos sociais reunido em prol dos direitos digitais no horizonte da justiça socioambiental e climática para populações da Pan-Amazônia” e se configura também em uma “convocação para discussão e ação conjunta diante de desafios históricos, propondo o enfrentamento às assimetrias no campo das tecnologias digitais centradas na Amazônia” e é “um chamado à visão interconectada e solidária para elaborar estratégias e soluções comprometidas com a preservação dos territórios e a potência da vida” (Botelho; Gomes, 2023, p. 15). A Coalizão

Tecnopolíticas Pan-Amazônicas é uma resposta ao desinteresse de outras coalizões pelo diálogo com pessoas amazônidas que estão dentro dos territórios debatendo e construindo redes em comunidades. A primeira ação da Coalizão, quando ainda embrionária, foi articular com organizações amazônidas para comporem o Colégio Eleitoral da Eleição CGI.br 2023, que vota para a escolha multissetorial de representantes da Sociedade Civil para integrarem o Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br). A Carta de Recomendações para Políticas Digitais na Amazônia foi lançada durante o Margem: Encontro Amazônico de Comunicação, Cultura e Tecnologias, realizado pelo CPA, nos dias 6 e 7 de dezembro de 2023, em Manaus.

Outra presença amazônida é a Cartilha Norteando a Governança da Internet no Brasil lançada pelo Coletivo de Pesquisa e Ativismo de Rondônia sobre Tecnologia, Estado e Sociedade (C-Partes) que traz um mapeamento de pessoas na Amazônia que trabalham e pesquisam as temáticas relacionadas ao campo da Governança da Internet (GI). Organizada por Bianca Galvão Marques e Will Guilherme Dias Pereira, duas pesquisadoras³¹ de Rondônia, a cartilha apresenta um levantamento importante sobre os painéis no Fórum Brasileiro de Internet (FIB) e os percentuais de proponentes da Região Norte, bem como desvelam que, entre os 21 representantes que compõem o CGI.br, não há ninguém da Região na atual gestão (2024-2026) e reclamam que “a pauta territorial é marcada por uma assimetria abrupta”, algo também reclamado por Martín-Barbero (2004) e Milton Santos (2000).

Nessa primeira edição do mapeamento, são 12 organizações e 57 pessoas que atuam em algum segmento da GI na Amazônia nortista. Entre as organizações estão o Coletivo Perpetuar, um coletivo quilombola do Território de Jambuaçu no Pará; o Coletivo Somar que é um coletivo LGBTQIAPN+ de Rondônia; O Coletivo Poraqué (de Santarém) que é um dos primeiros coletivos de inclusão digital que temos notícia na região; a produtora audiovisual Na Cuia, entre outros. A cartilha foi lançada no FIB de 2024, para o qual o C-Partes levou uma expressiva delegação. Possivelmente, o FIB com a maior quantidade de pessoas amazônidas em painéis, inclusive mais que no FIB realizado em Manaus, em 2019.

Temos trabalhado pelo mapeamento da presença amazônida no campo dos Estudos Digitais. Então, além dos já citados, grupos como PyLadies de Manaus, Rede de Ciberativistas Negras de Belém, o Programa Saúde e Alegria em Santarém, o grupo de pesquisa LAES/UFPA coordenado pelo professor Leonardo Cruz que é também um dos líderes do Observatório Educação Viggiada, um projeto cujo objetivo é coletar e divulgar informações sobre a plataformização da educação pública no Brasil e na América do Sul e

³¹ Will Guilherme é autodeclarado como pessoa não-binária que atende pelos pronomes ela/elu.

incentivar um debate na sociedade em relação aos seus impactos sociais e educacionais (Educação Vigiada, 2023)³².

Flávia Ribeiro (2023) escreveu e analisou a Marcha Virtual das Mulheres Negras Amazônidas³³, uma mobilização que aconteceu em 25 de julho de 2020, no auge do primeiro ano da pandemia de COVID-19. Foi um movimento audacioso, acima de tudo porque surgiu da inquietação de não podermos estar nas ruas e, ao mesmo tempo, de não quisermos estar sozinhas, isoladas, sem nossas redes, sem ver nossos sorrisos. Foram quatro horas de Marcha Virtual no *YouTube* e 1.163 visualizações, sem domínio técnico, sem estabilidade de conexão, sem equipamento adequado. A teimosia em realizar um evento nessas condições de precariedade vem da necessidade de insubmissão que parece ser inata aos movimentos populares.

Dia 25 de julho é o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e, em Belém, tem sido confirmada a tradição por parte do coletivo Mulheres Negras Amazônidas de organizar e convocar as mulheres negras e a sociedade como um todo para a Marcha que acontece sempre, nesta data, cada ano com uma temática diferente. Então, realizar a Marcha em 2020 passou a ser uma das ações mais importantes diante das perdas que vivíamos.

Na programação, foram 13 mulheres palestrantes do Pará, Maranhão, Acre, Roraima, Tocantins, Amapá, Amazonas e Mato Grosso (Ribeiro, 2023), intervenções artísticas, transmissão de vídeos gravados por mulheres negras com depoimentos sobre a importância do evento e uma intensa participação no *chat* da transmissão.

No trabalho sobre cuidados digitais que desempenhamos junto à Rede Transfeminista de Cuidados Digitais, temos destacado como as tecnologias amazônidas que antecedem as digitais são imperativas para a manutenção da vida e para a garantia do bem viver. Temos discutido com comunidades quilombolas e das periferias de Belém, o quanto estas pessoas têm uma história de protagonismo com diversa e complexa gama de ferramentas criadas, produzidas e mantidas por seus ancestrais e agora por elas. Seria uma boa frase de efeito dizer que nunca houve atraso, pois sempre existiu inovação tecnológica e pluralidades de saberes que deram conta, junto a outras percepções não cosmo-fóbicas, de manter vivas as vidas dos territórios amazônicos, mas não são as frases que importam, até as minerações estão lotadas delas.

³² Disponível em: <https://educacaovigiada.org.br/pt/sobre.html>. Acesso em: 30 jun. 2024.

³³ Marcha Virtual das Mulheres Negras Amazônidas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ulInbE7Dgms&t=7s>. Acesso em: 30 jun. 2024.

Peconha, tipiti, matapi, a canoa, a rabeta, o despolpe manual de açaí feito no tacho, na peneira e no alguidar, a palafita, o paneiro, entre tantos outros objetos com suas técnicas e métodos que, ao longo de mais de dois mil anos, vêm solucionando não só as vidas das florestas e dos campos, mas das cidades tanto quanto.

Existem muitas tecnologias que são de pertencimento de povos originários, quilombolas, camponeses, ribeirinhos e mesmo de pessoas que estão nas áreas urbanas das Amazônias. Assumimos, neste trabalho, que são Tecnologias de Cuidado e muitas delas têm sido as principais resistências contra as tecnologias que fazem parte dos esquemas predatórios usados para destruir territórios amazônicos, expulsar habitantes, manter vidas silvestres apenas em jaulas de zoológicos e códigos que criam algoritmos e sistemas chamados de inteligência artificial que mantêm acesa a narrativa do mito do vazio demográfico, uma alusão que vem desde os tempos do Programa Grande Carajás³⁴.

Em uma conversa com o Gemini, a inteligência artificial do *Google*, em fevereiro de 2024, perguntei a ele “Como é a Amazônia?”. A conversa pode ser lida neste *link*: <https://gemini.google.com/app/ef6c8d9540ee7dd3>, mas adianto que, no primeiro parágrafo de sua resposta, a fotografia que aparece é mais do mesmo “rio, floresta e vazio humano”. Mais à frente, ele diz que a Amazônia é um “importante recurso para quem vive na região” e para o clima Global (como se fosse uma prestadora de serviço), mas até o Gemini aprendeu que a mineração e o desmatamento são os maiores riscos ao nosso ecossistema. Na mesma conversa, eu perguntei se existe tecnologia na Amazônia e, na resposta, surgem satélites, drones e sistemas de alerta. Também pedi para que ele mostrasse imagens da Amazônia e na ordem de apresentação estão: Floresta, Rio Amazonas, Animais e Povos. Em Povos, há uma única foto em que, realmente, aparecem pessoas em primeiro plano. A conversa como um todo é bastante interessante, há bons destaques que podem ser feitos, mas o dispositivo colonial atravessa o texto o tempo todo.

Outra experiência com inteligência artificial sobre a Amazônia: busquei por “people from brazilian Amazon”. Importante dizer que tenho estimulado que deixemos de usar

³⁴ “O PGC teve como um de seus principais motores a descoberta, ainda na década de 1960, de gigantescas jazidas de minério de ferro e outros minérios na Serra dos Carajás, sudeste do estado do Pará. A exploração do minério na Serra de Carajás, no Pará, demandava uma série de estruturas para extração e a construção de uma logística para transporte e beneficiamento, que exigiam investimentos de grande porte e negociações com governos estaduais e municipais que receberiam as obras. Com o objetivo de estruturar a extração, a transformação e o escoamento do minério, a então Companhia Vale do Rio Doce, que, como veremos adiante, assumiu o controle da exploração minerária na Região, encaminhou, em 1978, o Projeto Ferro Carajás (PFC) para a Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Dois anos depois, o governo federal reorganizou os investimentos na Região criando o PGC e integrando o Projeto Ferro Carajás ao programa” (Luiz Jardim Wanderley e Tádzio Coelho, 2021, p. 143). Disponível em: https://www.livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/1102/1/CapitulodeLivro_EstruturaLogisticaPortuaria.pdf

Amazon para traduzir Amazônia, ao invés da tradução, que assumamos Amazônia como esse território universal, pois a palavra *Amazon* também evocará a empresa de Jeff Bezos e nós não somos um conglomerado milionário, muito menos um monopólio santo. Pois bem, coloquei a palavra *Amazon*, propositalmente, na busca dessa plataforma porque sei das restrições linguísticas dessas IAs. O resultado está a seguir (Figura 14).

É uma imagem, uma fotografia que comunica muito sobre o dispositivo colonial que Ivânia Neves e Flávia Lisbôa têm escrito no campo da Análise do Discurso. Em um artigo sobre as comemorações dos 400 anos de Belém, Neves reclama que “Não há, nestes registros, qualquer vestígio da presença indígena ou africana na cidade” apesar das “memórias submersas sobre a pluralidade étnica da cidade, bastante presente no cotidiano dos moradores” (Neves, 2015, p. 36). O controle de narrativa atravessa as mídias e chega até a inteligência artificial (que nem é tão inteligente, nem tão artificial). É o que Bispo (2023) também chama de conhecimento sintético.

Traz também algo que Frantz Fanon escreve sobre o “desvio existencial” imposto ao negro e, nesta imagem, fica evidente esse desvio racializado. Além disso evoca a dupla opacidade do racismo algorítmico sobre a qual Tarcízio Silva elabora: “o modo pelo qual os grupos hegemônicos buscam tanto apresentar a ideia de neutralidade na tecnologia quanto dissipar o debate sobre racismo e supremacismo branco no Ocidente” (2022, p. 209). O racismo faz de tudo para ridicularizar a ideia de que existem seres humanos não brancos que já se organizam em sociedades muito milhares de anos antes das invasões europeias.

É um desafio pessoal e político compreender e descrever a Amazônia a partir desses vieses de complexidade, já que as narrativas de colonização da Região são depreciativas, binaristas, recheadas de cosmofobias e, como tais, são racistas também, pois estamos falando de uma Região com a maior população indígena do Brasil (Fundação Nacional dos Povos Indígenas, 2023), 32,1% dos quilombolas brasileiros (Serviços e Informações do Brasil, 2023) e com uma expressiva população negra³⁵.

³⁵ É importante registrar que a população branca da Amazônia brasileira também é bastante numerosa, é necessário compreender que nem toda pessoa amazônida passa por esses processos de cosmofobia ou racismos, visto que a colonização também deixou como legado uma visão autodepreciativa de milhares de pessoas que são da e vivem na Amazônia. São pessoas que tentam romper com qualquer característica que lhe assemelha a quem se declara como amazônida, não é à toa que também é muito comum ouvirmos, aqui dentro, frases racistas e perigosas como “aqui não tem só índio”, “aqui não é só mato”.

Figura 14 - Pessoas da Amazônia por inteligência artificial



Fonte: Imagem gerada no /nightcafe em 19 de fevereiro de 2024.

E, ao contrário da eterna negação do racismo nesse país e da proliferação de uma tal Era pós-racial, já que seria a Internet um espaço democrático onde não se veem raça, sexo, nem classe social, temos que lembrar que muitos assassinatos passaram a ser organizados pela Internet:

O dispositivo colonial chegou potente às redes sociais da Internet, desde as mais explícitas, até as mais subliminares postagens informais ou institucionalizadas. Os discursos de superioridade racial ainda são muito presentes e sem muita dificuldade, uma grande parte da população considera lícito o racismo, o sexismo, a homofobia, o trabalho escravo. (Neves, 2022. p. 317).

Os movimentos dessas populações, de onde saem, por onde transitam, o que pautam, remetem também ao que bell hooks (2019) narra sobre o quanto as pessoas negras de sua comunidade desenvolviam o duplo papel de conhecer o centro e a margem, ao circular para além da fronteira dos trilhos do trem, lidando com todas as personas assumidas pelo racismo e conseguindo seguir para além do “terror psicológico” (Bispo, 2015), inato às cosmovisões monoteístas dos colonizadores.

Por isso, a presença amazônica contada neste trabalho não parte do entendimento de santuário. É uma Região com muitas complexidades e territórios multidimensionais em todos os sentidos, há muitas disputas internas. O Pará tem carregos coloniais (Rufino, 2019)

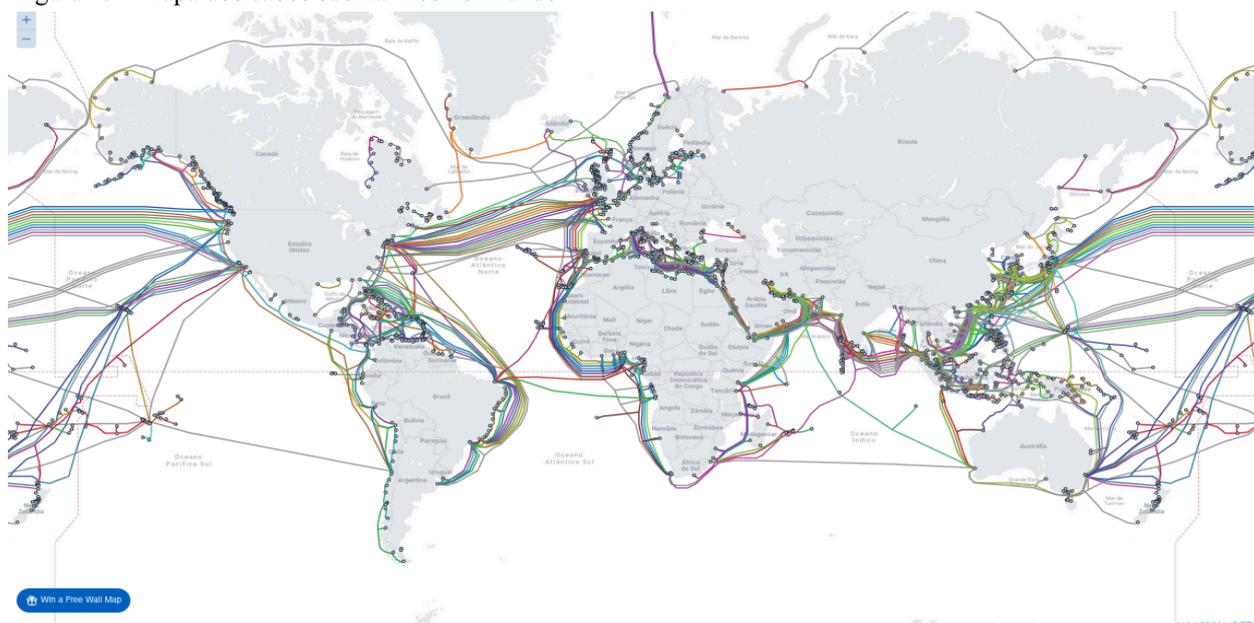
internos bastante diferentes, inclusive pelo direito de falar como um paraense que não está em Belém, os municípios mais a Sudeste e Oeste reivindicam que se realize o estado para além desta capital. A presença amazônica reivindicada por Beatriz Moura precisa ser cada vez mais heterogênea, inclusive nos nossos próprios enfrentamentos.

3.2 - INFRAESTRUTURAS DIGITAIS, ACESSOS E USOS: CONTEXTO GEO-TECNO-POLÍTICO DA INTERNET

Nesta seção, trago alguns dados para subsidiar a reflexão em que estou tentando nos enredar. É o fato de que as infraestruturas existentes, sua precariedade ou ausência, são resultado de decisão política que pode impedir ou determinar acessos, que pode encarcerar e impactar em vidas e mortes. As infraestruturas digitais atendem a interesses geopolíticos tal qual a decisão sobre a mobilidade de uma cidade, a energia elétrica e a Internet.

A tão falada nuvem da Internet nada mais é do que uma metáfora, pois o que de fato compõe a rede, o que a faz efetivamente existir e funcionar são infraestruturas como cabos submarinos de milhares de quilômetros (Figura 15), torres e antenas, imensas salas com máquinas ligadas o tempo todo e muito ar-condicionado ligado, os minérios, o solo, a água e decisões políticas.

Figura 15 - Mapa dos cabos submarinos no Mundo



Fonte: Submarine Cable Map: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/panorama>

Data: 17 de junho de 2024

Azevedo, Barros e Santos exemplificam bem a relação entre as infraestruturas de exploração e as infraestruturas de conexão e trazem a reflexão entre as decisões sobre quais infraestruturas devem atender interesses específicos, como é o caso de hidrelétricas, linhas de transmissão energética - que são responsáveis por mais do que energia -, anéis ópticos, satélites, conectividades, tanto é que a usina hidrelétrica de Belo Monte, do interior do Pará ao Rio de Janeiro, tem 2.543 km de extensão, “a ubiquidade da energia elétrica na Região Sudeste é sustentada de maneira insustentável pela Amazônia”:

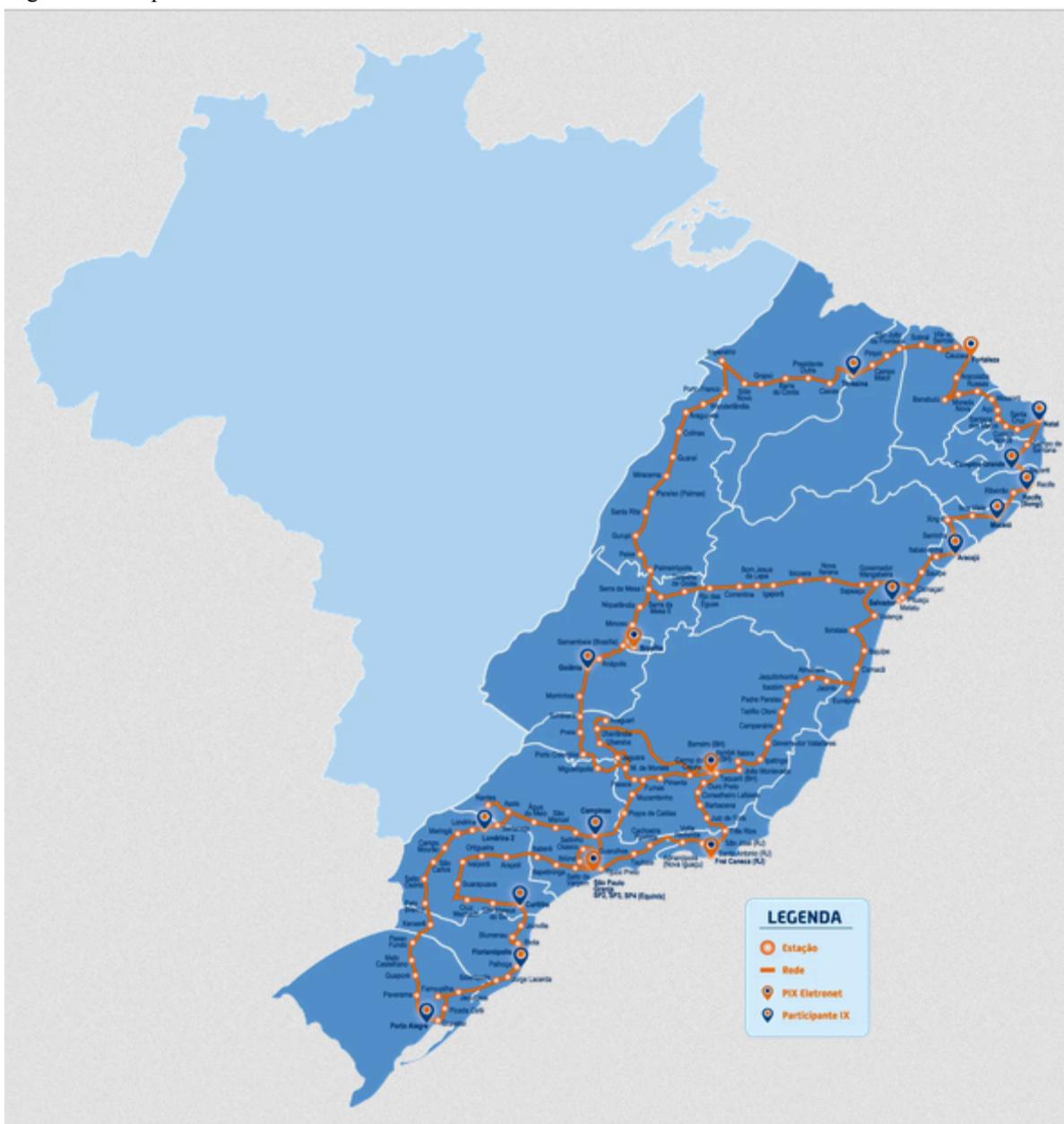
Para qualquer conversa sobre a Amazônia, é preciso entender a relevância das águas na Bacia do Amazonas. Como o funcionamento da Internet depende da existência de outras infraestruturas, principalmente de energia elétrica, essas relações se entrecruzam. Neste estudo, insistimos na necessidade de analisar a infraestrutura de conexão à Internet, em conjunto com as demais infraestruturas coexistentes. A existência de uma infraestrutura gigantesca, como a usina Belo Monte, no estado do Pará, dentre outras, demonstra um interesse exploratório que não resulta em investimentos, de fato, na Região. Além das infraestruturas de extração que resultam da cooperação do governo e da iniciativa privada dentro de legalidades artificialmente criadas e manipuláveis, a mineração opera como outra estratégia de extração que, por vezes, nem se preocupa em fingir adequação com a lei.

Embora a infraestrutura global da Internet seja fundada no espalhamento de cabos de fibra óptica principalmente no assoalho dos oceanos, foram necessários anos de demandas para iniciativas sedimentarem cabos subfluviais nos leitos dos rios amazônicos. A insuficiência de pesquisa e investimentos consistentes em infraestrutura de hidrovias que conectariam de maneira segura toda a bacia hidrográfica que resulta no Rio Amazonas dificulta elaborar futuros possíveis para a Pan-Amazônia. Nesse sentido, o desafio de conectar a diversidade socioambiental não se limita ao trânsito de bens e serviços, pois num projeto político de bem-estar social, a Internet tem finalidades bastante importantes. Portanto, é importante termos especial atenção à maneira como as iniciativas focadas em ampliar a conectividade na Amazônia Legal são construídas, sob pena de serem criadas e fortalecidas novas formas de extração.

(Azevedo; Barros; Santos, 2023, p. 149;155)

Ao passo que entre a dez principais hidrelétricas do Brasil, seis estão na Amazônia (Belo Monte, São Luíz do Tapajós, Tucuruí, Santo Antônio, Jirau e Jatobá), quando se vê a distribuição de cabos ópticos OPGW, um dos tipos existentes para garantir confiabilidade na rede e que utiliza a infraestrutura das linhas de transmissão, da ELETRONET - empresa criada em 1999 pelo governo federal, para controlar os negócios associados às fibras ópticas das subsidiárias da Eletrobras, a imagem desse mapa (Figura 16) comunica muito, mas, para não restar dúvidas, é uma empresa que existe há 25 anos, com 17 mil km de Fibra Óptica em 18 estados brasileiros e não está em nenhum estados nortista.

Figura 16 - Mapa da Rede de Dados Eletronet



Fonte: Site Eletronet. Data: 16 de junho de 2024

Sem estabilidade de conexão, os relatos são de predominância da precariedade, mesmo em experiências diferentes de precariedade. A conectividade não pode ser significativa apenas para algumas localidades enquanto em outras a brecha estrutural impede o curso pleno da Educação:

(...) Essa questão da Internet aí né, aqui pra gente é uma realidade, é que não é assim boa a qualidade de Internet, tanto que a gente já usou quase todas porque por um certo tempo elas prometem 5G e dá 1G. Então assim, pra mim, quando eu comecei a estudar, porque era tudo no computador, nossa, tinha hora que ia, mas tinha dia que a Internet não

funcionava. Hoje a gente tem a da TIM. É a mesma coisa. Tem dia que simplesmente não funciona, né? Então a gente tem que ficar... aí tem paciência que some, tem dia que eu não consigo ouvir meus vídeos, né? Então assim, é muito falho nessa questão aqui, mas é assim em todas que a gente já passou. Até agora aqui em Santarém, pelo menos, eu não sei se tem alguma aqui boa, boa, boa assim.

(Relato de Mar, Entrevista, 9 de dezembro de 2022)

Eu tenho um adendo pra falar nessa questão é que, eu não sei se tu já conversou com alguém sobre isso, mas aqui dependendo do bairro a operadora não presta. Então, tipo se você for morar no Diamantina, a melhor operadora é a Claro. Se você for morar no Maracanã, a melhor operadora é a VIVO. Se você for morar na Salvação, a melhor operadora é a TIM. Entendeu? (...) O meu celular é da TIM, se eu for visitar o meu amigo que mora na Interventoria, meus dados móveis não prestam. Aí nessa questão de Internet eu sou suspeita pra falar porque pra mim está boa, porque onde eu morava era extremamente ruim. O Wi-fi era ruim, os dados móveis eram ruim, tinha racionamento de energia onde eu morava. Então se tivesse energia de manhã, de noite, a gente fica sem energia. Passava doze horas sem energia e ficava revezando entre os bairros, entendeu? (...) Então, tipo, eu costumo brincar que a pior Internet daqui de Santarém era a melhor de onde eu morava. Então o meu plano, lá eu pagava um plano absurdo, a gente pagava um pacote tipo de trezentos pau para oito pessoas dividirem porque era todo mundo universitário e fodido né? E era uma Internet horrível. Aqui o meu plano é cento e trinta só pra mim ele é o plano mais fuleiro que eu achei. Eu consigo fazer tudo mesmo.

(Relato de S, Entrevista, dia 9 de dezembro de 2022)

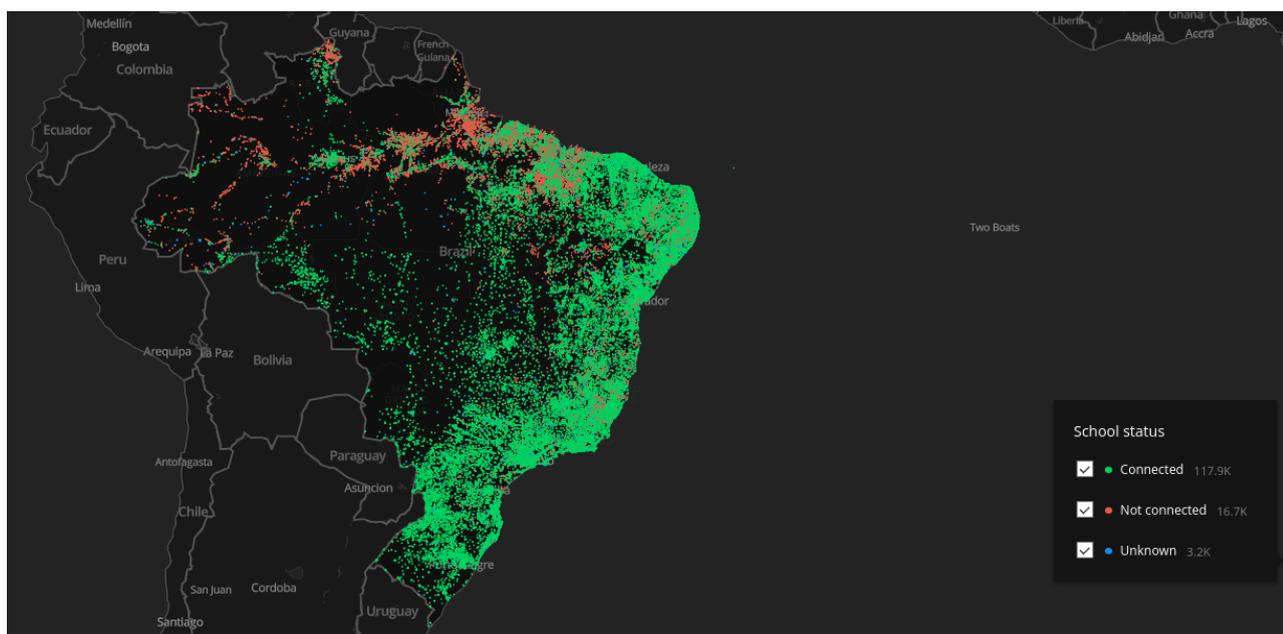
O contexto educacional que a interlocutora S narra é de uma Universidade Federal em uma cidade no Amazonas considerada um polo universitário, mas ainda assim um pacote de Internet de valor abusivo, dividido para oito pessoas. É por isso que toda vez que os dados sobre o acesso à Internet mostram que mais pessoas estão fazendo uso, eu costumo perguntar quem são e onde estão essas pessoas.

Outros mapas que nos trazem dados semelhantes são: o mapa da conectividade nas escolas brasileiras (Figura 17), o mapa da distribuição de fibra óptica no Brasil e o mapa dos territórios da Internet no mundo. Cada um nos apresenta uma perspectiva que subsidia muito bem a relação geopolítica com a Região amazônica, as pretensões históricas de desenvolvimento sustentável e têm relação direta com os debates feitos com as herdeiras de Ananse.

O *Project Connect* da Unicef tem um *site* com o Mapa de Conectividade das Escolas no Globo. É um mapa aberto e em tempo real que nos mostra a conectividade de 2 milhões de escolas nos vários países. Essa conectividade, no Brasil, não é uma surpresa, mas causa espanto quando vemos a materialidade da informação, como mostra a figura 17, de que a Região Norte é quase um deserto de conectividade e isso é tão grave quanto ter baixos índices

de educação, visto que a falta de conectividade nas escolas pode ser um aliado perigoso na disseminação de desinformação, no desconhecimento das potências territoriais e de se enxergar no mundo como sujeitos de direitos. E, corroborando com o mapa, a TIC Educação 2022 registra que, fora do ambiente escolar, 78% dos estudantes da Região Norte têm acesso à Internet e, destes, 11% fazem uso exclusivo do 3G ou 4G, “o que pode indicar maiores restrições de infraestrutura nesses locais” (TIC Educação, 2022, p. 80).

Figura 17 - Mapa de Conectividade nas Escolas



Fonte: Site Global School connectivity map. Data: 16 de junho de 2024

A legenda, localizada no canto inferior direito, identifica que os pontos na cor verde são as escolas conectadas, em vermelho são as escolas não conectadas e em azul onde a informação é desconhecida. Quando damos o *zoom* no mapa para centralizar a Região Norte, e acredito que seja possível ver na imagem acima, a concentração de pontos verdes está em Belém, ou no nordeste do Pará.

Inclusive, há um dado na TIC Educação 2022³⁶ que vai ao encontro de uma das questões debatidas com as interlocutoras deste trabalho que foi o envio de *chips* de telefonia móvel, durante a pandemia de COVID-19, o quanto isso também atravessa as decisões geopolíticas sobre infraestrutura, acesso e uso não só da Internet, quanto dos dispositivos que possibilitam

³⁶ TIC Educação 2022. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras [livro eletrônico] / [editor] Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20231122132216/tic_educacao_2022_livro_completo.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

o acesso como computadores, *tablets* e celulares. No *site* da Anatel, consta que 25,7% das escolas públicas da Região Norte não têm acesso à Internet, no Pará são 23,1% e, em Santarém, são 37% das escolas públicas sem acesso à Internet³⁷ e 14% dessas escolas não têm energia elétrica.

O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), instituído pela Lei nº 9.998/2000, tem disponibilizado recursos para a 1) Ampliação do Acesso de Escolas Públicas à Internet em Banda Larga, que trata da construção de rede de transporte de alta capacidade e rede de acesso para escolas públicas na seguinte situação: Não estejam contempladas em projeto do Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas da Agência Nacional de Telecomunicações; Estejam sem fibra na região e com energia elétrica; e Estejam com velocidade de *download* medida abaixo do padrão mínimo; e para 2) Projetos de Expansão, de Uso e de Melhoria das Redes e dos Serviços de Telecomunicações³⁸, em áreas rurais, áreas urbanas ou rodovias estaduais brasileiras não atendidas com 4G ou tecnologia superior, ou em áreas priorizadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Quando foi criado, o FUST previa a ampliação da telefonia fixa e a partir da Lei nº 14.109/2020 passou a abranger os serviços de telecomunicações com o objetivo de “estimular a expansão, o uso e a melhoria da qualidade das redes e dos serviços de telecomunicações”, além de “reduzir as desigualdades regionais e estimular o uso e o desenvolvimento de novas tecnologias de conectividade para promoção do desenvolvimento econômico e social”. Ou seja, o FUST também é um recurso para a promoção da democratização da Internet em escolas, municípios e localidades/setores censitários, que podem ser apoiados nos projetos destinados ao uso de recursos do Fundo.

Uma das ações realizadas com vistas a estes objetivos foi o Edital Escolas Conectadas³⁹, lançado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2024 para propostas de 1) Implementação da Conectividade nas Escolas e 2) Monitoramento da Conectividade nas Escolas, cujas beneficiárias são escolas públicas municipais. As escolas

³⁷ Dados extraídos em 17 de junho de 2024 no *link*:

<https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/infraestrutura/conectividade-nas-escolas>

³⁸ Dados extraídos em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/infraestrutura/projetos-fust>. Acesso em: 17 jun. 2024.

³⁹ Informação disponível em:

<https://www.gov.br/anatel/pt-br/assuntos/noticias/bndes-prorroga-prazo-para-propostas-do-edital-escolas-conectadas>. Acesso em: 17 jun. 2024.

beneficiárias pelo Edital estão distribuídas em lotes: Lote 1: Amapá e Pará - 529 escolas; Lote 2: Acre e Amazonas - 526 escolas; Lote 3: Bahia, Maranhão e Paraíba - 341 escolas.

3.2.1 - Norte Conectado

O Brasil é feito de mitos. Além do mito da democracia racial, existe o mito do vazio demográfico e o mito de Internet para todos, comunicação democrática. Junto com os mitos, a aparente impossibilidade de naturalizar os benefícios de fazer parte do todo (hooks, 2019), mas, mesmo em ações e notícias que tratam da melhoria da infraestrutura de conexão em regiões da Amazônia brasileira, os apelos são muito parecidos em diferentes épocas históricas.

Na ditadura militar, o governo queria “integrar para não entregar”. Com os cabos fluviais que ligam pequenos trechos, a promessa é promover a inclusão digital na Amazônia. Ninguém destaca uma cidade da região sudeste tomando-a pela região toda. Se o governo instalar fibra óptica em Aparecida/SP, ninguém diz que será a inclusão digital do Sudeste, porém tudo, na Amazônia, passa a ser grandioso. Isso não nos tira da margem, muito menos diminui a precariedade dos serviços de comunicação na Região.

Vêm desta última promessa projetos como Norte Conectado⁴⁰, ou como têm sido chamado pelo hábito desenvolvimentista no Brasil: “estradas digitais que colocarão a Amazônia no século XXI”. É um projeto que visa implementar, por etapas, infraestrutura por cabos fluviais, conhecidas como Infovias, “nas regiões mais longínquas da Amazônia”, prevê que **59 municípios** e 10 milhões de pessoas sejam atendidas no Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima (Figura 18).

É um projeto ousado, necessário e importante que demanda um acompanhamento crítico no sentido de não serem infraestruturas que cumpram apenas papel publicitário. É preciso que, efetivamente, contribuam com as escolhas das populações atendidas, sobretudo, porque muito do aceleração das etapas se dá em razão da COP 30.

A Infovia 00 interliga cinco cidades: Macapá, Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Santarém e foi implementada em 2022. A Infovia 01⁴¹ foi entregue em 2023 e o seu

⁴⁰ O Programa Amazônia Integrada Sustentável (PAIS), que engloba o Norte Conectado, foi instituído pelo [Decreto nº 10.800/2021](#) e tem com a finalidade de expandir a infraestrutura de comunicações na Região Amazônica por meio da implantação de redes de transporte de fibra óptica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10800.htm. Acesso em: 23 jun. 2024.

⁴¹ Especificações da Infraestrutura da Infovia 01 Santarém - Manaus: https://www.rnp.br/arquivos/documents/ANEXO%20VI_Especificacoes%20da%20Infraestrutura%20da%20Infovia%2000%20Santarem%20-%20Manaus.pdf?Pqkjzmp1BsuZALVqv6y3yIMp2OLObcXy=. Acesso em: 23 jun. 2024.

lançamento contou com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O trecho cobre de Santarém até Manaus. A infovia 02 interliga de Tefé a Tabatinga; a Infovia 03 de Macapá a Belém, passando pelos municípios marajoaras de Curalinho e Breves (Mota, 2024); e a Infovia 04 de Vila de Moura (AM) a Boa Vista⁴². Estas três últimas e as infovias 05, 06 e 08 devem ser concluídas em um ano⁴³.

A expectativa é que sejam implementados 12 mil quilômetros de cabos subfluviais com investimento anunciado de R\$1,3 bilhões, com atenção aos impactos socioculturais e ambientais para evitar o desmatamento. São nove etapas e oito Infovias (Tabela 1) ao todo. A promessa é de que, até 2025, todas as infovias da Região estarão operando (Castro, 2021), ano da realização da COP 30, em Belém.

Seis empresas integram o consórcio que opera, mantém e explora a Infovia 00: Aquamar, BRDigital, ClickIP/ICOM Telecom, SEA Telecom, Fortel/Wirelink e Telefonica. Elas terão o direito de fazer uso e explorar comercialmente essa conectividade por 15 anos. O modelo escolhido foi constituir um consórcio aberto no qual todos os consorciados fazem uso da infraestrutura ofertando seus serviços em iguais condições⁴⁴. Cada uma das cidades terá um *datacenter* e serão construídas Redes Metropolitanas que irão levar Internet de qualidade às escolas públicas, unidades de saúde e segurança e outros equipamentos públicos⁴⁵.

⁴² Dados disponíveis em:

<https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/norte-conectado>. Acesso em: 23 jun. 2024.

⁴³ Disponível em:

<https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/norte-conectado>. Acesso em: 23 jun. 2024.

⁴⁴ Disponível

em:

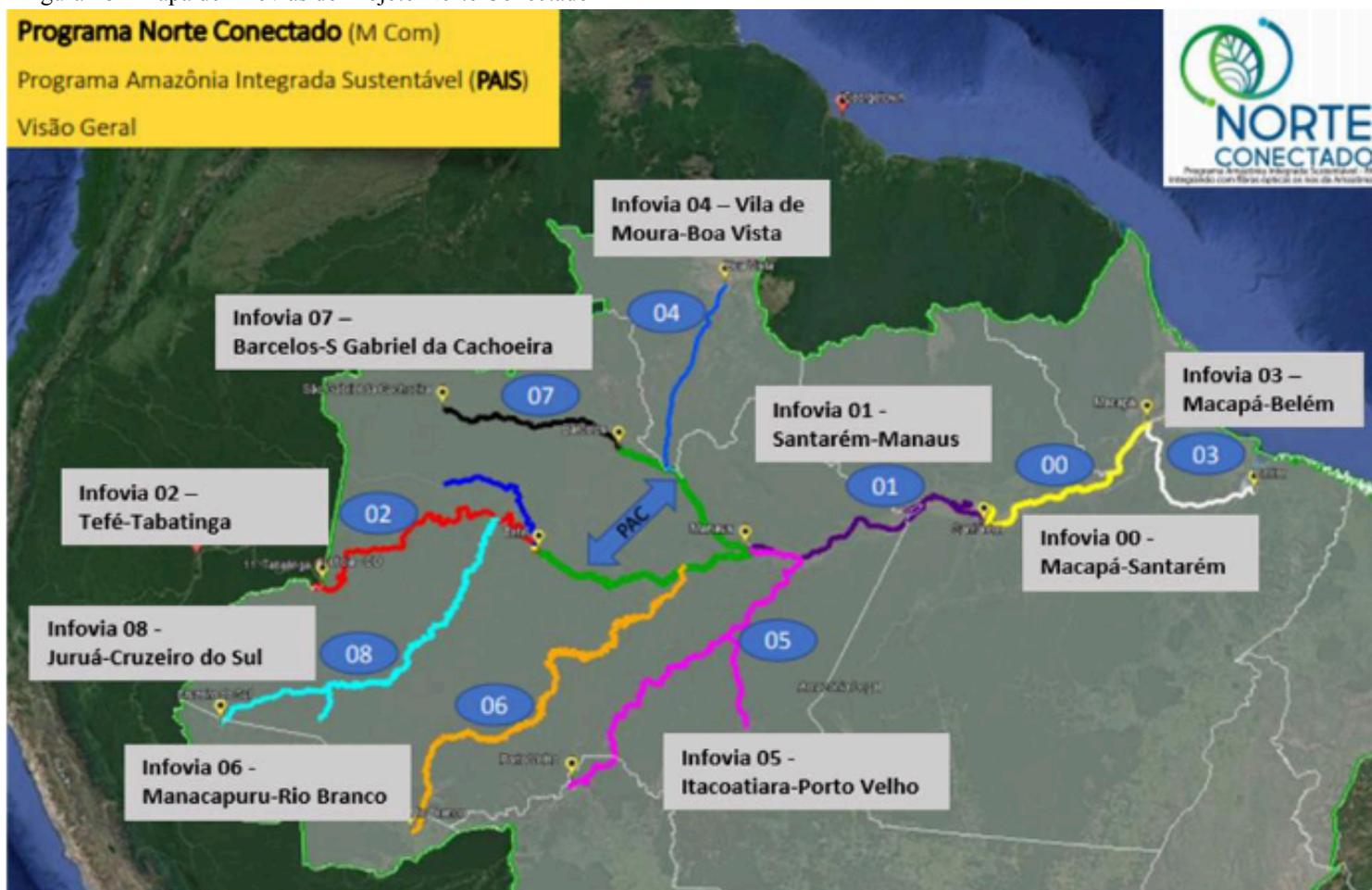
https://www.rnp.br/arquivos/documents/LAMINA_NORTE_CONECTADO.pdf?be_0ET2fXZbAeV2kMkKRbM1Ty8G56rO8. Acesso em: 23 jun. 2024.

⁴⁵ Disponível

em:

<https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2024/janeiro/infovias-do-norte-conectado-levaram-inclusao-digital-a-regiao-amazonica>. Acesso em: 23 jun. 2024.

Figura 18 - Mapa de Infovias do Projeto Norte Conectado⁴⁶



Fonte: Documento Técnico – Termo de Declaração e Entrega I. Data: 23 de junho de 2024.

⁴⁶Disponível em: https://sejadigital.com.br/nortecnectado/pdfs/GT-NORTE-EAD-INFOVIA-01-DT-NC-TDE_r1-0_v20230224v2.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

Tabela 1 - Infovias do Norte Conectado

INFOVIA	TRECHO	RIO	KM	CIDADES IMPACTADAS
00	Macapá (AP) a Santarém (PA)	Rio Amazonas	770	Alenquer, Almeirim e Monte Alegre
01	Santarém (PA) a Manaus (AM)	Rio Amazonas	1.100	Curuá, Itacoatiara, Juruti, Óbidos, Oriximiná, Parintins, Autazes, Terra Santa e Urucurituba
02	Tefê (AM) a Atalaia do Norte (AM)	Rio Solimões	2.130	Alvarães, Amaturá, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, São Paulo de Olivença, Santo Antônio de Iça, Tabatinga, Tonantins e Uarini
03	Macapá (AP) a Belém (PA)	Rio Amazonas	600	Breves
04	Vila der Moura (AM) a Boa Vista (RR)	Rio Branco	870	Santa Maria do Boiaçu, Caracará, Iracema e Mucajaí
05	Itacoatiara (AM) a Porto Velho (RO)	Rio Madeira	1.465	Apuí, Borba, Humaitá, Manicoré, Nova Aripuanã e Nova Olinda do Norte
06	Manacapuru (AM) a Rio Branco (AC)	Rio Purus	2.660	Anori, Beruri, Boca do Acre, Lábrea, Pauini e Tapauá
07*	Novo Airão (AM) a São Gabriel da Cachoeira (AM)	Rio Negro	1.255	Barcelos e Santa Izabel do Rio Negro
08	Tabatinga (AM) a Cruzeiro do Sul (AC)	Rio Juruá	2.750	Carauari, Envira, Eirunepé, Guajará, Ipixuna e Itamarati

(*) Programa Amazônia Conectada (PAC) - executado pelo Exército

3.2.2 - Mapa de Territórios da Internet

Outro exemplo material dessa dinâmica geopolítica que a Internet herda dos demais processos coloniais e relações de poder, e que nos ajuda a entender nossos lugares em mais esse jogo de interesses, é o Mapa dos Territórios da Internet⁴⁷ (Figura 19), elaborado pela *Coding Rights*, em 2022. Neste mapa, temos a oportunidade de enxergar a materialidade e refletir sobre as falácias desse discurso desenvolvimentista que também está impregnado no campo da Internet global.

Este é um mapa que temos levado a campo para a pesquisa e para o trabalho tecnopolítico, já que não interessa apenas “ensinar” ferramentas sem a compreensão política

⁴⁷ Disponível em: <https://mapa.codingrights.org/pt/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

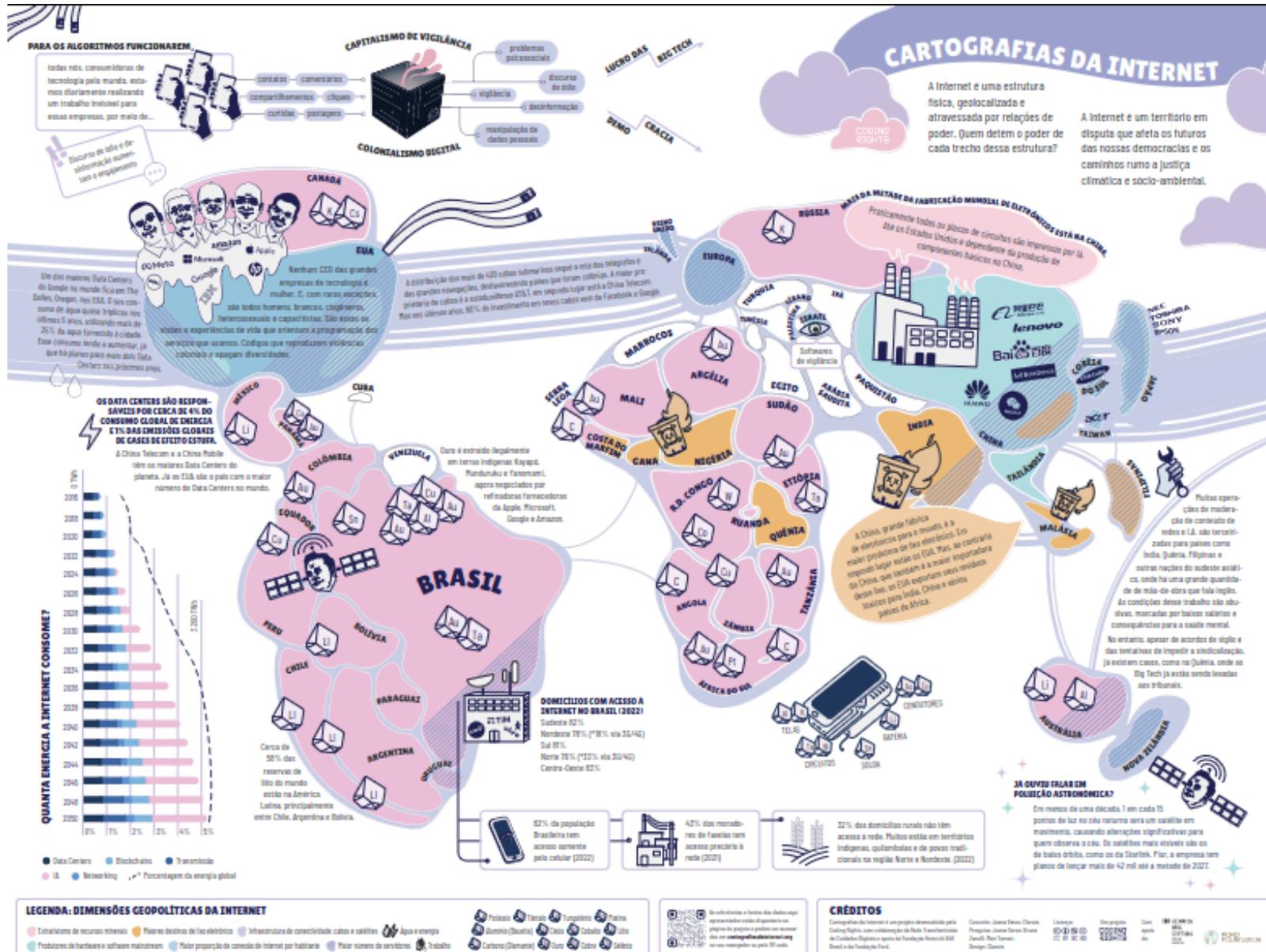
dos impactos dessas ferramentas em nossas vidas e em nossos territórios. Seja em comunidade urbana, grupo de jovens, quilombos ou organizações de movimentos sociais, discutir sobre essa geopolítica da Internet fortalece as camadas de apropriação destas tecnologias, o uso político, capitalista e predatório de países com riquezas minerais, com mão de obra barata ou sem fiscalização para a produção de lixo eletrônico.

Da mesma forma que comecei este extenso capítulo falando sobre as rotas predatórias que saem da Pan-Amazônia, do Sul Global saem rotas de todo tipo de exploração que servem à sustentabilidade do Norte Global. Refiro-me à manutenção de poderes velhos com métodos arcaicos de serem vencedores de algo. Como a imagem é rica em legendas, abaixo listo algumas das mais importantes para este trabalho:

1. O ouro é extraído, ilegalmente, em terras indígenas Kayapó, Munduruku e Yanomami, agora negociados por refinadoras fornecedoras da *Apple*, *Microsoft*, *Google* e *Amazon*.
2. Cerca de 58% das reservas de lítio do mundo estão na América Latina, principalmente, entre Chile, Argentina e Bolívia.
3. Os *data centers* são responsáveis por cerca de 4% do consumo global de energia e 1% das emissões globais de gases de efeito estufa.
4. Um dos maiores *data centers* do *Google*, no mundo, fica em The Dalles, Oregon, EUA. O seu consumo de água quase triplicou nos últimos 5 anos.
5. A distribuição dos mais de 420 cabos submarinos segue a rota dos telégrafos e das grandes navegações, desfavorecendo países que foram colônias.
6. Em menos de uma década, 1 em cada 15 pontos de luz no céu noturno será um satélite em movimento, causando alterações significativas para quem observa o céu. Os satélites mais visíveis são os de baixa órbita, como os da *Starlink*. Pior, a empresa tem planos de lançar mais de 42 mil até a metade de 2027.

No mapa, é possível ver uma ilustração com a cabeça de Elon Musk no formato de satélite, o que traz uma outra pista a esse debate que é a ocupação do ciberespaço da Amazônia, pois dominar esse território digital tem sido também um empenho de multimilionários como Jeff Bezos e Elon Musk. Explico, de forma breve, nos pontos a) e b).

Figura 19 - Mapa dos Territórios da Internet



Fonte: Codig Rights. Data: 16 de junho de 2024. Disponível em: <https://mapa.codigrights.org/pt/>

a) A Amazon.com

Tem sido recorrente afirmar que a Amazônia está no centro dos debates mundiais, que todo o Mundo está de olho e há muito dinheiro em jogo. Todavia, quando olhamos para a história da ciência na Região, fica evidente que esses controversos interesses não são coisas do momento (Barros, 2014). Nem mesmo nos vales digitais, esse interesse é recente. Jeff Bezos batizou sua multibilionária empresa como Amazon em referência ao maior rio do mundo: o Amazonas⁴⁸. A empresa virou domínio de *big tech* e passou a ser, então, referência de *Amazon* para o Norte Global, ganhando um Amazonas inteiro em dinheiros investidos para o que começou como uma livraria *online*, deixando a Amazônia para trás, mais uma vez na história do capitalismo.

A disputa sobre o domínio *.amazon* é bastante complexa, envolve poder, dinheiro, privilégios e narrativas. Começou em 2012 - quando Bezos protocolou o pedido para registrar o domínio na Internet - e durou sete anos. *Spoiler*: Jeff Bezos venceu. Mas, na ocasião do primeiro pedido, o Brasil - acompanhado de alguns dos demais países amazônicos - deu entrada também na *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers* (Icann) “para que o domínio não fosse limitado ao uso de uma empresa privada, mas sim para promover questões relacionadas à preservação do bioma amazônico”, pois o nome incentivaria projetos e outras ações relacionadas à Amazônia (Müller, 2012).

Desde 2012, por intermédio do Itamaraty, o Brasil, em coordenação com os demais países amazônicos, opõe-se firmemente à atribuição do *'Amazon'* à empresa Amazon em regime de exclusividade. Na visão brasileira, devido a sua indissociável relação semântica com a Amazônia, aquele domínio não deve, de modo algum, ser o monopólio de uma empresa", diz nota divulgada nesta segunda-feira pelo Itamaraty (Reuters, 2019).

Em maio de 2019, a Icann deu resultado favorável⁴⁹ para que a *Amazon* tivesse exclusividade no uso do domínio. O Ministério das Relações Exteriores publicou uma nota de insatisfação na qual afirmou o significado da decisão aos países envolvidos:

O Ministério das Relações Exteriores lamenta a decisão da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN), adotada em 17 de maio de 2019, de atribuir o nome de domínio de primeiro nível *.Amazon* à empresa Amazon Inc., em regime de exclusividade e na ausência de uma solução mutuamente aceitável entre a empresa e os países da Região amazônica. (Ministério das Relações Exteriores, 2019)

⁴⁸Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/ciencia/120161-historia-amazon-pioneira-ecommerce-ebooks-video.htm>. Acesso em: 20 jul. 2023.

⁴⁹ Consideration of Amazon Corporation's Proposal on ACTO Member States Continuing Concerns re: *.AMAZON* New gTLD Application. Disponível em: <https://www.icann.org/en/board-activities-and-meetings/materials/approved-resolutions-special-meeting-of-the-icann-board-15-05-2019-en#1.c>. Acesso em: 27 jun. 2023.

Enquanto negócio, a Amazônia sempre foi lucrativa, sobretudo se o requerente das verbas está sentado ao centro das mesas de negociações, mas, se os requerentes forem os diretamente afetados pelas violências e precariedades, as rotas desses financiamentos são desviadas e continuam escassas para as populações amazônidas mesmo com toda a grande onda deste momento sobre a Região. E não acontece apenas em relação aos grandes monopólios como empresas estadunidenses. O grande volume de projetos financiados, neste contexto de intensos debates sobre mudanças climáticas e a realização da COP 30, em Belém, ainda beneficia organizações brasileiras que sequer tem sede ou equipe na Região as quais, na maioria das vezes, nos restringem ao trabalho precarizado:

[...] fortalecer o ecossistema de organizações da Amazônia e a gente vê que só vai ser resolvido quando a rota, vamos dizer assim, de suporte, de sustentabilidade financeira, mudar. Para que a gente deixe de ser terceirizada, para que a gente deixe de ser mão de obra em projetos que falam sobre a nossa Região. Porque isso é muito comum no Brasil. Isso precisa ser falado nos espaços onde há oportunidade de financiamento como esse que a gente está aqui. Se a gente está falando sobre soluções, a solução vem do território e a solução não vai vir se a gente não ouvir quem está no território, né? [...]

(Jéssica Botelho, em apresentação no evento da Coalizão Green Screen, em Heredia/Costa Rica, no dia 11 de junho de 2023)⁵⁰

O trecho acima é de uma contundente crítica feita pela pesquisadora e jornalista Jéssica Botelho ao que ela nomeia de “rotas de financiamento”, em relação às verbas disponibilizadas para organizações do terceiro setor no Brasil. No contexto de sua apresentação, ela mostra o trabalho do Centro Popular de Comunicação e Audiovisual (CPA), cuja sede é em Manaus com uma equipe totalmente amazônida e, mesmo sendo uma organização que atua desde 2016, é preterida em relação a organizações do sudeste do Brasil quanto aos financiamentos para trabalhos na própria Região. É sobre soberania que estamos falando desde antes das disputas com a Amazon⁵¹ até a reivindicação sobre as rotas de financiamento. E o digital é importante para disputar os territórios.

b) *A Starlink*

Nos estudos digitais, temos somado um bom volume de pesquisas que apresentam os cenários predatórios de qualquer uma das *big techs* em relação à Amazônia, em relação a valores importantes para as memórias populares no Brasil, como a nomeação de um cabo de

⁵⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CtbnMWRAsam/?igsh=Z3F0eG40enNjcWln>. Acesso em: 20 jun. 2023.

⁵¹ Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/dominio-amazon-brasil-perde/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

fibra óptica chamado Maria Firmina⁵² ou mesmo como a *Starlink* ameaçaria os estudos astronômicos contaminando os céus de satélites diante da promessa de Internet por todo o Globo Terrestre⁵³ e suas antenas sendo usadas pelo garimpo nas terras Yanomami:

O sistema de Internet de alta velocidade da Starlink tem sido uma ferramenta para os garimpeiros ilegais do Brasil coordenarem suas ações e receberem avisos prévios de batidas policiais, além de fazer pagamentos. [...] A Amazônia é vista pela Starlink como uma oportunidade. Isso foi ressaltado pela visita de Musk ao Brasil em maio passado.
(Associated Press, 2023)

Em maio de 2022, Elon Musk, proprietário da provedora de Internet banda larga via satélite de baixa órbita⁵⁴, a *Starlink*, esteve no Brasil, e o presidente da República anunciava muito entusiasmo para recebê-lo, além de Musk prometer Internet para 19 mil escolas da Amazônia e monitorar a floresta, segundo ele mesmo informou no *Twitter*; dia 20 de maio de 2022, pois, segundo o governo, o empresário ajudaria a Amazônia a ser conhecida por todo o Mundo. Um destaque: era um governante de extrema-direita, negacionista, conservador e negligente, festejando a vinda de uma das pessoas consideradas mais irresponsáveis em suas gestões de negócios. Por que esse encontro seria algo bom para o Brasil?

Um ano depois, segundo Wilson Lima, então governador do Amazonas, o projeto de Musk conectou apenas três escolas e as notícias de março de 2023 eram de que as antenas da *Starlink* estavam servindo aos garimpos ilegais, piorando o monitoramento ambiental nas áreas de risco. Destaque para o secreto negócio entre Musk e Vale para a comercialização de níquel para outra empresa do empresário, a Tesla (fabricante de carros elétricos), atender de forma escusa os interesses de garimpeiros que prejudicam o ecossistema amazônico.

No segundo semestre de 2023, uma notícia alarmante circulou em portais brasileiros: a *Starlink* já operava em 90% dos municípios da Amazônia. Na ocasião, em consultas no Painel de Acessos no *site* da Anatel, os dados mostravam que realmente a operação da *Starlink* cresceu de forma impressionante em um ano e vem crescendo continuamente:

⁵²Disponível

<https://www.tecmundo.com.br/Internet/240322-firmina-cabo-submarino-google-chega-2023-brasil.htm>

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62375926>. Acesso em: 20 jun. 2023.

em:
e

⁵³Disponível

<https://www.nationalgeographicbrasil.com/espaco/2022/09/satelites-starlink-o-que-sao-e-como-funcionam>.

Acesso em: 20 jun. 2023.

em:

⁵⁴ Circulam ao redor da Terra a uma distância de cerca de 550 km —em contraposição, satélites geoestacionários ficam a uma altitude de 35 mil km. Como resultado, a empresa consegue velocidades na casa dos 100 Mbps (*megabits* por segundo), enquanto empresas de satélite estacionário têm velocidade na casa dos 20 Mbps. Disponível em:
<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2022/05/20/o-que-elon-musk-veio-fazer-ao-brasil.htm?cmpid=copiae cola>. Acesso em: 17 jun. 2024.

Em setembro de 2023, o panorama da Anatel registrou 339 milhões de contratos de telecomunicações no Brasil, distribuídos em diferentes tipos de tecnologias. Na categoria de Banda Larga, 0,8% é de contratos por Satélite, mas na Região Norte este número aumenta para 2,8% de participação no mercado, sendo 44% abocanhados pela Starlink (36.950 acessos). Em cada estado da Região, a participação da provedora está dividida da seguinte forma: Acre: 54,5%; Amazonas: 58,9%; Amapá: 28,8%; Pará: 36,6%; Rondônia: 22,4%; Roraima: 74,8% e Tocantins: 33,1%. No ranking comparativo com as demais operadoras, a Starlink já está em 10º lugar na Região Norte/Amazônia em menos de dois anos de operação. (Botelho; Regattieri; Barros, 2023).

Será que o crescimento e o modelo de negócio da *Starlink* alertam para o risco de formação de monopólio na Amazônia ou caminharíamos para a ocupação do ciberespaço da Região nos mesmos moldes desordenados dos Grandes Projetos? A inclusão digital de hoje será paga com os dados e as restrições de acesso dessas localidades? Existe inclusão sem escolha e participação ativa da população?

Em junho de 2024, outra notícia preocupante. Com toda a propaganda em torno da COP 30 em Belém, o Governador do Pará comprou 1,6 mil antenas da *Starlink* para escolas. É uma ação que integra o projeto “Bora Estudar” do governo em curso (Helder Barbalho/MDB):

Pelos valores apontados pelo Governo do Pará na aquisição do Kit, cada um sairia por cerca de R\$ 206 mil. Não está claro por quanto tempo será a manutenção da prestação do serviço, mas a valores cobrados pela Starlink no acesso residencial, isso seria suficiente para cerca de 90 anos de contrato. No entanto, por se tratar de um serviço corporativo, os parâmetros de preço podem ser outros. (Paulo, 2024).

Segundo o *ranking* Minha Conexão, no primeiro trimestre de 2024, o estado do Pará nem esteve entre os lugares com a melhor conexão da *Starlink*. Estão à frente Tocantins, Acre, Rondônia, Amapá, Maranhão, considerando apenas os estados amazônicos. Então, nos parâmetros de o que se busca, enquanto conectividade significativa, o problema do acesso e da participação social de forma ampla não será tão bem resolvido, ao que indica, novamente um paliativo temporário para atender a um interesse do poder público que não é a garantia do direito pleno a uma Internet democrática.

3.3 - POLÍTICAS E MODELOS DE INCLUSÃO DIGITAL NO ESTADO DO PARÁ

Há muito projeto de milagre econômico sendo prometido sobre a conectividade no Pará já há algum tempo. As pesquisas mostram que mais pessoas estão tendo acesso, mas ainda são muito significativos os hiatos de sinal quando andamos pelo estado. Então, está na hora de rever os modelos e as políticas digitais para que elas sejam efetivas e garantam os direitos digitais em toda a sua complexidade.

3.3.1 – Navegapará

A fim de colocar o Pará em melhor condição quanto ao acesso à Internet, os modelos de inclusão digital propostos para o Estado até que sanaram algumas brechas digitais, mas são modelos que se mantiveram temporários.

O Governo do Estado implementou, em 2007, o Navegapará, Programa de Inclusão Sociodigital do Governo do Estado do Pará “para alavancar o desenvolvimento e a Inclusão Social, além de propagar o uso das políticas públicas e ações de cidadania através da tecnologia e da rede/Internet” (Navegapará, 2020)⁵⁵ proporcionando acesso livre à Internet em locais específicos de 133 municípios paraenses que integram outra política pública do Governo do Estado que são as Cidades Digitais. Por locais específicos quero dizer que o sinal funcionava em pontos específicos nos municípios, isso para que o Governo não se colocasse como “concorrente” dos provedores locais (Pontos de Acesso Livre, 2020)⁵⁶.

O Navegapará funciona baseado em três grandes ações estruturantes: Infovias (que permitem a distribuição dos sinais), Redes Metropolitanas (que conectam instituições públicas das áreas da educação, segurança e saúde) e Cidades Digitais (que interligam órgãos públicos estaduais e municipais do estado). Mas, de novo: ter o equipamento e ter o acesso não faz surgir a fluidez no uso, a compreensão dos dispositivos e o conhecimento dos sistemas ou a conectividade significativa.

O Governo do Estado teve que dar conta de orientar as pessoas para o uso das ferramentas. Daí surgiu outro projeto de inclusão digital chamado Infocentros, um projeto de cunho social para capacitação e inclusão (Daher; Cardoso, 2014) de escolas, associações comunitárias, nas unidades territoriais tradicionais (Terreiros), pontos de cultura, entre outros espaços de ação popular.

Diante da propaganda de que mais de 5 milhões de pessoas estavam sendo atendidas pelo programa, a pesquisadora Maria dos Prazeres investigou as condições oferecidas à população e as realidades com as quais tiveram que lidar: a) obsolescência dos equipamentos disponíveis; b) ausência de manutenção dos laboratórios; e c) baixa qualidade da conexão da Internet (Prazeres, 2016, p. 169). Análise semelhante foi feita por Dayane Baía: “um cenário de relativo abandono, com computadores defeituosos, ambientes desgastados pelo tempo, ausência de monitores, entre outros aspectos” (Baía, 2012, p. 57). Fica evidente que o Governo não tinha um plano de manutenção do programa.

⁵⁵ Portal do Programa: <http://www.navegapara.pa.gov.br/>.

⁵⁶ Pontos de Acesso Livre: <http://www.navegapara.pa.gov.br/pontos-de-acesso-livre>.

É mediante cenários como esse que Susana Morales questiona quem de fato se apropria de que nessa dinâmica do poder, se nós – os sujeitos – nos apropriamos das tecnologias e das informações relativas a elas ou se é o contrário, questionamento bastante semelhante ao que Muniz Sodré também faz, são as tecnologias e seus aparatos de poder que controlam nossos dados, tempo, criatividade, nossas potências comunicativas e ações políticas? (Morales, 2009; Sodré, 2014).

Em consulta feita no dia 23 de junho de 2024, o *site* do Navegapará estava levando para o *site* da Agência de Defesa Agropecuário do Estado do Pará (ADEPARÁ), porém, no *site* da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET) conta que existem 65 cidades com Navegapará, 165 Infocentros e 110 pontos de acesso livre, todavia, na busca de notícias sobre o programa, as últimas ocorrências datam do ano de 2015⁵⁷.

A Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Pará (Prodepa) anunciou em notícia de 17/05/2021 que o Governo do Pará estava trabalhando no que eles chamam de “movimento de transformação digital”⁵⁸, com redes de integração por fibra óptica facilitando a conexão por todo o estado. Em outra notícia, na Agência Pará de Notícias, de 02/03/2022, a informação é a chegada de *Wi-Fi* gratuito pelo Navegapará em uma região do município de Bagre, no Marajó⁵⁹.

Também encontrei notícia de dezembro de 2017 sobre o projeto “*Backbone* Amazônia Oriental” que foi um acordo de cooperação entre o Comando Militar do Norte (CMN), do Exército brasileiro, a Prodepa, a Sectet e o Centro de Gestão da Tecnologia da Informação do Amapá (Prodap) para a implantação de infraestrutura de comunicação segura e compartilhamento de estruturas novas ou já instaladas, com o intuito de fibras ópticas, a todos os municípios paraenses. Na época, foi anunciada também uma parceria com a Isolux Energia e Participações S.A para conectar (até março de 2018) os municípios de Almeirim e Oriximiná, também no Baixo Amazonas. Porém, não encontrei informações sobre a efetivação do serviço. Assim como, em 2021, foi instalada uma torre de rádio⁶⁰, no município de Alenquer, sobre a qual não encontrei mais informações.

⁵⁷ Link para a busca: <https://www.sectet.pa.gov.br/search/node/navegapar%C3%A1>. Acesso em: 23 jun. 2024.

⁵⁸ Disponível em: <https://prodepa.pa.gov.br/conexao-internet-aproxima-populacao-dos-servicos-publicos>. Acesso em: 23 jun. 2024.

⁵⁹ Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/35275/prodepa-garante-internet-gratuita-no-marajo>. Acesso em: 23 jun. 2024.

⁶⁰ Disponível em: <https://prodepa.pa.gov.br/prodepa-instala-estacao-de-telecomunicacao-em-alenquer>. Acesso em: 23 jun. 2024.

3.3.2 - A Internet na Amazônia Santarena: Qual é o tamanho do problema?

A minha Internet aqui é um dos problemas. A Internet na Amazônia é um dos problemas sérios que a gente tem. Ela está oscilando muito. Inclusive, eu desliguei a câmera para ver se ela melhora, mas ela está meio que cortando. Então, vocês me avisem se não estiverem ouvindo.

(Alessandra Caripuna, aula para a Ação Educativa, 26 de setembro de 2022)

Santarém tem aproximadamente 331.942 habitantes e uma área de 17.898,389 km². São 18,55 hab/Km². Seu PIB, em 2021, foi de R\$20.725,66, o salário médio mensal era de 2,1 salários-mínimos e 16,16% da população é ocupada. O município é banhado por seis bacias hidrográficas. Apresenta 38,1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 43,3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 7,8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada, que significa presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio (IBGE, 2022)⁶¹. Nesta seção, o objetivo é conhecer um pouco da realidade de Santarém. Os dados acima são registros do Censo 2022.

Para este tópico, trago dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 (PNAD Contínua), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e da TIC Domicílios 2023.

a) PNAD Contínua 2022

A pesquisa de Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal de 2022 divulgada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 (PNAD Contínua 2022)⁶² apresenta um panorama em relação às grandes Regiões do país. É uma investigação sobre Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), no quarto trimestre de 2022. Quanto ao acesso à Internet, houve aumento em todas as Grandes Regiões, mas Nordeste e Norte apresentaram os maiores aumentos entre 2012 e 2022 (2,6 p.p. e 2,7 p.p, respectivamente). Mesmo assim, ainda se mantiveram como as Regiões com os menores percentuais de domicílios com acesso à Internet (87,8% e 88,2%, respectivamente).

A diferença de rendimento médio mensal real per capita nos domicílios com e sem Internet é quase o dobro (R\$1.760 e R\$944, respectivamente), todavia, na Região Norte, essa diferença é maior que o dobro. O tipo de conexão identificado pela PNAD foi: na Região Norte, 77,2% utilizam banda larga fixa enquanto nas demais Regiões ficam acima de 85%.

⁶¹ Dados disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/panorama>. Acesso em: 23 jun. 2024.

⁶² Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2022 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102040_informativo.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

Por Banda larga móvel, a Região Norte tem 81% de domicílios, a Região Nordeste tem 65,3%, e a Região Sudeste com 88,7%, o maior percentual.

No âmbito da Educação, é notória a diferença entre as redes de ensino privada e pública. No país, 98,4% dos estudantes da rede privada utilizaram a Internet em 2022, e os estudantes da rede pública 89,4%. Como esperado, a Região Norte tem o menor percentual de estudantes usuários de Internet (84,0%), todas as demais ficaram acima de 90%. Observadas as redes de ensino por Regiões, estudantes da rede pública do Norte e do Nordeste que utilizaram a Internet foi de 80,1% e 87,7%, respectivamente.

Este é um pequeno panorama regional, visto que a PNAD, como a TIC Domicílios não abre os dados por localidade. A seguir, com dados mais específicos sobre Santarém, estão os dados da Anatel.

b) Anatel

A Anatel organiza as informações em painéis com dados específicos: Municípios, Acessos, Qualidade, Infraestrutura etc., nos quais podemos ver como estão os serviços de Banda Larga Fixa, Telefonia Móvel, TV por Assinatura e Telefonia Fixa. Também é informado o indicador da densidade dos serviços (número de acessos a cada 100 habitantes), bem como o Índice Brasileiro de Conectividade (IBC).

No Painel de Infraestrutura, encontramos as informações do mapeamento das infraestruturas das redes de alta capacidade utilizadas na prestação de serviços de telecomunicações.

No Panorama da Anatel⁶³, consta que, em janeiro de 2024, no Pará, eram 9.252.241 contratos de telecomunicações, distribuídos da seguinte forma: Acessos Banda Larga Fixa: 878,3k acessos - equivalente a uma densidade de 10,8 acessos/100 hab; Telefonia Móvel: 7,8M - 90,1 acessos padrão/100 hab. O meio de acesso à Banda Larga Fixa é de: Fibra ótica: 81,0%; Cabo Coaxial⁶⁴: 11,7%; Satélite: 3,1%; Rádio: 3,0%; Cabo Metálico: 1,1%. Na Telefonia Móvel, as tecnologias usadas são: 4G: 83,4%; 5G: 7,0%; 2G: 5,6%; 3G: 4,0%. Sobre a distribuição em 2G, que se pretende superada no Brasil, são 433.885 acessos em nosso Estado e 30 mil na cidade de Santarém, mas são mais de 20 milhões de acessos em todo o Brasil.

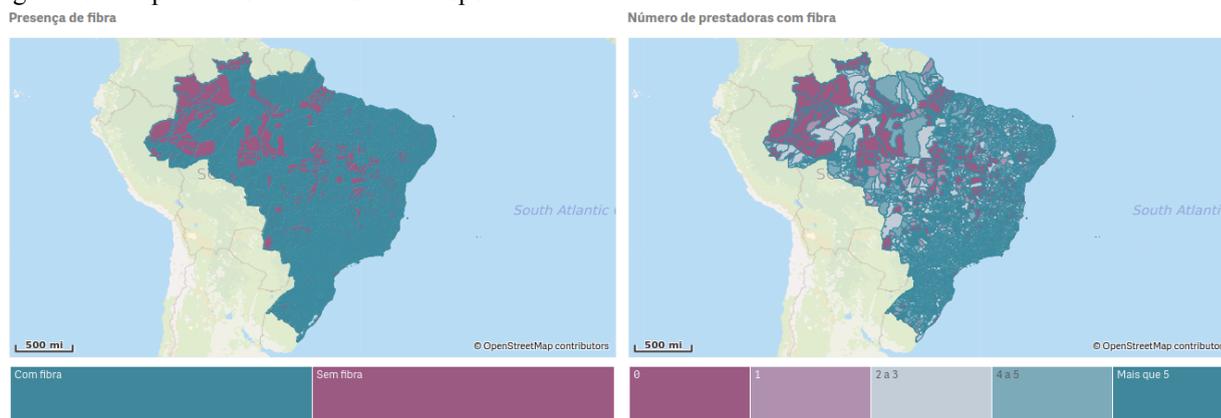
⁶³ Os dados são encontrados neste *link*, porém em cada acesso é necessário fazer os filtros novamente: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/acessos/panorama> Meu acesso foi dia 25 de março de 2024, sendo a última atualização dos dados feita em 8 de março de 2024.

⁶⁴ A explicação dos diferentes tipos de conexão pode ser lido em <https://cidadonarede.nic.br/pt/videos/tipos-de-conexoes>

No *ranking* de assinaturas das operadoras, a VIVO estava disparada na liderança, em Santarém, no combo de serviços de telecomunicações e nos serviços de telefonia móvel. A operadora fatia 64% a 71% de assinaturas na cidade (isso envolve também as localidades que estão vinculadas a Santarém, como povoados, vilas etc.). Em seguida, estão CLARO e TIM. O que muda é o cenário da Banda Larga Fixa. As empresas que lideram o mercado de Santarém são locais, inclusive uma delas é bastante citada pelas participantes da pesquisa.

O mapa de Rede de Transporte⁶⁵ (Figura 20) mostra a distribuição de fibra óptica no Brasil, nas UFs e nos Municípios. São dados que dialogam com os mapas apresentados no tópico anterior, pois a Região Norte continua com brechas de infraestrutura em relação ao Brasil. O mapa à esquerda indica, no campo azul, as localidades com fibra e no campo cor de rosa são os lugares sem fibra. O mapa à direita apresenta a quantidade de prestadoras com fibra e as legendas, abaixo do mapa, explicam as diferenças de cores: quanto mais azul escuro, maior diversidade de prestadoras, quanto mais rosa menor a quantidade ou inexistem as fibras ópticas.

Figura 20 - Mapeamento de Redes de Transporte



Fonte: Painel de Infraestrutura da Anatel. Data: 17 de junho de 2024

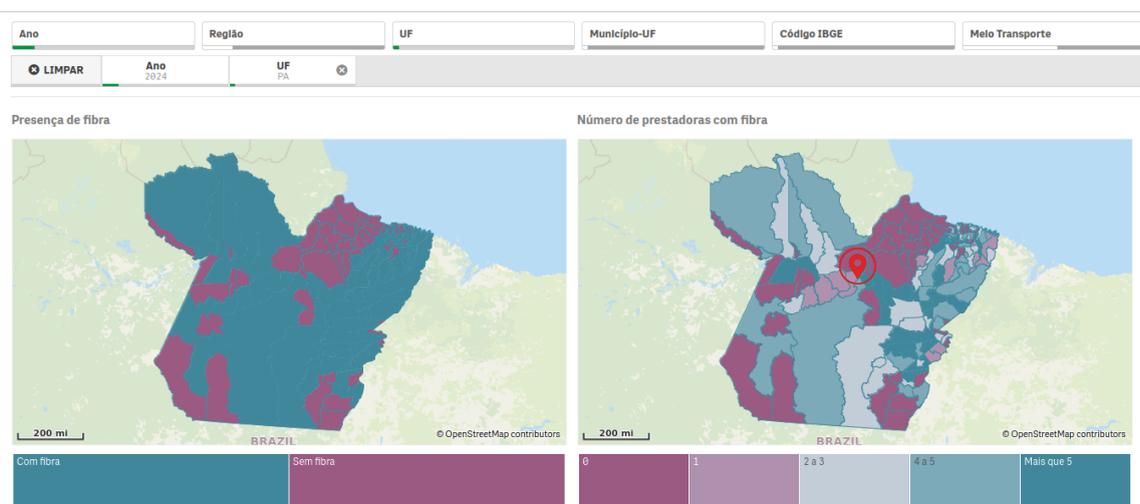
As regiões Sul e Sudeste são as que têm maior estabilidade na cor azul, pois, além de os municípios terem fibra, existem mais de uma prestadora nesses lugares. Os estados do Nordeste mais à Costa também têm maior estabilidade, uma parte do Centro-Oeste também tem boa estabilidade, mas nos estados da Região Norte é onde as cores variam de forma mais

⁶⁵ “Os dados do backhaul são utilizados pela Anatel para manter um diagnóstico atualizado da infraestrutura de telecomunicações brasileira, de modo a subsidiar a elaboração de novas políticas públicas e permitir que os agentes interessados (governos, empresas e cidadãos) possam ter acesso às informações em formato aberto e, assim, fomentar a participação de todos os agentes do mercado. Os dados coletados a partir de 2023 referem-se ao novo modelo de coleta, aprovado pelo Despacho Decisório nº 6/2021 - SUE, que estabelece o envio de informações mais detalhadas e precisas sobre as redes de telecomunicações das operadoras brasileiras.” Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/infraestrutura/rede-de-transporte>. Acesso em: 17 jun. 2024.

evidente indicando que a presença de fibra não é estável e, quando existe, são poucas as prestadoras.

Contudo, dentro da própria Região, existem cenários bastante diferentes e quanto mais nossa lupa vai aos territórios, mais é possível identificar estes contextos. A partir daqui, vamos entender o cenário dessa Amazônia paraense que tanto vem sendo reivindicada neste trabalho. A figura 21 mostra a distribuição de fibra dentro do estado.

Figura 21 - Fibra óptica no Pará e Santarém



Fonte: Painel de Infraestrutura da Anatel. Data: 17 de junho de 2024

No Oeste do Pará, no território Tapajós, o mapa mostra que existem municípios com mais de 1 prestadora com fibra. Em Santarém, constam 7; em Óbidos, Monte Alegre e Prainha há de 2 a 3 prestadoras; Oriximiná, Terra Santa e Alenquer há de 4 a 5; mas Aveiro, Juruti, Belterra e Mojuí dos Campos não têm fibra óptica. Entretanto, no mesmo painel, é possível ver o detalhamento da rede de transporte por localidade (com dados de 2021) e, dentro de cada município, existem brechas de infraestrutura, sobretudo em quilombos, comunidades indígenas e bairros de baixa renda fora do centro comercial. Em Alenquer, por exemplo, no Quilombo do Pacoval - território de origem da interlocutora A - não existe fibra óptica.

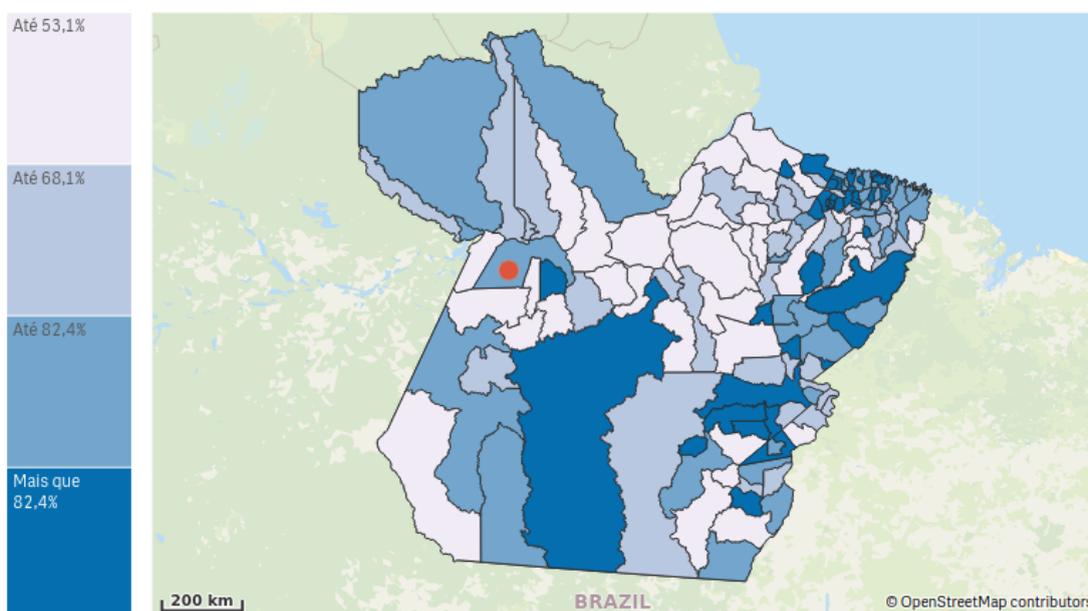
Nessa infraestrutura de fibra, há grande predominância de provedores de pequeno porte e, em dezenas de localidades, são esses provedores que garantem a determinada população acesso e uso da Internet. Acontece que, quando observamos estes provedores, abrimos outra gama de informações e análises possíveis. Por exemplo, há caso de um mesmo provedor atender em todos os municípios com infraestrutura de mineração, mas as conexões não chegam a territórios de resistência.

No Painel Meu Município, é disponibilizado um panorama das telecomunicações por cidade, sendo possível comparar as estatísticas com outros municípios do estado, da Região e do país. Quanto ao serviço de Banda Larga Fixa, em novembro de 2023 (último mês registrado no Painel) eram 25.265 acessos de Banda Larga, em Santarém, com uma densidade do serviço de 7,6 acessos a cada 100 habitantes, o que equivale a 30% menor do que a média do Pará e 67,2% menor que a média brasileira (são acessos por indivíduos).

As tecnologias usadas para estes acessos, via Banda Larga Fixa, em Santarém, são de 92,1% de Fibra; 4,1% por Satélite; 2,1% por Cabo Metálico e 1,7% por Rádio. A principal provedora por Fibra é a Amazonet com 42,5% de participação no mercado local e, em seguida, estão WSP com 16,2%; Conect com 8,4% e Interligue com 7%; *Starlink* e Oi têm 1,9% de participação cada uma e a Claro tem 1,8% na conexão por Satélite. E, neste tipo de tecnologia, a *Starlink* já lidera o mercado de Santarém com 46,2%, seguida pela Hughes com 31,3%.

O serviço por Telefonia Móvel cobre 5,8% da área do município e 79,8% de domicílios. São 147 estações de telefonia móvel e, segundo os dados da Anatel, isso equivale a um adensamento de 4,43 estações a cada 10 mil habitantes. No contexto comparativo com outros municípios, Santarém é apenas o 44º município em cobertura, dos 144 do estado; na Região Norte, ocupa o 126º lugar e, no Brasil, é o 3.452º. A figura 22 apresenta a situação do Pará em relação à telefonia móvel e a leitura da legenda é semelhante à figura 21, quanto mais azul escuro, melhor a cobertura, quanto mais claro, mais precária é a cobertura.

Figura 22 - Cobertura de Telefonia Móvel no Pará



Fonte: Painel Meu Município da Anatel. Data: 17 de junho de 2024

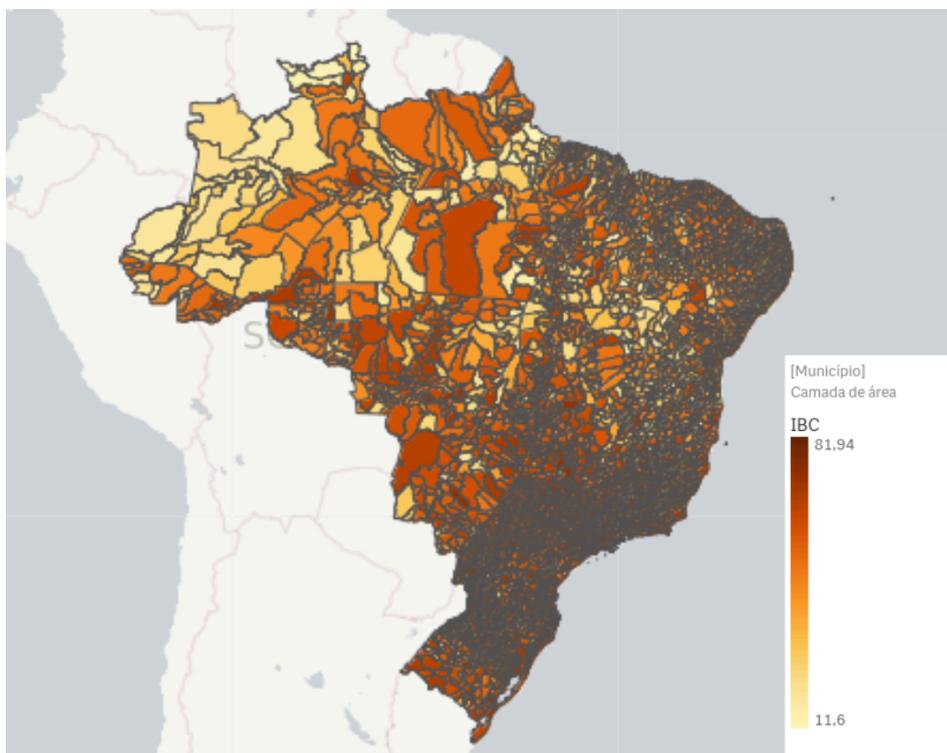
No *ranking* de Acessos de Telefonia Móvel, a VIVO é a grande provedora com 71,9% de participação no mercado de Santarém. Esse foi um dos relatos, inclusive, das herdeiras de Ananse, “há lugares que SÓ funciona VIVO” e isso foi um grande problema na pandemia de COVID-19 porque os *chips* enviados pelo Ministério da Educação eram da Claro que, na época, sequer funcionava em muitas localidades. Bom, 80% dos acessos são por 4G; 7,1% são por 5G; 3,3% por 3G e, acreditem; 7,7% da tecnologia disponibilizada ainda é 2G, fornecida pela VIVO, DATORA, TIM e CLARO. Não percamos de foco que Santarém é o terceiro município com maior população no Pará e o 39º PIB do estado (IBGE, 2022).

O IBC é o resultado da média de sete variáveis: 1) Densidade de acessos móveis de telefonia móvel: número de acessos de telefonia móvel dividido pela população, ponderado pela tecnologia do acesso (2G, 3G, 4G e 5G); 2) Densidade de acessos de Banda Larga Fixa: número de acessos de Banda Larga Fixa dividido pela população, ponderado por faixa de velocidade máxima contratada; 3) Percentual da população coberta por telefonia móvel; 4) Adensamento de estações; 5) Existência de estrutura de fibra ótica nas respectivas localidades; 6) Grau de competitividade de Banda Larga Fixa; 7) Grau de competitividade de telefonia móvel. Após essa análise, é que se chega ao *ranking* de conectividade.

Os municípios com maiores IBC são todos das Regiões Sul e Sudeste, já os municípios com os piores IBC são ocupados, no topo, por municípios do Norte (RO, PA, AP, AM) e do Nordeste (BA, PI). A figura 23 mostra as diferenças por escala de cor e a figura 24 mostra por tabela, ambas disponíveis no *site* da Anatel⁶⁶ reforçam os dados que estamos apresentando neste tópico: a infraestrutura é geopolítica e a Internet não é uma nuvem em formato de carneiro. Entre tantas coisas, é um negócio, é política, estabelece hierarquias de ser-ter-saber que resultam em poder.

⁶⁶ Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/meu-municipio/indice-brasileiro-de-conectividade>. Acesso em: 17 jun. 2024.

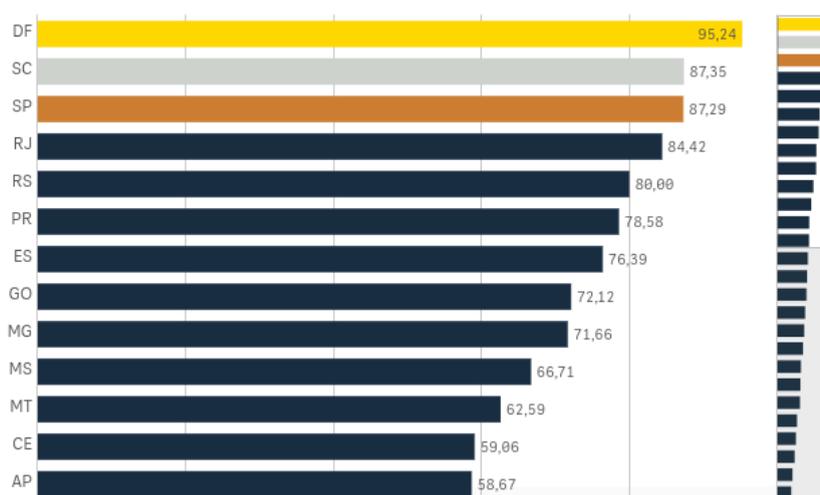
Figura 23 - Índice Brasileiro de Conectividade (IBC)



Fonte: Painel Meu Município da Anatel
Data: 17 de junho de 2024

Figura 24 - Tabela de IBC por Unidade Federativa

IBC - Ranking das UFs



Fonte: Painel Meu Município da Anatel
Data: 17 de junho de 2024

Em 2024, a Anatel implementou um Grupo de Trabalho sobre Redes Comunitárias (GT RCom)⁶⁷. São infraestruturas que apresentam serviço de forma mais comunitária e

⁶⁷ Relatório Final disponível em:

https://sei.anatel.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?8-74Kn1tDR89f1Q7R

colaborativa a localidades onde as infraestruturas comerciais ainda não chegaram. Sua forma de fazer convoca a participação popular, promove a discussão sobre o que o território precisa e forma pessoas das localidades para serem os pontos focais. De acordo com o *site* da Anatel, em 2020, a Anatel e a Embaixada Britânica firmaram um Memorando de Entendimento (*Memorandum of Understanding - MoU*) com o objetivo de ampliar o acesso digital no Brasil e produziram estudos relacionados ao incentivo às Redes Comunitárias no Brasil (Anatel, 2024)⁶⁸. Nestes primeiros estudos, o mapeamento trouxe os seguintes dados:

- 28 das redes comunitárias (70% da amostra) estão localizadas em municípios que apresentam Produto Interno Bruto (PIB) per capita abaixo do nacional.
- 21 das redes comunitárias (53% da amostra) estão nos municípios que concentram as 25% piores notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).
- 82,5% das comunidades verificadas situam-se em territórios ocupados por comunidades tradicionais (comunidades quilombolas, aldeias indígenas, áreas ribeirinhas, dentre outros).
- Identifica-se maior concentração das redes comunitárias em áreas com baixa densidade de acesso à banda larga.

Todavia todo o conceito de Redes Comunitárias é que “a proposta não é apenas oferecer acesso à Internet, mas também estabelecer outra relação com a infraestrutura de redes. Ao invés da contratação de um serviço, a construção coletiva de uma infraestrutura de conectividade para atender às necessidades da comunidade” (Tresca, 2022, p. 31). Essa é uma política pública que, a nosso ver, caminha ao encontro da participação popular, visto que as decisões são feitas em conjunto. Tão em conjunto que os movimentos feministas assumiram um importantíssimo papel no debate de infraestruturas comunitárias. Sobre isso, falaremos mais no próximo capítulo.

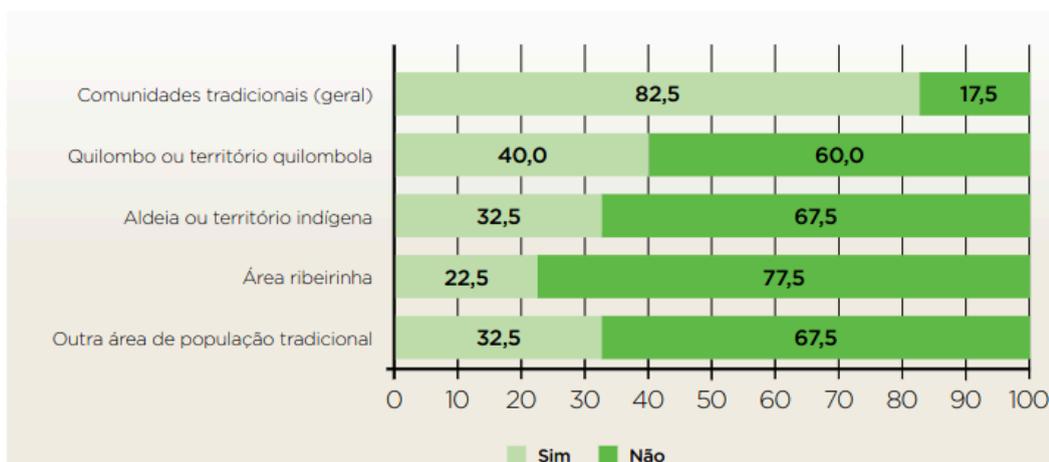
Entre as características principais das infraestruturas de Redes Comunitárias estão a autogestão comunitária, sem fins lucrativos, autonomia e apropriação. Se existe uma infraestrutura com um papel social que atenda o falacioso conceito de desenvolvimento sustentável, talvez fossem as Redes Comunitárias, porém, seria um conceito sintético e preferimos dizer que é um produto de fato orgânico, pois nasce do começo, meio e começo de uma comunidade e de um território (Bispo, 2023).

[jX8EYU46IzCFD26O9Xx5QNDbqb4s-yqKk-WdWYc60KSqomlpTEyGbP5zDNlv4sdvRWIbDAqMz_PXAYt9GB-INH5Nyu5cgg83ySermVYcl33Nn6T](https://www.gov.br/anatel/pt-br/regulado/universalizacao/redes-comunitarias). Acesso em: 17 jun. 2024.

⁶⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/regulado/universalizacao/redes-comunitarias>. Acesso em: 17 jun. 2024.

Em um estudo publicado pelo CETIC.br (2022)⁶⁹, foram mapeadas 40 Redes Comunitárias no Brasil e 70% delas estão em localidades com o PIB abaixo da média nacional. No gráfico abaixo, disponibilizado na publicação, está a distribuição das Redes por tipos de comunidades.

Gráfico 1 - Redes Comunitárias por tipo de comunidade em que estão presentes



Fonte: Redes comunitárias de Internet no Brasil.
Data: 18 de junho de 2024

c) TIC Domicílios 2023

A TIC Domicílios é uma pesquisa realizada, anualmente, desde 2005, pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), que é um departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) ligado ao Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br). O objetivo da TIC Domicílios é mapear o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação em domicílios urbanos e rurais e os usos feitos por indivíduos de 10 anos de idade ou mais. Os indicadores analisados são: Acesso às TIC; Uso do computador; Uso da Internet; Habilidades na Internet; Uso do celular; Governo eletrônico; Comércio eletrônico; Atividades culturais na Internet.

Anualmente, a pesquisa é disponibilizada, no *site*, com as tabelas e com os microdados, mas também é organizada e publicada em um livro onde existem detalhamentos da pesquisa como a estratificação, seleção e a alocação da amostra. Entretanto, até a entrega deste trabalho para a banca, a edição completa da TIC Domicílios de 2023 ainda não estava publicada, apenas as tabelas e o material foram apresentados à coletiva de imprensa⁷⁰.

⁶⁹ Disponível em:

https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/7/20220905125048/estudos_setoriais_redes_comunitarias_de_Internet_no_brasil.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

⁷⁰ Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2023_coletiva_imprensa.pdf e também pode ser assistida em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZcO5nCXcA5E>. Acesso em: 14 jun. 2024.

A amostra de 2023 é composta por 23.975 domicílios e 21.271 indivíduos respondentes, no período de março a julho de 2023. Não é possível ver os dados da TIC Domicílios por UF ou Municípios, apenas por Regiões, área domiciliar, renda familiar, classes sociais, gênero, faixa etária e raça.

A Região Norte aparece com 79% de domicílios com Internet, sendo 73% por Banda Larga Fixa e 18% por conexão móvel via *modem* ou *chip* 3G/4G. É um resultado bastante diferente de 2019 época em que comecei a acompanhar esse cenário tanto pela TIC Domicílios quanto pela Anatel. Dentre os domicílios sem Internet, 12% informam que o principal motivo é “Por falta de disponibilidade de Internet na Região do domicílio” - uma diferença muito significativa em relação às demais Regiões - e 12% dizem que é “Por falta de interesse dos moradores” (Tabela 2). Um dado que chama atenção: Norte e Nordeste ainda fazem uso de conexão discada.

Tabela 2 - Domicílios sem acesso à Internet, por principal motivo para a falta de Internet⁷¹

	Por falta de computador no domicílio	Por falta de necessidade dos moradores	Por falta de interesse dos moradores	Porque os moradores têm acesso à Internet em outro lugar	Porque os moradores acham muito caro	Porque os moradores não sabem usar Internet	Por falta de disponibilidade de Internet na região do domicílio
Sudeste	3	6	16	8	24	22	6
Nordeste	2	5	13	10	27	27	2
Sul	2	14	18	7	15	23	4
Norte	2	4	12	9	35	14	12
Centro-Oeste	1	8	16	10	24	26	4

Fonte: TIC Domicílios 2023. *Print* de 18 de junho de 2024

Pela TIC Domicílios, o tipo de conexão predominante na Região Norte é a fibra óptica ou cabo, mas, se voltarmos no mapa da Anatel que mostra a presença da Fibra óptica no Pará, veremos que toda a Região Marajoara está descoberta. Como, tecnicamente, não encontramos uma resposta do motivo para que a fibra óptica, por cabo submarino, só chegue até Fortaleza, sendo que a área Norte do Marajó também é Oceânica, assumimos que a justificativa pela dificuldade geográfica é, na verdade, falta de interesse e de investimento para que a Região tivesse condições de receber tal infraestrutura.

Além disso, o preço pago pelo serviço de Banda Larga ou de Conexão Móvel ainda é muito alto no Brasil e a Região Norte tem a maior taxa de respondentes informando que “os moradores acham muito caro”, são 35% dos domicílios sem Internet por esse fator, inclusive domicílios na área Rural, que tenderiam a informar mais falta de infraestrutura, pois 37% dos domicílios com Internet, no Norte, pagam entre R\$ 101 e R\$ 150 e, novamente, é a maior faixa entre as cinco Regiões. Em domicílios com Internet, percebe-se que, apesar de ser mais

⁷¹ Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2023/domicilios/A10A/expandido>. Acesso em: 14 jun. 2024.

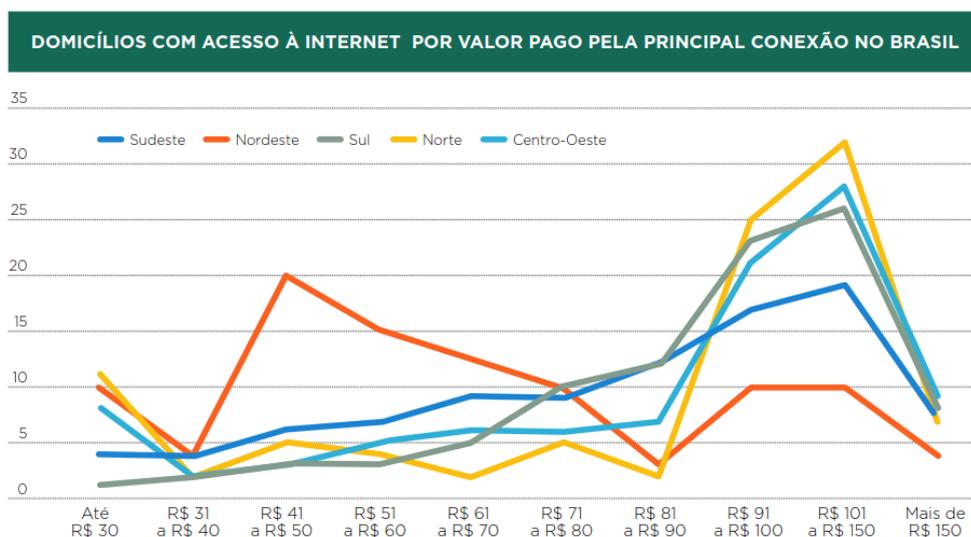
caro, os moradores investem em uma boa velocidade de conexão, mesmo nas classes sociais com menor renda:

Se a região Norte concentra boa parte da população empobrecida do Brasil, e o custo da conexão é considerado uma das principais barreiras ao acesso, isso significa que esse custo tem grande impacto no orçamento familiar. (IDEC, 2022, p. 7).

A questão do acesso à Internet pela população de baixa renda é demarcada no trabalho de Lima e Oliveira (2020): “a expansão do acesso da população de baixa renda à Internet teria se dado a partir de meados dos anos 2000”. Nos usos individuais, a TIC Domicílios 2023 encontra 84% de pessoas usuárias de Internet no Brasil (a pesquisa considera usuário quem navegou nos últimos três meses no momento da abordagem); com mais mulheres (86%) do que homens (83%) e um certo equilíbrio na declaração racial: Brancos (86%), Pretos (82%), Pardos (85%); na Região Norte, 86% dos indivíduos já acessaram a Internet; destes, 78% usou há menos de três meses (configurando usuários de Internet); **66% usa apenas o celular para se conectar à Internet**; sendo 71% do tipo **pré-pago**; 80% de pessoas na Região acessa a Internet por conexão 3G/4G e 74% por *Wi-Fi* (a menor taxa entre as regiões geográficas do país). Outros indicadores que interessam ao nosso debate são Gênero, Raça e Classe Social, mas a pesquisa não informa essas categorias por Região.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) publicou um panorama sobre Internet na Região Norte no qual destaca outros marcadores de desigualdades regionais, revelados pela TIC Domicílios, como a Internet compartilhada com vizinhos que têm no Norte e no Nordeste os maiores índices. O panorama se baseia na TIC Domicílios de 2020, mas traz gráficos que nos ajudam a visualizar melhor alguns desses indicadores, incluindo a faixa de preço paga em cada Região (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Valor pago pela principal conexão em domicílios do Brasil



Fonte: IDEC. *Print* de 18 de junho de 2024

O que todas essas organizações predatórias que lançam projetos para “salvar a Amazônia” ou “desenvolver” a Região deveriam fazer, como dever de casa, é se aprofundar nessas informações e confrontar essa realidade ao invés de abocanhar financiamentos para seu próprio bem-estar com a extração de dados daqui sem deixar um legado de cuidado nestes territórios. As disputas feitas em nome da Amazônia, muitas vezes, não passam de modelos de monocultura.

O IDEC também apresenta os resultados de uma pesquisa do CETIC.br de 2018 sobre a qualidade da conexão da Internet no Brasil e os dados reiteram as disparidades e as brechas, pois, naquela pesquisa, o estado do Pará registrou a pior estabilidade entre os 13 estados observados.

O intuito com o descritivo dessas configurações técnicas não é valorizar o determinismo tecnológico, nem insinuar que o aparato tecnológico é suficiente. O objetivo é apenas de apresentar, parcialmente, como opera parte da infraestrutura de Internet na Região que não é tão favorável e, sem dúvida, influencia nas possibilidades de contato, criação e inovações. E é sempre bom lembrar que infraestrutura é também uma decisão política e, inclusive, contribui com o mito do vazio demográfico.

Empreendimentos recolonizadores. É assim que a professora Marilene Freitas (2009) nomeia as propostas de modernização da Amazônia Brasileira patrocinadas pelo Estado que vem criando políticas públicas inadequadas, precárias e fracassadas, que deixam um rastro de dívidas ao patrimônio físico e sociocultural dos povos e dos territórios amazônicos, incluindo os genocídios que depois foram transformados nessa narrativa de vazio demográfico.

3.4- “CUMÉ QUE A GENTE FICA?” RELATOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS HERDEIRAS DE ANANSE DE SANTARÉM NAS POLÍTICAS DIGITAIS DE SEU TERRITÓRIO

No primeiro encontro com as herdeiras de Ananse, dia 25 de julho de 2022, uma das perguntas inseridas no roteiro, durante nossa conversa, foi sobre suas participações em políticas digitais, fosse na tomada de decisão, fosse na participação cidadã de projetos ligados à inclusão digital. A Interlocutora PC narrou que ela e uma parte de sua família participaram dos projetos realizados pelo Coletivo Poraquê e, nesse trabalho do coletivo, ela foi “alfabetizada digitalmente” (*sic*):

Eu acho que o máximo que se aproximou do que se fala é o projeto Poraquê, né? Que foi onde eu fui alfabetizada digitalmente. Ele funcionava aqui no bairro d'Águas, aí tinha três máquinas, o computador era gigante, e aí tu pagava 10 reais, eu acho. E aí todo este bairro aqui, todas as redondezas, eles foram alfabetizados a partir dessa, que era um projeto conjunto. Eu não lembro qual era a ONG internacional que ajudava, mas a gente tinha um financiamento. Aí, depois, esse mesmo modelo foi usado para uma instituição pública chamada Casa Brasil. Funcionava ali no Santarenzinho, por aí, não sei lá, acho que foi aqui, provavelmente, o Bilhão. E aí era a mesma metodologia. E aí, provavelmente, as pessoas lá daquela grande área do Santarenzinho, ali, né? Foram alfabetizadas digitalmente a partir desse iniciativa. Que eu conheço aqui em Santarém só essas duas.

(Interlocutora PC, Roda de Conversa Herdeiras de Ananse, 25 de julho de 2022).

A “alfabetização”, de acordo com sua lembrança, era sobre mexer no computador e ter aula de Internet: “Foi onde eu aprendi a mexer na Internet. E aí, toda a galera da minha família, que era do interior, todas elas foram a partir do Poraquê. Todas. Só não a minha mãe, que nunca quis saber mesmo. Minha tia. A criançada toda da minha idade, todas”. Além de PC, a interlocutora A também teve experiência no Poraquê.

Estando ambas na faixa etária de 33 a 39 anos, na ocasião do encontro, viveram a experiência, segundo lembram, por volta de 2002. Apenas elas duas, entre 20 mulheres negras. E o impacto disso na vida de PC é que hoje a produção de conteúdo digital fortalece seu trabalho como artista e professora:

Hoje, quando eu trago essas vivências, Thiane, pra Internet é ali que eu consigo ter visibilidade. Quando eu comecei a trazer pro Facebook essas minhas vivências a falar sobre elas, e aí veio Instagram, Twitter... o Twitter eu não sabia nem mexer. Eu tenho só dois mil seguidores, mas é muito louco isso, como ele é potente, é como se eu tivesse vinte mil. (...) Eu sou professora, revisora, cantora e produtora cultural. A minha produção cultural ela tá interligada com a minha atividade de cantora. Aprendi a ser

produtora cultural fazendo meus próprios shows porque eu não tinha como pagar alguém, não tinha produção interessada, ninguém se interessava. Enfim, e aí a blogueiragem é mais um complemento de renda. Primeiro começou como que eu fazia a minha divulgação, a minha divulgação hoje é a Internet, a minha divulgação é a minha rede social. Então eu investi nisso lá. E aí depois aos poucos foi surgindo as publis por que eu tenho um nicho né? São mães descoladas, jovens, de trinta mais.
(Interlocutora PC, Entrevista, 13 de dezembro de 2022)

A partir de outra pergunta sobre a existência de conexão pública, elas relataram que o Navegapará foi o projeto mais relevante em Santarém, porém não existe mais. A interlocutora B contou que a rede funcionava muito bem no Mirante e que “*Era meio um point, assim. Todo mundo que tinha, levava notebook, celular, o acesso era mais...Era bom*”. Pelos períodos de 2010 a 2012, ela disse que a rede funcionava bem. A interlocutora A lembra que até existiram outros pontos de acesso ao Navegapará espalhados por Santarém e em Alter do Chão. Na sua casa, chegava um desses sinais, mas parou de funcionar antes de dois anos de atividade e o ponto ficou concentrado no Mirante. E, nas comunidades no entorno da cidade, os relatos foram de que “nem chegou”.

Algo que “Não chega” é algo sobre o qual não se pode tocar, conhecer, não habita sequer o imaginário criativo, pois não existe, não chegou. Isso restringe oportunidades, usufruto de direitos já garantidos, impede a defesa e o amplo conhecimento a respeito dos mundos existentes. Se a Internet não chegou, não há qualquer perspectiva de apropriação a seu respeito. Mas sobre o que as herdeiras de Ananse estão fazendo para driblar esta lacuna ou esta brecha, conversaremos de novo mais à frente.

Outra política pública da qual a interlocutora A também participou foi a do Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC). Implantado pelo Ministério das Comunicações, Portaria nº. 256, de 13 de março de 2002, o Gesac é um programa de inclusão digital do Governo Federal, coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), “que oferece gratuitamente conexão à Internet em banda larga - por via terrestre e satélite”⁷².

Sua principal característica e função é a atuação voltada a comunidades em vulnerabilidade social que ainda estão descobertas do direito ao acesso às tecnologias da comunicação e informação. De acordo com o *site*⁷³, existem, aproximadamente, 11.000 Pontos de Presença em funcionamento por todo o Brasil, distribuídos em Instituições

⁷² Disponível em: <https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SETEL/gesac/gesac.html>. Acesso em: 12 jun. 2024.

⁷³ Disponível em: <https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SETEL/gesac/gesac.html>. Acesso em: 12 jun. 2024.

públicas, Entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, Instituições públicas de ensino, saúde, segurança e unidades de serviço público localizadas em áreas remotas, de fronteira ou de interesse estratégico e para as seguintes localidades: baixo IDH; sem acesso à Internet em banda larga e/ou à Internet local; com alguma organização comunitária cultural apoiada pelas TIC's; que já possuíam alguma infraestrutura de informática, mas sem acesso à Internet; já beneficiadas pelo Cartão-Alimentação e as escolas onde fossem instalados pontos do GESAC deveriam estar participando do PROINFO (válido para o MEC). A interlocutora A relatou que teve uma experiência com as antenas do GESAC, há muito tempo, sem precisar quando, por meio de outro grupo, outro projeto: “Nós conseguimos a antena lá pro GDA⁷⁴, mas foi por pouco tempo.

Elas também contaram que, durante a pandemia, esses fossos ficaram ainda mais profundos, tal qual quando secam os rios amazônicos e as distâncias tanto ficam maiores quanto o acesso aos demais direitos fica prejudicado, incluindo nossa comunicação com outros mundos daqui de dentro mesmo, com destaque para a realidade educacional:

Estudantes que não têm acesso, que foram excluídos, nesse período da pandemia, de acesso a um estudo mesmo, porque não tem outro meio. Por exemplo, na UFOPA, teve a concessão de chips para os estudantes que moravam nos quilombos, mas não serviam, porque eles não tinham acesso. Então, a gente comentou um pouco sobre isso, de modo geral. Sobre essa primeira pergunta. E não pegava sinal. Então, a universidade forneceu o chip para as pessoas que não tinham Internet em casa, não tinham acesso, para conseguirem estudar. Mas as pessoas, elas tiveram que voltar para as comunidades, para as aldeias, e lá não pegava sinal. Então, não adiantava. A gente teria um chip que não pegava lá. E todos foram da Claro, né? Todos eram da Claro.

(Interlocutora L, Roda de Conversa Herdeiras de Ananse, 25 de julho de 2022)

[...] todo mundo sabe que, na nossa Região, a operadora que predomina é a VIVO. Então, qual a explicação capitalista para a universidade que fecha chips da Claro para regiões que a Claro não pega? Qual a explicação? Tem um esquema da operadora com a galera da universidade. É você ignorar todo contexto, né? Qualquer buraco que tu vá aqui na Amazônia, o que pega é a VIVO. O resto não pega. Então, não faz o menor sentido a universidade contratar não sei quantos chips da Claro. (...) É uma decisão tomada pela galera sudestina, que não compreende o nosso contexto de Internet dentro da telefonia e que decide por nós.

(Interlocutora PC, Roda de Conversa Herdeiras de Ananse, 25 de julho de 2022)

⁷⁴ Grupo de Defesa da Amazônia (GDA).

Todas as reclamações feitas neste trabalho são fruto da indignação do apagamento e da certeza da resistência. Não nos orgulhamos de ser este lugar alvo de tantas ações predatórias. Falamos disso insistentemente por indignação e denúncia, escrevemos para registrar a contra narrativa colonizadora que ainda impera na literatura, nos algoritmos e nas infraestruturas:

A gente estava falando sobre essa questão da precariedade, né? Porque, não sei como é que é lá em Belém, mas aqui, se a gente viaja... Se eu vou por Alter do Chão, né? Tem um hiato, como dizem o pessoal do Twitter, que agora eles não falam mais espaço, falam hiato. É... Quando você vai por Alter do Chão, você fica meia hora fora de área, porque tem determinado perímetro no eixo forte que não tem Internet. Então, como é que vive essa galera, né? Se você vai para o Cararecá, minha comunidade, tem meia hora que você fica desconectado. E quando chega lá, é muito ainda precário. Tipo, a telefonia... E o que que pega lá? Vivo. E... E aí, isso também corresponde às demais áreas da Amazônia aqui do interior de Santarém. Então, é extremamente precário e excludente, porque se você for fazer levantamento de quem são essas pessoas que são atingidas por essa precariedade, são ribeirinhos, quilombolas, indígenas e etc. Então, ela não deixa ainda mais excludente, né? E aqui em Santarém, em tempo real, a gente já fica um dia sem Internet, que não pode, né? Dá um vento, já dá uma balançada no nosso sinal. Aí, quando o temporal derruba, a gente... É, tem isso também, que eu vou abaixo para cortar o fio, não é possível, né? Mas é isso, sabe? Os aviões agrícolas voam baixo e cortam os fios. É, aí a gente... (Interlocutora PC, Roda de Conversa Herdeiras de Ananse, 25 de julho de 2022)

Essa infraestrutura de tecnologia digital disponibilizada na Região Amazônica tem sido a continuação de um modelo de vigilância, controle e restrição sobre a Região que vem desde as grandes expedições científicas, é acirrada ao longo da ditadura militar e culmina com a contemporaneidade digital. Então, é um encontro entre a vigilância científica, política, militar e capitalista.

Na linha dos princípios de redes comunitárias, nem sempre a apropriação digital e tecnológica significa que a Internet ou o maquinário vem primeiro ou que o domínio técnico seja obrigatório a todo mundo, a apropriação comunitária e coletiva é determinante e, muitas vezes, é o pontapé deste processo.

Fazedores de cultura, sociedade educacional, movimentos sociais são atores sociais que se apropriam das tecnologias digitais de diferentes formas, por demandas específicas. Assim é para movimentos de mulheres negras, em Santarém. É evidente que essa apropriação passa pela coletividade, pela solidariedade e pela criatividade:

Na geopolítica da região, há lugares que ainda não contam com rede de energia elétrica, mas mesmo assim, isso não impede das pessoas encontrarem novas formas de ter acesso à informação, quer seja pelo rádio, adquirindo pequenos geradores e antenas parabólicas, ou ainda visitando cidades com acesso à Internet (Neves, 2015, p. 37).

No próximo capítulo, faço algumas reflexões a partir de gênero, raça e território a fim de refletir sobre: como os racismos algorítmicos têm sido desvelados por pesquisadores negros do Brasil e dos Estados Unidos, o legado do Feminismo Negro nessas leituras e os impactos das imagens de controle e do dispositivo colonial sobre a Amazônia.

Monstres Insubordinades: O Manifesto

Já não somos humanes, desde que o mundo passou a distinguir os próprios semelhantes, deixamos de ser humanes! E, assim, nos transmutamos para sermos a existência de nossa essência. Somos monstres, somos biches, somos o rio que escorre até o oceano, e também a lava destruidora e fértil do vulcão, a força dos tornados.

Somos frutos da decomposição de cada corpo que tombou. Fruto da dor, que nos diferenciou e diferencia por nossa raça, gênero, sexualidade, território, crença, que tenta nos subjugar e nos tirar dos espaços de abundância e bem viver, mas insistimos em voltar.

Olhamos e reverenciamos o passado, celebrando o presente, em permanente construção de futuros ecotransfeministas, e não aceitamos nada menos que isto. Futuros, com S mesmo, de todas as possibilidades de futuros que construímos hora após hora, dia após dia, mês após mês, ano após ano, geração após geração, assim, em circularidade, ciclicamente, a soma da existência e sabedoria de todes.

MONSTRES! Múltiplas e singulares, vivendo em bandos por sobrevivência, mas também por prazer, com sede e fome de viver, amar e SER!

Indomesticáveis, incontroláveis e indomáveis, e por isso temides, se não temides porque tão perseguides? Nosso poder é a raiva, a rebeldia, mas é também a empatia e a alegria!

Por que eles nos combatem? Por que pensam que somos monstros perigosos? Por que somos monstros perigosos? Porque desequilibramos e muitas vezes rompemos as confortáveis imagens estereotipadas que os brancos têm de nós. (Gloria Anzaldúa, 2000, p. 230)

Por isso, o afeto, o gozo e a alegria, ninguém nos tira! Que nos sustenta e sustenta o nascer e morrer do sol e da lua, a mudança das estações, o ar que entra e sai num ritmo próprio de cada ume de nós.

E a cada encontro, a cada olhar que se encontra, a cada conspiração e até mesmo quando sentamos juntas em silêncio, geramos sementes, férteis e múltiplas sementes ecotransfeministas, sementes carregadas e recarregadas de sabedoria e

tecnologias a cada ciclo e geração. A cada risada, dança, canto, florescemos e assim somos monstres e também floresta.

Conforme amadurecemos, viramos novamente fruto, inspiramos com odores e cores, alimentamos com sabores e nutrientes todo tipo de existência, e viramos novamente sementes, múltiplas sementes a serem levadas pela chuva, por bicos, pelos, levadas para novos territórios pelo vento.

Assim não somos só monstres, somos ar, minerais, eletricidade, água, carbono, células, moléculas, no fim somos tudo uma mesma coisa, indivisível, indissociável. Ume monstre não existe sem es demais monstres, e também não existe sem o mar, sem montanhas, sem os microrganismos da terra, sem o som dos pássaros, sem as mudanças das estações, sem o som das cigarras, sem o cheiro da chuva.

A nossa existência pede radicalidade em nossas ações, palavras, vivências. Mas nossos corpos, mentes e corações são muito mais que as violências, apagamentos e batalhas contracoloniais, são também liberdade, tesão, criatividade e muito mais, transformamos tudo ao nosso redor, com nossa presença e sensibilidades sensoriais e extra sensoriais, temos ouvidos muito maiores que nossas bocas, olhos atentos: receptores, para além da imagem, que captam sensações e intenções.

Nossas peles, escamas e pelos são capazes de captar sutis vibrações, nos dando o poder da escuta ativa e do tato além do toque e do sentir empático, carregamos em nossas células habilidades do cuidado, capacidades para resolver conflitos e amenizar dores, curamos até o incurável, e na coletividade criamos encantamentos capazes de abrir montanhas, mover constelações e amolecer o mais duro dos metais.

Nosso sustento é para não perdermos a capacidade de afetar, mesmo diante da precariedade, da barbárie, resistimos. Buscamos a beleza nos pequenos gestos, retroalimentamos nossas esperanças em exercícios de construção e reconstrução de novos futuros dia após dia, amamos umes es outres e a nós mesmas como

merecemos, e na reciprocidade das intenções nos fortalecemos, confabulamos e sonhamos.

E, como monstres ousades que somos, produzimos nossas tecnologias

Métodos e tecnologias, comprometidas com a vida, com a sustentação da vida, com a continuidade da vida, e não apenas a nossa, e não apenas dos monstres, mas de todas as vidas, porque não existimos uns sem os outros, seres sencientes e não sencientes, animados ou inanimados do reino vegetal, mineral, animal, espiritual ou cosmoexistencial.

Por sustentação da vida entendemos nossas continuidades, em solos fortalecidos pelas tecnologias de cuidados, sem venenos, sem degradação, sem barragens. Inspiradas em nossas ancestrais, também refutamos as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina, questionamos as definições de luz e de escuro, damos novos significados ao mundo morto e nós mesmas é que vamos explicar nossa participação nas pluralidades destes mundos:

Sou sem cultura porque, como uma feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos; entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de uma outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e a nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/à outro/a e ao planeta. Soy un amasamiento, sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e dá-lhes novos significados. (Gloria Anzaldúa, 2005, p. 708)

Nos opomos às tecnologias de exploração e controle, perpetuando as múltiplas tecnologias e estratégias desenvolvidas para a vida! Somos produtoras de tecnologias, ancestrais, da gambiarra, digitais, de segurança, de

sobrevivência, do possível. Todas orientadas a cuidar de nós mesmas e de nossa rede de apoio, elaborando saberes desde o afeto.

Não hierarquizamos os conhecimentos, nem todas as línguas faladas e linguagens acionadas, não permitimos que um discurso e uma dúvida sejam considerados pequenos, acolhemos as histórias, as lutas, os ritmos, os grafismos e as conquistas de todes. Se considerarmos que toda infraestrutura é política, a infraestrutura do afeto é uma decisão político-metodológico cujos pilares são o compartilhamento e o conhecimento livre.

É uma metodologia monstra de trabalho que busca estabelecer vínculos afetivos, mais do que chegar ao seu fim. Tem interesse em ouvir, a palavra é soberana e confiamos unmes nas outras, no processo e no tempo.

Essa intersecção é onde encontramos nossas monstruosidades. Ali entre as infraestruturas, afetos e saberes. Entre territorialidades, tecnologias e transcestralidades. É naquele balão, aparentemente pequeno e vazio, que nossas sementes florescem e delas surgimos com nossas monstruosidades.

Nossas infraestruturas são as subversões, nossos afetos são as nossas redes e nossas coletividades, nossos saberes são assíncronos e neles estão as histórias das nossas transcestralidades, que também nos remetem aos nossos futuros. E assim cultivamos uma infraestrutura de afeto, de onde chamamos todes para que nos encontremos em nossas jornadas monstres.

E, por meio deste manifesto, convocamos que juntes espalhem nossas sementes para que brotem monstres em forma de árvores andantes, seres das fronteiras onde tudo se encontra e se mistura.

Rede Transfeminista de Cuidados Digitais

<https://www.genderit.org/es/feminist-talk/4-semeando-florestas-ecotransfeministas-rebeldia-e-radicalidade-monstra-na>

4. REFLEXÕES A PARTIR DE GÊNERO, RAÇA E TERRITÓRIO

Aprendemos com o pensamento feminista negro a materializar e dar os nomes certos ao fato de não sermos uma unidade de gênero homogênea. Com as escavações e pesquisas de mulheres negras trans e cisgêneras, homens negros trans e cisgêneros e pessoas negras não binárias, tivemos acesso a muitas memórias de quem pavimentou a luta contra a escravidão, contra o racismo, contra a desumanização de pessoas negras.

No fundamento do feminismo negro, constam gênero, raça e classe como a intersecção para nossas subjetividades. Aprendemos com as mais velhas que é preciso enegrecer os feminismos (Carneiro, 2011), é preciso compreender a dupla opressão do machismo e do racismo (Gonzalez, 1984), é preciso que o feminismo se molde em uma teoria consistente (hooks, 2019) e enxergue, em seu horizonte, quem somos de fato ao invés de nos transformar em um pacotinho com a etiqueta de gênero. Aprendemos também que não existem hierarquias de opressão e que nós, mulheres negras, não precisamos nos envergonhar de nossas raivas (Lorde, 2019), que não existe democracia racial em um país miscigenado à base de violências sexuais com mulheres indígenas e negras. É com essa intelectualidade que aprendemos a compreender que, apesar de todas as políticas de Estado para nos dizimarem (do projeto de branqueamento à criminalização do aborto), nós resistimos, somos sujeitas e sujeitos de saberes, combatendo os epistemicídios porque somos a história viva (Nascimento; Ratts, 2021).

O pensamento feminista negro traz conceitos que vêm sendo moldados sob sua perspectiva como: interseccionalidade, ética do cuidado, imagens de controle (Crenshaw, 2002; Collins, 2019; Bueno, 2020; Collins, 2022), dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023), o exercício do sujeito posicionado que é escrito por Beatriz Nascimento e acionado por Dulci Lima (2023), em uma análise dos posicionamentos de feministas negras nas redes sociais, e outras análises.

Assim como Dulci Lima (2020) traz o pensamento feminista negro para analisar as ações políticas de mulheres negras nas redes sociais e, junto com Taís Oliveira, analisa as apropriações tecnológicas de mulheres negras e como elas se configuram em estratégias de resistência, há um esforço coletivo de mulheres e homens negros que, a partir de suas lentes teórico-filosóficas, analisam a interseccionalidade e plataformas digitais (Carrera *et al*, 2022), os ciberativismos de mulheres negras e suas encruzilhadas estratégicas (Gomes, 2019), as estratégias de mulheres negras no combate às brechas digitais de gênero e raça (Dantas, 2022), as respostas de mulheres negras às tecnologias racistas (Santiago, 2020a),

colonialismos (Faustino; Lippold, 2023), violências e discursos de ódio em redes sociais (Trindade, 2020), inteligência artificial (Rodrigues, 2023), críticas a modelos de vigilância pública e digital (Nunes, 2021), racismo algorítmico (Kremer, 2023; Silva; 2022), mapeamentos de talentos negros como o realizado pelo *AfrOya Tech*, ações de incidência como a campanha Tire Meu Rosto da Sua Mira⁷⁵ coordenado por Horrara Moreira, cujo objetivo é banir totalmente o uso das tecnologias digitais de reconhecimento facial na segurança pública, ações de formação política, como a Escola de Ativismo e Formação Política para Mulheres Negras – Beatriz Nascimento realizada *online* pelo Instituto Odara⁷⁶. Entre tantos outros trabalhos, a lista é crescente e vem do campo do direito, da comunicação, computação, engenharia e matemática.

De todos os importantes conceitos elaborados por feministas negras, a interseccionalidade tem lugar de destaque na concordância e na discordância. Não é uma análise de fácil aplicação e compreensão para muitas pessoas, mas é uma ferramenta analítica que certamente nos auxilia a pensar melhor a partir de perguntas não feitas. Costumamos reverenciar Sojourner Truth e seu histórico discurso “E eu não sou uma mulher?”, em 1851, como um ponto de partida para a análise interseccional das violências de raça, classe e gênero. E, depois dela, muitas mulheres negras escreveram sobre a dupla e a tripla discriminação com seus corpos e subjetividades (Davis, 1981; Gonzalez, 1984), até o primeiro uso do termo interseccionalidade por Kimberlé Crenshaw (2002) quando associou aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.

A explicação mais comum para a compreensão de interseccionalidade está inclusive desenhada nos artigos sobre a abordagem: nossas subjetividades se encontram no cruzamento de avenidas (eixos) como o racismo, o machismo e demais opressões e nos atropelam com a velocidade de seus trânsitos. É uma forma de se entender como as opressões acontecem de forma múltipla para diferentes grupos sociais e como afetam as vidas dessas pessoas pela negação e supressão do direito de ser humano e acessar direitos constitucionais e usufruir de oportunidades.

Colocar as mulheres negras pobres no centro desse cruzamento de opressões não é um dado satisfatório, mas o fato é que ele existe. Na prática, podemos contextualizar uma análise interseccional na pandemia de COVID-19, pois ao contrário do que se dizia sobre ser uma doença que não escolhe classe e cor, o fato é que as trabalhadoras dos serviços essenciais não puderam parar de trabalhar em muitos municípios, portanto a elas não foi garantido o direito

⁷⁵ <https://tiremeurostodasuamira.org.br/>

⁷⁶ <https://institutoodara.org.br/projeto/escola-beatriz-nascimento/>

ao distanciamento social, diante da obrigatoriedade de ir trabalhar como também não receberam do Estado nenhum tipo de recurso para reduzir danos como máscaras PFF2, luvas descartáveis e álcool 70° para lhes proporcionar alguma segurança quanto ao contágio. Logo, a consequência disso é que a primeira morte registrada por COVID-19, no Brasil, foi de uma mulher negra que era trabalhadora doméstica e foi contaminada por sua patroa que acabava de chegar de uma viagem internacional. A morte foi a única garantia sobre aquele corpo.

Eu, como mulher negra que acesso possibilidades e direitos, estava em casa, devidamente protegida (ainda que adoecida emocionalmente e alvo de outras violências racistas). Desta forma, a análise interseccional nos ajuda a compreender como as ações públicas do Estado precisam ser elaboradas a partir das desigualdades, das diferentes condições de grupos que já são vulnerabilizados, inclusive as diferenças intragrupo, e assim pensar ações de combate ao racismo em suas diferentes personas no cruzamento das diferentes estruturas.

E veja, Collins (2022) traz para a cena do debate da interseccionalidade a dificuldade da análise de classe: “qual classe é invocada quando são adicionados raça e gênero?”, questiona e mostra como ela ainda tem sido negligenciada e está posta como um desafio, precisamos tomar cuidado com os essencialismos de raça e gênero, as avenidas das opressões nem sempre nos atingem da mesma forma. É uma categoria hipervisível, diz a pesquisadora. Tão citada de maneira vazia que acaba perdendo força, vira uma categoria descritiva, mas não analítica.

Com o objetivo de mostrar que comunicação se constrói também a partir de estruturas interseccionais, Fernanda Carrera (2021b) elabora a roleta interseccional como uma proposta metodológica para o campo da comunicação. Por meio de uma metáfora de cores na qual ela usa cores primárias que representam as avenidas das opressões, Carrera associa o racismo à cor azul claro e o sexismo ao amarelo e explica: “Ao tomar o azul, cor primária, como matéria do racismo, por exemplo, e atribuir ao amarelo o construto do sexismo, mulheres negras se constituem não como metade amarelo e metade azul, mas como a cor verde” resultando em um “outro universo subjetivo” (p. 11).

As demais categorias também estão associadas a cores: o peso é cinza, a sexualidade é azul escuro, a idade é rosa, a deficiência é marrom, a classe é verde e a geolocalização é vermelha. Carrera afirma que os estudos em comunicação precisam considerar cada uma dessas cores (eixos) separadamente e suas combinações porque são subjetividades afetadas de formas singulares. São essas análises que nos possibilitam fazer as perguntas certas para os objetos ou fenômenos analisados, cada conjunto de intersecções mobilizadas pelos sujeitos nos levam ao entendimento desse objeto.

Em um dossiê sobre interseccionalidade e plataformas digitais, os organizadores (Carrera *et al*, 2022) escrevem que a aplicação da interseccionalidade no campo da comunicação “é compreender a responsabilidade das representações construídas na mídia na perpetuação do racismo, do sexismo, da xenofobia, do capacitismo, da LGBTQfobia e nas complexidades que emergem de uma leitura interseccional de tais representações” (p. 16).

Collins (2022) afirma a interseccionalidade como uma teoria crítica vinculada à ação e à justiça social. Considero, a partir das análises que ela faz das teorias da sociologia que também nos são comuns na Comunicação para análises sobre as indústrias midiáticas, como a Escola de Frankfurt, os Estudos Culturais e o Estruturalismo francês, que a interseccionalidade, de fato, se torna uma metodologia viável na comunicação, conforme escreveu Carrera.

Do meu lugar, de todos os encontros possibilitados nos movimentos e estudos com outras mulheres negras, território e territorialidade me faziam falta, pois minhas lentes olhavam para tudo isso buscando identificações culturais territoriais. Não me basta que o Sul Global nos defina, visto que há diferenças drásticas entre esses suís (Vergès, 2020).

Foi quando encontrei a categoria de Amefricanidade elaborada por Lélia Gonzalez (1984) e os questionamentos sobre Norte e Sul dentro das Américas. A compreensão da insuficiência de entendimento da composição linguística e a mobilização de sentidos para marcar essa tal América Latina, como um território ameríndio e amefricano: uma América Ladina. Como quem vem de uma Amazônia negligenciada enquanto território negro, nessa perspectiva territorial eu me encontrei.

Em um artigo de Mônica Conrado (2021) no qual ela analisa a perspectiva de amazônidas negras a partir de contribuições de Lélia Gonzalez, ela registrou o seguinte relato feito por mim sobre essa “ênfase às experiências de mulheres negras sob a perspectiva de raça interseccionada com gênero e territorialidades como categorias de diferenciação” (Conrado, 2021):

Pensar a amazonidade negra ou negritude amazônica, a partir do entendimento de Amefricanidade, é considerar que as experiências de negritude também são atravessadas pelo território. Da mesma forma que Lélia Gonzalez traz as dinâmicas culturais e geográficas da América, podemos pensar as negritudes nas dinâmicas amazônicas que vêm de formações tão heterogêneas e próprias quanto do continente como um todo. Existe uma questão de unidade dentro das diferenças e das diferenças dentro da unidade que inclui não só a composição geográfica, mas também o tempo da presença negra africana nesses territórios. A Amazônia é um território que integra a América Ladina, mas é também território com sua própria configuração, história e memória.

Eu me descobri Amazônida antes de me compreender negra. Quando me descobri negra, descobri então uma Amazônia ainda mais complexa do que eu já compreendia. Lélia Gonzalez foi a primeira intelectual afrodiáspórica que eu li abordando a importância da “região” para a compreensão racial nas Américas e isso me despertou justamente para essa Amazônia negra, que é urbana, quilombola e ribeirinha, que nos alimenta com as tradições indígenas e com as tradições negras, que nos propicia uma cosmovisão na intersecção de duas ancestralidades que nos fortalecem para a resistência e sobrevivência nesse território pluridimensional. Eu queria falar das experiências de negritude de mulheres negras de diversas gerações no bairro da Terra Firme, em Belém. Então, eu sentia que faltava uma localização. E foi exatamente isso que encontrei em Lélia Gonzalez.

A partir da leitura de Amefricanidade, eu finalmente entendi que o que me faltava era a projeção da narrativa de uma negritude amazônica. Então, pra mim, a leitura de territorialidade trazida ali pela Lélia [Gonzalez] se juntou às leituras também iniciadas na militância. Mesmo sendo uma escrita localizada no sudeste brasileiro, [. . .] eu entendi que eu também poderia trazer a Amazônia como esse território negro, algo que já vinha sendo reivindicado por várias mulheres do Pará, mas foi ali que eu consegui melhorar minha localização política. Então, assim como Amefricanidade, a Amazonidade negra também é uma categoria política da qual não podemos abrir mão.

(Neves *apud* Conrado, 2021, p. 285-287)

Essa localização territorial é importante no combate às imagens de controle contra territórios de mulheres negras, como são os nossos, seja na memória literária e científica, no dispositivo colonial, seja nos códigos dos algoritmos. Este capítulo é sobre esse punhado de reflexões, incômodos e perguntas feitas em diálogos feministas com mulheres negras daqui, daí e de lá.

4.1 - A AMÉFRICA LADINA COMO TERRITÓRIO NEGRO

A partir das experiências com ausências e desconhecimentos dentro de espaços feministas nos Estados Unidos e das negligências em discutir as violências raciais, bell hooks (2019) critica as teorias feministas que se sustentam apenas em gênero, pois, sem essa análise profunda, não teremos teorias feministas bem alicerçadas, com estrutura forte o suficiente que dialogue com mulheres que estão subhumanizadas pela cultura patriarcal do Ocidente.

Essa lacuna é predominante, ou quase exclusiva, em feministas em situação de privilégio racial. Mas ela defende que, se as diferenças sociais e políticas entre as mulheres fossem centralizadas no pensamento feminista, nós tanto diminuiríamos a desconfiança de muitas mulheres que ainda têm receio com o termo “feminismo”, quanto finalmente poderíamos dizer que temos uma teoria que pensa em todas as mulheres, todavia, enquanto ser mulher for tratado como condição homogênea, teremos problemas nas relações internas dos movimentos.

Ao considerarem que o sexismo atinge todas as mulheres da mesma forma, certos grupos feministas agem sem o devido compromisso político, criam camadas de identidades e estereótipos sobre o feminismo que, além de estimular a formação de um mercado de identidades, promovem disputas de opressão, acusam mulheres negras de competirem sobre quem sofre mais quando estas trazem os múltiplos atravessamentos que as impedem de viver com dignidade. São estas ações que inventam as falaciosas hierarquias de opressão.

Gosto muito da analogia que hooks faz sobre estar à margem com os trilhos da estrada de ferro em uma pequena cidade estadunidense, pois aqueles trilhos a lembraram sobre sua marginalidade cotidianamente. Do lado de lá dos trilhos, havia infraestrutura para quem vivia lá e, ao mesmo tempo, os trilhos estabeleciam interditos para os habitantes do lado de cá que só estavam autorizados a atravessá-los na condição de empregadas domésticas, zeladores, prostitutas: “podíamos frequentar esse mundo, mas não viver nele”. Isso é estar à margem, é fazer parte do todo, mas sem estar no corpo principal (hooks, 2019).

Essa analogia de hooks me remete a uma reclamação de Lélia Gonzalez (2020) sobre o território Americano. Os estadunidenses, e as pessoas negras estadunidenses também, reproduzem esse pensamento. Eles definem os Estados Unidos como sendo “A América”, inclusive que o termo “afro american” induziria a se pensar que só existem negros naquele país. E ela debocha perguntando se, por acaso, nós que estamos nos demais países da América seríamos, então, europeus ou asiáticos, mas também questiona: se o Brasil concentra a maior população negra do continente e a história da América começou no Caribe, por que só os EUA é que são Americanos, oras? Inclusive, nossas principais referências teóricas do pensamento feminista negro repetem a mesma afirmação: mulheres afro americanas.

E traz a relação de poder dos Estados Unidos com o nós outros e é aqui que gostaria de relacionar a segregação racial-territorial que hooks narra com as restrições dos EUA com todos os demais americanos e todo o imperialismo presente nesses interditos com nosso ir e vir enquanto pessoas que não pertencemos àquele lugar: nós também podemos frequentá-lo desde que estejamos aptos, mas não pertencemos, não podemos viver lá, aquele lugar só nos aceita enquanto subalternos. E quando digo “nós” estou tratando de pessoas racializadas, pobres e mais ainda: sem domínio do idioma que nos domina.

Ao refletir sobre como as experiências de negritude e racismo acontecem por toda a América, Lélia Gonzalez (1984) elabora a categoria político-cultural de Amefricanidade. Primeiro ela questiona esse lugar dos Estados Unidos que toma a si mesmo pelo todo e se define como a referência máxima. Por segundo, entende que a língua é outro território e esse lugar que o colonizador chamou de América Latina, Gonzalez afirma que de latinidade não

temos nada, é, na verdade, uma América Africana e, pela inexistência dessa latinidade trocando o T pelo D, teremos então o nome assumido: Améfrica Ladina. Uma provocação para olhar para a América para além das lentes coloniais. As Américas, ou a Abya Yala como a chama o povo Kuna Yala, são territórios indígena-negro⁷⁷ e, diante de todas as tradições, conhecimentos, ciências e tecnologias inventadas por esses povos, não faria sentido manter o nome do colonizador. A Amefricanidade, como leitura dessa américa ameríndia e amefricana, seria então muito mais coerente e realista. É uma categoria de apropriação territorial.

Foi nessa lente, inclusive, que encontrei a possibilidade do debate de território como uma requisição no pensamento feminista negro, mais de uma década atrás. Como território Amefricano, a Amazônia faria parte desse todo. Território igualmente Amefricano onde as americanas/amefricanos têm chances de agenciamento, inclusive como herdeiras e herdeiros de Ananse.

Enquanto movimentos organizados, o desafio de mulheres negras amazônidas “é pensar em alinhar as questões de gênero, raça e classe social nos projetos de desenvolvimento da região” e a defesa das tradições (Malcher, 2017. p. 106). Estima-se por um modo de viver próprio das Amazônias e, como modo de viver, não entendam uma homogeneidade desses modos, mas que existe um afeto, uma emoção que é própria de suas mobilizações e uma formação de negritude que também é bastante peculiar.

Ao perguntar para minhas interlocutoras como elas se identificam territorialmente, não houve unanimidade. Esse é um debate em curso para elas. Há quem se identifique amazônida, quem seja afro-amazônida, Santarenas ou, de fato, ainda esteja tateando essa reivindicação dadas às reproduções de verdades nas disputas internas que também merecem reflexão:

Eu já ia falar, eu acho, eu acho muito relevante, eu acho muito interessante só que eu tenho na minha cabeça justamente por eu estar sempre tendo que brigar pra dizer o que que eu sou de que se eu falar que eu sou da Amazônia eles vão me cobrar uma postura porque geralmente todo mundo que bate no peito pra dizer que é da Amazônia está metido na briga né? Quando você bate no peito pra dizer que você é alguma coisa você está disposto a brigar por isso então eu acho que eu não tenho o histórico de brigas o suficiente, de lutas o suficiente, não estou engajada tanto assim nessa luta tanto é que agora que a gente está entrando nisso, né?

(Interlocutora S, Entrevista, 9 de dezembro de 2022)

⁷⁷ A Améfrica Ladina como um território indígena-negro nos leva à possibilidade de outra categoria identitária muito acionada no Brasil e na Amazônia: a afro-indígena. Mas para esse aprofundamento lhes convivo a ler o artigo: “A categoria afro-indígena na Amazônia paraense: usos, confluências e ambivalências em debate acadêmico” de Conrado e Neves Barros (2022). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/ZTRy3hc7LkVMG69XvgfxnbR/#>. Acesso em: 27 jun. 2024.

Quando o pensamento feminista negro chama à não essencialização da sujeita “mulher”, quero também reforçar sobre o que Malcher (2017) nos alerta que é para a não homogeneidade de território. Existe um esforço epistêmico dos estudos de negritude amazônica mobilizados por pesquisadoras e militantes do feminismo negro para trazer cada vez mais para o centro a história da população negra nos estados amazônicos, sobretudo na região Norte. O mais comum são registros de que o “folclore” amazônico é mestiço o suficiente para apenas sabermos que ali existe a romântica contribuição da democracia racial.

Mas essa presença da população negra na região foi suprimida e relegada a segundo plano (Conrado; Campelo; Ribeiro, 2015) ou mesmo tornada uma ausência. Os movimentos de mulheres negras por aqui datam de muitos séculos, desde as Taieiras (Salles, 2004), a formação de organizações, a realização da Marcha das Mulheres Negras 2015 e da Marcha Virtual das Mulheres Negras Amazônidas em 2020, um evento que durou quatro horas no *YouTube*, apesar de toda a precariedade de conexão relatada pelas mulheres presentes (Ribeiro, 2023).

4.2 - IMAGENS DE CONTROLE SOBRE GÊNERO, RAÇA E TERRITÓRIO

É bastante comum que as pessoas busquem a si mesmas nos espaços digitais. Que façam aquele “*ego search*” para saber que rastros digitais elas têm deixado “por aí”. Os resultados e as reações a esses resultados são bastante interessantes, pois há quem celebre o anonimato, enquanto há quem faça questão da hiperexposição. São questões pessoais, cada pessoa lida como for melhor para si.

Contudo imagine você procurar palavras-chave com seus traços físicos e identidade e encontrar apenas aquilo que humilha, ofende, desqualifica ou pior encontrar uma narrativa que perdura há séculos que desumaniza, que transforma você e as pessoas parecidas com você em meros produtos de consumo? Foi essa a experiência vivida pela pesquisadora Safiya U. Noble (2021) quando ela buscou no *Google* por “meninas negras”: “fiquei aturdida”, relata a professora. A resposta foi um conjunto de imagens pornográficas envolvendo meninas negras. A experiência foi vivida em duas situações diferentes, uma em 2009 e a outra em 2011:

O que essas pesquisas representam são conceitos formulados pelos algoritmos do Google sobre uma variedade de pessoas e ideias. (...) As narrativas dominantes do Google refletem os tipos de noções e arcabouços hegemônicos que com frequência resistem às pessoas não brancas e às mulheres. (Noble, 2021, p. 36)

É isso que acontece quando se tem apenas uma empresa ou pensamento que domina a fala e a construção de verdades. As buscas de Noble continuaram e cada vez que buscava por qualquer tipo de palavras-chaves relacionadas a mulheres negras, os retornos eram negativos. A perfilação racial começava desde a ferramenta de autossugestão no buscador do *Google*, por exemplo, para a pergunta: “Why are Black people so...”, as sugestões foram: barulhentas, atléticas, preguiçosas, rudes, do gueto etc.

O trabalho que Noble propõe é a teorização sobre tecnologias desde a ótica do pensamento Feminista Negro que parte das perguntas feitas por mulheres negras em seus lugares de fala. Ela questiona as hierarquizações raciais e os estereótipos contidos nessas programações de um “sistema tecnológico que não leva em conta os significados sociais, políticos e históricos mais amplos de representações sexistas e racistas” (p. 55), mas que tenta burlar seus métodos culpabilizando o invisível, de que os algoritmos só respondem a uma demanda social, ou seja, os resultados dados pelo *site* com mulheres e meninas negras em contexto de pornografia é porque uma grande quantidade de pessoas está buscando por meninas e mulheres negras em contexto de pornografia.

Acontece que, assim como a minha geração era estimulada a pesquisar nas Enciclopédias por serem as “bíblias” do conhecimento humano, o *Google* passou a significar também um ambiente de pesquisa onde estão as informações verdadeiras do mundo. E, se meninas e mulheres negras estão o tempo todo sendo colocadas em contexto pornográfico, tal qual aconteceu com Sarah Baartman (1789/África do Sul -1815/França), corremos o risco de revitimizarmos estas pessoas nos tráficos modernos e demais violências.

Noble afirma que a extrema confiança que a sociedade tem nos resultados do *Google* é demonstração de poder que se manifesta no que Fernanda Carrera (2021a) chama de “precisão falha”. Poder publicitário, poder do capital, poder neoliberal. E, de alguma forma, nós colaboramos com a manutenção desse poder dando ao *Google* todas as nossas possibilidades de experiências digitais: nossas mensagens, nossos documentos, nossas pesquisas, e até mesmo nossa educação, já que escolas e universidades fazem uso dos serviços *Google* com fidelidade e exclusividade.

Constantemente o *Google* chama isso de “falha no sistema”, quando, na verdade, esse é o modelo perfeito de funcionamento desse sistema que não avalia os danos causados às pessoas que são alvo dessas narrativas porque não interessa reconsiderar o dano, o intuito não pode ser descrito de outra forma que não continuar alimentando as injustiças históricas em relação às pessoas que são alvo dos marcadores de opressão, típicos dos sistemas coloniais.

Patricia Hill Collins diz que o termo opressão descreve qualquer situação injusta que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso a recursos da sociedade. Raça, classe, gênero, sexualidade, nação, idade, etnia, entre outras (2019, p. 33).

Ao encontro do trabalho de Noble, temos várias e vários pesquisadores negras e negros no Brasil que também questionam esses sistemas. No que se refere aos movimentos e estudos feministas, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Luiza Bairos questionaram o silêncio e a contribuição de mulheres brancas nas denúncias às violências racistas cometidas contra mulheres negras e suas comunidades. Gonzalez parte da pergunta “Comé que a gente fica?” para denunciar como o racismo por denegação causa danos à população negra e como o racismo se constitui como uma neurose cultural no Brasil.

Eu me pergunto que deboche Lélia Gonzalez faria disso, pois ela mesma elencou esses estereótipos sexistas-racistas no Brasil ao escrever sobre a Mãe Preta, a Mulata e sobre a Moreninha. Esse é o fundamento do pensamento Feminista Negro, questionar as estruturas de raça-gênero de forma direta, sem rodeios e nomeando, da forma correta, as justificativas cínicas desse sistema racista-colonial. É como se fosse a reprogramação de um grande código de conduta para manter a ordem nos conformes hegemônicos.

Imagem de controle é um fenômeno observado e conceituado dentro dos estudos de mulheres negras e é um dos conceitos basilares do pensamento Feminista Negro no Brasil e nos Estados Unidos. É uma tecnologia que atua na intersecção das opressões de raça, gênero, sexualidade e classe para objetificar mulheres e homens negros.

A elaboração do conceito é de Patricia Hill Collins (2019) que, junto com outras feministas negras estadunidenses como Audre Lorde, Angela Davis, bell hooks, identificou como determinadas percepções racistas atingiam os direitos de mulheres negras e ameaçavam suas vidas desde a escravidão: Mammy, matriarcas desprovidas de feminilidade, mãe dependente do Estado, negra má, gostosas e vulgares: a autoridade para definir valores sociais é um importante instrumento de poder para manipular, explorar ou criar símbolos negativos/estereótipos (Collins, 2019).

Ainda que seja um conceito elaborado na experiência de mulheres negras estadunidenses, são traços tão explícitos da matriz de dominação que o “fenômeno” pode ser encontrado por toda a diáspora, conforme aponta Winnie Bueno (2020) e ela explica que as imagens de controle “são a dimensão ideológica do racismo e do sexismo compreendidos de forma simultânea e interconectada” como dispositivo para “perpetuar padrões de violência e dominação” (2020, p. 73)

São imagens traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais normais e inevitáveis na vida cotidiana. Collins chama de Economia política de dominação ao pensamento binário que dá forma à compreensão da diferença humana, entendendo que a diferença, neste contexto, é o “oposto”, “o outro” da sociedade a ser manipulado e controlado, objetificado como mulas do mundo. Ela identifica ainda que a hierarquia social, como uma dominação baseada na diferença, implica invariavelmente em relações de superioridade e inferioridade (Collins, 2019).

Analisar as imagens de controle aplicadas às mulheres negras revela os contornos específicos da sua objetificação, bem como as maneiras pelas quais as opressões de raça gênero, sexualidade e classe se interseccionam. São imagens dinâmicas e cambiantes. Cada uma é um ponto de partida para novas formas de controle em contextos transnacionais nos quais a comercialização de imagens no mercado internacional tem sido cada vez mais importante (Collins, 2019).

A pesquisadora afirma que são as instituições externas às comunidades negras, como as universidades, a mídia, o Estado, a Internet e todas as infraestruturas de comunicação, que criam, cristalizam e perpetuam imagens de controle sobre mulheres negras. Por exemplo, a sexualidade de mulheres negras figura em pesquisas e em materiais de comunicação sobre gravidez na adolescência, mas influenciam, também, as instituições de dentro das comunidades, realizando que estas reproduzam os mesmos estereótipos e narrativas de controle, inclusive acusando mulheres negras de destruírem suas comunidades.

Essas narrativas são construídas à base de estigmas, estereótipos e imagens de controle, moedas de comercialização muito comuns nas lógicas da colonialidade. Essas imagens aterraram terríveis não verdades sobre pessoas negras e, ainda assim, fizeram e fazem muito sucesso no mercado da comunicação, seja no jornalismo, na publicidade, na televisão ou no rádio, já que aspectos do comportamento desses humanos foram identificados como características comercializáveis que geraram quantias bilionárias para as grandes corporações de comunicação:

Ora, sabemos que a imagem (ou a não-imagem) da mulher, sobretudo das mulheres negras, nas propagandas tem sido questionada, debatida, estudada. Mas quanto demora para que as mudanças sejam significativas? Quanto ainda precisaremos escrever e criar alternativas? (Santiago, 2016)

Nas relações digitais, alguns comportamentos também foram enquadrados para serem comercializados. Jose van Dijck diz que a “mentalidade de big data” também parece se

favorecer das ferramentas de “medir, manipular e monetizar o comportamento humano online” (2014, p. 200). As estratégias da colonização não são diferentes para a Internet, mudam as ferramentas. Carrera inclusive reafirma que os aparatos digitais, muitas vezes, são só “mais uma ferramenta em prol do discurso colonial” e que “a colonialidade tecnológica é um sistema de manutenção de poder e dominação” (2021a) que até hoje não resolveu “o problema das mulheres em TIC” (Natansohn, 2013).

Em sua observação sobre racismo e sexismo nos bancos de imagens digitais Getty Images e Shutterstock, Carrera (2021a) analisa a forma como as imagens são tagueadas nestes bancos e os vieses discriminatórios direcionados às mulheres negras nesses *sites*. Carrera reaplica as três principais identidades estereotipadas de mulheres negras que Collins destaca: Mammy (a babá/mãe preta), Jezebel (promiscuidade) e Sapphire (agressividade). Então, nas mais de 2.900 imagens analisadas para as categorias “mulher negra” e “mulher branca”, Carrera observou quais as “réguas” aplicadas pelos bancos a cada uma, seria a mulher negra mais Sapphire do que a mulher branca?

A intenção desta análise é perceber que não somente esses bancos oferecem uma classificação de relevância que deve ser questionada (sendo responsáveis pelos produtos imagéticos e pela codificação do seu espaço), como também as escolhas de montagem e etiquetagem dessas imagens também podem empregar dinâmicas racistas e sexistas, em um processo de alimentação e retroalimentação da opressão de gênero e raça. (Carrera, 2021a, p. 17)

As respostas são: Sim. Grosso modo, a pesquisa feita por Carrera mostra que, para estes dois bancos de imagens, mulheres negras somos mais agressivas do que mulheres brancas, as babás estão associadas ao trabalho exercido por mulheres negras e, na sexualização, os resultados diferenciam um pouco, sendo que, no Getty Images, a associação surge em poucas imagens e, no Shutterstock, o estereótipo é confirmado: mulheres negras estão mais associadas à sexualização do que mulheres brancas (Carrera, 2021a).

Considero, como um marco para os estudos digitais no Brasil o ciberativismo de mulheres negras, a construção de dois espaços que foram decisivos para que nós mulheres negras estudássemos juntas e debatêssemos sobre as representações a nosso respeito: são as comunidades “Feminismo Negro Interseccional” e “Blogueiras Negras”, ambas, criadas no ano de 2012, foram cruciais para a formação política de centenas, quiçá milhares, de mulheres negras no Brasil.

As Blogueiras Negras (BN) surgem a partir de um estranhamento. Vivíamos a cultura dos *Blogs*, as Blogagens Coletivas Feministas eram um fenômeno comunicacional à parte que

fortaleciam mulheres (com acesso à Internet) de vários lugares, mas, eis que, em determinado momento, Charô Nunes olhou para os lados e viu poucas mulheres negras nessas escritas: “Onde estão as blogueiras negras?” (Neves Barros, 2020). E, desde então, ao longo desses doze anos de existência, centenas de mulheres negras se dedicaram a escrever para que juntas saíssem da invisibilidade provocada pelo epistemicídio como um dispositivo de racialidade/biopoder (Carneiro, 2023) que é mais do que o apagamento intelectual de pessoas negras, segundo Sueli Carneiro, é a afirmação da incapacidade cognitiva inata dos negros. Em resposta, escrevamos!

Destes dois projetos coletivos, vieram diversos enfrentamentos. Aos códigos de conduta idênticos aos sistemas do *Google*, como a histórica campanha da *Folha de São Paulo* contra as Cotas Raciais sobre a qual Marjorie Chaves escreveu (2014), as campanhas de *Black Friday* e a ausência de pessoas negras nas propagandas (2014, 2015, 2016), sobre a hostilidade do mercado de tecnologia para mulheres negras escrito por Barbara Paes (2016), a pesquisa de Natália Neris (2018) sobre como o racismo é debatido na Internet e sobre a colonialidade na tecnologia, o falso dilema das redes e a consequente “*inescapabilidade* do racismo e sua face mais tecnológica: o racismo algorítmico” escrito por Larissa Santiago (2020b) e a incapacidade do Brasil em superar a narrativa do povo subalterno, escrito por Ana Flávia Magalhães (2022). Entre centenas de outras contranarrativas escritas por mulheres negras nesta comunidade.

Acredito que esse movimento para o registro do pensamento de mulheres negras é uma das maiores e mais importantes contribuições do legado do BN. O feminismo negro foi e é nossa principal estratégia de comunicação no ciberativismo de mulheres negras (Neves Barros, 2020).

Nós temos trabalhado de graça para a *Alphabet Inc.*, subsidiária da *Google*, pois, se fosse possível materializar e recuperar *prints* de resultados de busca por imagens no *Google Search* feitas, no ano de 2015, poderia comprovar o que afirmo. Se fizéssemos o antes e depois, mostrar fotos das fotos sobre mulheres negras, seria possível averiguar como temos feito o trabalho deles desde 1998.

Mas considero que aconteceu durante a Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver no Brasil, cuja comunicação foi movida pelo correio nagô (Neves, 2021), a principal mudança naquele motor de busca, visto que foram feitos tantos milhares de registros nossos que fomos parar nas páginas de busca sendo mulheres (!), sendo bonitas, sendo importantes, sendo diversas, como lideranças, sorridentes, militantes, professoras, mães. Naquele buscador, viramos gente! Isso significa que estamos quites com os

algoritmos do *Google*? Basta vermos o que aconteceu com Timnit Gebru e o contexto de seu desligamento da empresa em 2002 e comando de silenciamento ao qual teria sido exposta se tivesse se calado⁷⁸.

Pesquisadoras, cientistas e programadoras negras já não são maioria nesses respectivos universos de trabalho, ao serem constrangidas e ameaçadas a não denunciar as violências de gênero e raça, nos vulnerabiliza ainda mais. Essa vulnerabilidade também nos retira das vagas de liderança no mundo da tecnologia. O relatório do PretaLab, em 2018, nos informa que não é que sejamos poucas porque não queremos atuar na área, é que o acesso é restrito.

E, se fizermos esse tipo de busca associada a territórios marginalizados? Bem, em 2020, fizemos um exercício sem tanto refinamento metodológico e busquei por Amazônia no *Instagram* e no *Google* (Neves; Santos, 2020). Os resultados foram a reprodução dos estereótipos já sinalizados aqui sobre a Região: imagens desumanizadas ou embranquecidas. Estes são alguns imaginários impregnados pela narrativa do dispositivo colonial acionado sobre a Amazônia.

Apesar de ter analisado imagens científicas sobre a Amazônia, na ocasião do mestrado (Barros, 2014), naquela época, eu não tinha observado, conscientemente, a fotografia apresentada sobre a Amazônia nestes buscadores e nas redes sociais de forma ampla. Concentrei a observação em fotografias publicadas por três instituições científicas de dentro da Amazônia (Museu Emílio Goeldi, Mamirauá e INPA) em suas páginas de *Facebook*, mas a conclusão é que, com poucas exceções, naquela época, essas instituições contribuíam, de alguma forma, com o imaginário do vazio demográfico e com a ideia de uma Amazônia bucólica.

Em outro trabalho escrito em 2020, ao verificar a repercussão das reivindicações indígenas sobre o PL 191/2020 (Neves; Santos, 2020) que versa sobre realização da pesquisa e aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas de forma predatória no auge na pandemia de COVID-19, começamos a observar quais as imagens com a *#amazônia* apareciam nas buscas do *Instagram* e, depois, aplicamos também na busca do *Google*. Ainda que nossa hipótese fosse da baixa repercussão das postagens, ficamos impressionadas com o mosaico de fotos do *Instagram*, nenhuma imagem dos *posts* sobre o PL em questão, a predominância das fotos era de pessoas brancas em paisagens bucólicas, esvaziadas, sendo a maioria em contexto de turismo. Aquele mosaico foi, ao mesmo tempo, uma grande surpresa e uma confirmação de que o repertório de códigos dessa plataforma seguia o mesmo repertório de códigos das expedições científicas realizadas na Amazônia desde o século XVI.

⁷⁸ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58507638>. Acesso em: 25 jun. 2024.

Quando fomos ao banco de imagens do *Google*, a mesma cena: páginas de fotografias de uma Amazônia única. Na verdade, eram variações da mesma imagem, semelhantes às coberturas fotográficas da revista *National Geographic* na região: rios, florestas e animais. Uma foto com pessoas em uma canoa num horizonte vazio, como se fossem os únicos humanos no lugar. Tenho pedido que as pessoas façam esse teste desde então, em todas as palestras, aulas e rodas de conversa de que tenho participado, porque a materialidade é importante.

Para as redes sociais, algumas justificativas dadas é que as pessoas não possuem o letramento adequado e por isso não usam o vocabulário certo para gerar repercussão, mas, para nós, estas imagens são como um legado racista de relatos como de Euclides da Cunha cujas impressões e opiniões passam por uma leitura evolucionista, enquadra a Amazônia enquanto terra sem história, exclui o indígena de participar da construção de uma Nação e escolhe omiti-lo da narrativa de n'À margem bem como sobre sua passagem pelo Amazonas, gasta duas linhas para falar de Manaus, a maior cidade daquele estado (Gondim, 2007).

Se a ciência e a tecnologia nunca foram neutras, já vimos que tão pouco são os códigos de computação: “algoritmos são opiniões incorporadas no código”, reproduzem “relações de poder e opressão já existentes na sociedade” que recuperam o mau hábito colonial em um “desejo comum de dominar, monitorar e influenciar o discurso social, político e cultural através do controle dos principais meios de comunicação e infraestrutura.” (Mann; O’Neil, 2016; Silva, 2022; Birhane, 2020). Desta forma, assim como Euclides da Cunha some com os indígenas e com negros, o dispositivo colonial chegou ao aprendizado de máquina, os algoritmos também somem com os amazônidas, especialmente negros e indígenas, os ambientes urbanos, os quilombos, as universidades, os saberes e as cosmovisões politeístas (Bispo, 2015).

Euclides da Cunha não evitou racializar a população originária. Agiu nos moldes do que hoje chamamos de dupla opacidade (Fanon, 2008; Browne, 2015; Silva, 2022). São as determinações de gênero e raça que influenciam definições estéticas e afetivas (Carrera, 2021), pois, quando Euclides aborda raça, é para chamar os indígenas de indolentes que só reagem ao comando de um chefe, “caboclos” e “índios” são descritos como preguiçosos, como crianças grandes e ingênuas (Gondim, 2007), tal qual Gonzalez (1984) escreve sobre a forma como o racismo age contra pessoas negras. O racismo é a grande conquista do dispositivo colonial.

O racismo está presente em toda essa estrutura romanesca, tal qual nestes anos de 2020 apenas os estrangeiros podem salvar a Amazônia como já descrito nas páginas anteriores, bem

como as imagens que hoje alimentam o imaginário digital são as mesmas que têm mantido o imaginário brasileiro sobre a Amazônia desde os tempos coloniais. Como um desdobramento da supremacia branca colonialista, o racismo algorítmico (Silva, 2022) e a imaginação carcerária (Benjamin, 2020) mantêm amazônidas não brancos e nossos territórios fixados nos lugares da ausência e da morte pela terra (Almeida, 2022). E isso também leva à desinformação sobre a Amazônia como um dispositivo colonial e os acontecimentos de dentro até a atualidade com os desmatamentos e os incêndios florestais (Botelho, 2022; Regattieri, 2020), ao apagamento, aos vieses racistas de Euclides da Cunha de que somos selvagens, preguiçosos, que não temos história nem memória, e da colonização militar de que somos um enorme vazio demográfico que são reproduzidos na dupla opacidade dos racismos em algoritmos (Silva, 2022). As narrativas criadas por essa memória colonial, as desinformações foram cristalizadas como verdades.

Maurício Neves-Corrêa e Ivânia Neves (2020) acrescentam que, em momentos importantes na região, como a Cabanagem, houve contextos de muita ebulição de ideias que “navegavam rios e mares e modificavam a forma como aquelas pessoas viam o mundo tanto no sentido político quanto religioso” (p. 128) e muitas das revoluções e insurreições aconteceram “contra emergência de uma forma moderna de colonialidade” que nos colocava à mercê de uma vigilância sistemática.

Essa vigilância sobre o que se quer da Amazônia é o que consta na história de colonização da região pelo próprio Brasil. Uma Amazônia pacata, invisível, mas fornecedora de insumos e recursos científicos, bem como de sociobiodiversidade, minérios e minerais, exemplares que enriquecem os museus de história natural e jardins botânicos. Cada visitante leva consigo uma parte da história que acha relevante para contar sobre a Amazônia e suas populações. Ao mesmo tempo que existe uma escancarada negligência para com o território, ele é também motivo de intensa vigilância e interesse aos poderes do capital, da política e da ciência.

O tráfico de pessoas negras para a Amazônia, a escravidão negra, é suprimida como parte importante da história da região. De maneira irônica, caberia ser, inclusive, o elemento que Euclides da Cunha poderia ter descrito como sendo o fator que integraria a Amazônia como parte dessa identidade nacional, pois onde se via presença negra como propriedade escravagista, via-se um projeto de nação. Sobretudo como forma de incrementar a imagem de “paraíso racial” assumida pelo Brasil (Azevedo, 1987). Mas a invisibilidade é também uma forma de controle, que, somada à “política do terror” (Azevedo, 1987; Sodré, 2015), deu formato às existências de pessoas negras por todo o país em suas múltiplas camadas de manter

a estrutura racista. As pessoas negras sempre estiveram expostas, visíveis, vigiadas, mas como peças, mercadorias de um bravo novo mundo, os “sem alma”. É o que Browne (2015) chama de “presença ausente”, é estar sem ser, sem existir em plenitude humana, é sobre ser um corpo visto e temido ao mesmo tempo (Fanon, 2008).

Um exemplo dos diálogos do campo é que, diante das reclamações das interlocutoras And e D (que são de Santarém), de que o *Facebook* só enxerga foto de turista em Alter do Chão⁷⁹, perguntei o que elas acreditavam que poderia ser diferente sobre a gente na Internet: “a gente!”. Devolvi a pergunta com: A gente como? A gente o quê? Elas me disseram: “A gentes de vários cantos da Amazônia”. E Bn complementou:

eu já ouvi um podcast, por exemplo, que era sobre o futebol da Amazônia. Não foi pra frente o podcast mas era uma proposta muito boa. Eram várias pessoas de vários lugares da Amazônia. Então tipo de tudo que era estado da Amazônia falando sobre o futebol que acontece aqui.
(Interlocutora Bn, Entrevista, 10 de dezembro de 2022)

E continuamos o diálogo. “Como é que vocês enxergam que a gente aparece na Internet? E como a gente poderia ser diferente na Internet?”, eu perguntei. E Bn continuou:

no quesito podcast, eu não vejo tanto Amazônia pelos Amazônicos. Eu vejo a Amazônia pelos outros. então eu ouço porque eu quero ver, eu quero saber da moda, porque eles tão falando da Amazônia, entendeu? Mas me dá um ranço, mas enfim (...) a galera quer te tutorar, na verdade, entendeu? “Poxa, olha as pessoas da Amazônia, estão sofrendo”, não é assim, no sentido, de tipo, “ei, galera, bora acordar, a gente tem que se informar e tal”. É “vamos mostrar a dor da Amazônia e tal” e não tipo “olha o que eles tão produzindo gente, muito legal e tal, não sei o que.”
(Interlocutora Bn, Entrevista, 10 de dezembro de 2022)

É estar presente sem ser visto. A Amazônia existe apenas para o turismo? É um tipo de ideologia que se cria e retroalimenta a respeito de determinadas regiões do mundo, como os suis globais (Vergès, 2020) da colonização ultramarina ao colonialismo digital (Faustino; Lippold, 2023) e sobre corpos que não seguem lógicas brancas. É o resultado do combo de aprendizado de máquina, algoritmos, inteligência artificial e, sobretudo, intervenção humana.

Tarcizio Silva (2022, p. 74-75) escreve que “algoritmos são sistematizações de procedimentos encadeados de forma lógica para realizar tarefas em um espaço computacional”. São treinados para funções diversas e mediam questões de interesse público

⁷⁹ Alter do Chão é um município localizado a 37 km de Santarém. É conhecido como o “Caribe amazônico”, destino de muitos turistas brasileiros e estrangeiros e, segundo o jornal britânico, *The Guardian* é a praia de água doce mais bonita do mundo. Para além, e antes disso, é uma vila habitada por populações ribeirinhas, quilombolas e demais povos tradicionais.

com sequências de instruções que podem ser feitas por um computador, uma pessoa e/ou algum tipo de autômato, complemento com Corrêa (2021).

Bianca Kremer Corrêa (2021, p. 124) explica que o aprendizado de máquina “é a prática de usar algoritmos para coletar dados, aprender com eles, e então fazer uma determinação ou predição sobre algo”. É uma metodologia cujas técnicas de alimentação de dados se dão em grandes escalas que usam padrões originais para gerar modelos a serem utilizados a fim de prever o que acontecerá com aqueles dados, por exemplo: resolver tarefas complexas e promover o crescimento econômico são os algoritmos que dão à máquina a habilidade de aprender como executar estas tarefas tendo uma quantidade de dados diversa e robusta.

Os trabalhos de Ivânia Neves (2020, 2022) e Tarcízio Silva (2022) dialogam no encontro dos sistemas: sistema colonial e algorítmico, sendo um uma nova máscara do outro, exatamente como Amador de Deus (2008) aponta a estratégia do antagonista das Herdeiras e Herdeiros de Ananse: são personas, são máscaras. Às vezes, esse antagonista usa até as mesmas roupas, porque nem sempre ele é refinado a esse ponto, outras vezes consegue se disfarçar tão bem que acabamos entregando nossas decisões e nossa autonomia porque é mais fácil. Os algoritmos vêm disfarçados de neutralidade, facilidade e praticidade, mas a verdade é que seus *inputs* de dados são uma arriscada faca de dois gumes já há muito tempo, como afirmou Natansohn:

Se a tecnologia é neutra, objetiva e imparcial, assexuada, os “problemas” para se incorporar a ela estariam nas próprias mulheres, na sua cultura, educação e valores, cheios de subjetividade, emoções e irracionalidade. O que os feminismos vêm questionar é o próprio funcionamento do sistema tecnológico e científico, a construção do campo sociotécnico a partir de uma perspectiva que não só exclui as mulheres como todos os grupos que estão fora das formas androcêntricas dominantes, suas formas de conhecimento, experiências, valores e ideologias, isto é, os já discriminados por raça, nacionalidade, cor da pele, classe social, etnia. (Natansohn, 2015, p. 258)

Van Dijck (2014) afirma que, por serem apropriados, imaginados ou modificados, os algoritmos vivem “diferentes tipos de vidas”. Para estas autoras e autor, são essas características que nos ajudam a desmistificar a falsa neutralidade tecnológica e algorítmica, visto que não há objetividade ou neutralidade nas iniciativas de armazenar, interpretar e gerir o social a partir de dados estruturados (D’Andrea, 2020). Van Dijck também questiona como estas estruturas institucionais sustentam o pensamento de *big data* que lida com a fé, a verdade e a confiança dos usuários, mas que falham constantemente já que suas infraestruturas estão interconectadas e operam pelos mesmos modelos e lógicas das estruturas coloniais.

Analiso que todo esse cenário nos traz alguns impactos muito sérios. Em relação às mulheres, por exemplo, na pandemia de COVID-19, foram relatados muitos mais casos de violência digital por transfobia, misoginia e racismo. Houve um aumento de 1.600% em denúncias de crimes *online* contra mulheres (Rosa, 2019). Muitos casos eram de invasões de aulas e *lives* ministradas por mulheres. E eram muitas situações sobre as quais as mulheres não sabiam nem como se proteger, como diminuir os riscos ou como denunciar. Vimos que algumas vezes as mulheres nem tipificam determinadas atitudes contra elas como uma violência de gênero (Natansohn; Neves; Santos, 2021).

Em relação aos territórios da Amazônia, impacta diretamente nos movimentos populares, nos direitos indígenas e na repercussão das denúncias de assassinatos e perseguições.

E, no final do dia, estamos falando de culturas também. Em 2023, ministrei uma aula sobre colonialismo digital a partir do açaí, a fruta. O objetivo era analisar como o ecossistema colonialista, o dispositivo colonial, está presente nos sistemas algorítmicos. Primeiro pedi que as pessoas (cerca de 45) buscassem no *YouTube* pela palavra açaí e me dissessem o que aparecia. As respostas foram: a música do Djavan, açaí com frutas, barca de açaí, açaí com granola, com chocolate, entre outros vídeos. Avisei para a turma que eu não tinha qualquer identificação cultural com aquele açaí porque aquele modelo de consumo não faz parte da minha vivência enquanto pessoa de Belém e, então, mostrei uma reportagem de TV que apresentava o açaí “de Belém” (porque não é só de Belém, na verdade), seu valor comunitário, seu valor alimentício e importância territorial para comunidades tradicionais. Entretanto, como nada daquilo aparecia nos resultados do *YouTube*, expliquei que a forma de consumo do açaí no Pará, Amazonas e Amapá foi substituída por uma outra narrativa digital, já que as infraestruturas e os acessos à Internet são muito mais favoráveis na Região Sul e Sudeste do Brasil. Estas facilidades possibilitaram que a classe média branca desses lugares inventasse uma verdade sobre o açaí que desqualificou a nossa cultura e esse frisson fez com que as violências que chegaram junto com a industrialização do açaí fossem ignoradas, como Paes Loureiro explica no capítulo 3 deste trabalho.

O açaí é um fruto do quintal (Moraes, 2012) compreendido como um alimento e, como tal, faz parte das refeições de centenas de famílias, é parte de uma identidade territorial, é um alimento descoberto nas culturas indígenas e ribeirinhas, consumido com outros alimentos como peixe, camarão, farinha de tapioca, farinha de mandioca e sem açúcar. Mas, naquela expedição algorítmica, esse açaí e todo o seu ecossistema tecnológico não apareceu. É exatamente o que Flávia Lisbôa escreve em seu trabalho sobre racismo linguístico contra

estudantes indígenas na universidade sobre esse desequilíbrio tecnológico: “é nada mais do que resultado de mais de cinco séculos de violenta e sistemática destruição das civilizações ameríndias” (Lisbôa, 2022, p. 17).

Mas também existe uma burguesia de cultivo colonialista na Amazônia que lucra com, que também quer e nos entrega a quem quiser levar-nos consigo, é uma burguesia que, como Fanon (2022) desvela, quer febrilmente ter contato e ser as elites, e clama por esse desenvolvimento e modernização amazônica à base de saques, com o trabalho compulsório de indígenas e negros (Almeida; Pereira, 2022).

Esta mesma fração de classe serve como indutora de processos econômicos, tem empenho de travar embates no campo da cultura, dos valores, das técnicas (Fanon, 2022) e, por seus trânsitos possíveis, monetiza a luta dos povos indígenas, da população negra, quilombola e camponesa. Ao usar suas tecnologias patronais (Costa, 2022), são os primeiros a aceitarem os pactos e entregar os territórios.

Inquestionavelmente, o racismo opera como uma tecnologia do dispositivo colonial em qualquer lugar, pois onde as pessoas negras são vistas como categoria analítica, onde “a questão do negro” é vista como fetiche, lá existe a violência racial. Bem como o patriarcado e a violência contra mulheres também são marcas nas vidas de mulheres. Mas, essas categorias operam de diferentes formas. A luta pelo direito à terra, que é liderada por mulheres negras em várias localidades na Amazônia, precisa estar centralizada tanto quanto a luta pelos direitos reprodutivos, mas seria ingênuo de minha parte não reconhecer que esses campos de luta estão andando distantes um do outro.

4.3 - SUBIR NA ÁRVORE NÃO É UMA METÁFORA: RELATOS DAS HERDEIRAS DE ANANSE DE SANTARÉM SOBRE O ACESSO À INTERNET EM SEUS TERRITÓRIOS

No primeiro encontro, na roda de conversa do dia 25 de julho de 2022, elas fizeram também relatos das realidades durante a pandemia de COVID-19. Em vista do compulsório distanciamento social, a comunicação e a interação a distância ficaram restritas ao uso da Internet. Observe que elas são mulheres negras em seus diversos exercícios profissionais, de uma região dentro do Pará cuja precariedade de acesso era ainda mais grave.

Como bem disse a interlocutora PC, são hiatos de sinal em trechos nos quais as pessoas não se comunicam por qualquer serviço de Internet, mesmo os aplicativos mensageiros mais comuns, até mesmo por SMS o envio de mensagem ficaria inviável. Eu mesma tive essa experiência na terceira viagem. Como fui de navio, ao longo do percurso, nós ficamos sem

sinal muitas vezes, mesmo ao passarmos por pequenos municípios nem sempre havia sinal ou conseguíamos sinal muito fraco apenas em determinadas posições com o celular e em algumas áreas do catamarã que não tinha *Wi-Fi* próprio. Eu perguntava aos outros passageiros sobre suas operadoras e sempre que alguém tinha sinal brincávamos dizendo que eram os premiados da vez⁸⁰. Mas percebi, inclusive, que não havia estabilidade de nenhuma operadora.

Na Roda, a interlocutora M narrou sobre a experiência e as sensações de estar desconectada da Internet, longe da obrigatoriedade de olhar o celular e das possibilidades vividas diante do contexto, que foi conhecer a história da Aldeia Caridade, que não era exatamente uma escolha, mas a ausência de infraestrutura e o quanto essa ausência impacta nas possibilidades de quem fica sem acesso:

Eu estava compartilhando que nós estivemos esse final de semana no Território da Cobra Grande, na Aldeia Caridade. Nós ficamos dois dias lá completamente sem Internet. E nós vimos o quanto é positivo para muitas coisas e quanto também nos angustiou ficarmos lá dois dias sem Internet. Inclusive, eu ia ficar mais um, eu não tinha confirmado. Porque eu ia ficar mais hoje lá. Mas nós ficamos desesperados por estarmos sem Internet, sem notícias, sem podermos dar notícia, né? Então nós falamos que é o bem e o mal uma forma de comunicação de longo alcance. Então nós chegamos à conclusão, inclusive de adoecimento dos nossos alunos por conta da Internet. O quanto vale um like, o quanto eu adoço porque alguém veio com um comentário lá no meu direct, né? Algum comentário maldoso, alguma coisa que machuca. Então, ao mesmo tempo que tem um alcance muito positivo, também pode ser devastador.

(Interlocutora M, Roda de Conversa Herdeiras de Ananse, 25 de julho de 2022)

Já na atuação profissional, como professora do Ensino Médio, a interlocutora L relatou também uma descoberta a respeito do seu próprio território e as contradições até mesmo do poder público ao disponibilizar uma verba para que a escola invista em Internet:

Em 2018, o Estado disponibilizou um recurso. Na época, nós ficamos, assim, muito felizes, né? Fazer parte do conselho escolar. E, poxa, Internet. Os alunos vão ter acesso. Que bacana. Aí caiu o recurso. Aí ficamos felizes e tal. Aí, quando a gente foi para estudar, de fato, a realidade das escolas de ensino médio. A gente tem quatro escolas. Três escolas de ensino médio e

⁸⁰ Nesta viagem, eu fiz uma lista de transmissão para dar notícias às pessoas: família, amigos, a orientadora, a Yalorixá, a fisioterapeuta e os amigos da Igreja Católica, amigos da militância comunista, do movimento feminista e dos movimentos de mulheres negras e, inclusive, uma das interlocutoras também estava na lista que se chamava: Fofocas da Thica. As mensagens iam para todo mundo que me pediu notícias da viagem. Revisitei a lista e revi os hiatos sem sinal, porque mandava para a lista notícias dizendo “Ficamos sem sinal desde tal hora” e eram horas bastante longas, em torno de 10 horas e, quando conseguíamos sinal, muitas vezes só dava tempo de dizer “estou bem” e já perdia o sinal novamente, quando era favorável, cheguei a mandar fotos do trecho. A lista ficou ativa de 13h48 do dia 16/11/2022 até 6h44 do dia 19/11/2022, quando cheguei em Santarém.

uma tecnológica, que é a ETEPA. Daí, a gente foi perceber. A gente não tinha laboratório. A gente não tinha computadores. O que a gente ia fazer com esse recurso que ele veio destinado a ser aplicado? Nós compramos um pacote de Internet. Fizemos um contrato anual, na época, com o provedor de lá. E aí, quando a gente adquiriu esse pacote, mal dava para fazer o serviço de secretaria. Precário o sinal, assim, terrível. E aí, a gente tinha que ficar solicitando e encaminhando ofício o tempo todo. E até tivemos que comprar mais megas para poder as meninas conseguirem trabalhar na secretaria. Aí, não foi pra frente.

(Interlocutora L, Roda de Conversa Herdeiras de Ananse, 25 de julho de 2022)

Esse é um explícito cenário de decisão política que violenta comunidades que são negras, tradicionais e que são duplamente vulnerabilizadas. Ela relata que o cenário agravou ainda mais na pandemia:

Aí, quando veio a pandemia, nós tivemos que usar da Vivo. Os alunos das comunidades não tinham acesso. Saiu de Monte Alegre, saiu assim 15 minutos, já não pega sinal. Da comunidade já pra lá, já não tem mais sinal. É assim lá. E aí, como que essas pessoas iam ter acesso, né? O que a escola fez? A escola imprimiu, fez de três modos, assim: Os alunos que podiam acompanhar as aulas virtuais, acompanhavam. Os alunos que poderiam buscar na escola o material, os cadernos de exercício impressos, iam. E aqueles que poderiam baixar o caderno virtual pra responder em casa e entregar na escola. Nós tivemos alunos que subiam em árvore pra baixar o caderno digital. Isso passou no fantástico. Absurdo o que eles faziam. Nós tivemos estudantes que a gente mandava dinheiro, a gente fazia coleta pra eles comprarem crédito da Vivo, sabe? De 15 reais, de 10 reais. Do interior, pra eles poderem fazer as atividades. Então, tinha muitos alunos que não podiam ir na escola, por várias razões. Luto, a família doente, eles estavam doentes. Sem condições, porque pra se deslocar, gasta, né? Tem que pegar transporte, tem que pagar moto. Então, são muitos problemas assim.

(Interlocutora L, Roda de Conversa Herdeiras de Ananse, 25 de julho de 2022)

Em um dos momentos de maior tragédia social para muitas dessas pessoas, em um momento no qual elas precisavam de amparo, de infraestrutura, de possibilidades e de caminhos, o Estado não consegue atender suas comunidades porque desconhece a realidade das famílias que estão invisibilizadas, desumanizadas. Diante de tanta dificuldade, o que acontece? As pessoas desistem de tentar:

Nós tivemos um número alarmante de estudantes desistentes. Estudantes que abandonaram por várias razões. De falta de acesso, de questões sociais bem prejudicadas, de doenças. Então, muitas questões assim. Mas, quando a gente parou pra perceber o quanto que o Governo parece ... que é um Estado que está deslocado do próprio Estado, não conhece a realidade das escolas, não conhece a realidade dos estudantes, dos professores, não conhece. Nós tivemos professores também com problema de Internet. Não é

só aluno. Mas é diferente, porque o professor pode pagar um pacote, diferente da realidade do aluno. Mas, é muito triste a gente se deparar com isso.

(Interlocutora L, Roda de Conversa Herdeiras de Ananse, 25 de julho de 2022)

Alguns meses depois, na aula que ministramos para a Ação Educativa, esta mesma reflexão ressurgiu:

A gente tem pensado em como que foi a educação, por exemplo, nesse momento de pandemia. Como que foi acessar a plataforma, como que foi trabalhar. A gente não estava habituada a trabalhar. Como que foi para os estudantes, né? E foram diversas situações bem difíceis mesmo. E para a saúde de muita gente também. Na escola. Estudantes.

(Luane Fróes, aula para Ação Educativa, 26 de setembro de 2022)

Então os impactos das violências dos sistemas coloniais precisam ser profundamente desdobrados quando falamos em violências de gênero, raça e território. Não ter acesso também significa desistir de caminhos e alguém deveria ser responsabilizado por isso, ou recairemos sempre no inimigo invisível, a culpa do racismo é da estrutura e ela não é um sujeito. Não adianta generalizarmos uma Amazônia quando lemos as estatísticas de conectividade significativa, por exemplo, pois é de vidas que estamos tratando:

E foi exatamente isso que a professora falou. De que território nós estamos falando? Falar do território de como mãe, de como professora, de que lugar é esse que a gente está falando. Mas, de um modo geral, a nossa fala acaba se aproximando exatamente por isso. Pela precariedade, pela falta mesmo de vontade do próprio Estado. Esse não desejo, esse não cumprimento do acesso, da aproximação do nosso direito. É um problema que a gente precisa olhar com muito cuidado.

(Interlocutora L, Roda de Conversa Herdeiras de Ananse, 25 de julho de 2022)

Amador de Deus (2008), Gonzalez (1984) e hooks (2019) mostram como o racismo atravessa as relações estabelecendo hierarquias de poder por meio de imposições físicas e simbólicas de estigmas que contribuem para a criação e manutenção de sistemas de controle sobre sujeitas e sujeitos racializados. As pesquisas que analisam essas relações na cultura digital, e que centralizam experiências racializadas, têm apresentado que a forma de vigilância mais tradicional em contextos racistas é justamente o controle do trânsito de pessoas não brancas por diversas esferas (Browne, 2015; Trindade, 2020; Corrêa, 2021).

As sequelas são os adoecimentos. Adoecer foi uma fala muito comum entre elas. Inclusive, uma das minhas interlocutoras não participou dos outros encontros porque acalmou,

saiu de cena, tamanha a violência racista contra seu corpo-território. Ela não conseguia mais sequer olhar o próprio *WhatsApp*, nem ver redes sociais, nem sair de casa, sem sentir que seria violentada pela precariedade. Não a perdemos de vez porque, como herdeiras de Ananse que somos, ela não foi abandonada.

No próximo capítulo, a partir de uma provocação de Lélia Gonzalez, abrimos algumas abas do debate sobre apropriação de tecnologias digitais ou das TICs sob a ótica de perspectivas que vêm do contexto comercial até a identificação de que faltam estudos feministas e negros no Brasil sobre o campo, apesar de termos uma rede latino-americana que já é sólida e vem publicando sobre o assunto desde os diversos países deste Sul Global. Em seguida, as categorias que importam nas experiências das herdeiras de Ananse e, então, como elas têm armado quizumbas nessas apropriações.

5. TÁ ARMADA A QUIZUMBA: APROPRIAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS E AÇÃO AFIRMATIVA

I - Cumé que a gente fica?

... Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente prá uma festa deles, dizendo que era prá gente também. Negócio de livro sobre a gente, a gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até prá sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu prá gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinando um monte de coisa pro crioléu da plateia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava prá abrir um espaçozinho e todo mundo sentar juto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega prá cá, chega prá lá. A gente tinha que ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso. Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela prá responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. **Tava armada a quizumba.** A negrada parecia que tava esperando por isso prá bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava prá ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente prá festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discurseira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa prá gente da gente? Teve um hora que não deu prá aguentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu prá cima de um crioulo que tinha pegado no microfone prá falar contra os brancos. E a festa acabou em briga...

Agora, aqui prá nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes... Agora tá queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é à toa que eles vivem dizendo que “preto quando não caga na entrada, caga na saída”...

(Lélia Gonzalez, 1984, p. 223. Grifo meu)

As repetições de algumas fotografias cansam, deveriam cansar, algumas repetições deveriam ser estranhadas. O trecho acima é o prólogo do artigo “Racismo e Sexismo na cultura brasileira” de Lélia Gonzalez (1984). Tenho assumido esta cena como uma representação de um “banquete do mito da democracia racial” e o grifo feito no texto é para destacar e deslocar Quizumba como um movimento de negritude contra o dispositivo colonial pelo caráter de insubordinação e desobediência, uma manifestação de resistência à tutela e ao silenciamento compulsório nas relações de poder. É o estranhamento diante da repetição que leva à indignação.

Esta análise está apoiada nas contribuições de Ivânia Neves (2015, 2020) e Flávia Lisbôa (2022) cujos trabalhos são fundamentados no conceito de dispositivo elaborado por Michel Foucault e na divisão de quatro linhas proposta por Gilles Deleuze para o conceito de dispositivo: “visibilidade”, “enunciabilidade”, “subjetivação” e “força” (atribuindo a cada uma um papel determinante no funcionamento dos dispositivos de poder).

Se, para Foucault, o dispositivo é o controle social aplicado em instituições, leis e relações sociais e tem relação direta com o jogo do poder, então o dispositivo colonial pode ser entendido como as estratégias disciplinadoras para a manutenção dessa ordem, do controle dos que sempre estiveram no poder, para a criação e manutenção de verdades únicas sobre o mundo, com isso estabeleceram quais línguas, quais religiosidades, as humanidades e as hierarquização de vidas, corpos e territórios. Aquele sistema colonial deixou, como legado, a colonialidade como método para o funcionamento social que segue reforçando os mesmos valores e esquemas predatórios, dizimando as etnicidades e controlando acessos (Neves, 2015; Lisbôa, 2022).

Neves vem trabalhando o dispositivo colonial desde 2009. Retoma-o em 2015, 2020 e 2022 e situa a elaboração do conceito a partir dos dispositivos do poder colonial como os acontecimentos em torno dos 400 anos da fundação de Belém (2015, 2020), os incômodos, as violências, a memória por trás da reclamação do apagamento das etnicidades em supervalorização a um apego colonial, do título de Paris na América. Lisbôa (2022) trata do ingresso e da permanência de estudantes indígenas na Universidade pública e os racismos linguísticos que eles enfrentam apesar das ações afirmativas que lhe asseguraram o direito de acessar estas instituições.

O controle de quem sabe e de quem fala, ou de quem deve se sentar ao centro da mesa, o poder de decidir quem se apropria das tecnologias são dispositivos do poder colonial. Mesmo o entendimento do que é tecnologia passa uma determinação conceitual hierarquizada por quem tem o controle da comunicação. Um exemplo disso é que, no segundo encontro com

as Herdeiras de Ananse, no momento que nomeio como Infraestruturas de Afeto, baseada em outras experiências, quando pedi que cada uma fizesse o esforço de se lembrar qual foi a primeira tecnologia com que teve contato, expliquei que tecnologia não se restringe ao celular, computador e demais aparelhos digitais.

Outro exemplo, em oficinas sobre cuidado e segurança digital, recorrentemente, mulheres negras, depois dos 50 anos, se consideravam como analfabetas digitais, mas não só elas, muitas mulheres mais jovens também se definiram dessa forma. Foi assim com a interlocutora Mar que se disse analfabeta digital e dediquei um tempo da entrevista com ela e com a interlocutora S para discutir essa autodeclaração como uma violência imposta pela colonialidade, pois Mar entende de outras tecnologias e, especialmente, aprendeu a técnica dos sabonetes, enquanto S, porque teve outros tempos e possibilidades, lidava melhor com essas ferramentas digitais, mas aprendia com Mar a fazer os sabonetes e ambas compõem o Mundo dos Sabonetes.

E quanto mais negra e mais indígena são as mulheres, mais violentas são as relações de superioridade e de inferioridade. O dispositivo colonial do silenciamento e da infantilização que trata a pessoa negra como um outro que não fala por si é muito bem estruturado (Neves, 2022). É o que Lélia Gonzalez também denuncia no artigo que abre esse capítulo.

Não somos tecnologicamente incompetentes (Natansohn, 2013), não somos analfabetas, muito menos precisamos de demonstrações infantilizadas para que entendamos sobre Internet e as tecnologias digitais. Não é de hoje que lidamos com sistemas complexos, com métodos e processos rigorosos para fazer funcionar algum dispositivo. Nós conhecemos o tipiti e conhecemos o celular. Somos capazes de operar ambos, com uma diferença: para nos apropriarmos do tipiti, enquanto tecnologia, precisamos dominar o ponto da palha.

Tal qual a *neguinha da quizumba*, as Herdeiras de Ananse também acreditam que têm muita coisa errada acontecendo nesses banquetes que criam avatares de democracia racial apenas para assumir novas personas, tanto quanto falseiam uma democratização da comunicação, pois, para que todos participem, é preciso arredar as cadeiras de forma que estejamos ao centro da mesa.

Armar a *quizumba* é também uma forma de incomodar a neurose cultural brasileira – o racismo – que é reproduzida estruturalmente também nos acessos, usos, apropriações e no debate público da cultura e comunicação digital: pessoas não brancas são chamadas ao consumo, são enquadradas em padrões de vigilância, mas não são convocadas ao debate das infraestruturas e da democracia digital, até mesmo para os selos de “conta verificada” das plataformas digitais. O que é reproduzido: fala-se desses grupos sem considerá-los como

sujeitos e sujeitas. E isso interfere diretamente nas experiências destas pessoas com o aparato tecnológico, sobretudo no que envolve os direitos digitais.

O dispositivo colonial está presente nas mesas brancas com exceções negras, tanto quanto nas câmeras de reconhecimento facial que só encarceram pessoas negras. São camadas de relações de poder que estão muito bem elaboradas. Por isso, debater sobre tecnologias digitais com mulheres negras amazônidas é um passo seguido da formação coletiva e da provocação ativa para que essas mulheres venham contar essas experiências desde o Baixo Amazonas, desde a Pérola do Tapajós, desde seus lugares e movimentos.

Já entendemos que o processo de apropriação das tecnologias digitais passa pelos dispositivos, por etapas, por condições, mas é preciso incluir as experiências que surgem em diferentes territórios. Não adianta dizer que conhece a gente mais do que a gente mesmo, que nós somos oprimidas e lançar livro sobre a gente, nós vamos reclamar e vamos reivindicar. Se sabem tanto, por que não nos permitem o acesso aos baús de dados sobre perfis de usuários de Tecnologias da Informação e Comunicação e do acesso e uso da Internet?

5.1 - DESDE OS DEBATES SOBRE APROPRIAÇÕES DE TECNOLOGIAS DIGITAIS

A apropriação tecnológica é também pela possibilidade de escolher abrir mão. Mas só podemos abrir mão, como escolha, se tivermos a possibilidade de escolher. Portanto, não usar porque é caro, porque é precário ou porque não é amigável, não é uma escolha, é uma exclusão. E refutar o lugar de ser ou estar excluído de algo é também apropriar-se.

E precisamos conhecer mais profundamente quem são “os excluídos digitais”. Para nós, pesquisadoras e pesquisadores negros, que estamos buscando conhecer a fundo o que nos dizem os dados das pesquisas para além dos percentuais, para compreender as especificidades de nossos lugares, temos urgência! Por isso, Mariana Gomes e Maiara Stefany (2022) fizeram exatamente o que fez Ananse quando foi a Nyame: enxergaram o problema, fizeram os percursos metodológicos, cumpriram as tarefas, acessaram o baú e escrevem para contar a história sobre quanto tempo estamos aguardando para saber quem é o “sexo feminino” que acessa a Internet, onde estão essas pessoas, com que trabalham, cuidam de quem, quem são zona rural e a zona urbana de cada região, apontam as hierarquias patriarcais:

Ao debruçar-se sobre os dados de raça, gênero e território nas pesquisas de acesso à Internet no Brasil, é possível compreender os obstáculos em promover a Internet como direito fundamental no país. A partir de nossa atuação no ecossistema de governança da Internet, também é notável o aumento dos debates que consideram estes aspectos, presentes nos variados perfis da população brasileira, os quais são

muitas vezes colocados como “o debate da diversidade” no campo. Menciona-se, ainda, que alguns trabalhos adotam uma perspectiva crítica sobre a categoria “gênero”, a qual não poderia ser considerada como categoria principal de organização ou reivindicação da diversidade para usufruir da Internet como direito. (Gomes; Stefany, 2022, p. 10)

Não conhecer limita nossa ação. No trabalho dos cuidados digitais, tenho observado que, para muitas mulheres, o domínio dos aspectos técnicos passou a ser uma angústia e não saber operar um *smartphone* ou determinadas configurações das redes sociais faz com que elas se chamem de “analfabetas digitais”. Foram dezenas de falas com esse teor nos últimos quatro anos (2020-2024). Diante das repetições desses relatos, comecei a abordar esse assunto durante as formações, ao mesmo tempo que passei a mostrar domínios que elas têm em ferramentas muito mais complexas do que um telefone celular ou a Internet.

O determinismo tecnológico virou outra camada das desigualdades sociais ao tirar, ou manter afastadas, muitas mulheres negras que não tinham familiaridade com estes dispositivos. Então, antes de abordar como configurar uma senha segura, vamos pensar em dinâmicas de cuidados já desenvolvidas em cada rotina, e como elas dominam esse assunto.

Indo à prática comunicacional e pedagógica da apropriação de tecnologias digitais e Internet, é possível encontrar muitas metodologias que propõem caminhos ou etapas sobre como as pessoas se apropriaram das ferramentas e da linguagem computacional, especialmente em contexto escolar.

A pesquisa *Apple Classrooms of Tomorrow* – ACOT (Apple, 1991)⁸¹ identificou cinco etapas nesse processo: 1) Exposição, 2) Adoção, 3) Adaptação, 4) Apropriação e 5) Inovação: Professores são **expostos** ao uso de tecnologias digitais e iniciam o processo de exploração dos recursos, é nessa etapa que identificariam as competências necessárias para seu uso, compreendendo as técnicas essenciais. No momento seguinte, ao sentir-se confortável com alguns recursos básicos, o professor passa a **adotá-los** em algumas práticas. Na **adaptação**, tem início um processo de identificar como o recurso pode ser mais bem utilizado para possibilitar um aprendizado mais eficiente por parte de seus alunos, como vídeos ou pequenas simulações em suas apresentações. Em seguida, o professor passa por um momento de

⁸¹ Essas etapas estão bem explicadas por Lilian Bacic (2018) em: <https://lilianbacich.com/2018/08/09/etapas-de-apropriacao-das-tecnologias-digitais/>. Mas as professoras Ludhiana Bertocello e Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida (2010) explicam que “o projeto *Apple Classrooms of Tomorrow* (ACOT) é uma experiência americana de integração das tecnologias em sala de aula muito conhecida entre educadores. O projeto do ACOT se tornou uma referência, principalmente, pelos muitos princípios epistemológicos desenvolvidos ao longo do curso do projeto que durou 10 anos (1985 a 1995). Atualmente, o projeto retoma sua proposição em uma segunda fase como ACOT2, com a finalidade de reavaliar, refletir e rever a integração de tecnologias nas salas de aula de hoje”. Em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212010000100004.

apropriação e passa a atuar de forma mais crítica ao selecionar o que utilizar, avalia o potencial pedagógico dos recursos e passa a desenvolver projetos que ampliem o uso do recurso digital. Por fim, o processo de **inovação**, em que a criatividade e a integração das tecnologias digitais às práticas pedagógicas expandem a aprendizagem dos alunos.

O ACOT2 envolve as habilidades de estudantes, seu desenvolvimento como cidadão que subentende a apropriação de habilidades (chamadas habilidades tangíveis e habilidades intangíveis) (Figura 25) e exigências como interdependência e consciência global, alfabetização em meios de comunicação e alfabetização cívica, autodireção e responsabilidade (Apple, 2008).

Figura 25 - Mapa mental ACOT2



Fonte: Pesquisa ACOT2

São duas pesquisas sobre apropriação desenvolvidas por uma das empresas que compõem a GAFAM. É um pensamento de norte global branco que transforma processos em hierarquias. Não que a pesquisa da *Apple* sugira que essas etapas acontecem de forma linear, entendo que é a organização do processo com a diferenciação de cada momento para o grupo de professores e estudantes que foram observados. Mas o que mais chama atenção é que a etapa nomeada como apropriação, o uso crítico está relacionado apenas às escolhas técnicas, não à noção tecnopolítica de autonomia.

Nessa expectativa, as respostas das pesquisas ACOT quanto à raça, gênero, classe social, territorialidades são categorias que somem dos nossos olhos e tanto a Internet quanto os “recursos digitais” são tão positivos que o estímulo é que, para estar ali naquele grupo, é preciso fazer igual, ignorando qualquer contexto. As violências não são mencionadas, as barreiras não são mencionadas, as relações de poder não são mencionadas. Mas o fato é que

não importa o quanto digital nós sejamos, os problemas de desigualdade racial, de gênero, classe e território, persistirão (Nakamura, Chow-White, 2012).

Também em contexto estadunidense, mas com a visão da participação da população negra nesses processos, Rayvon Fouché (2006), um estudioso da *black vernacular technological creativity*, pontua que, apesar das várias críticas, ainda assim a população negra é diariamente estimulada para ver apenas as positivities das tecnologias digitais e como elas podem facilitar suas vidas: “narrativas tecnológicas progressivas aparentemente sem fim e autorregenerativas” (Fouché, 2006, p. 640), entretanto a forma como essas tecnologias afetam as vidas de afro-americanos são subexaminadas: “Esta retórica edificante tem ajudado a ofuscar as relações claramente adversas que os afro-americanos têm tido com a tecnologia” (*idem*). Não é por acaso que nos debates sobre as novas tecnologias de reconhecimento facial, a mira seja em pessoas negras, pois são os corpos-problemas que precisam ser vigiados e controlados o que resulta no fato de que 90% das pessoas presas por reconhecimento facial, no Brasil, são pessoas negras (Nunes, p. 2019).

Em uma perspectiva latino-americana, a Red de Investigadores de la Apropiación Tecnológica (RIAT) disponibiliza vários estudos sobre a temática em países latino-americanos. Para Morales, a apropriação não é um conceito romântico, pelo contrário, “a apropriação não é apenas um ato cuja substância é meramente subjetiva, mas também material e objetiva. É possuir (ou dispor), é saber, é agir e é usufruir” (2009, p. 13). Todavia, sabe-se também que estes processos de “empoderamento” coexistem dramaticamente com vigilância política e econômica e “uma parte altamente significativa do esforço de produção econômica em nível planetário está voltada para a criação de dispositivos de circulação e vigilância discursiva” (Morales, 2018, p. 30).

Morales trabalha com dois tipos de categorias: [1] Objeto, para o qual elenca: Conhecimento (superar a ideia do objeto como caixa preta), Reflexividade (colocar a tecnologia no contexto dos projetos humanos de forma que contribuam para o seu desenvolvimento), Competência (capacidade de interpretar e usar de forma pertinente o significado social das diferentes variedades linguísticas na situação de comunicação) Uso (o uso em si, como, quanto, quando e para que) e a Gestão (tomar decisões sobre como adquirir, combinar, modificar, manter, atualizar, substituir ou excluir um objeto e /ou seus componentes integrados ou convergentes). E [2] Significações, que segmenta como: Elucidação (interpretação das mensagens e seus componentes de forma que se possa pensar alternativas às situações sociais em que estamos inseridos), Interatividade (capacidade criativa e produtora de quem usa), Interação (ação coletiva) e Projeto (o anseio político). A partir dessas

categorias, Morales faz uma proposta conceitual sobre apropriação tecnológica:

A apropriação refere-se, então, às práticas pelas quais os sujeitos, tendo feito uma elucidação sobre as determinações econômicas, sociais e ideológicas impostas pelos objetos tecnológicos que os cercam, expressam no uso competente desses objetos, sua liberdade de adaptá-los criativamente aos seus. necessidades, no quadro da construção de projetos de autonomia individual e coletiva. (Morales, 2009, p. 21)

No Brasil, os debates sobre inclusão digital, apropriação tecnológica e conectividade significativa têm caminhado juntos no campo da Governança da Internet.

Em 2015, professores de Ensino Fundamental da rede pública no país acreditavam que “a tecnologia utilizada em sala de aula pode melhorar a Educação” e, desde lá, “o governo disponibiliza tecnologias para as escolas e muitas vezes não disponibiliza formação para a utilização dessas novas ferramentas”. Esse é um processo que não deveria ser de uma mera adaptação às novas ferramentas, mantendo o mesmo modelo de escola tradicional (Ziede *et al*, 2015, p. 02-03). A pesquisa de Ziede *et al* (2016) feita na área da Educação e tendo professores de escolas da educação básica como seus interlocutores:

Revela um pouco da complexidade, das perplexidades e das contradições que resultam das tentativas de aproximação entre as escolas – através dos professores – e as tecnologias. Revela também que temos um longo percurso a caminhar, caso queiramos construir uma escola do nosso tempo, uma escola em que os hábitos e costumes midiáticos dos estudantes sejam concretamente contemplados nos projetos políticos pedagógicos e assentados dinamicamente nos currículos e planos de ensino. (Ziede *et. al.*, 2016, p. 9)

O debate sobre apropriações tecnológicas é extenso, denso e com muitas perspectivas. Entre os fios condutores que dialogam com este projeto está Susana Morales que investe anos de pesquisa coletiva sobre o campo sem desassociá-lo da Comunicação. É com Morales que inicio o meu próprio entendimento sobre a dimensão comunicativa da apropriação tecnológica bem como sobre a dimensão da própria apropriação que, inclusive, jamais deve ser pensada no singular.

Compreendo que a apropriação tecnológica passa também por aquilo que Maldonado-Torres (2019) diz ser “a mais básica expressão do giro decolonial” que é a “atitude”, ao que eu acrescento uma ponderação: é preciso oportunizar que estas atitudes aconteçam e sejam reconhecidas para fora das perspectivas capitalistas e coloniais, apropriação tecnológica não deve seguir uma cartilha de métodos ou um tutorial de passo a passo.

Coincidentemente, quando fiz a entrevista com as interlocutoras And e D, elas estavam

participando de uma formação tecnopolítica, mas com muita dificuldade de compreender tantas nomenclaturas estranhas a quem não é da área e sem qualquer atenção para essas dúvidas. Depois que conversamos a respeito desses conceitos, ambas compreenderam que são assuntos sobre os quais elas discutem nas áreas em que atuam. Também nessa conversa, aproveitei para saber se conhecem e usam *software* livre: não usavam; perguntei quais aplicativos mensageiros e redes sociais que mais usam: *Instagram* e *WhatsApp*. As duas que estavam participando do curso de tecnopolíticas estavam usando o *Telegram* por causa do curso, mas não tinham familiaridade.

Voltando a Morales (2019), a pesquisadora tem discutido as chaves para a apropriação a partir dos direitos e dos rastros digitais e a importância de entender como atuam os códigos dos algoritmos e pretende com isso que as ideias de apropriação das TICs cada vez mais ultrapassem apenas o letramento do aparato tecnológico, para que seja possível aos usuários compreenderem por onde passam seus dados pessoais e sua intimidade. E questiona se ainda é possível acreditar que os usos das TICs representam uma porta que conduz à apropriação e ao empoderamento. Ela alerta que é preciso ter cuidado com o atrelamento da apropriação com os usos, visto que as gigantes das tecnologias estimulam cada vez mais o uso e o consumo sem que isso necessariamente passe pela apropriação, sobretudo se considerarmos que apropriação é também a possibilidade de intervenção: “devemos também considerar que é um direito saber de que tecnologia é feita, como funciona, para que serve, a quem é útil, quais são suas consequências para cada um de nós e para a sociedade (Morales, 2019, p. 40).

Foi a partir do contato com essa ponderação de Morales e também porque na Rede Transfeminista de Cuidados Digitais trabalhamos exatamente na perspectiva de que não adiantam processos de aprendizagem tecnicistas, como também não adianta despejar conteúdo em nossas comunidades sem que isso faça sentido, trago como hipertexto o trecho de um roteiro de oficina sobre apropriação tecnológica elaborada por mim, realizada em Belo Horizonte pelo Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS BH) e centrada na metodologia transfeminista de infraestruturas de afeto, isto é, nas pessoas. Na abertura da oficina, em um momento que costumamos chamar de “Mística”, usei Ananse como ponto de partida:

Módulo “Apropriação tecnológica em comunidades”
Proposta para IRIS
Facilitadora: Thiane Neves Barros

1. Mística de abertura

1.1 Contação de história: Ananse e o baú de histórias.

2. E nós, quais são nossas histórias com as Tecnologias?

2.1 As tecnologias que nos antecedem: Pedir para colocarem na roda a memória da(s) primeira(s) tecnologia(s) com que tivemos contato na vida.

2.2 Conceituar o que são tecnologias de cuidado e tecnologias predatórias. 2.3 Em grupos, debater e registrar em papel: Quais dessas tecnologias nós associamos ao cuidado com as comunidades e quais são predatórias? Existe alguma que fique na coluna do meio?

3. Qual a importância das tecnologias para nossos territórios?

3.1 Quais são nossos territórios? Por onde transitamos e quais os rastros desses nossos movimentos?

As apropriações de tecnologias digitais não podem passar por uma visão simplista e binária sobre inclusão e/ou exclusão digital. Os aprendizados humanos, ou mesmo da máquina, podem ser alimentados com códigos mais complexos que vão além de apertar o botão de *on/off*.

Outro exemplo de nosso trabalho em campo são oficinas sobre cuidados digitais onde o acesso à Internet é tão restrito que é quase inexistente, como no Quilombo Oxalá de Jacundaí, que integra o Território de Jambuaçu, no município do Moju/PA. Na sala de aula de uma escola da comunidade, fizemos as primeiras discussões sobre tecnologias, cuidados, senhas, sequestro de dados, vigilância e inovação tecnológica a partir da gramática própria da população que vive ali: um assobio, um sino, a tradição com as palhas, a produção de condicionador orgânico para o cabelo, entre outras descobertas que fizemos juntos. Só depois é que, de fato, fomos à prática dos cuidados e da aplicação da “cisma” como um método de redução de danos. Nessa ocasião, tratamos de assuntos demandados pelo grupo presente: *Pix*, *WhatsApp* e *Facebook*. A Internet na comunidade é bastante restrita, funciona com um *Wi-Fi Rural* que é pré-pago, ou seja, nós pagamos um valor para um determinado tempo de uso. Tivemos uma avaliação muito positiva da comunidade, pois mais importante que um processo conteudista, vale acionar o olhar, o pensamento e o uso crítico das ferramentas digitais.

Também para o IRIS colaborei na revisão do relatório “Apropriação tecnológica no Brasil: Uma perspectiva do Sul Global: Uma perspectiva do Sul Global sobre inclusão digital e empoderamento de comunidades” (Gomes *et al*, 2023). No documento, a organização explica que considera que “a inclusão digital se relaciona a três elementos essenciais: acesso à Internet, letramento digital e apropriação tecnológica” (p. 6). No compilado de trabalhos que compõem o relatório, é possível observar como o campo vem se construindo no Brasil. Na primeira década dos anos 2000, a perspectiva era de que a inclusão digital seria a grande revolução, a maior transformação cívica. Contudo, nesta segunda década, temos análises mais

voltadas para o entendimento de que a apropriação tecnológica precisa ser considerada a partir da compreensão que as pessoas têm dos impactos sociopolíticos das tecnologias digitais e da Internet. Ao final da revisão, diante da leitura dos escopos dos trabalhos que compuseram a revisão bibliográfica do relatório, senti que, no Brasil, ainda precisamos de mais estudos feministas racializados.

Para que a democracia digital deixasse de ser um mito, seria primordial que as pessoas conhecessem os meandros desses processos comunicativos, da propriedade e do sequestro de seus dados, do consentimento, pois como diz Maldonado-Torres (2019, p. 42): “as visões de mundo não podem ser sustentadas apenas pela virtude do poder. Várias formas de acordo e consentimento precisam ser partes dela”. Acontece que, como afirma Ricaurte (2019), o que está em voga é uma matriz de dominação em estreito diálogo com a colonialidade do poder que se reproduz nas relações digitais e num regime centrado em dados, já que um conjunto de processos que determinam a coleta, armazenamento, acesso, análise e uso de nossos dados são controlados de forma violenta estimulando a acumulação de capital e concentração de poder.

A apropriação não pode partir de soluções individuais. Não podemos afirmar que a apropriação das tecnologias digitais parte do fornecimento de sinal como se habituou pensar na inclusão digital (Tresca, 2022), oportunidades e hierarquizações de saberes que dividam comunidades em relações de poder, como as *lan houses* que funcionaram como espaços coletivos (Tresca, 2022) e, em alguma medida, como formação de comunidades e muitas pessoas da minha geração deram seus primeiros passos nessas casas, ainda na época do disquete.

5.2 - CATEGORIAS QUE MOVIMENTAM AS APROPRIAÇÕES DAS HERDEIRAS DE ANANSE

Quando terminei a releitura desse debate, não sabia o que mais poderia escrever para reforçar as reflexões. As interlocutoras deste trabalho dizem tanto e refletem tanto e trouxeram questões que me fizeram sair dos roteiros todas as vezes. É notório que todas as demandas levantadas por elas, desde o uso da Internet por crianças, como relatou a interlocutora M, até as conectividades significativas, como relatou a interlocutora Mar, estão no cerne dos debates no campo da Governança da Internet, dos Cuidados Digitais e da Apropriação Tecnológica.

A apropriação começa na participação e por participarem ativamente da construção social de Santarém refletem também sobre as tecnopolíticas, sem que usem esse nome e esse

conceito, portanto, é preciso também respeitar as linguagens antes de tudo. Compreender o território influencia na percepção tecnopolítica, tem potência para romper ciclos de violência.

Então, como resultado de todo o nosso processo, identifiquei que cinco categorias são centrais para a apropriação das Herdeiras de Ananse. Elas estão enumeradas a partir das minhas lentes, conforme fui sendo enredada por elas, pelo nossos encontros, fosse nas entrevistas ou na mesa do bar ou em um café, inclusive pelas muitas possibilidades de sonhar com o futuro que já está em curso.

1. Categoria: Território e Territorialidade

Aparecem como duas categorias comunicativas interligadas tanto para analisar as potências quanto as impossibilidades dos acessos à Internet por parte dessas Herdeiras de Ananse. Ser de Santarém, região do rio Tapajós, Baixo Amazonas marca praticamente todas as falas sobre enredamentos, acessos, usos e estratégias possíveis.

Seja o território como um lugar seguro, como um lugar apagado dos mapas ou inserido nestes mapas a partir de imagens de controles geradas nos colonialismos e nas negligências governamentais, o território é o movimento e vice-versa:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. ... é o território usado que é uma categoria de análise. ... É o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiço. (Santos, 2007, p. 14).

As desigualdades também fazem parte do uso do território, inclusive a partir do dinheiro e suas várias possibilidades de uso. Santos analisa a relação entre território e dinheiro e afirma que nunca houve na história da humanidade “um tirano tão duro, tão implacável, quanto esse dinheiro global” (p. 17). Afirma que “sob a influência do dinheiro, o conteúdo do território escapa a toda regulação interna, trazendo aos agentes um sentimento de instabilidade” (p. 19) e que, com a globalização, “o conteúdo do território mudou, seja o demográfico, o econômico, o fiscal, o financeiro, o político” (p. 20).

De alguma forma Santos também critica o que ele chama de negligência ao território no debate sobre tecnologias, como se o território não desenvolvesse suas próprias técnicas. Por isso a importância da metáfora de tecer um fio de prata. É construir uma técnica própria com base na ciência da natureza, é uma construção epistêmica. Apresentar a elas esta materialidade me ajudou a iniciar uma conversa sobre como tecnologias estão presentes em nossos

cotidianos há muito tempo, construindo as soluções para nossas vidas desde muito antes da discussão sobre o digital bem como puxar o fio de que, nos territórios amazônicos, existem registros de artefatos tecnológicos que datam de milênios. Este tipo de abordagem faz parte do método das Infraestruturas de Afeto que é pensar a cosmovisão de uma atividade como forma de trazer as pessoas o mais próximo possível daquilo que iremos trabalhar como processo de aprendizagem, ou, como no caso de uma pesquisa acadêmica, um processo de pesquisa construído no debate.

O território não surge isoladamente. Junto com a territorialidade se forma o fio principal dessa teia. E é importante entender que o ponto de partida não é uma unidade territorial. O melhor exemplo disso é a resposta da interlocutora M quando perguntei “Como opera a Internet em nossos territórios?” Esperava que me respondessem com indicações de qualidade, mas ela devolveu para a Roda com outra pergunta: “*A partir de que território nós estamos falando, né?*”. O fato de elas estarem na mesma sala situada em um órgão público de Santarém não significa que vêm do mesmo lugar e que a Internet tem o mesmo papel nas suas vidas. Território recai sobre os sentidos de acesso e uso.

Quando entrevistei as interlocutoras And e D, elas estavam disputando uma bolsa de trabalho para um projeto sobre tecnopolíticas centrado em Belém e, apesar das dificuldades com o curso, elas estavam nele para marcar presença, para levar Santarém para esta centralidade:

a gente queria que fosse centrada aqui em Santarém. E é isso tem uma galera, acho que tem mais umas duas pessoas que a gente viu que era de Santarém, que a gente não conhece, tem duas pessoas de Altamira, do Pará, o resto é tudo Belém.

(Interlocutoras And e D, Entrevista, 10 de dezembro de 2022)

Elas reclamavam em relação ao Pará. Quem eram as pessoas consideradas paraenses, porque tudo é sobre Belém e isso, de alguma forma, impede os acessos de outras regiões do estado às possibilidades de fazer parte do todo. Estamos todas na Amazônia, mas nós temos nossas especificidades, nossas diferenciações, inclusive na identidade territorial.

Malcher (2017) afirma que territórios constroem identidades, a formação de comunidades em torno de territórios desmonta a ideia de sujeitos genéricos, existem diversas complexidades para se definir o que é um território, pois para além do pertencimento coletivo (que envolve identidade, direito e cultura), há as disputas de poder e de controle. A Amazônia é um território multidimensional e de múltiplas territorialidades porque se apresenta de diversas formas.

Gostaria de fazer aqui um paralelo entre o território e o ciberespaço a partir de Milton Santos (2000) e Jesús Martín-Barbero (2004) que, acredito, confluem com as ideias que debatemos sobre as apropriações de tecnologias e da Internet. Santos nos diz que, a partir de determinado momento do seu debate sobre espaço e território, ele passa a usar ambos de forma alternada, mas com a atenção de explicar o que quer dizer com cada uso. Então, quando se fala de território, ele afirma que considera o conceito de território a partir do seu uso junto com os atores que dele se utilizam, e isso inclui o Estado, as empresas, as sociedades, não apenas o território em si mesmo.

Quando Martín-Barbero debate sobre o saber tecnológico, há uma passagem na qual ele afirma que “as redes se tornam reais quando são ativadas, usadas para negociar, administrar, para navegar ou conversar” (p. 260-61), possivelmente sem isso o ciberespaço seria apenas virtual, um lugar per se, um espaço geográfico. A partir de Santos e Martín-Barbero, concluímos que o ciberespaço é território de simbolismos, sentidos, ocupações e movimentos. Para qualquer pessoa cuja territorialidade está assentada nos seus sentidos, ela segue junto para o espaço cibercultural.

Ancestralidade, Oralidade, Saberes são elementos que também aparecem nesta dupla categoria. Quando puxa o fio sobre qual o território, afinal, estamos falando, a interlocutora M se lembra de aspectos da oralidade ancestral que ela considera que tem sido perdida pela intensa relação com o celular e a Internet. Mas, para além disso, todas as interlocutoras trazem essa ancestralidade em suas falas, como quem faz questão que não sejam esquecidas, que sejam firmadas como fundamento de suas vidas.

Todavia a apropriação do território consiste não só nas questões de uma cultura que vem desde os antigos, é marcada também pelos enfrentamentos feitos por territórios livres das tecnologias predatórias. E não é uma reivindicação purista pelo território como algo imutável. As relações econômicas são parte desse movimento capitalista, mas a despeito dos conflitos próprios desses territórios. Em Santarém, a empresa Cargill, como vimos, é um empecilho a essa apropriação na medida que ela destina apenas os farelos aos moradores do município.

2. Categoria: Linguagem

A língua que falamos no Brasil não é homogênea. Até mesmo a língua colonizadora é falada de diferentes maneiras nos diferentes territórios. Dentro do Pará, há expressões que fazem sentido para o nordeste do estado e que não tem nenhuma relação de afeto em municípios do sudeste do estado. Então, imagina o hiper estrangeirismo no campo dos estudos digitais? Um exemplo de nossas conversas, foi o relato da interlocutora And sobre um dos

aspectos que muitas vezes deixamos passar que é “deixar todo mundo na mesma página”, isso é importante em nossas formações. Se buscamos adesão de mais pessoas, é preciso o exercício de fazer sentido por parte de quem busca essa adesão:

Sinceramente, antes de começar esse curso eu não percebia não. Eu não tinha feito a relação das coisas. E aí depois de entender o conceito, a categoria, o nome, dar nome ao negócio, a gente se enxerga nisso. É importante, mesmo que os nomes sejam estrambólicos. É isso, são coisas que eu já vivia, já entendia, já sentia, já pensava, mas não tinha o nome, não é da minha área, não tem porque não tem como eu ter acesso a isso. (...) mas também vai muito da nossa cabeça, de tentar falar a mesma linguagem que eles, talvez seja esse um rolê também. (...) talvez fazer isso, vou tentar escrever da mesma forma (...) Mas na prática fazer isso é difícil.
(Interlocutora And, Entrevista, 10 de dezembro de 2022)

Forjar um saber, sem antes termos o cuidado de entender os contextos plurais, causa insegurança e antipatia à temática em quem não tem familiaridade com o campo. Se o intuito é trazer mais pessoas negras, mais pessoas amazônidas, o dever de casa de quem chega até essas pluralidades é primeiro ouvir de onde essas pessoas vêm, por onde transitaram e qual o interesse por aquele assunto. A apropriação tecnológica só acontece quando aquela linguagem faz sentido.

Até mesmo para mostrar que temos outras possibilidades para além da *Meta*, do *Google* e da *Microsoft*, é preciso que a linguagem seja cuidadosa. O aplicativo de videoconferência do *Google* ficou solidificado tal qual o *Windows*, é colonialismo e, como tal, inventou o “intuitivo”, a noção de acessível e de facilidade. Então, quando apresentamos novas linguagens, é preciso avaliar como fazer isso.

Já em relação aos algoritmos, para a interlocutora Bn, o ideal seria encontrar conteúdos com o mesmo sotaque, as mesmas gírias e produtos que façam sentido para ela como pessoa de Belém que vive em Santarém:

(...) No caso é o Instagram que é o onde eu circulo, né? Então, o conteúdo que me abraça, que dialoga junto comigo é a Amazônia Urbana, né? (...) Então ouvindo a galera com o meu sotaque, eu comprando o produto que que tem a que tem a minha cara, assim, tipo eu tenho uma camisa que é Criada no Açaí Grosso e tipo assim, faz sentido pra mim, entendeu?
(Interlocutora Bn, Entrevista, 10 de dezembro de 2022)

A partir do que Bn traz como necessidade de ser abraçada por esses conteúdos se reconhecendo nele, encontrei uma linguagem de programação chamada Égua⁸², do Égua Tech,

⁸² Disponível em: <https://egua.dev/>. Acesso em: 1 jul. 2024.

que ajuda a programar de forma descomplicada, em português, com foco educativo e em um ambiente amigável.

Existe muito racismo contra hábitos culturais de determinados territórios. O Brasil “central” tem seus enormes preconceitos contra o Brasil “profundo”:

(...) a gente estava lá em São Paulo, era um encontro que tinha pessoas de várias regiões. Aí uma pessoa chega, um padre, chegou assim na mesa que eu tava almoçando, aí ele começou a perguntar pra gente, a gente disse, aí ele disse: me conta, quer dizer que lá vocês só dormem rede? Vocês conhecem cama?

(Interlocutora Mar, Entrevista, 9 de dezembro de 2022)

Em São Paulo me perguntaram se tinha Wi-Fi aqui. Eu falei que geralmente cada árvore tinha um roteador.

(Interlocutora S, Entrevista, 9 de dezembro de 2022)

Quando oportuno, a categoria de Brasil profundo, e similares, é acionada para mostrar a riqueza nacional. Estas categorias atravessam questões de acesso tanto à Internet, quanto ao conteúdo que circula nas redes sociais, também atravessa, simultaneamente, gênero e raça quando elas questionam, por exemplo, que o padrão de mulheres negras apresentado pelos algoritmos são estadunidenses e quando são brasileiros não são mulheres negras amazônidas, “nós temos uma negritude diferenciada”, identifica a interlocutora And, ou pelas violências psicológicas por serem consideradas como aquelas que sabem menos.

Para além disso, falas sobre a falsa sensação de democratização da Internet quando acreditávamos que haveria, finalmente, uma liberdade de comunicação e do uso da própria linguagem e que “ao invés de vermos apenas o William Bonner falando com a gente, nós poderíamos gerar nosso próprio conteúdo”:

Era uma falsa democracia, entendeu? De acesso, porque tipo eles prometiam que tu poderias produzir conteúdo, não sei o que, mas tu não podia, porque tu, tu não tinha, como é que eu vou fazer vídeo numa Internet discada? Num vou. E aí, hoje em dia é a mesma coisa por exemplo, ah eu vou, eu posso postar conteúdo, eu posso fazer não sei o que. Aí o algoritmo fecha o portão, bem na tua cara, vrá. E aí, comé que fica, entendeu? Então a gente já começou a se repensar lá na frente, a gente vai romper essa barreira e a gente vai ter outra coisa fechando a porta na nossa cara de novo, entendeu? (Interlocutora Bn, Entrevista, 10 de dezembro de 2022).

Essa fala de Bn me remeteu diretamente à forma como Lélia Gonzalez trata aquele banquete do mito da democracia racial, inclusive naquele mesmo artigo, a primeira pergunta que é exatamente “cumé que a gente fica?”, escrita em bom português:

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (Gonzalez, 2020)

Nesse mesmo sentido, a língua falada no Pará não é exatamente a mesma. Aqui existe uma linguagem ribeirinha que é própria nas mesorregiões. Um exemplo disso é o vídeo que viralizou no *Tik Tok* e no *Instagram* com o diálogo de uma família do município de Cametá/PA do qual destaco o seguinte trecho: “Espia papai, a caneta vazú no seu celular, espia aqui⁸³”, essa linguagem é parte desse cotidiano, entre outras características linguísticas que pouco circulam nas redes sociais, por exemplo. Então, entre tantas línguas próprias, falamos um certo português ribeirinho e amazônica e ele integra essas categorias de apropriação tecnológica porque enreda nossos interesses e afetos.

3. Categoria: Enredamentos. Coletividades e Comunidades

É outro grupo de categorias que aparece na potência dessas experiências na Internet. Estudam juntas, juntas buscam entender as estranhezas desse universo digital, juntas sonham por uma certa autonomia ao sair das redes para construir um *site*, uma plataforma própria onde tenham liberdade, incentivam umas às outras enquanto coletivo. Se juntam para pensar as artimanhas para despistar estes controles. São insubmissas porque preferem desocupar espaços ao invés de fazer disputas sem sentido, pois acreditam no seu trabalho e no seu legado:

Antes eu tinha medo de me coletivizar, porque logo quando eu cheguei aqui em Santarém, vou logo falar. Eu fui querer, eu fui querer participar do coletivo aí da universidade, [...] a galera me deu moral não. Aí foi o levante popular da juventude que me deu moral, mas também não deu certo. Aí depois que eu conheci a galera preta que formou, todo mundo me acolheu e é isso. (Interlocutora Bn, Entrevista, 10 de dezembro de 2022)

Os coletivos de que elas fazem parte também são seus territórios, são os espaços seguros. As redes nas quais estão articuladas são: Movimento Mulheres Negras Santarém, Kitanda Preta (formada por empreendimentos liderados por pessoas negras), Movimento

⁸³ Disponível em: <https://www.tiktok.com/@portalsmg/video/7348672200452492550>. Acesso em: 30 jun. 2024.

Negro Unificado (MNU), Coletivo de Estudantes Alessandra Caripuna, Núcleo de pesquisa e documentação das Expressões Afro-Religiosas no Oeste do Pará e Caribe (NPDAFRO).

Estar em coletivo faz toda diferença, me responderam And, D e Bn. Mas não qualquer coletivo, “coletivos de pessoas como a gente”, disseram. Inclusive tanto Bn fez o relato sobre o acolhimento com os coletivos negros, quanto And, que é de Santarém, também traz um relato semelhante:

A minha história ... eu não contei essa parte, né? Mas eu entrei em contato com mulheres negras porque eu primeiro me aproximei dos movimentos estudantis dentro da universidade. E aí nesse processo eu tive um relacionamento abusivo, entrei num relacionamento abusivo e violento. E aí quando tudo aconteceu, da violência, eu decidi fazer a denúncia e jogar pro mundo, né? Expor. E essa galera me abandonou. Assim, eu fiquei muito mal na época, muito adoecida, muito doente, porque logicamente eu queria falar sobre aquilo e as pessoas fingiam que me ouviam, mas por trás falavam, olha como ela tá mal, isso aqui ninguém me ajudou naquela merda. E aí eu conheci o fulano, conheci as meninas e fui me aproximando e senti um acolhimento totalmente diferente do que eu não tive sabe? De não me julgar em nenhum momento, de me acolher e de me proteger. Principalmente de proteção. E é isso fui acolhida e então é assim, não é só estar em coletivo é com quem estar em coletivo né? (...) Então é isso, tem coisas que a gente não precisa falar que a gente sente, que a gente experimenta, que a gente vê, que a gente põe em prática. As linguagens são muitas.
(Interlocutora And, Entrevista, 10 de dezembro de 2022)

E interlocutora Bn complementou:

Tem coisas que a gente precisa nomear e coisas que a gente não tem necessidade, né? Exatamente, muito doido. Porque, às vezes, por exemplo, basta o carinho, toque, afeto, visita.
(Interlocutora Bn, Entrevista, 10 de dezembro de 2022)

E a interlocutora D também:

Minha vida mudou totalmente quando eu me encontrei com o movimento de mulheres negras. Assim, o acolhimento, o afeto, eu me reconhecer... tudo isso mudou pra mim, cara A forma de me enxergar, de enxergar o mundo, enfim, parece que foi um colírio assim que colocaram nos meus olhos.
(Interlocutora D, Entrevista, 10 de dezembro de 2022)

Coletivos são espaços políticos para fortalecer a existência, combater o racismo, é afeto, construção coletiva e muitas vezes precisamos justamente da coletividade para nos apropriarmos das tecnologias digitais, assim como é e tem sido com as tecnologias ancestrais, comunitárias e de cuidado. And e D são fundadoras do Coletivo de Estudantes Negros Alessandra Caripuna, da UFOPA:

E aí a gente usou a nossa referência. A gente resolveu homenagear uma mulher preta, fodástica. Ela é referência pra gente. A matriarca. A gente reuniu os alunos que a gente tinha, a gente criou o coletivo, votou, surgiu o nome da Zélia, mas não, a gente quer alguém daqui e aí vem a Alessandra Caripuna. E a gente fez mó onda, a gente fazia encontro, piquenique na praça, porque o nosso ponto de partida era o afeto. A gente quer afeto, a gente quer trocar ideia, a gente quer conversar, a gente quer sair junto, a gente quer comer.

(Interlocutoras And e D, Entrevista, 10 de dezembro de 2022).

Uma das ações feitas pelo coletivo foi ir ao Ministério Público Federal para que a universidade revisse todos os seus editais voltados aos estudantes negros porque eram todos apenas para estudantes quilombolas e And disse que não aceita que os estudantes negros da cidade sejam esquecidos em editais de políticas de cota que deveriam incluí-los. Eis uma máscara do racismo: incluir, mas continuar deixando de fora, até como tática para que pessoas negras digladiem entre si e esqueçam os sistemas coloniais.

A interlocutora Bn faz parte do Movimento Negro Unificado (MNU) de Santarém que está organizado tanto para manifestações referentes às pautas nacionais quanto às pautas amazônicas, como uma pretendida homenagem da Câmara Municipal de Santarém aos chamados Confederados, supremacistas brancos estadunidenses que chegaram na cidade em setembro do Século XIX e com forte ligação com a Ku Klux Klan, contra a qual o MNU, junto com outras organizações, fez uma série de manifestações pela cidade.

Também é coletiva a decisão de estar presente ou ausente. Eu tive a oportunidade de conversar de gravador desligado muitas vezes quando os assuntos mereciam sigilo, quando surgiam os relatos sobre os conflitos, vinham nomes e dados pessoais muito sensíveis delas e de outras pessoas. Então, muitas vezes eu desliguei o gravador, me detive nas anotações. Um exemplo disso é a decisão sobre quais agendas importam para o movimento, para a segurança e para evitar o desgaste de ser usado para amenizar as violências racistas diárias.

4. Categoria: Vigilâncias e violências

Categorias de cunho predatório também fazem parte dessa apropriação, é um duplo risco, certamente, mas não podemos deixar de identificar que as violências podem movimentar os sentidos que temos e damos às nossas experiências digitais. Nessas temáticas são apresentadas questões de raça e gênero de forma muito justapostas.

Existem relatos de *stalking*, quando uma delas relata sobre um homem recém-chegado a Santarém para lecionar na UFOPA e ele já sabia tudo sobre sua vida, pois tinha explorado

todo seu *Facebook* e, naquela época, ela estava em uma relação abusiva e com medida protetiva. Sendo a violência uma só, seja ela física ou *online* (Natansohn; Morales, 2023), feita por homens organizados em grupos, individualmente ou institucionalmente organizados para amedrontar o acesso de uma mulher ao trabalho tecnopolítico e científico. Elas relataram assédio sexual e assédio moral, chantagens, entre outros tipos de violências que atravessam gênero-raça-território e idade: “Eu posso chegar aqui na cidade de vocês e violentar vocês porque eu vim lá da ...” (Interlocutora D, Entrevista, 10 de dezembro de 2022).

Outra delas também relata discussões e ataques pessoais vindos de uma outra mulher que tinha relação com este mesmo homem. Ela relata que, após fazer um vídeo nos seus *stories* do *Instagram* sobre uma loja em São Paulo, esta pessoa veio até seu *direct*, na mesma rede social, para xingá-la e desqualificá-la, inclusive, enquanto sujeita com conhecimento:

Na roda de conversa de 25 de julho de 2022, a interlocutora B relatou que, durante a pandemia de COVID-19, estava lecionando na UFOPA e passou por muitas invasões de aulas, além de ter presenciado outras com colegas mulheres. Além disso, nos anos de 2019 a 2022, período da gestão de extrema direita na presidência do Brasil, toda essa violência alcançou níveis realmente não vivenciados antes, apesar dos sinais. A interlocutora D relatou uma experiência durante as Eleições de 2018:

era um grupo nacional de mulheres negras e esse grupo foi hackeado por bolsonaristas, eles publicaram uma série de mensagens racistas dizendo que o Bolsonaro ia ser presidente, fotos de macaco no grupo, enfim, uma série de ataques eles escreviam várias linhas assim de Bolsonaro presidente Bolsonaro presidente. (Interlocutora D, Entrevista, 10 de dezembro de 2022).

Ataques, invasões organizadas em atividades ao vivo, vigilâncias e perseguições, ameaças e outros elementos constitutivos do dispositivo colonial são atos comunicativos que movimentam “un intenso proceso de comunicación de mandatos masculinistas” afirmam Natansohn e Morales (2023, p. 65), bem como deixam uma mulher saber que ela não está segura quando informações de sua vida são remexidas por um estranho e ele faz questão de deixá-la saber disso é uma afirmação desse poder patriarcal que se traduz na violência da vigilância.

Vigilância e violência são elementos do dispositivo colonial, dos códigos e dos discursos de ódio que alimentam financeiramente as plataformas digitais. Recuperando o relato da interlocutora que traz a questão do professor da UFOPA que investigou sua vida pelo *Facebook*, Valério Trindade escreve que as violências passaram a escalonar naquela rede social tão logo ela alcançou a marca de um bilhão de usuários mensais, no ano de 2012, e os

discursos de ódio são os mais comuns. Já inseridos na dinâmica cultural do Brasil, o discurso de ódio que mais cresceu foi de cunho racista contra pessoas negras sendo as mulheres negras socialmente ascendentes a maioria das vítimas (Trindade, 2020). A neurose cultural brasileira (Gonzalez, 1984) foi herdada para o ambiente *online*, já que ele está parte da cultura de mais da metade da população

Graciela Natansohn (2022) apresenta padrões que identificam que a vigilância em si já é uma violência, como o controle coercitivo, o silenciamento ativo e o terror sexual. Na abordagem dos ataques às mulheres negras, Trindade (2020) apresenta os padrões específicos às violências misóginas-racistas como alusão à escravidão, desumanização/comparações com animais e associações entre negritude e delinquência.

Existe um ponto delicado que é o racismo em movimentos feministas e mesmo nos estudos feministas. É uma violência e não podemos negar esse ponto nevrálgico que está sem solução até a atualidade. Lamentavelmente, essa violência afasta muitas mulheres negras até das leituras das obras de outras mulheres negras que atuam no feminismo negro, e tem acontecido também em comunidades digitais, é o que relatam as interlocutoras And, D e Bn quando eu perguntei a elas se suas bases políticas eram no feminismo e todas três responderam: “Não”. E Bn seguiu com sua análise: “*um belo dia eu conheci as mulheres pretas que falavam sobre isso, feminismo preto, e aí eu vi que quando chegava no embate, quando misturava tudo, a gente não era vista.*”.

E, em todos os relatos sobre racismo, ele nem sempre está demarcado em forma de xingamentos e ofensas por discursos de ódio, mas por epistemicídio, ao ponto de causar desistência de uma carreira já sedimentada, como trazemos abaixo:

Eu começo a minha história contando, já que a gente está falando sobre corpos negros, contando a Norah de antes da pandemia e a Norah depois da pandemia.

Antes da pandemia, eu sou formada em Biotecnologia, aqui pela Universidade do Oeste do Pará, a UFOPA. E fazia doutorado no Instituto Butantan. Trabalhei dez anos da minha vida, obcecada e apaixonada por cobras.

Então, eu estudava genética de serpentes. E aí, como toda mulher preta do Norte, sofri diversas violências no sudeste. E essas violências, essa xenofobia, esse machismo e esse racismo fizeram com que eu desistisse totalmente da minha carreira científica.

E, no meio da pandemia, eu me reencontrei numa outra carreira, que seria essa carreira artística. E aí vem a Norah de depois, né? A Norah depois dessas violências que se reconstruiu. Bom, depois dessas violências, eu me tornei militante.

(Norah Costa, aula para Ação Educativa, 26 de setembro de 2022)

E como essas categorias interferem na apropriação das tecnologias digitais a partir do uso da Internet? Elas mobilizam para que estas nequinhadas armem a quizumba a seu modo. Sem precisar dos banquetes presenciais, a quizumba acontece na teimosia do realizar ainda que não tenham todas as ferramentas disponíveis ou totalmente dominadas. A quizumba acontece na encruzilhada, na junção das potencialidades, na ação radical, no movimento conjunto:

E também sou uma das coordenadoras gerais e cofundadora do ResistEnem, que foi o ato mais revolucionário na minha vida e que mudou minha perspectiva, tanto pessoal quanto profissional. É louco falar do ResistEnem aqui ao lado da Thiane, porque a gente se conheceu e eu falei pra ela do ResistEnem aqui nesse mesmo lugar, nessa mesma mesa.

E o ResistEnem é um projeto que surgiu durante a pandemia, onde a gente ajuda através do WhatsApp. A gente é um cursinho popular que funciona inteiramente pelo WhatsApp. E tem o objetivo de ajudar os alunos que estão se preparando para a prova do Enem.

Então a gente montou todo um esquema educacional, organizacional, pelo WhatsApp, onde os alunos recebem materiais específicos para o Enem, feitos pelos nossos voluntários. E também eles têm acesso a plantões de dúvidas com os professores de cada área.

Hoje em dia, junto com outras duas manas que também coordenam esse projeto, a gente tem toda uma estrutura voltada justamente para esses alunos. Então a gente tem apoio psicológico, a gente tem suporte de entrada e de saída de voluntários, a gente tem suporte jurídico, fora todas essas partes de suporte, a gente também tem todas as áreas do Enem, todos os professores que têm assuntos cobrados no Enem, a gente tem dentro do nosso projeto.

Desses dois, três anos que existe o ResistEnem, já passaram mais de mil alunos pelo projeto, já passaram mais de 200 voluntários. Então a gente é uma grande corrente que, através da Internet, através da conectividade, a gente busca fazer um projeto político.

Porque o que a gente está fazendo nada mais é do que algo que os nossos governantes deveriam estar fazendo, de qualidade e gratuito para todos.

(Norah Costa, aula para Ação Educativa, 26 de setembro de 2022)

O relato de Norah Costa na aula da Ação Educativa é mais um exemplo de como a ciência não é neutra na medida que está imersa em racismos e violências sexistas. Lembro-me de uma conversa de gravador desligado em que ela contou sobre sua reivindicação de que olhassem também para questões amazônicas no Instituto onde estudava, como as ferroadas de arraias que é quase uma tradição territorial, só se é bom sujeito se levou uma ferroadada de arraia. A dor é indescritível, pois o esporão entra fechado e sai aberto. Quando ela fez essa narrativa no doutorado, recebeu como resposta que isso não era tão significativo.

5. Categoria: Autonomia e Apropriação

Abro este tópico com uma reflexão da interlocutora A, na atividade sobre o mapa de Santarém, no qual eu pedi que elas marcassem seus movimentos de entradas e saídas (quem veio de onde, quem saiu para onde). Nós nos movimentamos muito. Ter Santarém como centro do mapa possibilitou enxergarmos que estas mulheres têm se movimentado desde muito jovens: quem saiu do quilombo e veio para Santarém e depois para outros lugares.

A veio do Quilombo do Pacoval, em Alenquer, para Santarém. Depois, morou em Manaus e em Belém, depois voltou para Santarém; Mar saiu de Santarém para morar em Manaus e voltou para Santarém; S saiu de Santarém para morar em Parintins e depois Coari e voltou para Santarém; Bn saiu de Belém para morar em Santarém e não voltou (ainda); Ln saiu de Santarém para morar em São Paulo. Quando se distanciou do mapa para vê-lo a distância, quando olhou as migrações marcadas no papel, a interlocutora A disse:

Pra nós, especialmente mulheres negras, há um significado pra gente não parar no nosso território ... eu lembro muito assim, “ah, vai morar com a tia lá não sei pra onde ... pra estudar”, parece que a gente tá sempre buscando um caminho pra melhorar de vida, pra fugir dessa sociedade ra-cis-ta ...
(Interlocutora A, Roda de Conversa Infraestruturas de Afeto, 29 de setembro de 2022)

Infelizmente, uma parte desse trecho com a fala de A ficou prejudicado pelo barulho externo, mas, ao escutar novamente, recordo-me de ela falar sobre como esses movimentos migratórios impactam na nossa busca por felicidade e coletividade.

As coletividades são fundamentais também para suas experiências digitais. Os conteúdos que são publicados em redes sociais são feitos em acordos coletivos, pois não é do perfil delas a cultura de publicação compulsória. São muito cuidadosas em como se mostrar, colocam em seus perfis pessoais coisas sobre seus trabalhos e de maneira muito pontual. Mesmo as que precisariam, de certa forma, da ajuda dos algoritmos para engajar seus trabalhos, contam que não conseguem acompanhar as exigências do *Instagram*, por exemplo, que o modelo de engajamento não está de acordo com suas rotinas e que suas rotinas nem cabem nesse modelo: “a gente não consegue manter uma rotina diária e postar café da manhã, postar curiosidade, postar não sei o que lá e tá sempre presente. Sim. Porque hoje em dia o *Instagram* te cobra isso, ele não vai te entregar se você não fizer isso”, disse a interlocutora S.

Assim como S despertou em Mar um conhecimento sobre design, redes sociais, comunicação e divulgação. Mar tem repassado à S seus conhecimentos sobre a produção de sabonetes, ambas se “aventuram” nos diferentes universos e apesar da diferença de idade, têm demonstrado que essa relação intergeracional para a apropriação de tecnologias é mais do que possível, ela é viável e muito importante:

Mar: Ai um dia a gente precisou de uma fisioterapeuta para a minha mãe. Eu encontrei com ela porque acho que a fulana que indicou

S: Ela perguntou se eu sabia fazer e mexer no computador, mexer com a edição. Ela queria fazer uma etiqueta pra um sabonete que ela fazia.

Mar: Dei meu Instagram pra ela. Nem eu mesmo seguindo meu Instagram tá? Tava lá sol tudo apagado e aí foi como começou né? Ela colocar na minha cabeça que eu podia ganhar dinheiro, podia vender meu sabonete.

(Interlocutoras Mar e S, Entrevista, 9 de dezembro de 2022)

A pesquisadora Glenda Dantas (2023) escreveu sobre a importância de superar os descontentamentos geracionais em torno das tecnologias, pois uma das mudanças culturais muito sentidas pelas gerações mais velhas é justamente o afastamento e a perda do diálogo como forma de aprendizado, enredamento, memória e apropriação.

O movimento de “passar a ser si” é um elemento comum na dupla de interlocutoras Mar e S. Nos relatos de Mar, duas coisas me chamaram atenção no contato com as tecnologias digitais: 1) O primeiro curso de fabricação de sabonetes foi *online* e 2) Ela fez faculdade em um curso no formato EAD. Mar é uma mulher que disse que não sabia fazer nada sozinha, passou pela apropriação de si mesma, enquanto se apropriava de duas tecnologias muito diferentes: o sabonete e a Internet. E, além de um diploma, passou a ser sujeita. A busca pela autonomia levou à apropriação de novas tecnologias que mudaram sua vida:

eu estava com quarenta e cinco anos na época e aí eu percebi que eu não tinha feito nada por mim, eu não estudava, não tinha uma profissão. Eu dizia que não sabia fazer nada, né? Então foi assim uma coisa bem difícil.

(...)

Aí veio a depressão, tudo, aí você leva um choque de realidade, né?

(...)

Uma amiga me levou pra fazer uma faculdade. Fiz a prova, consegui a nota, aí me inscrevi, era EAD, né? Mas foi bom porque logo em seguida vem a tal da pandemia, então eu continuei, ano que vem [2023] eu vou me formar em psicopedagogia.

(...)

Toda uma outra história também, né?

De luta, de autoconhecimento, me identificar como pessoa, não só como mãe, né? E saber quem eu era, uma profissão.

(...)

Nesse processo, eu encontrei um curso de sabonete na Internet.

Aí disse “quer saber? eu vou fazer!”.

Aí eu ia me escrevia assim fui e comecei a fazer. Foi assim uma intuição e aí eu comecei a fazer, o primeiro que eu fiz ficou bem feio, mas ficou muito cheiroso aí depois fui aprimorando.

E eu achava assim que era mais pra mim ir como um hobby né? Pra preencher a cabeça né?

(...)

O sabonete ele me deu uma coisa que foi muito importante, sabe?

Eu não achava que eu era capaz de fazer alguma coisa sozinha, né? E aí quando eu comecei a fazer os sabonetes que eu fiz o primeiro, fiz o segundo eu fui fazendo eu disse “Meu Deus do céu, eu sei fazer sabonete!” e tem toda uma técnica assim tudo que eu aprendi, eu fazia aqui dentro desse quarto.

(...)

O curso da professora é online até hoje ainda, eu repeti de novo, eu comprei de novo pra mim ficar acessando.

(Interlocutora Mar, Entrevista, 9 de dezembro de 2022)

S iniciou seu relato com a seguinte frase: “*Com vinte e nove anos não tem muita coisa...*”. Ao contrário de Mar, que até os 45 anos se definia como mãe e esposa, S me contou que se lembra sempre de ser filha de duas pessoas públicas da cidade, assim, ela e o irmão gêmeo eram diretamente ligados às figuras dos pais:

Pois então, eu acho que vou começar por quando eu ganhei consciência de que eu era uma pessoa, né? Tudo começa na minha vida assim pra mim foi quando eu me mudei daqui de Santarém. Foi aí que começou assim o ganho de consciência “agora eu sou uma pessoa individual” porque eu saí do ambiente onde eu era filha da fulana e filha do beltrano.

(Interlocutora S, Entrevista, 9 de dezembro de 2022)

Além da coincidência sobre os movimentos para o Amazonas, Mar comentou “*Eu com dezenove anos estava casada com filho, ela com dezenove anos estava aproveitando a vida da faculdade*” como que chamando atenção para as diferenças de cada trajetória.

Mar começou a fazer sabonetes em um movimento que a levou ao encontro de si mesma e com S com quem caminha na encruzilhada dos sentidos, dos encontros, ambas ajudando-se mutuamente com seus domínios tecnológicos, em circularidade e em comunidade, apesar de suas diferenças geracionais

Na entrevista com as mulheres do Mundo dos Sabonetes, a busca pela autonomia é imperativa. Desde a decisão de romper com determinados ciclos de subserviência e desesperança, até a construção de um aprendizado simultâneo sobre tecnologias ancestrais e digitais para libertação e afirmação de subjetividade. São duas mulheres de muitos recomeços que se encontraram nos cruzos dessa jornada de encontro de si mesmas.

Essa afirmação como um projeto de coletividade vem de um respeito ao ser individual, muitas das cheganças das mulheres negras, interlocutoras deste trabalho, nos espaços digitais, vêm de uma demanda de importância do falar sobre si, contar sobre seus movimentos como projeto coletivo e de emancipação, fazer a quizumba nas mesas de debate sobre tecnologias digitais passa pelo rompimento da obediência e da presença da resistência contra todo tipo de mau hábito colonizatório.

Portanto, uma confirmação à nossa hipótese é que o primeiro fio-ação das Herdeiras de Ananse é de estarem navegando e conectadas com outras mulheres negras amazônidas para contar suas histórias, o que atrai é o interesse por um movimento emancipatório do acesso e do falar por si e isso quase sempre é feito por meio de seus coletivos que, além dos debates raciais, de gênero, sexualidades e demais atravessamentos, centralizam o território como o fio-ação comum entre as Herdeiras de Ananse cuja existência foge aos muitos binarismos impostos, que é o uso das nossas próprias tecnologias.

O segundo fio-ação mais comum entre as Herdeiras de Ananse é a valorização de nossas linguagens próprias, do nosso próprio jeito de fazer e mobilizar, nos tempos e civilidades amazônidas e com as tecnologias do possível: levantam os debates sobre as especificidades destes territórios, compreendem a dinâmica política destas tecnologias para atrair leituras e alianças, exigem serem identificadas e reconhecidas da mesma forma que identificam e reconhecem mulheres negras de outros territórios, pois se deslocam constantemente até os centros dos brasis para chamarem atenção para as negritudes amazônidas que vivem nas cidades, nos quilombos, nas florestas e nas águas.

Só depois é que o fio-ação tem sido de apropriação das técnicas e uma certa busca por incrementar estes usos (entender o xadrez dos algoritmos é uma delas). E, para isso, novamente impera o senso de coletividade e do conhecimento circular entre pares, quem aprende volta com a devolutiva para suas comunidades e demais redes, por isso é crescente a quantidade de coletivos trabalhando na construção de plataformas próprias voltadas para as demandas amazônicas, para projetos de tecnologias que busquem fortalecer os territórios.

Precisamos reivindicar esse nosso modo próprio de nos apropriarmos coletivamente porque não interessa o modo capitalista de individualizar conquistas. O que convencionamos chamar de apropriação tecnológica na Améfrica Ladina ou Abya Yala precisaria, talvez, ser definida de outra forma, porque o que buscamos é autonomia, conforme Loreto Bravo nos diz há muito tempo e que mais dos nossos povos tenham possibilidades de desenvolver suas próprias TICs, como as Telecomunicaciones Indígenas Comunitárias, como uma ruptura, uma fissura no dispositivo colonial.

5.3 - A QUIZUMBA COMO UM FIO-AÇÃO DAS HERDEIRAS DE ANANSE: DO DEBOCHE À APROPRIAÇÃO

A quizumba é a inquebrantável teia de prata de Ananse que enreda os inimigos mais poderosos e os confunde quando só a veem pequenininha. Assim como a criptografia é segurança de ponta a ponta, a quizumba é ação política de ponta a ponta. As cinco categorias que marcam as apropriações das herdeiras de Ananse se encontram na quizumba como a ação que efetiva essas apropriações. É na quizumba que as herdeiras de Ananse estão se apropriando das tecnologias digitais.

Zélia Amador de Deus chama o movimento negro brasileiro de fio-ação, pois, como herdeiros legítimos de Ananse, eles são o próprio fio: “aquele de unir pessoas negras que, conscientes de sua condição, elaboram rupturas capazes de romper as relações internas de dependência e de submissão” (Amador de Deus, 2019, p. 142). Na minha trajetória, fiz o movimento sankofa, encontrei em Amador de Deus (2008) a referência para a minha memória, me apropriei dela e remixei o uso de Ananse, por isso, neste trabalho, trago a própria quizumba como fio-ação que une as herdeiras e os herdeiros de Ananse da Amazônia paraense na apropriação das tecnologias digitais e na desobediência ao dispositivo colonial.

Desobediência que vem com deboche diante das violências mascaradas de piadas e gracejos, na devolução do constrangimento por marcadores territoriais e na sagacidade diante do racismo e da misoginia cada vez que uma pessoa não amazônida tenta transformar a amazonidade em algo menor:

Eu já falei que a nossa energia era de enguia, que cada pessoa tinha um tanque cheio de enguia, é um tanque que fica com dois fio dentro, mas não pode pôr a mão porque o meu primo morreu disso.

(...)

O que eu acho bacana é o Encontro das Águas, né? Que pra eles o Encontro das Águas é a coisa mais Oh meu Deus do céu. Paga milhões pra ver. Eu falo, mano, tem no quintal de casa aqui, vai ali na orla e está olhando já. (Interlocutora S, Entrevista, 10 de dezembro de 2022)

A quizumba é trazida para nosso contexto como um conceito e uma ação política debochada, fundamental no debate sobre as apropriações das tecnologias digitais, no enfrentamento para sentar à mesa, pois, ao registrar a atitude daquela “neguinha atrevida”, Lélia Gonzalez nos convoca a repetir o feito: estranhar, indignar, gerar constrangimento, desorganizar o pensamento e as práticas colonizatórias que são *cisgênera-cristã-eurocentrada*, racista, androcêntrica, masculinista e cientificista.

Interferir naquela narrativa e tomar o microfone é gerar a desordem na hegemonia de quem coloniza e subjuga (Bispo, 2015). Fazer a quizumba é remexer com o mundo como foi desenhado nas monoverdades dos colonizadores para, então, rever as experiências humanas.

Uma das máscaras do racismo, como Amador de Deus (2008) nomeia as formas “renovadas” como o racismo age, é justamente a autorização para quem pode falar e formular um conhecimento, um saber. Pessoas negras ainda são infantilizadas pelas óticas colonizatórias que têm sempre uma pseudovisão abrangente a dar a partir dessas suas autovalidações, tentam de toda forma tirar nossa autonomia e desautorizar-nos a falar por nós próprias, como se não pudessemos elaborar nossa própria história.

Entendo que para a maioria delas não interessa fazerem sozinhas, o sentido acontece na coletividade, na elaboração da comunidade enquanto espaço seguro, espaço de afeto, lugar para os cuidados elencados por Collins (2019). Sem dar os mesmos nomes que as teorias apresentam - até porque o que interessa é analisar os processos - é muito fácil identificar que as ações das herdeiras de Ananse, para lidar com suas experiências no debate sobre Internet e tecnologias, partem da compreensão de territorialidade e alcançam a necessidade de se organizarem em coletivos/comunidades - estar nesses lugares é, para elas, o mais alto grau de segurança e importância. É como se dissessem: “sou importante porque sou parte disso” e desaguam na decisão coletiva do “onde estar” e “como estar”, mas, para isso, se reúnem a fim de entender as interseccionalidades, as opressões, as dificuldades, “a porta na cara” dos sistemas algorítmicos.

Nossas tecnologias e nossa cultura não aparecem ou aparecem deturpadas nos mapas da cultura digital e, com a precariedade das infraestruturas de Internet existentes na região, a Amazônia permanece alvo do sistemático controle de imagem (Collins, 2019; Bueno, 2020) que vem desde os primeiros registros gráficos nos cadernos de campo de naturalistas em expedições pela Amazônia e continuam nas imagens geradas pela inteligência artificial.

Tendo a quizumba como prerrogativa, é preciso desorganizar a lógica da branquidade que vê a si mesma como o ápice da modernização e civilidade e ignora organizações plurais e multidimensionais. A partir disso também seria preciso refutar a ideia de que no Pará não existe uma população negra expressiva e de que mulheres negras só vivem a precariedade, sem experiência de humanidade. As expedições que foram realizadas por aqui narram muito mais sobre os povos indígenas e outras identidades, incluindo a categoria “afro-indígena” que é bastante refutada por muitos dos movimentos organizados, mas não enxergaram negritude no território ao ponto de registrá-la. Essa perspectiva colonizatória de impedir que determinados grupos sociais pudessem falar sobre si é imperativa na Amazônia e uma das

principais características dos movimentos das herdeiras de Ananse é fazer a quizumba nessa narrativa.

E se nós saíssemos dos tons pastel e a composição dessa fotografia fosse colorida e múltipla? E se fosse comum falar de tecnologia como *coisa de mulher, coisa de gente preta*? E como seriam as rodinhas de amigas discutindo vigilância digital e algoritmo enquanto educam filhos e famílias? Isso é quizumba. E esse é o trabalho que tenho feito a partir da metodologia das Infraestruturas de Afeto nas andanças em comunidades rurais e urbanas. Foi esse incômodo que me levou a Santarém. E se as tecnologias de gênero (D' Lauretis, 1987) nos levassem a dimensões tão múltiplas quanto pudessem ser nossas experiências no mundo?

A quizumba é a reclamação e a ação política acontecendo ao mesmo tempo. A Kitanda Preta é uma ação resultado da reclamação, passou a ser uma tecnologia de resistência e de apropriação tecnológica, a partir de uma territorialidade e em coletividade ainda não efetivada por questões técnicas e financeiras, mas sua consciência tecnopolítica já existe entre as herdeiras de Ananse.

Ter um *site* da Kitanda da Preta que funcione como uma plataforma, um espaço seguro, um lugar no qual as quitadeiras tenham liberdade sem precisar cumprir as regras das redes sociais, como um lugar do seu tamanho que respeite suas rotinas sem a preocupação do engajamento, um lugar para a fala situada, por meio de áudios e vídeos das kitadeiras, para a escrita e as manifestações artísticas. A Kitanda Preta não é apenas para vender, é para acolher neguinhas atrevidas (Gonzalez, 1984).

Outra ação de quizumba são as Afrotecas que, apesar de serem um projeto de extensão, é o resultado de uma ação política diretamente aplicada no ambiente escolar e no Ministério Público. As Afrotecas são tecnologias sociais na medida que transformam os espaços, trazem outras possibilidades de experiência humana. São também uma ação afirmativa de combate ao racismo por meio da educação de crianças, jovens e adultos.

Eu vi as Afrotecas acontecerem “com os olhos que esta terra há de comer”. Eu visitei, pude acompanhar uma visita como voluntária no atendimento ao público infantil bem como estive no lançamento de outras duas, além de participar, como ouvinte, do seminário do Grupo de Pesquisa em Literatura, História e Cultura Africana, Afro-Brasileira, Afro-Amazônica e Quilombola (Afroliq) responsável pela implementação das Afrotecas em Santarém. Ali as apropriações se efetivaram desde as equipes de pesquisa e seguem se afirmando nas escolas onde estão implementadas.

5.4 - AÇÕES AFIRMATIVAS E POLÍTICAS DIGITAIS: RECOMENDAÇÕES A PARTIR DO TERRITÓRIO

Sendo esta tese inspirada em Zélia Amador de Deus, não poderia encerrar nosso debate sem trazer a importância das ações afirmativas como caminhos para ressituar as populações que sofrem discriminação racial. Se as relações raciais são relações de poder, se estamos em uma região com população de maioria negra e indígena, é preciso dedicação política para a melhoria substancial da qualidade da conectividade dessa região. A precariedade é mais uma máscara do racismo executado pelo Estado, pois empurra à margem e desautoriza o usufruto de direitos assegurados pelas legislações. É preciso combater o racismo nas políticas digitais e reforço que não existe apropriação tecnológica sem a participação popular e possibilidades de escolha.

Pensar caminhos para que infraestruturas implementadas na Amazônia atendam o todo nacional ou as demandas globais são caminhos que recrudescem os conflitos e as várias precariedades que atingem a região é a reflexão que nos apresentam Coelho e Cota (1984). Nosso ecossistema é também feito de gente que se comunica e que usa os recursos naturais com cuidado para essas comunicações. Não temos imensos servidores gastando bilhões de litros de água por ano, não estamos prometendo salvar a Amazônia, mas essas comunidades já assumiram o compromisso pela sustentação da vida, é preciso pensar a partir delas para esse todo nacional.

Conforme avancei nas leituras e no campo, ficou cada vez mais nítido que compreender as dimensões das apropriações tecnológicas por parte de mulheres negras na Amazônia tem peculiaridades e elas precisam fazer parte dos relatórios sobre Internet no Brasil. A branquidade (Amador de Deus, 2019) como um sistema colonial está muito mais bem estruturada. Os projetos de conectividade na região precisam agir intencionalmente nos direitos digitais dessa população, observar e analisar melhor os contextos e promover ações voltadas para a inserção destas populações de acordo com suas demandas.

Apesar das negações, o Brasil é um país com experiência em ações afirmativas, seja com doação de terras para imigrantes europeus como projeto de branqueamento da população brasileira, seja na Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, que versa sobre a reserva de vagas para pessoas negras, pardas, indígenas, quilombolas e com deficiências, portanto, que o ecossistema da governança da Internet do Brasil chame seus multissetoriais para assumir esta responsabilidade e pensemos em como garantir comunicação para povos amazônidas das florestas, dos rios, do campo e da urbanidade.

6. CONCLUSÃO

Por considerar que armar a quizumba é desorganizar e desobedecer aos dispositivos coloniais, afirmo que armar a quizumba também é uma resistência epistêmica, pois vai na contramão de narrativas dominantes, ousa até enxergar métodos e protocolos nessa ação: 1. Estar Presente; 2. Escutar; 3. Reclamar; 4. Armar a quizumba.

A presença está na ação de aceitarmos determinados convites, de nos sentarmos algumas vezes às margens das mesas, de estarmos ali onde a branquidade nos coloca quietinhos. Estar presente é quase como assumir aquele lugar de forasteiros de dentro, identificada por Collins na dinâmica das mulheres negras estadunidenses que trabalhavam para famílias brancas: é estar, mas, nitidamente, não ser e não pertencer. No texto de Lélia Gonzalez, a negaiada aceitou o convite para o lançamento do tal livro que os brancos escreveram sobre os negros, eles estavam ali, eram presença.

Sites e portais como Geledés e ações conjuntas como blogagens coletivas foram realizados como forma de pautar e firmar essas presenças na Internet. Nesses debates, entraram as amazônidas com as contribuições próprias dos territórios amazônicos, como as referências de tempo, negritude e capitalismo a partir das próprias experiências e com a cobrança de que o Brasil rompa com os trilhos que separam, epistemologicamente, a região do corpo todo e, com isso, elevam os nomes de intelectuais, militantes históricas, cientistas e denunciam não só as tragédias, mas convocam que o Brasil conheça as Amazônias com especial ênfase à Amazônia como um território de negritudes. E, por todas essas motivações, elas seguem desafiando os algoritmos que insistem em apagá-las dos seus mapas, combatem as perspectivas coloniais que reforçam as presenças-ausências típicas da colonialidade.

A escuta é a continuação da presença. Nós estamos e escutamos suas falas bem elaboradas, seus conceitos bem apurados, os termos técnicos bem inventados, suas certezas e verdades. Escutamos com paciência, sorrimos juntos, acenamos com a cabeça quando nos olham buscando nos explicar as coisas difíceis sobre as quais falam em suas prosas e escrevem em seus livros. Escutamos seus argumentos sobre porque não são racistas, escutamos e aprendemos sobre suas técnicas de análise social. Na cena descrita por Lélia, a crioula ouve tudo com atenção quietinha, não atrapalha, nem bagunça o evento daqueles sabedores.

Estamos presentes com a escuta atenta. Então abrem espaço para o debate sempre na expectativa de serem validados como não racistas, esperam quase sempre que sejamos gratos.

É quando os decepcionamos, posto que, na maioria das vezes, nós tomamos o microfone para reclamar, há sempre aquela/aquele que reclama primeiro, aponta as coisas erradas, que diz que não é nada desse jeito, que pessoas negras (pasmem!) pensam, criticam, elaboram. Que nossas técnicas não estão a serviço de salvar ninguém, estão a serviço da coletividade, da liberdade, das ações políticas. É na reclamação que, como escreve Collins (2022, p.190): “as pessoas que são prejudicadas por práticas de racismo, heteropatriarcado, capitalismo e nacionalismo, lutam para contar suas histórias em público”. É essa a função da reclamação. Foi o que fez aquela neguinha atrevida na festa dos brancos muito legais, como narra Lélia.

Depois que essa primeira pessoa negra se manifesta, tá armada a quizumba! É feita a pororoca de gente preta que se levanta para reclamar. Esse levantar coletivo são os livros publicados pelas herdeiras e pelos herdeiros de Ananse, é o deboche necessário em debates sobre as regulações de IA. Armar a quizumba é um processo coletivo que é puxado pelo fio-ação de um/a herdeira de Ananse cuja atitude provoca o movimento crítico como um todo.

Há um legado em movimento feito pelas feministas negras no Brasil de romper silêncios e abrir os espaços da Internet para a entrada em massa de muitas mulheres negras que não só levaram suas articulações e redes para a Internet, mas passaram a estudar seus funcionamentos, seus significados, meandros e, com isso, disputam não só narrativas, mas os códigos, o trabalho na tecnologia digital, os sistemas.

Foi a partir da epistemologia do Feminismo Negro e dos Estudos de Relação Étnico-Raciais que essas movimentações ganharam força no Brasil e, por meio dessa base teórica, pautam e pautaram como o racismo, o sexismo, a lgbtfobia estavam presentes nos sistemas discriminatórios no ciberespaço e ultrapassarem a condição de forasteiras que, em geral, marca a presença de mulheres negras em debates e espaços majoritariamente brancos.

Na jornada pela apropriação tecnológica é o que temos feito, temos repensado formas para observar o campo a partir de outras bases e categorias compreendendo que não existe um processo linear, há outras epistemes em jogo que não acatam, como diz Collins: uma metodologia de convenção acadêmica, pois, antes dessas normas, existe a autonomia, o lugar aterrado pelas herdeiras de Ananse.

Collins nos diz que a resistência epistêmica torna as relações de poder mais transparentes. É assim que eu vejo a ação de armar a quizumba: quando ela acontece, as relações, as epistemologias e as metodologias ficam muito mais transparentes. Então, para navegar e usufruir da Internet com dignidade e sem sermos atropelados pelas avenidas das opressões, as políticas de inclusão e conectividade devem consultar quais categorias importam para a população marginalizada do contexto digital. As relações de poder nas disputas pelo

direito digital não podem ser ignoradas nas mesas onde só quem senta são brancos que tiram vantagem do heteropatriarcado.

Escrever e/ou pensar amazonidamente, a partir de um lugar situado, exige desobediência epistêmica que é a evocação das mulheres que lutam pela vida na terra bem como daquelas que tomaram nessa luta. Indígenas, negras, ribeirinhas, quilombolas, identidades, inclusive, que nem sempre estão separadas de maneira linear, muitas vezes, estão imbricadas, visto que quilombolas também são ribeirinhos, indígenas se situam também como quilombolas e seguimos nestes movimentos.

Nestas andanças, navegações, escutas e leituras, compreendi que nada nestas mulheres está dado como resolvido. Como uma igual. me preocupa que sejamos respeitadas. Como pesquisadora, meu foco foi de não ferir seus lugares e seus movimentos em suas diferenças e confluências, também é preciso compreender que as muitas problemáticas da Amazônia estão longe dos interesses de resolução.

Com as infraestruturas de afeto, estas herdeiras de Ananse me foram alimento, me enredaram e mantiveram essa tese viva, energizada, acontecendo nas possibilidades das encruzilhadas apesar dos cruzamentos onde nos colocam. Muitas vezes me perguntei: o que eu, tão miúda, posso lhes oferecer como alimento diante de tanta generosidade? Elas abriram suas casas para mim, seus corações, me contaram sonhos. Cederam tempo, confiança e teias. Disseram-me: “vem timbora, traz tuas gatas”. Suas posturas, suas lentes, suas verdades, tudo isso chegou como caminho e como presente. Nessa metodologia, manter esta rede ativa, mesmo após o trabalho de pesquisa, é fundamental, pois é uma metodologia para quem quer criar vínculos.

Por que migramos tanto? Perguntamos na atividade sobre o mapa de Santarém. Migramos porque buscamos, porque sonhamos e queremos resistir e prosperar. Migramos porque temos os olhos no mundo e os pés no território de onde saímos, vamos e voltamos quantas vezes forem necessárias.

Fiz meu percurso cartográfico e nessa labuta por um conhecimento desde dentro, pela necessidade de inverter perguntas, eu não saí de lá do mesmo jeito que cheguei. As apropriações de tecnologias digitais com elas têm outro Q de compreensão. Não é botão. Eu me revi, passei a refletir sobre minha própria caminhada para me apropriar das tecnologias que já me pertenciam e as que estou manejando no digital. A marca da teia de Ananse ficou em mim.

REFERÊNCIAS

AMADOR DE DEUS, Zélia. **OS HERDEIROS DE ANANSE**: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na Universidade. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2008.

AMADOR DE DEUS, Zélia. **Ananse tecendo teias na diáspora**: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e dos herdeiros de Ananse / Zélia Amador de Deus. – Belém: Secult/PA, 2019.

AMATO, Fábio. CAMARGO, Isabela. RODRIGUES, Mateus. **Governo manda Google sinalizar como 'publicidade' material feito pela empresa contra PL das Fake News**. Reportagem do dia 02/05/2023. Publicada no G1 Política, Brasília. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/02/governo-manda-google-sinalizar-como-publicidade-material-feito-pela-empresa-contra-pl-das-fake-news.ghtml>. Acesso em: 18 dez. 2023.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. Em: Almeida, Alfredo Wagner. FARIAS JR, Emmanuel de Almeida (orgs). **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. Manaus: UEA Edições, 2013.

ALMEIDA, Rogerio. **Entre o Rio e Asfalto**: As disputas territoriais nas Comunidades Quilombolas do Planalto Santareno, Em Santarém/Pa, no contexto do avanço do grande capital. Tese (Doutorado). Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

ALMEIDA, Rogerio; SACRAMENTO, Elias (orgs). **A luta pela terra na Amazônia**: Mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra! Santarém, PA: Ed. dos Autores, 2022.

ALMEIDA, Rogerio; PEREIRA, Airton dos Reis. Luta pela terra no Pará: apontamentos sobre algumas chacinas na década de 1980 no sudeste do Estado. Em: ALMEIDA, Rogerio. SACRAMENTO, Elias (orgs). **A luta pela terra na Amazônia**: Mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra! Santarém, PA: Ed. dos Autores, 2022.

AMARAL FILHO, Otacílio. **Marca Amazônia**: o marketing da floresta. 1. ed. Curitiba, PR: CVR, 2016.

ASSOCIATED PRESS. 2023. **Antenas da Starlink são apreendidas em garimpo ilegal na Terra Yanomami**. Reportagem do dia 15/03/2023. Publicada no G1 Tecnologia. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/03/15/antenas-da-starlink-sao-apreendidas-com-garimpeiros-em-terra-yanomami.ghtml>. Acesso em: 26 jun. 2023.

AZEVEDO, Célia Maria. M. de. **Onda negra, medo branco**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Luis Gustavo de Souza. Silva, Geisa Santos da. Barros, Thiane de Nazaré N. M. Infraestruturas de conexão e os ciberativismos de mulheres negras na Amazônia. Em:

BARBOSA, Bia. TRESKA, Laura. LASUCHNER, Tanara. (organização). **3ª Coletânea de Artigos -- TIC, Governança da Internet, Gênero, Raça e Diversidade - Tendências e Desafios**. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet do Brasil, 2023. Disponível em: <https://cgi.br/media/docs/publicacoes/1/20230522143330/3-coletanea-artigos-tic-governanca-genero-raca-diversidade.pdf#page=148>. Acesso em: 1 jul. 2024.

BAÍÁ, Dayane. **Políticas Públicas para a comunicação na Amazônia: o caso do NavegaPará**. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

BARBOSA, Marialva. **Comunicação e método: cenários e práticas de pesquisa**. 1. ed. Rio de Janeiro, Mauad X: 2020.

BARBOSA, Catarina. **Governo Bolsonaro é o maior desafio para os indígenas desde colonização, afirma Cimi**. Reportagem do dia 12/12/2020, Jornal online Brasil de Fato, Belém. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/12/governo-bolsonaro-e-o-maior-desafio-para-os-indigenas-desde-colonizacao-afirma-cimi>. Acesso em: 18 de dezembro de 2023.

BARGAS, Janine de Kássia Rocha. **Quilombolas do Pará e Mídias Digitais: sociabilidade, conflito e mobilização online nas lutas por reconhecimento**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG), Belo Horizonte, MG, 2018.

BARROS, Thiane de Nazaré Monteiro Neves. **O Museu conectado: as estratégias de comunicação da ciência do Museu Paraense Emílio Goeldi nas mídias sociais**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, 2014. Disponível em https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/7318/1/Dissertacao_MuseuConectadoEstrategias.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.

BENJAMIN, Ruha. Retomando nosso fôlego: estudos de ciência e tecnologia, teoria racial crítica e a imaginação carcerária. Em: SILVA, Tarcízio. [Org]. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos**. Tradução: Vinícius Silva; Tarcízio Silva. Consultoria Editorial: LiteraRUA: São Paulo, 2020. pp 12 a 24. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8186367/mod_resource/content/1/coll%20-%20Comunidades%2C%20algoritmos%20e%20ativismos%20digitais_%20Olhares%20afrodiasp%C3%B3ricos-LiteraRUA%20%282020%29.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

BIRHANE, Abeba. Colonização Algorítmica da África. Em: SILVA, Tarcízio. [Org]. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos**. Tradução: Vinícius Silva; Tarcízio Silva. Consultoria Editorial: LiteraRUA: São Paulo, 2020. pp 156 a 168. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8186367/mod_resource/content/1/coll%20-%20Comunidades%2C%20algoritmos%20e%20ativismos%20digitais_%20Olhares%20afrodiasp%C3%B3ricos-LiteraRUA%20%282020%29.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

BISPO, Antonio. **Colonização, quilombos, modos e significados**. Brasília, 2015.

BISPO, Antonio. **A Terra dá, a Terra quer**. São Paulo, SP: UBU Editora, 2023.

BOTELHO, Jéssica. REGATTIERI, Lorena. NEVES BARROS, Thiane. **Starlink nos rios e céus da Amazônia Brasileira**. Reportagem do dia 29/11/2023, publicada no canal Nic.br.

Disponível em:

<https://www.nic.br/noticia/na-midia/starlink-nos-rios-e-ceus-da-amazonia-brasileira/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BOTELHO, Jéssica. GOMES, Allan. 2023. **Carta de Recomendações para políticas digitais na Amazônia**. Reportagem do dia 07/12/2023, publicada no canal CPA, Manaus.

Disponível em:

<https://cpa.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Carta-de-Recomendacoes-para-Politicis-Digitais-na-Amazonia.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BOTELHO, Jéssica. **Amazonas tem recorde de queimadas e zero proposta de candidatos para combatê-las**. Reportagem do dia 29/06/2022, publicada no InfoAmazônia. Disponível em:

<https://infoamazonia.org/2022/09/29/amazonas-recorde-queimadas-proposta-candidatos/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BOTELHO, Jéssica. **Por uma política de reflorestamento dos desertos de notícias**.

Reportagem do dia 11/03/2024, publicada na aba BR Cidades do Jornal Carta Capital.

Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/por-uma-politica-de-reflorestamento-dos-desertos-de-noticias/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BROWNE, Simone. **Dark matters: on the surveillance of blackness** (e-book). Durham, Carolina do Norte/EUA: Duke University Press, 2015.

BUENO, Winnie. **Imagens de Controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2020.

BUENO, Winnie; ANJOS, José Carlos dos. Da interseccionalidade à encruzilhada: operações epistêmicas de mulheres negras nas universidades brasileiras. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 21, n. 3, p. 359–369, set. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/civitas/a/P6GkM9LzkwSQ8CDxM4wnT3F/#>. Acesso em: 17 jun. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Notícia do dia 06/03/2011, Portal Géledes.

Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivos de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 1.ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2023.

CARRERA, Fernanda. **Algoritmização de estereótipos raciais em bancos de imagens: a persistência dos padrões coloniais Jezebel, Mammy e Sapphire para mulheres negras**. *Palavra Clave*, 24(3), e2433, 2021a. Disponível em:

<http://www.scielo.org.co/pdf/pacla/v24n3/2027-534X-pacla-24-03-e2433.pdf>. Acesso em: 24. jun. 2024.

CARRERA, Fernanda. Roleta interseccional, proposta metodológica para análises em Comunicação. **Revista E-Compós**, p. 1-22, v.24, 2021b. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198/2025>. Acesso em: 17 jun. 2024.

CARRERA, Fernanda. FERNANDES, Pablo Moreno. VIEIRA, Eloy Santos. SOUSA, Leila Lima de. Interseccionalidade e plataformas digitais: dimensões teórico-metodológicas de pesquisas em Comunicação. 2022. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**24(1):14-21 janeiro/abril, 2022. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/24870/60749010>. Acesso em: 17 jun. 2024.

CASTRO, Wenson. **Cabos de fibra ótica submarinos vão ligar Amapá e Pará visando elevar qualidade da Internet**. Reportagem do dia 10/09/2021, publicada no G1 Rede Amazônica. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/natureza/amazonia/noticia/2021/09/10/cabos-de-fibra-otica-submarinos-vaio-ligar-amapa-e-para-visando-elevar-qualidade-da-Internet.ghtml>. Acesso em: 23 jun. 2024.

CHAVES, Marjorie. **Sistema de cotas e a manutenção de privilégios: o que a Folha pensa**. Notícia do dia 06/08/2014, publicada no blog Blogueira Negras. Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/sistema-de-cotas-e-a-manutencao-de-privilegios-o-que-a-folha-pensa/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). 2019. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2019**. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

COELHO, Maria Célia Nunes. COTA, Raymundo Garcia. Grandes Projetos, Tecnologia e Questão Ambiental: Carajas e Energia Nuclear. **REVISTA DE CULTURA**, v. 78, n.10, p. 725-735, 1984. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/aigeo/article/view/5861/4458>. Acesso em: 2 fev. de 2022.

COELHO, Fábio. **Sustentabilidade com o Google: ajudando a preservar a Amazônia e a construir um futuro mais sustentável**. Reportagem do dia 04/04/2023, publicado no Blog do Google Brasil. Disponível em: <https://blog.google/intl/pt-br/novidades/iniciativas/sustentabilidade-com-google-ajudando-preservar-a-floresta-amazonica/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

COLETIVO PESQUISA E ATIVISMO DE RONDÔNIA SOBRE TECNOLOGIA, ESTADO E SOCIEDADE (C-PARTES). **Cartilha Norteando a Governança da Internet no Brasil**. Bianca Galvão Marques; Wilson Guilherme Dias Pereira (org.). 1a ed. Porto Velho: C-PARTES, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1-K7EWIRiBmQ9s6hf1W7wYfTLZEspeetS>. Acesso em: 1 jul. 2024.

COLLINS, Patricia. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia. Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução: Bruna Barros, Jess Oliveira. Orelha: Elaine Cristina Gonzaga da Silva. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2022.

CONRADO, Mônica. CAMPELO, Marilu. RIBEIRO, Alan. Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na amazônia paraense.

Afro-Ásia, 51 (2015), 213-246. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/770/77050451007.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

CONRADO, Mônica. **O Meu Patrimônio É o Meu Modo de Vida, Que Ainda Não É História**. 2021. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27083276>. Acesso em: 1 jul. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBOQ/?format=html&lan>. Acesso em: 17 jun. 2024.

CORRÊA, Bianca Kremer Nogueira. **Direito e tecnologia em perspectiva amefricana**: autonomia, algoritmos e vieses raciais. 2021. 299 f. Tese (Doutorado)-Curso de Pós-Graduação em Direito, Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:

<https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/58993/58993.PDF>. Acesso em: 20 jul. 2024.

COSTA, Francisco de Assis. **Economia e Território** [recurso eletrônico]: Constituição e dinâmica da economia do açaí na Região do Grão-Pará (1995-2011). Belém, PA: NAEA, 2022.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. Em: MELO, Paula Balduino [et al.]. **Descolonizar o feminismo** [recurso eletrônico]: VII Sernegra. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019.

D'ANDREA, Carlos. **Pesquisando plataformas online**: conceitos e métodos. Salvador, BA: EDUFBA, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32043/7/4b44582c-ef3d-4c0a-b8b1-d8d5d1df2762.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

DANTAS, Glenda. A atuação estratégica de mulheres negras no combate às brechas digitais de gênero e raça. **Internet & Sociedade, São Paulo**, v. 3, n. 2, p. 5-19, 2022. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/a-atuacao-estrategica-de-mulheres-negras-no-combate-as-brechas-digitais-de-genero-e-raca/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

DANTAS, Glenda. 2023. **É possível uma apropriação tecnológica intergeracional?**

Reportagem do dia 19/12/2023, publicada no blog IRIS. Disponível em:

<https://irisbh.com.br/e-possivel-uma-apropriacao-tecnologica-intergeracional/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

DAHER, Leila R.; CARDOSO, Tiago. de S. NAVEGAPARÁ: Os desafios da Banda Larga na Amazônia. **Inclusão Social**, v. 5, n. 2, 28 jan. 2014.

DAVIS, Angela. Reflections on the Black Woman's Role in the Community of Slaves. **The Black Scholar**, v. 12, n. 6, p. 2-15, 1981.

D' LAURETIS, Teresa. **Technologies of Gender**: Essays on Theory, Film, and Fiction. Indiana University Press, 1987. Project MUSE. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/book/39826>. Acesso em: 15 jul. 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador, BA: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução: Lígia Fonseca Ferreira. Regina Salgado Campos. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2022.

FAUSTINO, Deivison. LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2023.

FELLIP, Carlos. CANALI, Heloá. **Google Amazônia**: programa lança projetos mundiais para combater desmatamento na floresta. Reportagem do dia 04/04/2023, publicada no blog OLiberal.com. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/google-amazonia-programa-lanca-projetos-mundiais-para-combater-desmatamento-na-floresta-1.664768>. Acesso em: 26 jun. 2023.

FOUCHÉ, Rayvon. Say it loud, I'm black and I'm proud: African Americans, American artifactual culture, and black vernacular technological creativity. **American Quarterly**, v. 58, n. 3, p. 639-661, 2006. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/1/article/203948/summary>. Acesso em: 20 jul. 2024.

FRANÇA, Luís Fernando. **Afroteca**: biblioteca de estudo da cultura negra e afrodescendente é inaugurada no Cemei Paulo Freire. Entrevista Concedida ao Portal institucional de Santarém, em 2023. Disponível em: <https://santarem.pa.gov.br/noticias/educacao/cemei-paulo-freire-ganha-afroteca-a-primeira-para-a-educacao-infantil-em-santarem-suqama>. Acesso em: 23 mai. 2023.

FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. Os amazônidas contam sua história: Territórios, povos e populações. Em: SCHERER, Elenise. OLIVEIRA, Aldemir de (orgs). **Amazônia**: território, povos tradicionais e ambiente. Manaus, AM: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas**, 07/08/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas>. Acesso em: 15 fev. 2024.

GERAQUE, Eduardo. 2023a. **Como a desinformação digital desumanizou a crise humanitária Yanomami**. Reportagem do dia 30/03/2023, portal InfoAmazônia. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/03/30/desinformacao-crise-humanitaria-yanomami/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

GERAQUE, Eduardo. 2023b. **Discurso de ódio mira ativistas climáticos e defensores da Amazônia nas redes**. Reportagem do Projeto Mentira Não tem Preço , dia 20/12/2023, portal InfoAmazônia. Disponível em: <https://mentiratempreco.infoamazonia.org/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

GINCANA MONSTRA. **Sistematização da Gincana Monster** - Final, 2021a. Documento elaborado para entrega à organização financiadora, não está público. Disponível em: https://www.apc.org/sites/default/files/monstra_info_11_10.png. Acesso em: 16 jun. 2023.

GINCANA MONSTRA. **Relatório narrativo**. APC, 2021b. Disponível em: https://www.apc.org/sites/default/files/monstra_info_11_10.png. Acesso em: 16 jun. 2023.

GINCANA MONSTRA. **Gincana Mostra: Abrindo o código**. FTX APC, 2021c. Disponível em: <https://en.ftx.apc.org/shelves/gincana-monstra-abrindo-o-codigo>. Acesso em: 9 jun. de 2023.

GOMES, Ana Bárbara; GERTRUDES, Júlia Maria Caldeira; DA SILVA, Lucas Samuel; SANTARÉM, Paulo Rená da Silva. **Apropriação tecnológica no Brasil: uma perspectiva do Sul Global**. Belo Horizonte: Instituto de Referência em Internet e Sociedade, 10 de setembro de 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3RINQgt>. Acesso em: 24 jun. 2024

GOMES, Mariana. **Mulheres Negras em Rede: a encruzilhada estratégica do Blogueiras Negras**. 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/resumos/R67-0799-1.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

GOMES, Mariana. STEFANY, Maiara. 2022. Diversidade na Governança da Internet no Brasil: aplicação de indicadores de gênero, raça e território de 2005 a 2020. **V Encontro da Rede de Pesquisa em Governança Da Internet**. VOL. 5. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1DQN5MpTPgFjQnvpDXOmx-o3dom55vFt/view>. Acesso em: 26 jun. 2024.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2007.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2020.

GONZAGA, Rodrigo Rafael. Os múltiplos de Exu: um ensaio sobre tecnologias ancestrais na arte contemporânea. **Revista Calundu**. Vol. 6, N.1, Jan-Jun 2022. p. 25-36.

hooks, bell. **Teoria Feminista: Da Margem ao Centro**. Tradução: Rainer Patriota. São Paulo, SP: Perspectiva, 2019.

IDEC. 2022. **Acesso à Internet na Região Norte do Brasil**. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e Derechos Digitales. Disponível em:

<https://idec.org.br/pesquisas-acesso-internet>. Acesso em: 17 jun. 2024.

KREMER, Bianca. **Racismo algorítmico** [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: CESeC, 2023.

Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1qWb4mPinL2jNTg_A6RLf3BupwpeZPjXl/view. Acesso

em: 17 jun. 2024.

LAZZERI, Thais. **Risco à soberania nacional na Amazônia é falácia do governo, diz Izabella Teixeira**. Entrevista concedida ao InfoAmazonia no dia 26/01/2022. Disponível em:

<https://infoamazonia.org/2022/01/26/izabella-teixeira-soberania-nacional-fake-news-desmatamento/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

LIMA, Dulcilei C.; OLIVEIRA, Tais. Negras in tech: apropriação de tecnologias por mulheres negras como estratégias de resistência*. **Cadernos Pagu**, n. 59, p. e205906, 2020.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/KqNnBn6nVKX6nBMZ7cj8VHC/?format=html&lang=pt#>.

Acesso em: 25 jun. 2024.

LIMA, Dulcilei C. **#Conectadas: O feminismo negro nas redes sociais**. 2020. 2020. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais)–Universidade Federal do ABC, Santo André.

LIMA, Dulcilei C. O exercício do sujeito posicionado de Beatriz Nascimento por feministas negras nas redes sociais. Em: NEVES BARROS, Thiane. SILVA, Tarcizio. (Orgs). **Griots e tecnologias digitais**. 1. ed. Brasília, DF : Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados - IBPAD: Desvelar, 2023.

LISBÔA, Flávia. **Língua como linha de força do dispositivo colonial: os Gavião entre a Aldeia e a Universidade**. Tese [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Letras.

Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

LISBÔA, Flávia. **Racismo linguístico e os indígenas Gavião na universidade: língua como linha de força do dispositivo colonial**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2022.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Autêntica Editora, 2019.

LUGONES, Maria. **Colonialidad y Género**. Tabula Rasa, Bogotá , n. 9, p. 73-102, Dec. 2008. Disponível em:

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 jul. 2024.

MALCHER, Maria Albenize Farias. **O olhar geográfico: a formação e territorialização de comunidades quilombolas no município de São Miguel do Guamá, Pará**. 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. Em: BERNARDINO-COSTA, Joaze. MALDONADO-TORRES, Nelson. GROSFUGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MANN, Gideon; O'NEIL, Cathy. Hiring algorithms are not neutral. **Harvard Business Review**, v. 9, p. 2016, 2016.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Ofício de Cartógrafo (2004): **Travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. Tradução: Fidelina González. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2004.

MATHIS, Armin. ALBUQUERQUE, Maria do Socorro. Silva, Ruthane Saraiva da (organizadores). **Repertório bibliográfico da produção científica do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu**, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – 1973-2022. [recurso eletrônico]. Belém: NAEA, 2023. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoes>. Acesso em: 18 dez. 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Nota à Imprensa nº 132/2019**. Solicitação de atribuição de domínio de primeiro nível “.Amazon”, 25 de maio de 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/solicitacao-de-atribuicao-de-dominio-de-primeiro-nivel-amazon-2. Acesso em: 20 jun. 2023

MIRANDA, Diogo Silva. **Palafitas Digitais**: Comunicação, convergência cultural e relações de poder em afuá. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, 2014.

MORAES, Irislane Ewejemí Pereira de. **Povos do Aroá**: patrimônio, arqueologia e territorialidade quilombola em São Domingos do Capim (PA). 2012. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; BAHIA, Mirleide Chaar; CASTRO, Edna Maria Ramos de. Modernização caricata e acumulação capitalista na Amazônia: o caso da Região de Carajás. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 25, n. 4, dez. 2022. ISSN 2179-7536. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/13673/9533>. Acesso em: 26 jun. 2023.

MORALES, Suzana. **Los jóvenes y las TIC**. Apropiación y uso en educación. UNC, Córdoba. - 1a ed. - Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2009.

MORALES, Suzana. La apropiación de tecnologías. Ideas para un paradigma en construcción. Em: Lago Martínez *et al.* (Ed.), **Acerca de la apropiación de tecnologías**. Teoría, estudios y debates (pp. 23-33), 2018. Rada Tilly, Argentina: Del Gato Gris.

MORALES, Suzana. Aspectos claves de la apropiación de tecnologías digitales. Em: RIVOIR, Ana. MORALES, María Julia. **Tecnologías digitales**: miradas críticas de la apropiación en América Latina. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Montevideo: RIAT, 2019.

MORI, Letícia. 2021. **Falas de Bolsonaro sobre Amazônia na ONU não condizem com realidade, dizem pesquisadores**. Reportagem de 21/09/2021, BBC News Brasil, São Paulo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58644548>. Acesso em: 18 dez. 2023.

MOTA, Gabriel. 2024. **Infovia que conecta Belém e Macapá com fibra óptica começa a ser implantada**. Reportagem do dia 11/03/2024, em O Liberal.com. Disponível em:

<https://www.oliberal.com/politica/infovia-que-conecta-belem-e-macapa-com-fibra-optica-com-eca-a-ser-implantada-1.790549>. Acesso em: 23 jun. 2024.

MÜLLER, Léo. **Amazon terá que disputar direitos do domínio ".amazon" com Brasil e Peru**. Reportagem de 22/11/2012, blog Tecmundo. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/amazon/33030-amazon-tera-que-disputar-direitos-do-dominio-amazon-com-brasil-e-peru.htm>. Acesso em: 20 jul. 2023.

NAKAMURA, Lisa. CHOW-WHITE, Peter. **Race after the Internet**. New York: Routledge, 2012.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processos de um racismo mascarado**. 3. ed.. - São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. RATTTS, Alex (Org). **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2011.

NASCIMENTO, Beatriz. RATTTS, Alex (Org.). **Beatriz Nascimento: Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Cláudia Neves. BARROS, Eloísa Amorim de. CARIPUNA, Lina Alessandra. Willivane Melo: uma trajetória de lutas. Em: SOUSA, Girliana Silva de (coord). **Vozes Afroamazônidas: entre rios, terras e afetos**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

NATANSOHN, Leonor Graciela. **Internet em código feminino: teorias e práticas**. 2013.

NATANSOHN, Graciela. Por uma agenda feminista para internet e as comunicações digitais. *in*: Pelúcio, Larissa, & Pait, Helosía (2015). **No emaranhado da rede: gênero, sexualidade e mídia-desafios teóricos e metodológicos do presente**. São Paulo: Annablume Queer, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327671082_Por_uma_agenda_feminista_para_internet_e_as_comunicacoes_digitais. Acesso em: 1 jul. 2024

NATANSOHN, Leonor Graciela. NEVES, Thiane. SANTOS, Geisa. **Diálogos feministas sobre a violência digital de gênero no Brasil durante a pandemia de Covid-19 no ano de 2020**. Periféricas, IGAUFBA, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1qg_BZumW5078_WmD03iTIokouV53QFJ0/view. Acesso em: 25 jun. 2024.

NATANSOHN, Leonor Graciela. Apuntes para interpretar la violencia misógino-racista. Em: CABELLO, Roxana. **Internet ¿Quién se apropia de qué? : tecnologías digitales en el capitalismo de plataformas**. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. Libro digital, PDF. Disponível em: <https://apropiaciondetecnologias.com/wp-content/uploads/2023/06/Quien-se-apropia-de-que.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2024.

NATANSOHN, Leonor Graciela. MORALES, Susana. **Las violencias de género como actos de comunicación**. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Montevideo: RIAT, 2023. Libro digital, PDF. Disponível em:

<https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/248305/1/Cultura-ciudadanas-educacion.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

NERIS, Natalia. **Como a Internet debate racismo**. Blogueiras Negras, 2018. Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/como-internet-debate-racismo/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

NEVES, Ivânia dos Santos. **A invenção do índio e as narrativas orais Tupi**. Campinas, SP: 2009.

NEVES, Ivânia dos Santos. 2015. **EtniCidades**: os 400 anos de Belém e a presença indígena. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/viewFile/2634/3783>. Acesso em: 20 jul. 2024.

NEVES, Ivânia dos Santos. Fraturas contemporâneas de histórias indígenas em Belém: sobre mármores e grafites. **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 24, p. 544–566, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/47606>. Acesso em: 28 jun. 2024.

NEVES, Ivânia dos Santos. Vidas que incomodam: Marielle Franco e o dispositivo colonial. **Revista da Anpoll, Florianópolis**, v. 53, n. 2, p. 315-330, maio-ago., 2022. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1755/1256>. Acesso em: 1 jul. 2024.

NEVES, Thiane. MESQUITA, Tamara. 2020. **O ciberativismo de mulheres negras na amazônia durante a pandemia de COVID-19**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344714368_O_CIBERATIVISMO_DE_MULHERES_NEGRAS_NA_AMAZONIA_DURANTE_A_PANDEMIA_DE_COVID-19_Thiane_de_Nazare_Monteiro_Neves. Acesso em: 09 nov. 2021.

NEVES, Thiane. SANTOS, Geisa. A Amazônia brasileira no mapa da cultura digital e os algoritmos do sumiço. **43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM**, 2020, Salvador. Título da publicação (em itálico): subtítulo (se houver). São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2020>. Acesso em: 19 jul. 2024.

NEVES BARROS, Thiane. Estamos em marcha! Escrevivendo, agindo e quebrando códigos SILVA, Tarcízio (Org). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais**: Olhares afrodiaspóricos. LiteraRUA – São Paulo, 2020.

NEVES BARROS, Thiane. **O correio nagô como tecnologia ancestral e digital na Marcha das Mulheres Negras 2015**. Em: Natansohn, Graciela. (org). **Ciberfeminismos 3.0**, 2021. Disponível em: <https://gigaufba.net/ciberfeminismos-3-0/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

NEVES BARROS, Thiane. Zélia Amador de Deus e o legado científico-tecnológico de Ananse para a luta de mulheres negras na Amazônia Paraense. Em: NEVES BARROS, Thiane. SILVA, Tarcízio. **Griots e Tecnologias Digitais**. [livro eletrônico]. 1.ed. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados – IBPAD: Desvelar, 2023. pp. 111-126. Disponível em: <https://desvelar.org/wp-content/uploads/2023/11/Griots-e-Tecnologias-Digitais.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2024.

NEVES-CORRÊA, Maurício. NEVES, Ivânia dos Santos. 2020. Eduardo Angelim e a produção de verdades na província do Grão-Pará no início do século XIX. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**. Ilhéus, n. 20, v. 2, ago. 2020.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/346263074_Eduardo_Angelim_e_a_producao_de_verdades_na_provincia_do_Grao-Para_no_inicio_do_seculo_XIX. Acesso em: 20 jul. 2024.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algoritmos da opressão**: Como os mecanismos de busca reforçam o racismo. Editora Rua do Sabão, 2022.

NUNES, Pablo. **Prever crimes, a que custo?** 2021. Disponível em:

<https://cesecseguranca.com.br/artigo/prever-crimes-a-que-custo/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

OLIVEIRA, Débora Prado. **Infraestruturas feministas e atuação política de mulheres em redes autônomas e comunitárias** : criar novos possíveis diante da concentração de poder na internet. Dissertação de Mestrado, Divulgação Científica e Cultural. Unicamp, 2019

Disponível em:

http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/335699/1/Oliveira_DeboraPradoDe_M.pdf.

Acesso em: 18 dez. 2023.

OLIVEIRA, Débora Prado. ARAÚJO, Daniela Camila de. KANASHIRO, Marta Mourão. Tecnologias, infraestruturas e redes feministas: potências no processo de ruptura com o legado colonial e androcêntrico. **Cadernos Pagu**, N. 59. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/sK9CsMQY4FfM4X7RRmG3bYS/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 18 dez. 2023.

PAULO, Danilo. **Governo do Pará compra 1,6 mil antenas da Starlink para escolas**.

Reportagem do dia 11/06/2024, no portal teletime. Disponível em:

<https://teletime.com.br/11/06/2024/governo-do-para-compra-16-mil-antenas-da-starlink-para-escolas/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

PAES, Barbara. **Negras na Tecnologia**, Blogueiras Negras, 2016. Disponível em:

<https://blogueirasnegras.org/negras-na-tecnologia/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. O mito e seus conflitos. Em: AMARAL FILHO, Otacílio. **Marca Amazônia**: o marketing da floresta. 1. ed. Curitiba, PR: CVR, 2016.

PORTAL AMAZÔNIA. **Centro de Estudos da Amazônia Sustentável é criado pela USP para acelerar o desenvolvimento da Região**. Disponível em:

<https://portalamazonia.com/educacao/centro-de-estudos-da-amazonia-sustentavel-e-criado-pela-usp-para-acelerar-o-desenvolvimento-da-regiao/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

POSSA, Julia. **Google usa bilhões de litros de água para funcionar; veja quanto**.

Publicado no portal Gizmodo em 2023. Disponível em:

<https://gizmodo.uol.com.br/google-usa-bilhoes-de-litros-de-agua-para-funcionar-veja-quanto/>.

Acesso em: 26 jun. 2023.

PINHEIRO, Heitor Paulo. SCHOR, Tatiana. Da rede urbana às redes virtuais: acesso à internet e expansão do ciberespaço em Parintins e Itacoatiara. **Novos Cadernos NAEA**. v. 18,

n. 3, p. 129-146, set-dez. 2015. Disponível em:
<https://core.ac.uk/download/pdf/267986764.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

PINTO, Ana Flávia Magalhães Pinto. **200 anos da Independência: Brasil não superou narrativa do povo subalterno**, Blogueiras Negras, 2022. Disponível em:
<https://blogueirasnegras.org/200-anos-da-independencia-brasil-nao-superou-narrativa-do-povo-subalterno/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PRAZERES, Maria S. C. dos. **O PROGRAMA NAVEGAPARÁ COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DIGITAL: IMPLICAÇÕES NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARÁ**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2016.

PRETALAB. **Report 2018**. Disponível em: <https://www.pretalab.com/report-2018>. Acesso em 25. jun. 2024.

QUINTINO, Dirce. BOTELHO, Jéssica. **Discurso bolsonarista contra ONGs ganha terreno em sites no AM**. Portal InfoAmazônia 25/02/2022. Disponível em:
<https://infoamazonia.org/2022/02/25/discurso-bolsonarista-contra-ongs-ganha-terreno-em-sites-no-am/>. Acesso: 18 dez. 2023.

RAVENA, Nivea. ACEVEDO MARÍN, Rosa Elizabeth. (orgs). **Amazônia: as ameaças das políticas desenvolvimentistas**. Belém: NAEA, 2021.

REDE TRANSFEMINISTA DE CUIDADOS DIGITAIS. **Ata de reunião**, 2022.

REGATTIERI, Lorena. **ALGORITMIZAÇÃO DA VIDA: o debate sobre Amazônia e incêndios florestais no Twitter em 2020**.

REUTERS. Amazon e Amazônia: a disputa pelo domínio ".amazon". **Revista Exame**, recurso online, 2019. Disponível em:
<https://exame.com/negocios/amazon-e-amazonia-a-disputa-pelo-dominio-amazon/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

RIBEIRO, Flávia Andrea Sepeda. **MARCHA DAS MULHERES NEGRAS AMAZÔNIDAS: dimensões interseccionais na comunicação ativista em tempos de pandemia**. 2023. Disponível em:
https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/16257/1/Dissertacao_MarchaVirtualMulheres.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

RICAURTE, Paola. Data Epistemologies, The Coloniality of Power and Resistance. **Television & New Media**, 20(4), 350-365. Disponível em
<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1527476419831640>. Acesso em: 28 ago. 2024.

RODRIGUES, Fernanda. **“NADA MAIS SOBRE NÓS SEM NÓS”**: escurecendo o debate sobre regulação de IA no Brasil e pensando mecanismos de combate ao racismo algorítmico. 2023. Disponível em:
<https://www.dropbox.com/scl/fo/2ff84oa5ya1w79nndly3b/APTo6u0F5NeyZUsp0Fyqwno/Fernanda%20dos%20Santos%20Rodrigues%20Silva%20-%20Nome%20del%20proyecto?e=1&preview=%5BVERS%C3%83O+FINAL+PARA+ENVIO%5D+Relat%C3%B3rio+de+Pesq>

[uisa.pdf&rlkey=90f6ua6o32uyegfmiczaqk1vi&subfolder_nav_tracking=1&dl=0](#). Acesso em: 17 jun. 2024.

ROSA, Natalie. **Brasil registra aumento de 1.600% em denúncias de crimes online contra mulheres**. Canaltech, 21/03/2019. Disponível em: <https://canaltech.com.br/seguranca/brasil-registra-aumento-de-1600-em-denuncias-de-crimes-online-contra-mulheres-132103/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. ebook kindle. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SALLES, V. **O negro na formação da sociedade paraense: textos reunidos**. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SANTIAGO, Larissa. Representatividade da mulher negra nas propagandas: o que dissemos. Blogueiras Negras, 2016. Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/representatividade-da-mulher-negra-nas-propagandas-o-que-dissemos/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SANTIAGO, Larissa. **Tecnologia antirracista: a resposta das mulheres negras**. Blogueiras Negras. 2020a. Disponível em: https://fopir.org.br/wp-content/uploads/2020/08/ebook_mapeamento_da_midia_negra-1.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

SANTIAGO, Larissa.. **Parece erro deles: a colonialidade da tecnologia**. Blogueiras Negras, 2020b. Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/parece-erro-deles-a-colonialidade-da-tecnologia/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SANTOS, Céres. **A comunicação afrodiaspórica decolonial de mulheres negras brasileiras de quatro coletivos nas redes digitais**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-24022021-153915/publico/CeresMarisaSilvadosSantosVC.pdf>. Acesso em 24 jun. 2024.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade: Entrevista com Milton Santos**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. Em: Santos, Milton (et al). **Território, territórios: Ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 3. ed.

SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/07/populacao-quilombola-e-de-1-3-milhao-indica-recorte-inedito-do-censo>. Acesso em: 15 fev. 2024.

SILVA, Tarcizio (Org). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos**. São Paulo, SP/Brasil: LiteraRUA, 2020.

SILVA, Tarcizio (Org). **Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. São Paulo, SP: Edições Sesc, 2022.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Exu: o guardião da casa do futuro. **Coleção Orixás**, 9. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do Comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo, mídia e coras no Brasil. 3. ed. atual. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SOUTO, Stéfane. É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 142–159, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/44151>. Acesso em: 16 jun. 2023.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. **GEOPOLÍTICA NA PAN-AMAZÔNIA: TERRITÓRIOS, FRONTEIRAS E IDENTIDADES**. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12407/pdf_20. Acesso em: 1 jul. 2024.

SOUZA LIMA, Leonardo Freitas de. **O conceito geopolítico de Pan-Amazônia**. 2023. Disponível em: <http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/454>. Acesso em: 1 jul. 2024.

TIC Educação 2022. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras [livro eletrônico] / [editor] Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. 1. ed. São Paulo: **Comitê Gestor da Internet no Brasil**, 2023. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20231122132216/tic_educacao_2022_livro_completo.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

TORRES, Vânia. **Desinformação sobre a Amazônia**: como o jornalismo reforça estereótipos a respeito da região. 2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/podcast/desinformacao-sobre-a-amazonia-como-o-jornalismo-reforca-estereotipos-a-respeito-da-Região/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

TRAMONTIN, Adriane. BORGES, Djalma Freire. **Um Caminho para a Inclusão Digital**: o programa GESAC. 169o & s - v.14 - n.42 - Julho/Setembro – 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/tcZ4XpZmfWBtXPZBzbR8y5r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2024.

TRESCA, Laura. Redes comunitárias: a retomada da apropriação coletiva da conectividade. Em: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. Redes comunitárias de Internet no Brasil [livro eletrônico] : experiências de implantação e desafios para a inclusão digital. São Paulo, SP: **Comitê Gestor da Internet no Brasil**, 2022. Disponível em: https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/7/20220905125048/estudos_setoriais_redes_comunitarias_de_Internet_no_brasil.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

TRINDADE, Luiz Valério P. Mídias sociais e a naturalização de discursos racistas no Brasil. Em: SILVA, Tarcízio. [Org]. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais**: Olhares

afrodiaspóricos. Tradução: Vinícius Silva; Tarcízio Silva. Consultoria Editorial: LiteraRUA: São Paulo, 2020. pp 26 a 41. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8186367/mod_resource/content/1/coll%20-%20Comunidades%2C%20algoritmos%20e%20ativismos%20digitais_%20Olhares%20afrodiasp%C3%B3ricos-LiteraRUA%20%282020%29.pdf. Acesso em: 1 jul. 2024.

VAN DIJCK, José. 2014. Dataficação, dataísmo e dataveillance: Big Data entre o paradigma científico e a ideologia. **Vigilância & Sociedade** 12(2): 197-208. Disponível em: <https://temascontemporaneosdotorg.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/02/1-dataficac3a7c3a3o-datac3adsmo-e-dataveillance-van-dijck.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2024.

VASCONCELOS, Giseli. **Por uma cartografia crítica da Amazônia**. 2012. Disponível em: https://issuu.com/giselivasconcelos/docs/dossie_pub. Acesso em: 1 jul. 2024.

VERAS, Hemanuel. **Acesso à internet por comunidades amazônicas no Brasil**. Disponível em: https://www.derechosdigitales.org/wp-content/uploads/DD_Amazonia_2_Brasil_POR.pdf. Acesso em: 1 jul. 2024.

VERGÈS, Françoise. **Um Feminismo Decolonial**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ZIEDE, Kraemer Lenz. et al. TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: desafios e possibilidades. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/70692>. Acesso em: 15 mar. 2024.

ZUBOFF, Soshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Tradução: George Schlesinger. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca, 2021. [Livro digital].